

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Instituto de Geociências

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Bruna Torres Batista

GEOGRAFIA DO BRASIL: uma questão de discurso

BELO HORIZONTE

2019

Bruna Torres Batista

GEOGRAFIA DO BRASIL: uma questão de discurso

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre (a) em Geografia.

Área de concentração: Organização do Espaço

Linha de pesquisa: Produção, Organização e Gestão do Espaço

Orientadora: Rogata Soares Del Gaudio

Coorientadora: Doralice Barros Pereira

Belo Horizonte

2019

B333g
2019

Batista, Bruna Torres.

Geografia do Brasil [manuscrito] : uma questão de discurso / Bruna Torres
Batista. – 2019.

193 f., enc.

Orientadora: Rogata Soares Del Gaudio.

Coorientadora: : Doralice Barros Pereira.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de
Geociências, 2019.

Área de concentração: Organização do Espaço.

Linha de pesquisa: Produção, Organização e Gestão do Espaço.

Bibliografia: f. 188- 193.

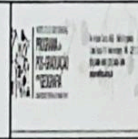
1. Geografia – Estudo e ensino – Brasil – Teses. 2. Geografia – Minas Gerais –
Teses. 3. Análise do discurso – Teses. I. Del Gaudio, Rogata Soares. II. Pereira,
Doralice Barros. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Geociências.
IV. Título.

CDU: 91(81+815.1)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



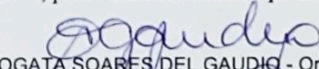
FOLHA DE APROVAÇÃO

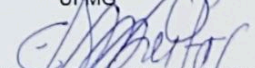
Geografia do Brasil: uma questão de discurso

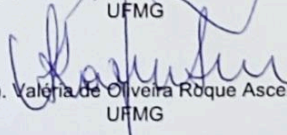
BRUNA TORRES BATISTA

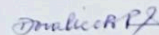
Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GEOGRAFIA, como requisito para obtenção do grau de Mestre em GEOGRAFIA, área de concentração ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO.

Aprovada em 14 de agosto de 2019, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). ROGATA SOARES DEL GAUDIO - Orientador
UFMG


Prof(a). Eliano de Souza Martins Freitas
UFMG


Prof(a). Valéria de Oliveira Roque Asenção
UFMG


Prof(a). Doralice Barros Pereira
UFMG

Belo Horizonte, 14 de agosto de 2019.

aos que não desistem

AGRADECIMENTOS

Apreendi tanto na teoria quanto na prática que um trabalho de pesquisa nunca é algo feito por uma única pessoa. Por mais que a ilusão do nome do autor nos proporcione a ideia de que quem enuncia é a fonte do sentido de toda a elaboração da pesquisa, isso não passa mesmo de uma ilusão. Recordo-me do paradoxo do qual falou Helena Bomeny em alguns dos seus livros que li. Não foram exatamente estas as palavras mas ela dizia algo mais ou menos assim: estranho esse lugar do escritor/pesquisador no qual a solidão da escrita se faz por meio de um trabalho que tem muito diálogo e muita colaboração. Apesar das horas de confinamento que nos exige o processo de escrita, o trabalho nunca é a realização de uma só pessoa. A pesquisa é mesmo um feito compartilhado, ela é um feito construído por inúmeras vozes. Vozes muitas vezes nem sempre inscritas na materialidade do texto, mas que ganham existência pelo nome próprio que segue nos agradecimentos. São a estas vozes e a outras que desejo agradecer agora porque elas foram e são parte da construção desta pesquisa.

Algumas vozes são aquelas que dizem diretamente da prática de pesquisa e que compartilham suas experiências e seus saberes com quem ainda está aprendendo. Por isso, agradeço às minhas professoras Rogata Soares Del Gaudio e Doralice Barros Pereira que na função respectivamente de orientadora e coorientadora tiveram a paciência de me ensinar. Agradeço pelo interesse, pela vontade, pelas escutas, pelas correções, pelas orientações, pelo carinho, enfim, por tudo que compreende não só os anos de mestrado, mas todo o caminho de pesquisa trilhado conjuntamente desde a graduação. Agradeço imensamente por terem sido as responsáveis por ressignificar minha trajetória na Universidade.

Nesta troca de experiência que é o trabalho de pesquisa, agradeço a professora Valéria Ascensão, aos professores Paulo Godoy e Eliano Freitas pelas contribuições na banca de qualificação e defesa. Agradeço a todos os comentários que me ajudaram a trilhar os contornos desta pesquisa e o ofício de pesquisadora.

Gratidão também é meu sentimento a todos os meus amigos que me ajudaram nesta trajetória e foram importantes pontos de apoio para que este empreendimento teórico pudesse se tornar realidade. Agradeço imensamente a Bernardo Dias, Rafael Ornelas, Letícia Neves Nunes, Sara Torres, Flávia Vileicar, Tâmara Vilela, Marcus Vinícius Fidelis. Sou grata ainda a Solimar Carnavalli Rocha, amiga que o mestrado me trouxe e que compartilhando desta experiência dividiu comigo os momentos mais difíceis da pesquisa. Agradeço ainda a Luiz

Azevedo por sua orientação semanal que se tornou fundamental para a execução dessa pesquisa.

E, por último, agradeço à minha família na qual qualquer agradecimento feito ainda é pouco. Mas mesmo assim, no que concerne ao tímido ato de gratidão que faço agora, reconheço-os como a base para qualquer voo que almejo dar. Obrigada, Antonio Carlos Batista, Fátima Torres, Rafael Torres e Rochelly Mariana.

Tenho o privilégio de não saber quase tudo. E isso explica o resto

Manoel de Barros

RESUMO

Este estudo tem como objetivo compreender a construção discursiva da disciplina Geografia do Brasil na Faculdade de Filosofia de Minas Gerais. A ideia foi pesquisar acerca dos princípios discursivos que regeram os fundamentos desta disciplina em solo mineiro inscrevendo de forma mais salutar a participação do curso de geografia de Belo Horizonte na História do Pensamento Geográfico brasileiro. Intentamos compreender como esta disciplina organizou e construiu seu discurso sobre o Brasil, como este país era visto a partir de Minas Gerais. Para alcançar tais objetivos trabalhamos com a Análise do Discurso traçando um encontro entre três teóricos: Foucault, Bakhtin e Pêcheux. A Análise do Discurso nos proporcionou a teoria e a metodologia necessária para investigar a construção discursiva da disciplina assim como orientou o estudo mais contundente acerca dos discursos geográficos em sua elaboração e circulação. A análise nos permitiu ver como a disciplina Geografia do Brasil se tornou um enunciado possível e quais os contextos enunciativos que orientaram a formulação acerca do discurso sobre o país em questão. Esta disciplina surge em um contexto que primava por renovar a metodologia e a teoria da geografia tornando-a mais científica ou de acordo com um novo modelo de cientificidade. Ao mesmo tempo, ela foi no século XX fruto das reformas curriculares implementadas pelo governo brasileiro. Nesse momento ela era compreendida como um dos instrumentos para consolidar o sentimento patriótico no país evocando os elementos de seu território. Ela surge primeiro no saber escolar para somente depois ser institucionalizada na Academia. Mas, este não foi um movimento evidente. Na Faculdade Federal de Minas Gerais ela foi organizada de acordo com o que era compreendido pelo método do possibilismo geográfico e teve um diálogo muito forte com o Estado brasileiro organizando e concebendo este país em consonância com a ideologia do progresso. Seu principal objetivo era enunciar o Brasil como um país de possibilidades e de futuro. Além disso, havia uma intensa necessidade em legitimar o saber geográfico como uma disciplina científica necessária à nação brasileira. A mineiridade também foi um dos aspectos que constituíram a construção discursiva da disciplina no período abordado.

Palavras-chave: geografia do Brasil; análise do discurso; geografia em Minas Gerais

ABSTRACT

This study aims to understand the discursive construction of the discipline Geography of Brazil at the Faculty of Philosophy of Minas Gerais. The idea was to research about the principles that governed the foundations of this discipline in Minas Gerais and Brazil, inscribing in a healthier way the participation of the Minas Gerais Geography course in the History of Brazilian Geographic Thought. We try to understand how this discipline organized and built its discourse about Brazil, how this country was viewed from Minas Gerais. To achieve these goals we worked with Discourse Analysis in the meeting of three theorists: Foucault, Bakhtin and Pêcheux. Discourse Analysis provided us with the theory and methodology needed to investigate the discursive construction of the discipline, as well as orienting the most forceful study of geographical discourses in their elaboration and circulation. The analysis allowed us to see how the discipline Geography of Brazil became a possible utterance and which enunciative contexts guided the formulation about the discourse about Brazil. This discipline emerged in a context that strived to renew the methodology and theory of geography making it more scientific. At the same time, it was in the twentieth century the result of curricular reforms implemented by the Brazilian government. The consensus was that geography was one of the instruments for the consolidation of patriotic sentiment in the country. It arises first in school knowledge and only then be institutionalized in the Academy. But, this was not an obvious move. At the Federal College of Minas Gerais it was organized according to what was understood by the method of geographical possibilism and had a very strong dialogue with the Brazilian state organizing and designing this country according to the ideology of progress. Its main objective was to enunciate Brazil as a country of possibilities and future. In addition, there was an intense need to legitimize geographical knowledge as a scientific discipline and necessary for the Brazilian nation.

Keywords: geography of Brazil; discourse analysis; geography in Minas Gerais.

SUMÁRIO

01. APRESENTAÇÃO.....	10
02. ANÁLISE DO DISCURSO: PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES.....	17
2.1. Propostas teóricas: sobre Pêcheux, Foucault e Bakhtin.....	23
2.2. Percursos teóricos: sobre a língua, o sujeito e a história.....	32
03. ENTRE O ACONTECIMENTO, A ESTRUTURA, E A DIALOGIA: O QUE ENTENDEMOS POR DISCURSO?.....	71
3.1. Ideologia e Discurso: a palavra como signo.....	81
3.2. Discurso e sujeito: posição-sujeito e função de autoria.....	88
04. GEOGRAFIA DO BRASIL: UMA QUESTÃO DE DISCURSO.....	96
4.1. Questão de discurso: quando uma disciplina é nomeada.....	100
4.2. A Geografia do Brasil na Faculdade de Filosofia de Minas Gerais.....	128
4.3. Geografia: um campo em afirmação, um saber necessário.....	138
4.4. O ato de enunciar o Brasil, edificar a ciência e contribuir para o progresso.....	151
4.5. O Brasil por suas regiões: a divisão que une.....	172
05. “AS ÚLTIMAS PALAVRAS”.....	185
Referências.....	188

1. APRESENTAÇÃO

Posso dizer que eu produzo normalmente contra a corrente. Gosto de estudar figuras menores ou mesmo perdedoras; penso que elas informam muito mais sobre os cânones do *mainstream* do que os vitoriosos, que tendem a atribuir sua vitória à justeza de suas posições

Lúcia Lippi de Oliveira

Esta pesquisa começou - como todas as outras - com uma pergunta e com um grande objetivo. A pergunta era “qual o discurso da Geografia do Brasil sobre o Brasil?” e o objetivo consistia em compreender como a geografia elaborou o próprio Brasil enquanto objeto”. Claro que quando fizemos este questionamento tínhamos um recorte em mente. Estávamos nos perguntando acerca da disciplina Geografia do Brasil no currículo do curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais (FFMG). Nossa curiosidade foi aguçada no momento em que nos deparamos com esta disciplina e numa leitura rápida indagamos porque certos conteúdos estavam ali, porque eram aqueles temas os escolhidos para compor o Brasil e não outros.

Quando olhamos para o contexto histórico do currículo analisado, a questão acima se torna ainda mais curiosa. A Faculdade de Filosofia de Minas Gerais foi a instituição que deu origem à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da atual Universidade Federal de Minas Gerais. O que tínhamos em mãos era, então, um discurso inaugural. Inaugural no sentido de que o Brasil ali enunciado pela geografia marcava o começo da geografia acadêmica em Minas. O que sabemos sobre a institucionalização da geografia neste estado? Até aquele momento pouca coisa, pouco havia sido produzido a esse respeito e, quando estudamos sobre a história da geografia neste país, no que concerne ao seu processo de institucionalização no ensino superior, temos notícia que os primeiros cursos criados foram em São Paulo (1934) e no Rio de Janeiro (1935). Pensando nisso, terminamos algum tempo atrás escrevendo a respeito da memória do curso mineiro de geografia datado também da década de 30 do século passado¹.

Contudo, um olhar no currículo mostrava-nos o papel da geografia num curso que era denominado “Geografia e História”. As disciplinas de geografia eram: geografia física, geografia humana e geografia do Brasil. Não havia, portanto, naquele momento nenhuma

¹ Batista, Bruna Torres. O curso de Geografia da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais: 1930-1950 (Monografia de final de curso). UFMG, Belo Horizonte, 2016.

outra disciplina que se preocupava em falar a respeito de outras partes do mundo. Somente em relação ao Brasil existiam preocupações geográficas. O que isso pode nos dizer? Encontramos uma pista no campo das intencionalidades no que diz respeito àquilo que era atribuído como papel da geografia: juntamente com a história se concedia a função da construção da nação brasileira.

Nesse sentido, consideramos salutar questionar a respeito de nossas práticas acadêmicas. Parece até natural hoje falar da geografia do Brasil e reconhecer que a geografia preocupa-se em compreendê-lo. Pode até soar como óbvio para alguns, já acostumados com a história desta disciplina neste país e no mundo, falar da relação que ela possui com os Estados-Nacionais e sua formação, entretanto, nada que está no domínio da sociedade e de sua cultura é algo natural. Os processos sociais dos quais os seres humanos se encontram imersos cotidianamente são sempre resultado/resultantes de uma construção histórica. Da mesma forma, isso acontece com o saber. É por isso que retirar a condição de evidência o que já foi tomado como parte do jogo institucional faz parte do questionamento acerca do que nos constitui historicamente enquanto disciplina, do que compõe ou compunha o sentido deste saber enquanto uma prática científica/escolar e de conhecimento.

Não é recente o questionamento da geografia sobre sua história e como ela trilhou seus caminhos no Brasil. O campo da História do Pensamento Geográfico tem-se preocupado, já faz alguns anos, em buscar como esta disciplina atuou no país nos diversos âmbitos institucionais e também fora dele. Nesse ponto, é aqui que nos inscrevemos. E por que nosso interesse em falar da Geografia do Brasil da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais? Por dar continuidade a uma pesquisa sobre o pensamento geográfico em Minas, sendo pouca ainda a produção a este respeito, e por inserir no âmbito das discussões acerca do saber geográfico neste país um dos cursos mais antigos que temos compondo o quadro dos cursos brasileiros existentes desde a década de 1930 junto aos de São Paulo e Rio de Janeiro.

O curso de Belo Horizonte, assim como a instituição da qual lhe servia de abrigo, não tiveram, em seus anos iniciais, a projeção em âmbito nacional que os cursos de geografia do estado de São Paulo e Rio de Janeiro alcançaram à época de sua criação. Nem é dessa instituição que comumente ouvimos falar acerca de “grandes geógrafos” em âmbito nacional ou de uma ampla atuação de geógrafos estrangeiros que aqui chegaram e fizeram história - ainda que também tenha existido a participação de geógrafos não brasileiros no curso mineiro. Como bem salientou Alessandra Santos (2013), a respeito da lição histórica sobre as

pesquisas que se voltam ao passado, a importância social do objeto não é suficiente para fundamentar a importância do discurso sobre ele. Nesse sentido, o que motiva a pesquisa é justamente acreditarmos que ela se torna ainda mais necessária por dizer das condições nas quais a geografia enquanto saber acadêmico se institucionalizou no país. Em consequência, quando nos voltamos para o discurso da Geografia do Brasil colocamos em pauta o questionamento acerca dos princípios que regeram os fundamentos desta disciplina tanto em Minas Gerais quanto no Brasil. Intentamos, portanto, contribuir para a construção de uma memória acerca da geografia mineira e brasileira que tem como uma de suas bases não só falar a respeito de como o curso se institucionalizou, mas em indagar acerca do processo pelos quais os critérios disciplinares que constituíram o discurso da geografia foram determinados na instituição da qual participamos.

Porque escolhemos diante destes objetivos trabalhar com o discurso e não com uma outra metodologia de pesquisa? A preferência foi concedida não só porque na pergunta inicial feita já havia uma preocupação em compreender o discurso. Ela ocorreu primordialmente porque partimos do campo da História do Pensamento Geográfico, que de acordo com Moraes (1988, p.32), compreende o estudo do “conjunto de discursos a respeito do espaço que substantivam as concepções que uma dada sociedade, num momento determinado, possui acerca do seu meio (desde o local ao planetário) e das relações com ele estabelecidas”. Portanto, fica aqui compreendido o que seriam os discursos geográficos. O geográfico é aquilo que qualifica e circunscreve este discurso em seu conjunto. Ele diz respeito às concepções espaciais elaboradas histórica e socialmente. A Geografia do Brasil² está neste contexto.

Contudo, isto não nos pareceu suficiente para dar um tratamento adequado à questão que insiste em saber sobre o discurso. Neste caso, o discurso se assemelha somente à uma fala? Uma elaboração intelectual sobre o espaço? Partimos, então, em busca do embasamento que a Análise do Discurso (AD) como metodologia e teoria poderia nos oferecer para inquirir nosso objeto: o próprio discurso da disciplina Geografia do Brasil. Se o objeto da Geografia do Brasil era o Brasil, o nosso, é o discurso por ela elaborado acerca deste país.

E o que seria o discurso, então? Como ele, por meio da AD, nos fez enxergar nosso objeto e elaborá-lo? Do lugar teórico de onde partimos, o discurso, é o efeito de sentido entre locutores (Pêcheux, 2006), mas ele também possui um funcionamento que lhe é próprio, e em vista disso, possui um princípio constitutivo: o da dialogia. Isso o distingue em relação a maneira

² Sempre que nos referimos nesta pesquisa à Geografia do Brasil de forma generalizada, estamos falando desta disciplina no contexto da FFMG/UFMG (1939-1954).

pela qual o compreendemos e o formulamos. Quer dizer, todo o discurso é dialógico porque é um diálogo, de forma ampla, com a sociedade que o engendra (Bakhtin/Volochinov, 2017). Todavia, há algo de específico em nosso objeto. Ele é um discurso institucional e por esta particularidade, não pode ser naturalizado o processo que o engendra para que não seja também naturalizado o conhecimento que produz. Não se pode dizer qualquer coisa em qualquer época, então, se a geografia tomou o Brasil como objeto de seu estudo ela o fez porque existiram condições históricas de aparecimento deste objeto discursivo que permitiram que *alguma coisa* fosse dita sobre ele (Foucault, 1997). Desse modo, a AD vem para que possamos questionar o discurso da Geografia do Brasil, mas também para compreender como ele funciona em relação à língua e em relação à própria sociedade que o fabricou.

Assim, quando pensamos no discurso da Geografia do Brasil, concebemos por meio da AD, que aquilo que está sendo dito não possui uma verdade imanente sobre o Brasil na qual todos os leitores chegam a compreender de uma forma ou de outra. Há gestos de leituras, modos de interpretar e ler este discurso. Há efeitos de sentidos que são construídos entre os locutores. Compreendemos que por ser um discurso institucional, acadêmico por assim qualificá-lo, há uma heterogeneidade que lhe é própria acentuada pela dialogia expressa nos textos pelos autores e referenciais teóricos. Todavia, a dialogia do seu discurso não se faz somente por este aporte teórico explícito. Se faz com toda a sociedade e com todos aqueles que ganham vozes por meio do discurso. Vozes estas, marcadas ou não, explícitas ou não. A dialogia orienta a própria formulação e sentido do discurso.

Como nossa preocupação é com o discurso desta disciplina e como ela possui o Brasil como objeto precisamos assinalar que do nosso ponto de vista teórico-metodológico não buscamos analisar este discurso para estabelecer uma verdade a respeito dele. Não se trata nem de instituir uma verdade sobre esse discurso e nem instituir uma verdade sobre o Brasil. Na perspectiva da AD com a qual trabalhamos, não analisamos para compreender o conteúdo em si uma vez que os discursos elaboram o seu objeto por meio de outros discursos. O objeto-Brasil é concebido discursivamente e em diálogo com outros discursos que o semiotizam.

O mundo está estruturado em linguagem. Quer dizer, ele é compreendido, elaborado, apreendido por meio da linguagem. Melhor ainda, todas as atividades humanas estão indissolúvelmente permeadas pelas linguagens que, sendo expressão do mundo, atravessam e compõem o ser humano (Brait, 2004). Ela está presente em todo ato de compreensão e

interpretação (Bakhtin/Volochínov, 2017). Portanto, “se ela está presente em todas as atividades humanas, ela é constitutiva do estar do homem no mundo, conhecer a linguagem é conhecer o homem” (Fiorin, 2013, p.32-33).

Logo, estamos trabalhando nesta perspectiva que, de maneira geral, concebe a linguagem como um objeto de um saber sobre o homem (Brait, 2004). Ou seja, por meio da linguagem indagamos acerca do ser humano e da sua relação com o mundo. Não seria a geografia um saber que arrogou para si a ideia de apresentar uma “imagem renovada do mundo” (Gomes, 2000)? Se pode haver alguma discordância quanto ao renovada, podemos então perguntar se não foi a geografia enquanto saber que procurou apresentar o que era o mundo e formular sua imagem? Não foi ela que, especialmente no momento de delimitação de seu objeto na luta corporativista das ciências para afirmarem seu lugar, buscou dizer da relação homem-mundo? Em vista disso, nos parece aqui, no espaço deste estudo, que a relação entre geografia e linguagem se mostra muito profícua.

Compreender a linguagem em sua acepção discursiva significa considerar que ela possui um modo de funcionamento próprio, diferente das outras formas nas quais ela pode ser entendida nos diversos estudos da linguística. Segundo Bakhtin, o discurso é o modo de funcionamento próprio da linguagem. Ele é, para Pêcheux, tudo aquilo que a linguística da língua não abarca. Nesse sentido, diante da complexidade na qual o discurso pode ser compreendido, tivemos que olhar para nosso objeto, ver o que ele nos trazia ao mesmo tempo que pensávamos acerca de nossas próprias questões e o que queríamos saber com este estudo. Paulatinamente a pesquisa foi se refazendo. Como o empírico e o teórico se imbricam o tempo todo, refizemos nossas perguntas e traçamos um caminho teórico-metodológico dentro da Análise do Discurso.

O que nosso objeto nos dizia primeiramente era que estávamos lidando com um discurso institucional. Desse modo, a aproximação com Foucault (1997; 2014) nos pareceu positiva uma vez que este autor trata mais precisamente de discursos institucionais, abordando questões relativas às regras de formação dos discursos, da ordem do discurso quanto às regras disciplinarização, quanto a construção dos objetos discursivos, entre outros aspectos que nos pareceram caros às inquietações que nos moviam a pesquisar: compreender como a geografia tomou o Brasil enquanto seu objeto de estudo e desnaturalizar seu lugar e processo teórico-institucional.

Mas, isto não era tudo o que desejávamos saber. Prestamos-nos ao exercício da investigação porque queríamos conhecer qual o discurso da disciplina em questão em relação ao Brasil. No fundo era: como ela o enunciou? Nesse sentido, precisávamos ir um pouco mais além e por isso fomos ao encontro de Bakhtin. Este autor vem para interrogar Foucault e colocar em evidência este discurso disciplinarizado chamando a atenção para seus aspectos dialógicos, para a sua heterogeneidade constitutiva - ainda que Foucault tenha compreendido o discurso como “um nó em rede”. Desse modo, abrimos o discurso disciplinar, tão cheio de regras e normatividade, pelo aspecto dialógico da linguagem, pela maneira com a qual este discurso se propõe dialogar com a sociedade e com outros discursos. Pêcheux adentra no processo por uma outra via que é a da interpretação. Mostrando-nos que não há análise, seja ela qual for, que não esteja orientada pelo exercício interpretativo. Ou seja, vem nos falar acerca dos limites da interpretação dizendo do espaço que temos para trabalhar enquanto analistas.

A partir deste percurso repensamos nossas questões e objetivos. Nossa pergunta adquiriu outros contornos. Saímos do questionamento sobre “qual o discurso” para saber “como o Brasil foi enunciado pela Geografia do Brasil no período de 1939 a 1954 na FFMG/UFMG?”. Quando colocamos em questão o *como* mudamos o sentido da análise para compreender, a partir da própria materialidade discursiva, quais foram os contextos enunciativos pelos quais ela formulou o Brasil como seu objeto e o (re)elaborou. A partir daí, podemos indagar sobre os processos dialógicos inscritos neste discurso e questionar acerca dos possíveis sentidos atribuídos ao Brasil pela geografia. Nosso objetivo, então, foi compreender a construção discursiva da Geografia do Brasil. Este objetivo abarca outros de nossos propósitos já mencionados: estudar o discurso da geografia no momento em que os princípios do seu processo discursivo na Academia tomava corpo; entender como a geografia apreendeu o Brasil como objeto de estudo; e contribuir por meio da Análise do Discurso para as pesquisas preocupadas em investigar a respeito dos discursos geográficos.

Dito isso, podemos justificar agora nosso recorte de análise. Ele começa em 1939 quando a FFMG foi criada, assim incorporamos todo o processo e contexto de sua fundação, e termina em 1954 um ano antes da Lei Federal nº2.549 de 1955 separar os cursos de Geografia e História. Pela análise dos currículos do curso de Geografia e História, esta separação ocorreu efetivamente em 1957 no curso da já então, UFMG. Porém não encontramos documentos a respeito deste período. A realidade da pesquisa documental, especialmente dentro dos departamentos das universidades, desencoraja os estudos que possuem como objetivo a construção de memórias institucionais pela falta de organização, comprometimento, interesse,

e tratamento adequado aos arquivos que são fontes de pesquisa e são os registros da construção de trajetórias e de histórias. Assim, decidimos focar nos primeiros quinze anos de curso que já nos traziam material suficiente para compreender os objetivos aqui propostos. Os arquivos por nós trabalhados nesta pesquisa foram encontrados na Biblioteca e no Setor de Arquivos e Registros da Faculdade de Filosofia e Ciência Humanas da UFMG.

Levando em conta todo esse processo, esta pesquisa foi dividida em três capítulos. O primeiro deles, “Análise do Discurso: primeiras considerações” tem como objetivo apresentar o campo teórico e metodológico do qual trabalhamos levando em consideração que a proposta da Análise do Discurso não é ainda amplamente divulgada na Geografia. Fizemos, assim, um apanhado histórico e conceitual introduzindo as abordagens de Pêcheux, Foucault e Bakhtin. No segundo capítulo “Entre o acontecimento, a estrutura e a dialogia: o que entendemos por discurso?” damos seguimento à discussão da Análise do Discurso, porém, com um novo foco. Apresentamos o que nos trabalhos destes autores nos possibilitou construir esta pesquisa. Assim, tecemos uma discussão entre eles levando em conta os aspectos que consideramos principais para elaborar nosso objeto. O terceiro e último capítulo abarca propriamente a discussão da Geografia do Brasil. Nele traçamos um histórico desta disciplina e como ela se tornou possível ao longo do tempo entre os discursos enunciados pela geografia. Posteriormente apresentamos o contexto institucional no qual ela esteve inserida: o da construção da FFMG. Após estas considerações, a análise e interpretação do material empírico começa com os textos escritos pelo professor catedrático da disciplina no período abordado, Tabajara Pedroso, além dos diários de classe e relatórios anuais da disciplina.

No mais, deixamos que esta introdução tome um ponto final pensando acerca de que pesquisas como estas são aquelas que retiram do silêncio parte constitutiva do que nós somos enquanto profissionais pertencentes a um processo institucional dinâmico que configura nossas identidades enquanto um grupo que se distingue socialmente pelo saber que produz. Nesse caso, não podemos deixar de pensar que esta pesquisa é no fundo um grande esforço de metalinguagem.

2. ANÁLISE DO DISCURSO: PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES

Não entendi os escritos da análise do discurso como instruções, mas como lugar de reflexões

Eni Orlandi

O que compreendemos por discurso quando falamos a respeito dele? Quer dizer, quando em uma frase dizemos “o discurso de fulano foi muito...”? A palavra discurso, pode no vocabulário corriqueiro e cotidiano, assumir diferentes significados e é geralmente utilizada de maneira ampla correspondendo a uma ideia geral de “algo que foi dito a respeito de alguma coisa”. Ou como aponta Brait (2004), fora dos estudos da linguagem e no imaginário coletivo, os discursos são comumente compreendidos como a fala de políticos em situações diversas que envolvem a prática política. Desse modo, como lembra Mussalim (2012) falar em Análise do Discurso (AD) pode soar como algo vago, uma vez que toda produção linguística pode ser considerada discurso. Esta ideia é especialmente reforçada se levarmos em conta o campo da Geografia. Campo este em que a AD, enquanto teoria e metodologia, ainda não foi desenvolvida de maneira expressiva. Eis as razões que movem a escrita desta primeira parte: esclarecer o que é a Análise do Discurso, a perspectiva adotada e seu desenvolvimento, aproximando seus princípios teóricos e metodológicos dos objetivos deste estudo.

A Análise do Discurso concebida como um campo de investigação não corresponde a uma só perspectiva de abordagem a respeito da linguagem e do discurso. Nem mesmo os estudos sobre a linguagem e afeitos ao discurso correspondem unicamente ao projeto desenvolvido por ela. Há também várias abordagens quando tratamos de Análise do Discurso e esclarecê-las se faz importante posto que a escolha teórica por uma delas influencia e orienta sobremaneira a pesquisa e a construção do objeto em questão.

Portanto, de início, a intenção aqui é nos situar e situar a pesquisa dentro do quadro teórico e histórico de formulação da Análise do Discurso. Este quadro teórico é diversificado visto que sob a designação deste “termo guarda chuva” há várias “linhas de pesquisas” e mesmo dentro de uma “mesma linha” existe a diferença instalada (Ferreira, 2007).

A necessidade em ressaltar essa diferença, ainda que procuremos também por proximidades, está na maneira como compreendemos e organizamos toda a complexidade do pensamento em “vertentes”, “tendências”, “escolas”, etc. Uma vez que assim fizermos, terminamos

correndo o risco de homogeneizar todo o processo de formação e construção de um campo. É mais provável que desse modo o tornemos um processo cheio de embates e conflitos em algo aparentemente uniforme, silenciando vozes. Ou seja, nos faz pensar na maneira pela qual temos historicizado a construção deste pensamento, temos construído a nossa compreensão sobre ele historicamente, e quiçá o replicando.

Esta preocupação é recorrente nos textos em que se discute a história da Análise do Discurso. E com razão! A AD é complexa e se desenvolveu de maneira heterogênea e relativamente imprecisa em seus contornos. Com o passar dos anos ela se caracterizou pela confluência entre o que foi denominado por “tendências” ou “linhas de pesquisa” (Angermüller, 2007). Ela teve que construir seu aparato teórico e conceitual de forma interdisciplinar possuindo, dessa maneira, fronteiras porosas e limites imprecisos que não chegaram a se constituir como uma “zona franca”, mas que também não se apresentaram totalmente como barreiras (Ferreira, 2007).

Ainda assim, na tentativa de compreender a história de constituição desta disciplina e incorrendo sempre em abordagens incompletas e parciais, Johannes Angermüller (2007), afirma que é possível distinguir entre as narrativas três perspectivas principais, que nos servem de fundo teórico para a compreensão e desenvolvimento de nossas pesquisas, em Análise do Discurso. Estas últimas adquiriram certa conotação territorial ficando, muitas vezes, conhecidas como Análise do Discurso Francesa, anglo-saxônica e alemã (Angermüller, 2007).

Para Eni Orlandi (2003) é possível que consigamos compreender a história de uma ciência associando o posicionamento da teoria em relação ao território. Isso se faz porque a história não ocorre distanciada do espaço, ou seja, ela não é linear e muito menos está sustentada apenas no eixo do tempo. A relação espaço/tempo é constituinte do método de observação dessa história - ela mesma longe de ser compreendida como universal, única e contínua. Portanto, se existe uma conotação territorial é porque ela traz especificidades para aquele conhecimento. Tais especificidades dizem respeito também às externalidades nas quais, em nosso caso, a linguagem e o discurso estão articulados: o Estado-nação, as populações, a política de maneira geral, a cultura, etc. Dessa forma, ainda de acordo com Orlandi (2003), a ciência da língua e o discurso não estão totalmente apartados do território onde são produzidos, o influenciam e dele recebem influências.

Contudo, precisamos lembrar que mesmo ressaltando essas exterioridades na construção do discurso e da língua, pensar em seus aspectos territoriais - e território aqui vinculado mais fortemente a um Estado-nação - não significa que podemos incorrer sem ressalvas a uma narrativa baseada nestas condições. Pois, é como a própria Eni Orlandi (2003) ressalta: ao pensarmos em “escolas” deste ou daquele território, esquecemos das relações de força e poder inscritas no processo de consolidação de muitas teorias e que atravessam todas as considerações, classificações e diferenças que podem ser concebidas. Ao falarmos de uma escola americana ou francesa estamos conferindo poder a estas denominações além de conceder poder a um saber desigualmente distribuído. Ou seja, terminamos por privilegiar certos lugares em detrimentos de outros e posteriormente, ficamos confortáveis para eleger outros lugares como os “receptores” ou “influenciados” pelas análises feitas, ou seja, generalizações, nem sempre justas (Orlandi, 2003).

Assim, em contrapartida, a autora apresenta outra maneira de compreender os estudos em Análise do Discurso pontuando as *tradições teóricas*. Tradições no sentido de deter uma filiação, uma forma de conceber o discurso que o insere numa determinada tradição intelectual. Esse não necessariamente funciona como uma camisa de força, mas que diz respeito a um grupo de trabalhos que possuem uma consistência interna teórica e metodológica.

Angermüller (2007), de certa forma, termina corroborando com essa ideia, mesmo que indiretamente. Para ele, falar de uma análise do discurso em molde territorial faz sentido apenas para um momento específico da construção e discussão desta disciplina. Este momento corresponde às décadas de 1960 e 1970, pois a partir dos anos de 1980 esta situação é redimensionada, quando os analistas começaram a desenvolvê-la fora de seus domínios territoriais. Isto quer dizer, a partir deste momento, o que foi desenvolvido em termos de Análise do Discurso equivale mais a certos “agrupamentos” que se constituem como pontos nodais onde se entrecruzam várias tradições que reescrevem o problema do discurso. Elas seriam, na perspectiva do cenário europeu, segundo o autor: a Escola Francesa do Discurso, a Teoria do Discurso Pós Estruturalista, a Análise Crítica do Discurso e a Análise Interpretativa do Discurso³.

Diante de todas as perspectivas na AD, vamos nos delongar um pouco mais, naquela em que nos inscrevemos e na qual se convencionou a ser denominada Análise do Discurso Francesa.

³ Para maior esclarecimento verificar Johannes Angermüller, *L'analyse du discours en Europe in Analysis du Discours en Sciences Humaines et Sociales*, Bonnafous et Temmar (Org.). Paris, Ophrys Editora, 2007.

Para tanto, faremos algumas observações e apontamentos acerca dessa filiação teórica e de sua história.

Dentre as tradições aludidas e desenvolvidas no contexto do pensamento europeu e que hoje também figuram no cenário intelectual brasileiro, a Análise do Discurso Francesa carregou e ainda carrega fortemente essa conotação territorial. Talvez isto ocorra pela própria história e desenvolvimento desta disciplina naquele país. Sua história é complexa e não deixa de ter um profundo compromisso com a designação “Análise do Discurso” uma vez que foi na França, durante a década de 1960, que teóricos como Michel Pêcheux e Jean Dubois estiveram comprometidos em pensar e instituir a Análise do Discurso como uma disciplina propriamente dita (Maldidier, 1994).

Mas, não foram só as formulações de Michel Pêcheux e Jean Dubois que se fez a Análise do Discurso na França. Michel Foucault foi outro grande expoente quando o assunto era teorizar o discurso. Ele irrompe no cenário francês da Análise do Discurso causando grande repercussão, com o lançamento da *Arqueologia do Saber*, nos anos 1960. Assim, longo e laborioso foi o caminho trilhado por ela em função, por exemplo, dos animados debates teóricos entre diversos autores - como os que ocorreram entre o próprio Pêcheux e Foucault. Mais fortemente a partir da década de 1980, tal situação também adquiriu novos ânimos e rumos com a entrada de outros autores nos debates acerca do discurso. Este caso aqui é exemplificado por Bakhtin/Volochínov com o livro *Marxismo e filosofia da linguagem* (1929).

Denise Maldidier (1994) descreve melhor este processo. A autora narra que depois da segunda metade da década de 1970, toda a história da Análise do Discurso Francesa é, sem grandes pormenores, “a história das desconstruções-reconfigurações a partir da sua construção inicial” (p.24). Tais desconstruções-reconfigurações foram inevitáveis e necessárias fossem pelos bloqueios internos da própria disciplina, fossem pelas críticas internas e externas feitas ao campo da linguística, sobretudo, pelos historiadores. Foi por volta do ano de 1975, quando no contexto político francês havia intensos debates acerca da esquerda francesa e no contexto teórico procedia o questionamento do projeto estruturalista que a linguística, mesmo que de maneira tardia, recebeu acentuadamente a entrada da pragmática, da filosofia da linguagem e da análise da conversação. Esta abertura anunciava a crise da linguística formal e o sucesso da linguística da enunciação. Era a recepção de Bakhtin/Volochínov aos círculos intelectuais

franceses. Toda essa agitação trouxe novas referências e abriu possibilidades de re-filiações favorecendo também a emergência de novos objetos (Maldidier, 1994).

O que se vivenciou nesse processo, na perspectiva de Angermüller (2016), foi o desgaste do conceito de discurso como uma estrutura fechada, bem delimitada que caminhou de forma paralela com o modelo estruturalista. Concomitante a isso, a pragmática ganhava mais espaço nas pesquisas levando a mudança de uma análise das estruturas formais (textos) para uma análise dos usos da linguagem, em seus contextos de enunciação específicos.

É nesse sentido, e em torno desta história que Maingueneau (1996 *apud* Angermüller 2007) faz uma ressalva: falar hoje em Análise do Discurso numa perspectiva restrita às concepções dos seus fundadores chega até a ser uma postura abusiva, diante das propostas teóricas existentes atualmente na França, tanto no sentido do que hoje se opera e se entende por Análise do Discurso Francesa, quanto pela ampla diversidade de perspectivas teóricas.

Ressalvas feitas, é preciso lembrar ainda que não estamos falando da Análise do Discurso Francesa, numa perspectiva puramente europeia e nem este estudo está sendo realizado em solo francês, ou de maneira geral, em solo europeu. Estamos falando em termos de Brasil e isso tem implicações diversas uma vez que esta disciplina já figura aqui há mais de 30 anos, possui grandes expoentes nacionais e sua própria maneira de conceber e contar a história desta disciplina. Não vamos entrar na discussão do que seria uma Análise do Discurso brasileira e se há uma, como ela é⁴. Porém, não podemos negar que haja uma relação muito contundente de intelectuais brasileiros envolvidos com o projeto da Análise do Discurso Francesa e, por isso, aqui ela encontrou solo fértil. Então, pensemos no sentido da relação entre o que em mais de 30 anos no Brasil foi elaborado e no que de lá captamos. Ou melhor, pensemos em nossa relação com “os vínculos que somos tributários e que acabamos por fortalecer” (Ferreira, 2008, p.39).

Então, de início, falemos da Análise do Discurso Francesa no Brasil. A força desse nome chegou ao território nacional detendo uma estreita relação com os projetos teóricos pecheutianos. Essa entrada ocorreu no final da década de 1970 e início da década de 1980, especialmente com os trabalhos de Eni Orlandi. A autora se tornou neste país, a maior divulgadora e promotora da Análise do Discurso, com base nas formulações de Michel

⁴ Como aponta François Gadget (1997) não podemos transportar a Análise do Discurso elaborada na França com toda sua periodização e transformações para o Brasil sem levar em conta os respectivos papéis que as tradições intelectuais representam no país latino. E dizemos mais, sem levar em consideração o papel exercido pelos intelectuais brasileiros em suas elaborações sobre a AD.

Pêcheux, tanto pelas suas próprias obras, quanto pela divulgação e tradução das obras desse filósofo francês (Silva, 2012).

Pensando em seu próprio posicionamento e na sua própria relação com a teoria adotada, Eni Orlandi discorre afirmando que se trata de

uma filiação específica que teve como um de seus fundadores Michel Pêcheux e que se desenvolveu mantendo consistentemente certos princípios sobre a relação língua/sujeito/história ou, mais propriamente, sobre a relação língua/ideologia, tendo o discurso como lugar de observação dessa relação. E aí podemos falar de como os estudos e pesquisas em análise do discurso, dessa filiação, se constituiu com a sua especificidade no Brasil, na França, no México etc., tendo o Brasil como um lugar de forte representação (Orlandi, 2003 p. 03-04).

Nessa filiação é que nos encontramos e situamos as questões de nosso estudo. É sobretudo, nesse encontro da língua com a ideologia, da relação língua, história e sujeito que pensamos o discurso, que reescrevemos o problema do discurso, que o compreendemos como sendo seu ponto nodal. Pensamos, então, no sentido de uma tradição ou de uma filiação teórica, mas não com a definição de norma, de dogma ou de uma doutrina. Uma filiação que corresponda mais a uma certa herança, um legado que promova uma inscrição específica. Nesse sentido,

o tema *filiações* traz em si algo de natureza ambivalente que é difícil, às vezes, explicar para alguém de fora e nem sempre é pacífico para os que estão dentro. Afinal, filiação lembra fios, dependências, cruzamentos, alianças separações, patrimônios, heranças... Noções essas que apontam para união mas também para desavença, para aproximações e distanciamentos, para uma harmonia, enfim, sempre instável como uma família, ainda que os laços sejam quase sempre, definitivos. Mas, o laço que simboliza uma filiação, assim como acolhe e sustenta, também aprisiona e limita. Como se vê, quanto mais próximo maior o risco de conflito... Esse é mais um dos paradoxos que temos que lidar em nossa área: tornar distinto o que muitas vezes parece indissociável (Ferreira, 2008, p. 38).

Essa ambivalência das filiações se torna mais oportuna quando pensada juntamente com o tema das singularidades. Há algo de singular naquilo que mesmo possuindo uma filiação não corresponde necessariamente a uma cópia fiel. Há algo que não é pacífico, que é instável e que gera a singularidade. Ser singular para Ferreira (2008) significa encontrar uma maneira de ser presente, sem desafinar, mas sem fazer coro somente: “ou seja, sem romper com os fios que nos prendem a uma referência, ser capazes de buscar caminhos próprios dentro desse espaço e, assim, fazer a diferença” (p. 38).

Este é o nosso ponto de partida. Ele nos permite aprofundar e tecer um diálogo com outros teóricos que ao longo dos anos pensaram e redimensionaram o problema do discurso. Autores como Bakhtin/Volochínov e Foucault que tiveram suas obras lidas e comentadas pelo próprio

Pêcheux e autores mais contemporâneos que nos ajudam a compreender este processo e trazem outros aspectos teóricos relevantes para análise: Gregolin (2004), Malidier, (1994), Mussalim (2012), Angermüller (2016), Orlandi, (1994), entre outros.

Porque fazemos todas estas considerações? Para que saibamos de modo mais claro as posições teóricas aqui tomadas, em relação ao discurso e seu modo de funcionamento. Para que ao dizermos “Análise do Discurso, Análise Francesa do Discurso ou Análise do Discurso Francesa”, o leitor saiba que não estamos nos referindo a um projeto teórico fechado, acabado e que possui ainda intenso debate acerca de suas propostas, seus limites e seus conceitos. Para tornar claro que trabalhamos com autores com posições teóricas por vezes distintas, mas cujas diferenças não impedem o exercício de um diálogo profícuo para analisarmos e compreendermos a língua em seu funcionamento, ou seja, em seu trabalho simbólico, fazendo/mobilizando sentido(s).

Assim, além de definirmos com clareza o que entendemos por Análise do Discurso e o que é o próprio conceito de discurso, também intentamos compreender um pouco mais a formação deste campo, não só para o esclarecimento daqueles que pouco conhecem ou nunca haviam lido a respeito, mas para “interrogar o solo epistemológico e político no qual os conceitos se delinearão, se digladiaram e constituíram um corpo teórico-metodológico que sustenta, hoje, as formulações de nossos trabalhos” (Gregolin, 2006, p.11).

2.1. Propostas teóricas: sobre Pêcheux, Foucault e Bakhtin

É difícil a tarefa de compreender a Análise do Discurso, sem cair em posicionamentos históricos simplistas. Seria mais fácil se escolhêssemos uma narrativa já descrita em que as incursões conceituais estivessem feitas e reconhecidas, alguns debates teóricos ausentes e, em consequência, sossegados e consensuais. No entanto, como diria Malidier (1994, p.15), estamos “longe de abarcar a totalidade de uma história já longa e complexa”, até porque a pretensão da totalidade de uma história é somente uma presunção teórica. Trabalho árduo e impossível de ser feito. Também está longe de nossos objetivos neste momento percorrer os caminhos exaustivos de uma história da Análise do Discurso. Recorremos à história na medida em que ela nos esclarece a emergência dos conceitos abordados e a própria teoria-metodologia aqui adotada.

Como exposto em parágrafos anteriores nos inscrevemos em uma filiação teórica que pensa o discurso na intersecção entre língua/sujeito/história. A partir dessa concepção apresentamos

alguns autores que ao trabalharem o discurso ao longo do século XX tocam nas questões relativas a estes três aspectos. Estes autores possuem muito em comum e, paradoxalmente, muitos dos elementos que os aproximam são por vezes aqueles que os afastam teoricamente. Um dos primeiros aspectos que nos permite pensar nesta relação diz respeito a quão recorrente estes nomes aparecem juntos em trabalhos que visam abordar o discurso. Estamos falando de Pêcheux, Foucault e Bakhtin.

Essa aparição constante e conjunta nos constructos teóricos dos estudos em Análise do Discurso decorre de um histórico, ou melhor, das heranças e filiações teóricas nas quais boa parte das pesquisas têm sido realizadas no Brasil. Estes nomes figuram como “autores centrais” para se pensar o problema do discurso, possuem o status e reconhecimento como clássicos deste campo. Porém, esta situação tem possibilitado certa homogeneização entre posições teóricas distintas acarretando em determinados apagamentos teóricos e políticos e na supressão de identidades (Gregolin, 2016; Sargentini, 2006). Mas, estas aproximações teóricas não se fizeram por coincidência ou por mera justaposição conceitual. Não é de todo incompreensível saber porque muitos de nós considera possível o diálogo entre estes autores. Ele é sim possível, mas com o necessário cuidado. Em uma leitura rápida observamos prontamente que eles se posicionam em relação à história, a língua e ao sujeito, ou seja, possuem suas próprias interpretações ao redor do marxismo, da linguística saussuriana e das formulações psicanalíticas de Freud (Gregolin, 2006). Porém, eles possuem *uma* interpretação, isto quer dizer, cada um apresenta sua leitura e um posicionamento próprio - inclusive de distanciamento. É assim que de uma aparente aproximação decorre um afastamento mútuo.

Então, quando pensamos numa história da Análise do Discurso buscamos um passado, ou encontrar/compreender no passado, os caminhos intelectuais que assumem a relação teórica entre língua/história/sujeito e que permitem um encontro destes autores para além da aproximação exercida por aqueles que estudam e refletem sobre o discurso - entendendo até mesmo, as razões disso ser feito. Buscamos uma história que nos possibilite enxergar tais identidades e realçar as heterogeneidades políticas e teóricas.

De início, essa procura nos insere num determinado contexto dentro da própria Análise do Discurso no Brasil. Um contexto em que do ponto de vista teórico teceu um imenso diálogo com o que foi a Análise do Discurso na própria França, ou melhor, do que lá foi promovido, do que chegou até aqui e do que fizemos a respeito dela.

Maldidier (1994) afirma que nos idos da década de 1970, na França, a Análise do Discurso já vivia os efeitos de uma espécie de vulgata, quer dizer, uma certa versão popularizada. Esta disciplina, diz a autora, havia “pego” muito rápido no campo das pesquisas francesas. O mesmo, arriscamos a dizer, ocorreu aqui no Brasil, de forma mais contundente a partir da década de 1980. Existe certa vulgata da Análise do Discurso em terras brasileiras.

Tal vulgata, a nosso ver, gira muito em torno da figura de Michel Pêcheux, especialmente quando nos aproximamos do trio língua/história/sujeito. Algo que faz sentido uma vez que este autor trabalhou com afinco nestas questões. Mas, ao nos aproximarmos da história que gravita em torno dele, terminamos incorrendo em alguns efeitos decorrentes da homogeneização e da busca por um só sentido dado a esta história: que a Análise do Discurso tem este autor como o único ponto de partida ou fundador; Foucault entra no debate e na história de formação deste campo praticamente resumido ao conceito de formação discursiva; os conceitos promovidos pelo Círculo de Bakhtin aparecem, muitas vezes, desligados das suas motivações filosóficas e de sua relação com o marxismo (Gregolin, 2004).

Gregolin (2016) chama a atenção para alguns destes efeitos no tocante ao desenvolvimento da Análise do Discurso no Brasil decorrente das posturas pecheutianas. A autora atribui a distância temporal e espacial à razão imperativa de muitos deles. Boa parte dos textos elaborados, a partir da segunda metade da década de 1970, não foram traduzidos ou não foram consideravelmente discutidos, acarretando uma vinculação teórica muito próxima do que foram as formulações de Pêcheux nos anos iniciais: forte proximidade com as teses althusserianas e as densas críticas à Bakhtin e Foucault no que concerne ao posicionamento deles perante Saussure e diante do “marxismo”.

Ainda no que corresponde à circulação dos textos de Pêcheux, no Brasil, a publicação da maioria deles não condiz com a cronologia original em francês. Esse lapso temporal terminou por comprometer o acompanhamento teórico das reformulações de Pêcheux, em relação a sua própria teoria. Disso, decorre uma grave mistura de muitos conceitos elaborados em momentos distintos, repensados e propostos a partir da leitura de outros autores (Gregolin, 2006).

Sim, Pêcheux foi um teórico do discurso muito ativo em suas próprias reformulações. Não que outros não o tenham sido, porém ele esteve atento e comprometido em tecer debates e diálogos com muitos outros autores, em especial Foucault e Bakhtin. Pensamos ser em vista

disso que muitos dos que se propõem a estudar as relações entre estes autores comecem a partir do projeto pecheutiano ou o tenha como fio condutor de análise⁵.

O próprio Pêcheux tendo em mente todas as reconsiderações e reconstruções realizadas pela Análise do Discurso na França, organizou no início da década de 1980, a história desta disciplina em três épocas - algo que condiz mais propriamente com suas incursões intelectuais e com seu modo de compreender e situar as transformações oriundas das crises e embates teóricos em torno do discurso. Este percurso proposto por ele é, por vezes, tomado por muitos como o próprio percurso da Análise do Discurso na França.

Em linhas gerais, a primeira destas épocas corresponde ao que Pêcheux chamou de AD-I. O que a delimita e a caracteriza está de acordo com a proposta por ele feita no livro *Análise Automática do Discurso* (1969). Nesse momento, Pêcheux tinha como objetivo principal desenvolver um método e uma teoria para a Análise do Discurso que melhor permitisse instituí-la. Segundo o autor, a AD-I “é um procedimento por etapa, com ordem fixa, restrita teórica e metodologicamente a um começo a um fim predeterminados e trabalhando num espaço em que as ‘máquinas’ discursivas constituem unidades justapostas” (Pêcheux, 1983, p.313). Aqui, as ideias de procedimento, de uma metodologia para apreender e trabalhar o discurso ficam claras. O discurso funcionaria como uma máquina fechada e inteiramente autônoma. A inspiração de Pêcheux para pensar a língua partiu, sem dúvidas, de Saussure, mas quando se trata da tal “análise automática”, ele bebeu um pouco nas fontes do estruturalismo de Zellig Harris - autor do termo Análise do Discurso. Da abordagem harrisiana evidenciam-se os traços do processo discursivo para demarcar os enunciados bases desta máquina (Angerüller, 2016; Gregolin, 2006). No que diz respeito aos sujeitos produtores do discurso, eles estão assujeitados, não são donos do seu dizer, mesmo acreditando que o sejam. Nesse momento, a proximidade estabelecida com as teses althusserianas sobre os aparelhos ideológicos de estado e o assujeitamento é forte e demarca *como* ocorre a presença do sujeito autor do dizer e do Outro no discurso. O sujeito do discurso é atravessado pela ideologia e pelo inconsciente. Dessa forma, não poderia ser a fonte e origem do seu dizer uma vez que reproduz o já-dito, o já-construído pela ideologia (Gregolin, 2006).

Enquanto escreve suas análises nos anos 80 do século passado, Pêcheux (1997, p.313) vai dizer que na AD-I “a existência do *outro* está subordinada ao primado do *mesmo*”. Algo que começa a ser abalado na AD-II da mesma maneira que começou a ser estremecida a

⁵ Seguindo esta linha de raciocínio é que Gregolin (2006) escreve seu artigo acerca das questões conceituais e metodológicas relativas à Pêcheux, Foucault e Bakhtin.

percepção da máquina discursiva como um sistema fechado. Isso tudo porque dialogando com Foucault, Pêcheux reconhece que o discurso não é uma estrutura fechada assim como o conceito de formação discursiva também não pode ser uma vez que este está sempre em contato com o exterior. Uma formação discursiva, segundo ele, é, por constituição, “invadida” por elementos de outras formações discursivas. Ou seja, o *outro* começa a tomar mais força na teoria e sua presença no discurso é melhor percebida e apreendida. A partir daí se inicia a preocupação com a heterogeneidade discursiva, é o momento em que conceitos como *interdiscurso* (o exterior específico de uma formação discursiva) aparecem. Segundo Gregolin (2006), a fase da AD-II foi o momento de reajustes teóricos e de grandes polêmicas, mas também da ratificação de sua vinculação com Saussure, Marx e Freud, refinando seu pensamento em relação à língua, à história, e ao sujeito.

O terceiro momento, AD-III, inicia-se na década de 1980. Maldidier (2003) vai compreender esta nova fase como sendo um processo de “desconstrução dirigida”. Em seu texto, *Análise do Discurso: três épocas*, Pêcheux apresenta muito mais questões sem respostas que incitam e provocam uma discussão e mostram os caminhos de sua inquietação teórica do que um posicionamento teórico fechado e rígido. Esse momento condiz com dois contextos - que não estão necessariamente separados um do outro - um político e outro intelectual. No plano político, Pêcheux vivia um distanciamento em relação às “posições dogmáticas sustentadas anteriormente a partir de sua vinculação com o Partido Comunista” (Gregolin, 2006, p. 64). Era um momento de grave crise política vivida pelas esquerdas francesas. De certa forma, esse movimento repercutiu em sua proposta teórica, o que nos leva ao contexto intelectual. No início dos anos 80 do século passado, na França, novos nomes surgiam renovando as concepções a respeito do discurso. Foi um período de aproximação com as formulações da Nova História e, bem como com as teses foucaultianas que reorientaram alguns dos aspectos de sua teoria e abriram o caminho para um posicionamento menos dogmático (Gregolin, 2006; Maldidier, 2003).

Grosso modo, esse é o movimento intelectual pelo qual passou Pêcheux, ao longo de quase três décadas. O discurso para este autor, segundo Maldidier (2003) foi um verdadeiro “nó”. Não foi em momento algum objeto primeiro ou exclusivamente empírico. Ou seja, foi um lugar de entrelaçamento teórico onde se inscreveu e se pensou constantemente as questões sobre a língua, a história e o sujeito.

No mesmo ano em que Pêcheux se lançava em sua “aventura teórica” (Maldidier, 2003), Foucault também irrompe abordando o discurso no cenário intelectual francês com a

publicação da “Arqueologia do Saber”, em 1969. Se Maldivier (1994) atribui a Pêcheux e Dubois, o duplo gesto de fundação da Análise do Discurso na França, a busca pelos inícios, pelos começos deste campo vai fazer com que Maingueneau (2006) proponha como atos de fundação desta disciplina, o lançamento das obras de Pêcheux e Foucault no final da década de 1960. Juntamente com estes atos estão as publicações da revista *Langages*, a partir de 1966. Esta última, na década seguinte, teve importante papel para a divulgação e consolidação da Análise do Discurso, no campo da pesquisa francesa (Maldivier, 1994).

A Arqueologia do Saber não foi o primeiro livro publicado por Foucault. Antes dele, este filósofo havia lançado, em 1962, *História da Loucura na Idade Clássica*, em 1963; *O Nascimento da Clínica* e, em 1966, *As Palavras e as Coisas*. Segundo, Gregolin (2006) dentre as intenções que orientavam a escrita da *Arqueologia do Saber* existia, por parte de Foucault, a formulação de uma resposta, de um diálogo estabelecido pelo autor com seus críticos e com ele mesmo tendo em vista a repercussão de sua obra e de suas propostas nos estudos anteriores. Havia uma tentativa de responder o que era o método arqueológico por ele formulado e apresentado. Contudo, por mais que muitos quisessem encontrar naquele livro, um método para as pesquisas históricas, a arqueologia elaborada pelo filósofo francês não era um ponto de partida, mas sim, um ponto de chegada (Machado, 2006). Como então, encontrava o discurso nesta obra? Como Foucault pensava o discurso em relação à língua, a história e o sujeito?

Grosso modo, podemos dizer que o grande objetivo de Foucault nestas obras era o de compreender a formação das ciências do homem e do próprio homem enquanto objeto de investigação. Todas as suas análises se concentram na fabricação do “sujeito”, ou seja, correspondem a uma grande pesquisa histórica sobre as ciências do homem, na modernidade (Machado, 2006). Ele busca fazer isso tendo como base a reconstrução geral dos sistemas de pensamento de certas épocas, a partir da qual é possibilitada a formação de um jogo de opiniões simultâneas e aparentemente contraditórias. Em *As palavras e as coisas*, por exemplo, Foucault trabalha com uma teoria da *episteme* “que define o modo específico que organiza de maneira global e sistemática o pensável e o dizível em uma sociedade, em um momento histórico específico” (Angermüller, 2016, p. 20). É nessa busca pela história dos saberes que Foucault tece uma relação entre discurso, a História, e o sujeito na produção dos sentidos (Gregolin, 2006).

Foucault, no intuito de compreender o movimento de nascimento das ciências humanas e do próprio ser humano como objeto e como sujeito, se preocupou, sobretudo, com a formação

dos discursos institucionais, ou melhor, questionou acerca do lugar institucional da prática discursiva (Angermüller, 2016). Em suas abordagens trabalhou essencialmente com uma tríplice aliança que convergia para Nietzsche, Freud e Marx. Por outro lado, seu posicionamento filosófico se aproximou também de Nietzsche, Kant e Kierkegaard. Já o posicionamento linguístico de Foucault distanciava um pouco daquele da matriz saussuriana ainda que o estruturalismo estivesse presente nas suas obras (Gregolin, 2006).

Segundo Gregolin (2004) na *Arqueologia do Saber*, este filósofo discute excessivamente o conceito de enunciado definindo-o em relação à língua como um sistema de possibilidades de construções enunciativas. Seu posicionamento fica muito mais próximo da Semiologia de Barthes. Já para Angermüller (2016), há uma mudança significativa entre *As Palavras e as Coisas* e *A Arqueologia do Saber*. No primeiro, Foucault compreende

a produção dos saberes como uma atualização de signos de acordo com certas regras gramaticais (*episteme*, língua, código), possuem significações semióticas estáveis independentemente de seus contextos específicos, a *Arqueologia do saber* se concentra sobre os contextos, os campos e as formações sem as quais é impossível determinar a significação dos enunciados (Angermüller, 2016, p. 23).

Nesta última obra, Foucault se concentra muito mais no enunciado. O alvo de suas considerações não era o discurso em si, mas sim, o conjunto dos enunciados, ou seja, a descrição das suas condições de existência, de seu sistema de formação. O discurso é compreendido como um conjunto de enunciados correspondente a um mesmo sistema de formação. À este sistema de formação Foucault chama de “formação discursiva”⁶ (Mussalim, 2012).

Foucault impactou mais diretamente o pensamento de Pêcheux no final dos anos de 1970 e início de 1980 quando este começa a reformular e revisar sua teoria. Anteriormente ele teceu uma crítica afirmando que o não comprometimento direto de Foucault com as teorias de Saussure promovia, com relação à teoria linguística, *elisão da língua*⁷ (Gregolin, 2004). Essa leitura ou certa ideia acerca das teorias linguísticas na obra de Foucault faz com que Maingueneau (2006), por exemplo, compreenda que dentre vários teóricos do discurso, este filósofo foi o que esteve mais longe das questões linguísticas que poderiam envolver o discurso. Talvez, isso ocorra, a partir de uma *certa* leitura, ou da não compreensão do papel da

⁶ Com o conceito de formação discursiva também é encontrado em Pêcheux e por ele formulado (nesse sentido, para Baronas (2011), este conceito possui dupla paternidade).

⁷ Para Pêcheux, Saussure era o grande nome da linguística e ao perceber certa ausência de uma discussão em termos da linguística saussuriana considerou que Foucault promoveu uma exclusão, eliminação da língua em sua análise discursiva.

língua na proposta arqueológica de Foucault. Assim, uma das generalizações sofridas por este filósofo é a que diz que sua obra não tem nada a ver com o discurso (Gregolin, 2004).

Muito pelo contrário. Foucault em 1971 lança *A ordem do discurso*, livro no qual é transcrita sua aula inaugural do Collège de France, do ano anterior. Nele, o autor trabalha, sumariamente, a ideia de controle do discurso, como este está submetido a um jogo de regras de poder, limitações e validação. Ainda que não tenha se preocupado, como Pêcheux, em instituir a Análise do Discurso como uma disciplina, Foucault não cessou de trabalhar sobre o discurso e sua investigação (Angermüller, 2016).

Também não foi a pretensão de Bakhtin e seu Círculo instituir a Análise do Discurso como uma disciplina. No livro *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (1929), na verdade, nem se fala em uma análise do discurso nos termos aqui discutidos. O que é primordial para Bakhtin/Volochínov (2017) é que se discuta e promova um trabalho marxista sobre a filosofia da linguagem. A empreitada assumida, segundo eles mesmos, apresenta tons modestos uma vez que não havia até aquele momento, nenhum estudo que versasse sobre este tema e desta forma. Contudo, o discurso não estava fora do alcance das reflexões da obra mencionada. Ele fazia parte da problemática e dos objetivos e das investigações da filosofia da linguagem compreendida no momento de escrita e elaboração do *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (Grillo, 2017).

É difícil conceituar e falar de forma generalizada da obra de Bakhtin. Este autor muito escreveu e boa parte dos escritos não foram traduzidos ou ainda não são totalmente conhecidos. Acrescido a este aspecto ainda há as obras que escreveu em conjunto com outros intelectuais do chamado Círculo de Bakhtin. No caso do contexto epistemológico francês do século XX as obras do Círculo exerceram influência primeiro no campo da teoria literária. Bakhtin trabalhou muito a respeito do discurso literário e a obra que primeiro marcou presença na França foi *Problemas da poética em Dostoiévski* (1929). *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (1929) chegou um pouco depois e também um pouco depois é que aterriza no solo das problemáticas da Análise do Discurso (Brait, 2016; 2017).

É preciso ter em mente que assim como a obra de Pêcheux não chega ao Brasil seguindo a ordem cronológica de suas publicações e nem como um bloco coeso, a obra bakhtiniana e do Círculo também não chegou no Ocidente seguindo a linearidade de suas publicações e foi, dessa maneira, se tornando conhecida pouco a pouco (Brait, 2016). Mas, há ainda outra particularidade. No Brasil, a recepção de trabalhos como *Estética da Criação Verbal* e

Marxismo e Filosofia da Linguagem ocorreu mediada pelas versões francesas que condicionaram e orientaram sua recepção. Estas versões terminaram por fundamentar, de acordo com o discernimento dos estudos franceses, as noções de enunciado/enunciação e, contribuíram durante certo tempo para o apagamento das discussões sobre os gêneros de linguagem, por exemplo. Isso tudo, somado ao prestígio das teorias francesas do discurso no Brasil, nos ajudam a compreender alguns dos motivos que levaram ao apagamento das diferenças teóricas e da homogeneização de concepções distintas em detrimento de um campo universal chamado “Análise do Discurso” (Grillo, 2007).

Nos últimos anos o que se anuncia em torno das análises e propostas do Círculo de Bakhtin e dele mesmo é a Análise/Teoria Dialógica do Discurso. Porém, o que o autor russo estava mais preocupado em pensar e formular girava em torno do conceito de *Metalinguística*. É por este conceito que podemos traçar um fio condutor para compreender em linhas gerais o que se passou nos problemas da linguagem e do discurso abordados nas obras do Círculo e por Bakhtin como um todo (Brait, 2016).

O que Bakhtin imaginava para a *Metalinguística* era, na realidade, a criação de uma nova disciplina com uma nova abordagem para as questões da linguística e do discurso. Grande parte desta discussão foi feita em "*Problemas da poética em Dostoiévski*" (1929). Nesta obra, Bakhtin falava que seu objetivo era estudar o discurso a língua em sua integridade concreta e viva e não a língua compreendida enquanto objeto específico da Linguística” (Bakhtin, 2002). *O discurso é a linguagem em uso* e, ao longo do livro, o autor vai refinando este objeto de estudo até chegar a compreendê-lo como *relações dialógicas*. Estas relações são extralinguísticas e o diálogo ocorre de várias formas, incluindo o diálogo do autor consigo mesmo. O que é distintivo deste pensamento do Círculo e da *Metalinguística* e que termina se tornando uma característica fundante é a abordagem do discurso tanto pela compreensão de sua materialidade interna, quanto externa. A compreensão da comunicação dialógica é o que dá vida à língua para Bakhtin. Porém, ela não anula a linguística, ou seja, o interno, as relações lógicas, sintáticas, semânticas, etc. Bakhtin lembra que as relações dialógicas são impossíveis sem as relações lógicas, sendo, porém, irredutíveis a estas. A abordagem do discurso não pode ocorrer com exclusividade a partir de um ponto ou de outro (Bakhtin, 2002; Brait, 2016).

Estes breves apontamentos acerca destes três autores são o início para pensarmos as nossas heranças e filiações teóricas a respeito do discurso. Mais especialmente, para que possamos estabelecer uma relação com estas abordagens, e a partir daí, tomando os cuidados teóricos

cabíveis, nos situarmos em uma proposta do discurso que nos permita melhor pensar nosso objeto.

Desse modo, como diria Sargentini (2006) e Gregolin (2006), lembrando a assertiva do próprio Pêcheux (2006) é preciso que conheçamos estes autores para que ao trabalhar suas propostas não os tornemos *fetiches teóricos*.

A evocação de alguns nomes próprios (Saussure, Wittgenstein, Althusser, Foucault, Lacan...) ou a menção a campos do real (a história, a língua, o inconsciente...) não são suficientes para caracterizar uma posição de trabalho... Não serei eu obrigado a começar por uma série de ‘chamadas’ incidindo sobre pontos de definição que nada prova que não vão funcionar senão como signos opacos, fetiches teóricos? (Pêcheux, 2006, p.18)

Assim, a evocação dos nomes próprios Pêcheux, Foucault e Bakhtin, se não é suficiente para caracterizar nossa posição de trabalho, é necessária para que possamos *construir essa posição*, nosso entendimento sobre o discurso e mobilizar o aparato teórico e metodológico da Análise do Discurso tendo em vista as especificidades de nosso objeto, o discurso da disciplina Geografia do Brasil, ministrada na UFMG, no período de 1939 a 1954.

2.2. Percursos teóricos: sobre a língua, o sujeito e a história

Não é tarefa fácil falar sobre a Análise do Discurso ou nos estudos acerca da Linguística, sem mencionar Ferdinand Saussure. Nem seria algo de todo recomendado uma vez que é quase impossível compreender o movimento teórico em que a Análise do Discurso da qual nos orientamos foi formulada. Estranho seria tentar compreendê-la sem a ele fazer menção e, de modo mais específico, ao estruturalismo - por aqui, já mencionado. Dentre os principais teóricos por nós estudados, especialmente Pêcheux e Bakhtin foram os que traçaram uma relação mais contundente com as ideias saussurianas por, em princípio, confrontá-las para compreender o que seria o discurso e sua relação com o linguístico. Já Pêcheux quanto Foucault traçaram uma relação mais direta com o estruturalismo enquanto movimento intelectual. Contudo, não da mesma forma.

Tendo Pêcheux e Foucault vivido em um contexto histórico e geográfico diferente que Bakhtin, também foi diferente a relação deles com as ideias de Saussure. Destoando dos filósofos franceses, Bakhtin, na realidade, teve contato com as ideias dos formalistas russos e sua aproximação com a obra do autor genebrino foi muito mais direta. Quer dizer, a proximidade temporal entre eles é muito maior. A primeira publicação de *O Curso de Linguística Geral* de Saussure data de 1916, sendo que Bakhtin e o Círculo escrevem muitas

de suas ideias e o próprio *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, ainda na década de 1920. O contato que Michel Pêcheux terá com o livro de Saussure ocorre somente em meados do século XX, quando muito a respeito desta obra já havia sido dito e discutido. Portanto, as leituras ocorrem em momentos históricos diferentes, produzindo efeitos de sentido distintos. Podemos até mesmo dizer que eles estariam dialogando com “dois saussures” díspares (Gregolin, 2006).

O pensamento de Saussure foi fecundo nas análises linguísticas durante o século XX, tanto no sentido daqueles que promoviam estudos com base em suas propostas quanto daqueles que procuraram confrontá-lo construindo, assim, um intenso diálogo com sua obra. *O Curso de Linguística Geral* (*O Curso* para encurtar), se tornou um clássico e Saussure é considerado um dos pais da linguística. Sua influência é imensa até hoje e seu livro passou a ser concebido como um discurso fundador deste campo (Fiorin et al, 2013).

Mas, o que disse Saussure para que houvesse tanta repercussão? *O Curso* é um livro organizado por dois de seus discípulos, a partir das anotações de seus alunos durante os três cursos ministrados por ele, na Universidade de Genebra, entre os anos de 1907 e 1911. Neles, o linguista genebrino elaborou um novo objeto para a Linguística, a *langue* e compreendeu a língua como uma instituição social e como um sistema de signos. No livro existe uma preocupação para pensar e dotar a Linguística, de status científico. Para tal, Saussure concebe a língua como um sistema de valores puros. Ao fazer isso, ele elimina e desacredita de sua teoria concepções que a compreendem como uma descrição do mundo e se afasta de perspectivas abstratas, empiristas e psicologizantes (Fiorin et al, 2013). Em contrapartida, concebe a língua enquanto sistema e estabelece regras claras, calcadas em um método rigoroso que consistia em uma abordagem descritiva e sistêmica. A noção de sistema foi importante para construir a ideia da língua como um sistema de valores assentado em suas diferenças puras e não em seus conteúdos ou em produtos de uma vivência. Por meio da noção de sistema, ele compreendeu cada elemento linguístico, em uma posição relacional. O valor de cada um é retirado de uma relação pensada a partir de um todo. Assim, foi que ele pode tecer essas relações estabelecendo dicotomias como língua/fala, sincronia/diacronia, significante/significado, sintagma/paradigma (Gregolin, 2014).

Assim, Saussure concebeu uma teoria em que a língua era pensada como um sistema de regras fechadas em si mesma e possuidora de um caráter autônomo. Ou seja, ao ser formada por regularidades internas seria possível estudá-la em sua totalidade sem que as

irregularidades (influências externas), perturbasse o sistema, uma vez que não faziam parte de sua estrutura. Em virtude da língua não ser assimilada e compreendida como possuidora de uma relação com o mundo, mas como uma integrante de um sistema autônomo caracterizado por uma estrutura interna é que o objeto passa a ser construído: ele é definido no interior da estrutura em que se encontra (Mussalim, 2012).

Em resumo, podemos dizer que a Linguística elaborada a partir do pensamento saussuriano leva em consideração que

a língua “é um sistema que conhece apenas sua própria ordem” (cl g: 31); “é um sistema do qual todas as partes podem e devem ser consideradas em sua solidariedade sincrônica” (cl g: 102); “é uma forma e não uma substância” (cl g: 141) e de que a Linguística “tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma” (cl g: 271) (Fiorin, et al, 2013, p. 07).

Além de ser considerado um clássico, o valor teórico destas elaborações fez com que a publicação de *O curso* passasse também a ser tido como um momento “divisor de águas” uma vez que estando em consonância com os preceitos científicos em voga naquele período, demarcou uma passagem entre o que seria considerada uma linguística “pré-científica” e uma linguística propriamente científica (Gregolin, 2014). É nesse sentido que Fiorin et al (2013) falam a respeito de Saussure como um discurso fundador: um discurso fundador só pode sê-lo quando confronta e responde a outros. Neste caso, essa “fundação” ocorreu tendo em vista outras teorias linguísticas, como também a conformidade à uma certa perspectiva a respeito da ciência. O valor científico era dado em correspondência aos princípios de cientificidade vigente nas propostas do positivismo: uma ciência tinha de ser dotada de rigor teórico e metodológico e organizada segundo suas próprias leis. A estes preceitos, a linguística saussuriana parecia corresponder muito bem.

Dessa forma, o que o século XX irá vivenciar é uma difusão “das sementes do instrumental estruturalista a partir da linguística como disciplina piloto para todas as Ciências Humanas” (Sales, 2003, p. 163). Sendo *O Curso* uma obra póstuma, ficou a cargo de outros autores divulgarem as formulações saussurianas como Trubetzkoy e Jakobson, ambos da Escola de Praga. Já Hjelmslev ao lançar a revista *Acta Linguistica*, em 1939 foi um dos grandes divulgadores do estruturalismo como um programa fundador. Contudo, não foi Saussure autor do termo “estruturalismo”. Este, como já vimos, usou muito mais a ideia de *sistema* para compor suas elaborações teóricas. A escolha pelo estruturalismo foi posterior e foi algo de responsabilidade dos seus divulgadores. Também foi uma escolha que ultrapassou uma questão de mera nomenclatura dizendo respeito muito mais, as características centrais

conferidas ao estruturalismo nas ciências humanas. Trubetzkoy, Jakobson e Hjelmslev começam, então, esta transformação epistemológica creditando ao estruturalismo a capacidade de dotar as ciências humanas de valor científico, ou seja, de torná-lo uma ciência régia para as demais (Sales, 2003).

A França foi um dos países em que a proposta estruturalista e o pensamento de Saussure adquiriram grandes proporções nas ciências humanas, uma vez que levantaram diversos e novos problemas a partir de uma nova perspectiva. Tal êxito foi sentido especialmente nas décadas de 1950 e 1960, em razão do seu método rigoroso e por ser considerado um movimento de forte consciência crítica. Dessa forma, em seu início, ele representou um poder de contestação e de contracultura, sendo um movimento moderno que se contrapunha à “velha metafísica ocidental” (Sargentini, 2006). Ele se tornou o lugar seguro onde muitas ciências humanas poderiam se guiar. O efeito foi sentido com Merleau-Ponty na Filosofia, com Lévi-Strauss na Antropologia, com Barthes na Literatura, com Lacan na Psicanálise, para citar alguns nomes. Mas, isso não significou que o estruturalismo se desenvolvesse da mesma forma nestes domínios. Ele terminou se constituindo como um movimento muito diversificado, e manteve certa relação com as formulações da linguística saussureana (Gregolin, 2004; Mussalim, 2012).

Este contexto incidiu de forma relevante na proposta inicial de Pêcheux, para a Análise do Discurso. Em primeiro lugar é importante lembrar que este filósofo tinha em mente um objetivo claro para sua proposta teórica: torná-la uma disciplina, instituí-la enquanto uma ciência do discurso e, para isso, o fez assentado no estruturalismo. Fosse o estruturalismo lacaniano que relia Freud, fosse pelo estruturalismo de Althusser que relia Marx, ou pelo estruturalismo do próprio Saussure para abordar a língua. Mas, não foi só isso. Pêcheux tinha objetivos políticos relacionados ao seu projeto teórico. Sem distinguir inicialmente teoria e prática política, Pêcheux elaborou um projeto em que o fazer ciência e o fazer política se refletiam como num espelho - algo que em seu posterior revisionismo teórico irá criticar (Gregolin, 2008).

Ainda que Pêcheux tenha ao longo dos anos revisitado suas propostas, é preciso entendermos seu movimento inicial em direção à Análise do Discurso e a conjuntura intelectual da qual esteve inserido na década de 1960 para compreendermos sua relação com a Linguística e com Saussure. Segundo Malidier (2003) foi a partir da sua entrada na Escola Normal Superior (ENS) da rua d’Ulm, em Paris e, do seu percurso como pesquisador do CNRS, no Laboratório

de Psicologia Social, que Pêcheux entra em contato com professores e autores que influenciaram sobremaneira seu pensamento. Estamos falando de Louis Althusser que o aproxima do marxismo e da psicanálise, como também de Canguilhem e Bachelard que o conduz aos estudos da história das ciências e da epistemologia. Na ENS, Pêcheux se torna filósofo. Sua formação ocorreu num “lugar de ardor teórico em que o pensamento buscava um novo fôlego nos encontros interdisciplinares inéditos” (Maldidier, 2003, p. 17).

A aproximação com Althusser será crucial. Não só porque a partir dela e pela sua imersão no ENS ocorre uma mudança em sua postura política acarretando também a sua entrada *na* política, mas porque por meio da filosofia de Althusser, Pêcheux se orienta e orienta suas críticas e leitura à proposta linguística de Saussure.

Em *Análise Automática do Discurso* Pêcheux também está preocupado com o terreno da epistemologia e com a situação das ciências humanas e sociais. Na percepção de Maldidier (2003), todo o livro deve ser compreendido como um conjunto de proposições alternativas, pois a teoria do discurso ainda não aparecia com toda força, estava para nascer. Segundo esta autora, é dessa forma que os nomes de Marx e Freud são apenas evocados, mas o de Saussure está sempre presente. Este, para Pêcheux, é o fundador da ciência linguística uma vez que o deslocamento operado por Saussure da função da língua para o seu funcionamento é um ganho científico do qual não se podia voltar atrás. Este ganho é que torna primordial a linguística saussuriana. Pêcheux, ainda de acordo com Maldidier (2003) também atribui à concepção da língua como um sistema, o momento de realização do “corte epistemológico” efetuado por Saussure.

Portanto, Pêcheux parte do linguista genebrino para pensar o discurso, e a *langue*, mas não se assegura de todo seu pensamento. Para a autora, sem necessariamente propor uma “superação”, o filósofo francês destoa especialmente no tocante a dicotomia língua/fala. Para ele, Saussure foi capaz de mostrar e compreender toda a complexidade da língua ao concebê-la ao mesmo tempo como instituição social e como sistema de signos. O caráter de instituição social atribuído à língua é dado em razão desta ser um produto da coletividade. Ela é um sistema abstrato, virtual em que os valores estabelecidos para ela são parte de uma convenção social. Enquanto sistema de signos, a língua só pode ser compreendida em relação ao todo (Rodrigues, 2008; Maldidier, 2003). É por meio da relação que um signo estabelece com o outro e do seu caráter negativo, ou seja, um signo só existe quando estabelece uma relação com outro, que ele não é. Assim, o valor do signo só pode ser relativo e negativo: não

significa cão, porque não significa gato e assim sucessivamente. O significado de um signo só pode ser atribuído em contraposição aos demais (Orlandi, 1990).

Assim é que partindo das formulações de Saussure, Pêcheux afirma que a separação drástica entre língua e fala é ilusória. A língua, para Saussure é compreendida como sistêmica e por isso objetivamente apreendida e cientificamente estudada. Já a fala possui um caráter diferente. Não pode ser objetivamente apreendida por variar de acordo com os falantes que a usam e selecionam seu uso de acordo com a situação da comunicação. Segundo o filósofo francês, ao proceder dessa maneira a Linguística terminou criando a Morfologia, a Sintaxe, e a Fonologia, mas acabou por abandonar a constituição e o estudo da Semântica, lugar cativo das contradições da Linguística (Mussalim, 2012). A língua concebida sem a fala não abarca as possibilidades do sentido uma vez que este não é único e restrito ou não se encontra preso ao nível da estrutura da língua. Assim, para Pêcheux, o objeto da Semântica é o sentido e este foge às propostas de uma Linguística da Língua e isso possui implicações consideráveis para pensar tanto a língua quanto o discurso. O que faz parte do *real da língua* é o seu equívoco e este é um fato estrutural. Se não fosse pelo equívoco na língua, não haveria a movência dos sentidos, não haveria a possibilidade da metáfora, dos jogos de palavras e, dos deslizamentos, por exemplo. Dessa forma, o sistema da língua apresenta um caráter duplo: ao mesmo tempo em que permite a regulação, contém a criatividade, torna possível o contentamento da simetria assim como a tragédia da abertura de cada palavra (Gregolin, 2016). Desse modo,

esse fato incontornável faz com que a fronteira que separa o linguístico e o discursivo seja constantemente recolocada em causa de toda a prática discursiva, pois as “sistematicidades” não existem sobre a forma de um bloco homogêneo de regras organizadas à maneira de uma máquina lógica (Gregolin, 2016, p. 38).

Segundo a teoria do valor de Saussure⁸, a significação é concebida como sistêmica. Para Pêcheux, o que acontece é justamente o oposto: a significação não pode ser sistematicamente apreendida e isto em razão dela não ser da ordem da língua, e sim, da ordem do discurso. E se ela é da ordem do discurso também é da ordem do sujeito. A ilusão promovida pela separação entre língua e fala na proposta saussuriana parte de uma concepção específica a respeito do sujeito no processo discursivo do qual Pêcheux não compartilha. Para ele, a linguística científica pensa o sujeito como livre e fonte do sentido. Na realidade, para Pêcheux o sujeito é *assujeitado* e em razão disso ele não pode ser a fonte do sentido. Assim, partindo das

⁸ A teoria do valor diz respeito à definição do que um signo é dentro do sistema linguístico. Para Saussure, os signos linguísticos existem a partir de uma relação diferencial e negativa com os demais signos. Isto quer dizer que um signo só pode ser compreendido e adquirir valor em relação aos outros. A medida em que ele não é esses outros signos. Por exemplo, o laranja só pode ser laranja porque não é azul, nem verde, nem preto, etc.

reflexões de Saussure, o autor francês retoma a dicotomia língua/fala somente para inscrever os processos de significação de outro modo. Nem o sujeito e nem o sentido é individual, e sim, histórico e ideológico (Maldidier, 2003, Mussalin, 2012).

O assujeitamento do sujeito, o histórico e o ideológico presente no pensamento de Pêcheux tem o ponto de partida nas formulações do filósofo Althusser. Em resumo, fazendo uma releitura de Marx, Althusser se propôs a estudar o que determinaria as condições da reprodução social. Para ele há no processo ideológico da sociedade capitalista uma resposta. Buscando compreender o modo de funcionamento da ideologia, Althusser promove uma distinção entre uma “teoria das ideologias particulares” que exprimem as posições de classe e, uma “teoria da ideologia em geral” que salienta o procedimento responsável pela reprodução das relações de produção. Essa última torna-se o seu objeto de investigação fundamental. Contudo, para compreendermos a concepção ideológica de Althusser há um ponto importante a ser lembrado: a ideologia não está no campo das ideias, ela é prática, possui existência material. Ou seja, elas devem ser apreendidas enquanto práticas que reproduzem as relações de produção (Mussalim, 2012). Isto tudo em razão do materialismo histórico, que Althusser considera como a verdadeira ciência, ou melhor, a ciência da cientificidade das ciências⁹ (Gregolin, 2006, p.38). O materialismo histórico prioriza a materialidade da existência em detrimento da pretensão idealista da ciência de exercer domínio acerca do seu objeto de estudo, como se fosse possível controlá-lo, a partir de um procedimento aplicável. Para o materialismo histórico, esse posicionamento compreende a existência do objeto ao nível das ideias e, com efeito, o objeto real que existe para a ciência de qualquer natureza, existe independente dele ter sido conhecido ou não pela ciência. Ele está lá independente dos estudos científicos promovidos a respeito dele (Mussalim, 2012).

E como a linguística figura na relação com a perspectiva da teoria althusseriana? Para Pêcheux, a ideologia deve ser estudada no âmbito da sua materialidade, portanto, ela deve ser apreendida na linguagem, uma vez que esta última é o lugar privilegiado de manifestação da ideologia. Por meio da linguagem, a ideologia pode ser “captada” e estudada, ela se torna o caminho pelo qual se compreende o funcionamento da ideologia. É privilegiando a esfera do discurso e, mais especificamente, dos discursos e práticas promovidas pelos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) que o projeto althusseriano buscou apreender o funcionamento

⁹ Dividindo a obra de Marx entre o jovem Marx e o Marx maduro, Althusser afirma que no período de sua maturidade intelectual Marx rompe com a ideologia e constitui uma ciência pura possibilitando o deslocamento de sua teoria da práxis para a epistemologia (Gregolin, 2006).

da ideologia. A materialidade discutida e que figura no horizonte de preocupação althusseriana vai ser justamente aquela produzida discursivamente pelos AIE (Mussalim, 2012).

E por qual razão seriam os AIEs o lugar para tal empreendimento? Dentro da teoria althusseriana sobre o Estado, os Aparelhos Ideológicos de Estado juntamente com os Aparelhos Repressores de Estado (ARE) são os dispositivos apropriados e utilizados pela classe dominante para a manutenção e reprodução das condições políticas, ideológicas e materiais de exploração. Pois, não há manutenção da produção econômica capitalista sem que haja a reprodução das relações de produção. São da instância dos ARE: o Exército, o governo, a polícia, as prisões, etc. Os AIE são uma outra realidade que se situam ao lado dos ARE, mas não se confundem com ele. Fazem parte dos AIE: a escola, a família, a religião, a cultura, o sistema jurídico e o sistema político, etc. O que diferencia um aparelho do outro está na maneira como funcionam. Ambos funcionam pela repressão e pela ideologia, mas na prática estes aspectos possuem um peso diferente em cada um. Os ARE atuam primordialmente por meio da repressão, inclusive física, e subsidiariamente pela ideologia, enquanto os AIE atuam de início com a prevalência da ideologia e secundariamente pela repressão (Althusser, 2003).

Para Althusser (2003), o funcionamento da ideologia dominante está primordialmente assentado nos AIE. As condições necessárias para a reprodução das relações de produção ocorrem pela hegemonia ideológica exercida por eles. Preocupado, então, com o funcionamento da ideologia dominante e pensando na sua formulação da “ideologia em geral”, Althusser propõe três hipóteses, que são abstrações dos elementos comuns a quaisquer ideologias. Ela opera no âmbito das relações sociais e por isso consegue tornar a realidade suportável aos homens. Nesse aspecto, ele se refere ao caráter imaginário da ideologia, ao seu aspecto simbólico de representação da realidade. Na segunda, ele atesta a existência da ideologia e ela só pode existir em função de um aparelho e nas suas práticas. A ideologia nesse caso possui uma posição concreta porque molda as ações dos sujeitos. Ou seja, para Althusser a prática somente existe por causa de uma ideologia e por meio dela. E, por fim, ele vai afirmar que toda ideologia interpela os indivíduos em sujeitos. Isto significa dizer que a função exercida pela ideologia, neste caso, é constituir os indivíduos concretos em sujeitos. A interpelação e o (re)conhecimento do indivíduo em sujeito ocorre durante os diversos rituais da vida cotidiana. Estes rituais estão envolvidos nas práticas dos aparelhos ideológicos e é por isso que somente por eles e por meio deles que os indivíduos se transformam em sujeitos. (Brandão, 2014).

A tese da interpelação é importante uma vez que estabelece relação com o posicionamento anti-humanista de Althusser. Este posicionamento diz respeito a sua concepção de História e transformação da História. Nas palavras de Gregolin (2006),

esse anti-humanismo teórico leva à ideia da interpelação ideológica e está na base do conceito de História como um processo sem sujeito e sem fins, isto é, os sujeitos são agentes da História, mas determinados e introduzidos no complexo das relações sociais, jurídicas e ideológicas que, como condição de sua própria existência, impõe a todo indivíduo a *forma-sujeito*. Não são os homens em geral que exercem papel ativo na História, mas homens concretos revestidos da forma-sujeito, processo derivado da determinação ideológica. Por isso para Althusser a História não tem Sujeito nem sujeitos, mas apenas o motor da luta de classes. A subjetividade é um processo constante e histórico - extra-individual - de constituição de indivíduos em sujeitos, em determinadas “condições” (Gregolin, 2006, p. 134).

Sem necessariamente fazer um decalque do pensamento de Althusser, mas, ao mesmo tempo, tomando-o como forte inspiração, Pêcheux inscreve o sujeito e a ideologia na instância do discurso. Esse movimento de colocar o sujeito e a ideologia nas questões relativas ao discurso acarreta, para a instituição da disciplina, uma ruptura epistemológica em detrimento da linguística da Língua. Uma Linguística pensada em moldes saussurianos não poderia abarcar o problema do discurso, proposto por Pêcheux (Mussalim, 2012): “Somente uma teoria do discurso, concebido como lugar para qual convergem componentes linguísticos e sócio-ideológicos, poderia acolher esse projeto” (Mussalim, 2012 p. 117).

Esse movimento teórico feito por Pêcheux pode ser mais bem compreendido com o conceito de *condições de produção*. Conceito que, de acordo com Malidier (2003), tem raízes em Althusser e, portanto, é de base marxista, todavia é também muito utilizado em psicologia social com o objetivo de pensar as condições de produção das quais o discurso faz parte. Pensar as condições de produção do discurso é romper, em primeiro lugar, com a linguística da língua que não reconhecia a “externalidade” como pertencente ao universo da ciência da língua e da significação. Pêcheux parte de Saussure, porém, ao inscrever no discurso os processos ideológicos e históricos traz a “externalidade” para dentro do discursivo. Ou melhor, compreender estes processos inerentes à formação de um discurso e ao seu processo de significação e constituição dos sentidos. Aceita que a língua possui seu caráter formal, mas que a fala e o discurso não estejam circunscritos somente a essa formalidade, são antes de tudo, constituídos por um sujeito que é assujeitado, histórico e ideológico como o próprio processo de significação. Ainda segundo Malidier (2003) o conceito de formação discursiva foi cunhado para evocar tudo aquilo que estava fora dos domínios da linguagem e faz um discurso ser o que ele é: o tecido histórico que o constituiu.

Assim, pouco a pouco Pêcheux pensou e organizou um aparato conceitual que pensa o discurso como uma relação entre a língua e a História. A Análise do Discurso promovida por ele diz respeito à construção de um aparato teórico-metodológico que articula uma teoria das ideologias, no quadro do materialismo histórico. Sua maior inovação foi pensar o discurso de uma forma que não o confunde com a língua e nem a língua com a ideologia (Maldidier, 1993).

Contudo, Pêcheux também bebeu nas fontes do pensamento lacaniano para formular suas questões relativas ao sujeito e à ideologia. Segundo Mussalim (2012) partindo de Freud para estudar o inconsciente, Lacan encontrou em Saussure e Jakobson, a inspiração teórica necessária para dotar de sistematicidade um conceito “tão obscuro”. As ideias de Freud acerca do inconsciente impactaram sobremaneira a concepção acerca do sujeito. Passou então a ser questionada a ideia de sujeito homogêneo para reconhecê-lo como clivado, dividido entre o consciente e o inconsciente. Lacan, fazendo uma releitura de Freud, concebe que o inconsciente se estrutura como uma linguagem e abriga uma cadeia de significantes que interferem no discurso de fato. Essa interferência faz com que no discurso as palavras sejam sempre atravessadas por outras palavras, isto quer dizer, que no discurso, há sempre a presença do discurso do Outro, ou seja, o inconsciente. Esse Outro corresponde a outros discursos dos quais o enunciador não tem necessariamente consciência e com os quais ele estabelece uma relação de definição e identificação. São os discursos do pai, da Igreja, da Lei, etc.. O trabalho do analista seria exatamente o de buscar no discurso do enunciador identificar os discursos dos Outros. Assim, partindo da linguística e do estruturalismo, mesmo que tenha se afastado dele em alguns pontos, Lacan concebe que o sujeito se define em relação ao Outro e por isso, passa a ser um significante do Outro. Rompendo com a simetria existente entre os interlocutores no estruturalismo, Lacan admite que há uma preponderância do Outro em relação ao sujeito. Trata-se, portanto, de uma ordem anterior e exterior a ele, na qual ao estabelecer uma relação o sujeito se define e adquire sua identidade (Mussalim, 2012).

As formulações de Lacan vieram ao encontro das questões relativas ao sujeito, propostas na Análise do Discurso de Pêcheux. Elas proporcionaram uma teoria que condizia com os pontos centrais das formulações pecheutianas: os discursos eram produtos de um trabalho ideológico e não consciente (Mussalim, 2012):

calcada no materialismo histórico, a AD concebe o discurso como uma manifestação, uma materialização da ideologia decorrente do modo de organização dos modos de reprodução social. Sendo assim, o sujeito não poderia ser considerado como aquele que decide sobre os sentidos e as possibilidades enunciativas do seu

dizer, mas como aquele que ocupa um lugar social e a partir dele enuncia, sempre inserido no processo histórico que lhe permite determinadas condições e não outras (Mussalim, 2012, p.122).

Dessa forma, na perspectiva da Análise do Discurso pecheutiana, o sujeito não diz, o que diz, livremente. Ele sempre parte de um lugar social e de uma conjuntura histórica específica que condicionam o seu dizer e interferem no seu processo de significação. A presença do Outro no discurso atesta o lugar da ideologia, ou seja, sua presença no inconsciente que irrompe no discurso do sujeito e na formação da sua própria identidade.

Grosso modo, essa foi a proposta inicial da Análise do Discurso de Pêcheux. Ela não passou ao longo dos anos despercebida de críticas e nem de revisionismo, por parte de seu elaborador, como já dissemos em páginas anteriores. Ele abriu espaço para discutir suas formulações com novos autores e repensar a história, o sujeito e a ideologia dentro do nó que traz/faz o discurso. Assim, quando falamos nos estudos de Pêcheux e aplicamos seus conceitos, é preciso antes, saber de qual momento teórico estamos falando.

Se de um lado, a proposta inaugural de Pêcheux para a história tomava como referência o marxismo e a luta de classes, de outro Foucault buscou proximidade maior nas reflexões dos intelectuais envolvidos naquilo que ficou conhecido como o projeto da Nova História, bem como se aproximou da filosofia de Nietzsche. Se, de um lado, Pêcheux se ancora na linguística saussuriana para pensar a Análise do Discurso, Foucault, em suas primeiras obras se aproxima muito mais da semiologia - o que lhe permitiu considerar objetos na análise discursiva que iam além da palavra. O sujeito também, não era ideológico, porém, tinha no anti humanismo um ponto de encontro com Pêcheux e Althusser (Gregolin, 2006). Vejamos, então, como tudo se articula como discurso.

Se na década de 60 do século passado Pêcheux formulou sua teoria fortemente ancorada na linguística, podemos dizer que Foucault teceu uma relação muito mais forte com a História. Essa é uma relação evidente uma vez que na introdução da *Arqueologia*, ele apresenta este diálogo de maneira clara e a partir dele desenvolve seu procedimento teórico de investigação, análise e crítica (Foucault, 1997).

O conceito de História, no qual Foucault (1997) se ampara, busca romper com uma outra concepção desta disciplina, a de que ela “seria em si mesma, e de pleno direito *memória*”. Tal concepção trabalha com longos períodos e temas excessivamente políticos e, sobretudo, com a ideia de equilíbrios estáveis e difíceis de serem rompidos, com as regulações constantes,

com bases imóveis nas quais as narrativas recobrem grande parte. Foucault compartilha os princípios da Nova História, um movimento atrelado à Escola dos *Annales* na França do século passado e que tinha como objetivo se opor às concepções engendradas pela “história tradicional” (Burke, 1992).

Se opor porque não é fácil conceituar o que foi esse movimento. Ele foi muito mais unido no que diz respeito às críticas e às objeções à história tradicional - aquela história instituída no século XIX - do que pela homogeneização das novas abordagens. Se os historiadores tradicionais concebiam a História apenas como a história política, os historiadores dos *Annales* consideravam que tudo possui história, ou seja, que toda atividade humana detém uma relação com o passado e por isso possui uma história. Isso teve uma série de consequências. Algumas delas consideraram que se o objeto da história não está mais restrito ao âmbito do político - e político aqui concebido como apenas o que esteja atrelado a política oficial - novos objetos surgem e demandam novos conceitos, novos recortes temporais, novas evidências e uma revolução no âmbito do chamado documento. Este não poderia ser mais somente aquele de cunho oficial e possuidor de uma verdade histórica a ser decifrada. Os documentos são variados assim como são variados agora os objetos da investigação bem como os procedimentos metodológicos de sua apreensão (Burke, 1992).

Foucault (1997) então, compartilha essa mudança de olhar cuja “ a atenção se deslocou, ao contrário, das vastas unidades descritas como ‘épocas’ ou ‘séculos’ para fenômenos de ruptura” (p.04). Sua preocupação incide numa história que busca por deslocamentos, por movimentos de ruptura, de descontinuidade e de dispersão. Uma história que não seja uma busca incessante por inícios e origens, onde tudo que surge para deoat, termina incorporado e fazendo todo o movimento parecer mais coeso e contínuo. Pelo contrário, Foucault (1997) clama por uma história que seja “o espaço de uma dispersão”.

É com essa perspectiva que ele vai trabalhar em *Arqueologia do Saber*. É no espaço deste livro que ele almeja organizar o que seria a perspectiva arqueológica da qual já figurava no subtítulo de seu livro anterior "*As Palavras e as Coisas: uma arqueologia da ciências humanas*" (1966). Segundo Gregolin (2006) *Arqueologia* é um grande diálogo. Um diálogo de Foucault com ele mesmo, mas também, um diálogo dele com seus críticos.

No entanto, ele não faz isso sem recorrer a algumas críticas, tanto de si, quanto de tudo aquilo que encerra uma perspectiva de “estrutura fixa”, seja a história, seja o estruturalismo, por exemplo. Além disso, ele não escreve a *Arqueologia*, sem reservar o direito à mudança de

postura e perspectiva teórica: “não me pergunte quem sou e não me diga para permanecer o mesmo: é uma moral de estado civil; ela rege nossos papéis. Que ela nos deixe livres quando se trata de escrever” (Foucault, 1997, p. 20).

Mas, porque consideramos isso? Segundo Angermüller (2016) a palavra discurso vai aparecer pela primeira vez em Foucault somente na *Arqueologia*. Apesar do discurso ser o fio condutor das suas investigações epistemológicas anteriores, somente quando ele se afasta do quadro estrutural-semiótico é que ele pode dar início a uma reflexão original sobre o discurso. Este quadro estrutural-semiológico tem uma presença mais contundente em "A palavras e as coisas" (1966), obra que precede a *Arqueologia* (1969). Naquele livro, Foucault está preocupado mais precisamente em descobrir o código analítico do dizível e pensável. Ou seja, ele elabora uma teoria da *episteme* (saber), a “responsável” por definir a maneira específica como está organizado de forma sistemática e global, o pensável e o dizível, em uma sociedade e em uma conjuntura histórica também específica.

Ainda segundo Angermüller (2016), *As palavras e as coisas* é a obra de Foucault que mais corresponde aos postulados do estruturalismo¹⁰. Assim como a concepção de língua de Saussure, a *episteme* de Foucault, “recobre instâncias estruturais de geração e classificação, conduzindo Foucault a abordar os sistemas de pensamento histórico que organizam o discurso científico e protocientífico” (p. 20). Nesse sentido, a *episteme* em Foucault atua da mesma forma que a língua em Saussure, uma vez que ambas podem ser apreendidas como um princípio gramatical, um código gerativo que organiza o saber sócio-histórico de modo sistemático. Tudo aquilo que historicamente comporta o pensável e o dizível é concebido como o produto de uma *episteme* global em que o trabalho do analista consiste em decifrar as regras e leis (Angermüller, 2016).

Não é que Foucault abandone completamente o estruturalismo, em *A Arqueologia do Saber*¹¹. Alguns estudiosos até a compreendem, como um prolongamento teórico do que ele havia começado, em *As palavras e as coisas*. Porém, para Angermüller (2016), Foucault se concentra numa oposição entre uma abordagem estrutural-semiótica e uma abordagem focada na análise do discurso. A mudança significativa entre *As palavras e as Coisas* e *A*

¹⁰ A questão da *episteme* e sua abordagem não são exclusivas do livro *As palavras e as coisas*, elas acompanham o pensamento de Foucault, desde a *História da Loucura* (1962). Porém, segundo Angermüller (2016), o livro que mais carrega uma abordagem estruturalista é: *As palavras e as coisas*.

¹¹ A questão do estruturalismo na *Arqueologia do Saber* é por vezes controversa para alguns autores. Gregolin (2014), por exemplo, vai considerá-la ainda como uma obra estruturalista.

Arqueologia do Saber procede em função do deslocamento da *episteme* para *discurso*, como fio condutor da análise. No primeiro, Foucault compreende

a produção dos saberes como uma atualização de signos de acordo com certas regras gramaticais (*episteme*, língua, código), possuem significações semióticas estáveis independentemente de seus contextos específicos, a *Arqueologia do saber* se concentra sobre os contextos, os campos e as formações sem as quais é impossível determinar a significação dos enunciados (Angermüller, 2016, p. 23).

Segundo o próprio Foucault (1997) na *Arqueologia do Saber*, os problemas relativos à metodologia da história merecem atenção por duas razões. A primeira por desvelar até que ponto houve um afastamento do que se pensava ser a filosofia da história e, a segunda, por coincidir em algumas de suas questões, com problemas encontrados em vários domínios, como a linguagem e a etnologia. Estes problemas são compreendidos pela sigla estruturalismo. Assim, a concepção de história apresentada por Foucault vai de encontro aos postulados do estruturalismo:

para tornar válido este tema que opõe à “imobilidade” das estruturas, a seu sistema “fechado”, à sua necessária “sincronia”, a abertura viva da história, é preciso, evidentemente, contestar nas próprias análises históricas o uso da descontinuidade, a definição dos níveis e dos limites, a descrição das séries específicas, a revelação de todo o jogo das diferenças (Foucault, 1997, p.16).

Em alguns parágrafos adiante, Foucault (1997) revisando os caminhos teóricos percorridos em seus trabalhos anteriores procura estabelecer uma relação com o estruturalismo, que seja antes de tudo esclarecedora. Ele mesmo diz “eis algumas observações, antes de começar e para evitar qualquer mal-entendido” (p.18). A necessidade surge ao admitir que seus trabalhos anteriores foram esboçados com uma certa desordem sem que sua articulação geral estivesse clara. Portanto, a *Arqueologia* surge como o momento de dar-lhes coerência ou de colocá-los em prática. Ele pontua primeiramente que não se tratou de transferir para o domínio de seus trabalhos anteriores os postulados do estruturalismo testado em outros campos de análise, ainda que algo em suas pesquisas não soem estranhas à análise estrutural. Contudo, esse método não se encontra *especificamente* em jogo na *Arqueologia*. Em segundo, não se trata de aplicar categorias totalizadoras, nem de impor à história as formas da análise estrutural, mas antes questioná-las. E em último lugar, compreender um método de análise histórica que foi se descobrindo ao fazê-lo, “o solo sobre o qual repousa é o que ela descobriu” (Foucault, 1997, p.18).

Nesse ínterim, a respeito do estruturalismo, podemos nos questionar: como fica a questão da língua para Foucault? Na *Arqueologia* há uma resposta para isso. Foucault não está necessariamente preocupado em pensar o discurso nos termos de uma linguística da língua

como faz Pêcheux. Este último considerando Saussure, o pai da linguística e dada a importância atribuída ao seu trabalho, enxerga em Foucault, uma postura que elide a língua da análise discursiva. Ou seja, que a proposta foucaultiana apaga, elimina, exclui a língua uma vez que não trabalha de forma concisa com os preceitos da linguística saussuriana (Gregolin, 2006). Porém, antes que concordemos com Pêcheux, precisamos nos perguntar: como está a questão da língua para Foucault?

Retomemos alguns pontos em Foucault (1997). Ele procura se libertar de todas as noções e temas que dotam uma história seja ela qual for, de coesão, continuidade e unidade. Como por exemplo, os efeitos que abarcam as ideias de desenvolvimento, tradição, evolução, influência, espírito de época, etc. Ele se preocupa em questionar os “inícios verdadeiros”, as origens secretas e, em questionar domínios do saber e do discurso que estejam aqui ou ali e figuram como familiares. Assim, para Foucault (1997), à medida que se liberta dessas formas de continuidade imediatas, um novo caminho poderá ser feito. Um caminho que “é constituído pelo conjunto de todos os enunciados efetivos [...] em sua dispersão de acontecimentos e na instância própria de cada um” (p. 30). Desse modo, o material a ser trabalhado “é uma população de acontecimentos no espaço do discurso em geral” (ibidem). A partir daí, fica estabelecido, enquanto projeto, uma “descrição dos acontecimentos discursivos como horizontes para a busca de unidades que aí se formam” (ibidem).

É essa descrição do acontecimento proposta por Foucault, que figura no seu horizonte de interesse e se distingue com tranquilidade de uma análise da língua:

eis a questão que a análise da língua coloca a propósito de qualquer fato de discurso: segundo que regras um enunciado foi construído e, conseqüentemente, segundo que regras outros enunciados semelhantes poderiam ser construídos? A descrição de acontecimentos do discurso coloca uma outra questão bem diferente: como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar? (Foucault, 1997, p. 31).

Assim, uma análise da língua para Foucault corresponde a um conjunto de regras que permitem possivelmente construir outros enunciados. Já a análise do campo discursivo dispõe de uma orientação muito distinta:

trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui. Não se busca, sob o que está manifesto, a conversa semi-silenciosa de um outro discurso: deve-se mostrar por que não poderia ser outro e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar (Foucault, 1997, p. 31).

Nesse momento nos aproximamos mais do que seria o método arqueológico, apresentado por Foucault e como o discurso e o enunciado nele estão inseridos. Segundo Gregolin (2006) este método é uma espécie de “escavação arqueológica” que procura restaurar os discursos dispersos com a intenção de elucidar a positividade do saber em um determinado momento histórico. Ou seja, “ele se constitui na busca de elementos que possam ser articulados entre si e que fornecem um panorama coerente das condições de produção de um saber em uma certa época” (p. 71).

Já para Mussalim (2012) a *arqueologia* enquanto método e teoria para análise dos discursos não procura ser um exercício de interpretação, uma vez que isso acarretaria em atribuir ao discurso às coisas ou à interioridade da consciência de um indivíduo. Não procura ser também formalização, pois acabaria por estabelecer condições gramaticais e lógicas do enunciado. De modo diferente das outras propostas, a *arqueologia* intenta ser uma análise histórica “das condições de possibilidade que fizeram com que, em determinado momento histórico, apenas alguns enunciados tenham sido efetivamente possíveis - isto é, tenham sido efetivamente produzidos - e outros não” (p.132).

A centralidade da análise discursiva em Foucault coloca também no centro da questão outros conceitos que se reconduzem uns aos outros: acontecimento, enunciado, formação discursiva e regularidades. Foucault trata de maneira extensiva o discurso uma vez que a *arqueologia* é uma modalidade de análise discursiva. Ele guarda um status de entrada metodológica já que o alvo primordial da análise não é o discurso em si, mas sim, o conjunto de enunciados (Mussalin, 2012).

A concepção de discurso segundo Foucault apresenta e demonstra o quanto os conceitos ditos acima estão interligados:

chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história, é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência (Foucault, 1997, p. 135)

Para Foucault (1997), o enunciado não se confunde com a frase, nem com uma proposição ou um ato de linguagem. Na verdade, ele recusa uma análise em que estes estejam presentes enquanto conceitos operatórios. O enunciado não é uma unidade, como as referidas, nem tampouco, uma unidade como um objeto material agregando seus limites e sua independência. O enunciado é

em seu modo de ser singular (nem inteiramente linguístico, nem exclusivamente material), ele é indispensável para que se possa dizer se há ou não frase, proposição, ato de linguagem, [...] é que ele não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, conteúdos concretos, no tempo e no espaço (Foucault, 1997, p. 98-99).

O enunciado é compreendido na sua instância de acontecimento discursivo, ou seja, ele é um acontecimento apreendido em sua irrupção com o intuito de compreender as condições históricas de seu aparecimento: “Um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua e nem o sentido podem esgotar inteiramente” (Foucault, 1997, p. 32). Os enunciados são compreendidos como acontecimento e os discursos são considerados em sua dispersão. Quer dizer, os discursos estão dispersos na sociedade possuindo condições de existência próprias para sua circulação e sistema de formação. A este sistema de formação, Foucault denomina *formações discursivas*:

no caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* (Foucault, 1997, p. 43).

As formações discursivas são definidas pelas suas regularidades. Porém, o que seriam estas regularidades? Segundo Mussalim (2012) é preciso compreender que Foucault recusa a ideia de que a unidade do discurso seja fundada na unidade do objeto. Ou seja, os enunciados em sua dispersão e diferentes em sua forma não concebem um conjunto quando dizem respeito a um mesmo objeto. Pelo contrário, para ele cada discurso concebe o seu objeto e o desenvolve até transformá-lo completamente de uma maneira tal que os enunciados pertencentes a um discurso “remetem não a um correlato, que lhe imprime sentido, ou a um referente no mundo que determina seu valor de verdade, mas um referencial constituído pelas regras que definem as condições históricas de surgimento de um objeto” (Mussalim, 2012 p. 132).

E como poderíamos pensar a Geografia do Brasil no caso de uma arqueologia? Tomando a Geografia do Brasil como um enunciado e o próprio Brasil como seu objeto, não seria o caso, segundo Foucault, de determinar esse objeto como uno, indivisível e imortal, mas questionar as condições históricas que possibilitaram o aparecimento do Brasil como objeto da Geografia ou até mesmo mais: quais as condições históricas que permitiram uma disciplina como a Geografia do Brasil se realizar? Porque ela e não outra disciplina teve este lugar? Quando a Geografia tomou o Brasil como objeto e o tornou objeto de seu domínio? Se assim o fez, como fez e por que? Em que época, como e porque se começou a falar no Brasil, em termos

geográficos, nos termos de sua Geografia? E a qual geografia era aludida? Estas constituem algumas das perguntas que nos levam *ao início* de elaboração de uma análise arqueológica.

Uma outra questão abordada por Foucault diz respeito a ordem do discurso estabelecida. Para o autor, só podemos afirmar que um conjunto de discursos pertence a uma mesma ordem, “caracterizando o modo de coexistências desses enunciados (dispersos e heterogêneos) descrevendo o sistema que rege sua repartição, o modo como se transformam, se apoiam uns nos outros, se supõem ou se excluem, se revezam, se substituem” (Mussalin, 2012, p. 133). A existência de um discurso, qualquer que seja ele, não existe em razão de apenas uma única modalidade enunciativa. Por exemplo, o discurso político não existe somente por conta do discurso político do Estado, mas em função de múltiplas modalidades enunciativas: do discurso político do Estado, das ciências políticas, de diversos outros intelectuais como filósofos, sociólogos, etc., de centros voltados ao exercício do saber político. Para isso, para compreendermos as modalidades enunciativas devemos nos perguntar a respeito de *quem* fala. Quem entre todos os falantes possíveis detém esse tipo de linguagem? Qual é o *status* daquele que detém o direito de dizer este discurso? Quais são os lugares institucionais de onde fala este sujeito? De quais posições diversificadas se fala? (Mussalin, 2012).

Mais uma vez nos debruçamos no exercício de pensar esta pesquisa: quem fala a respeito da Geografia do Brasil? Ora, se olharmos para o momento de instituição das Faculdades de Filosofia quando o curso de Geografia foi instalado, o momento era o de justamente se criar um corpo técnico científico para falar a respeito desse saber. Não só para falar, mas para produzi-lo e instituí-lo. Este corpo técnico científico seriam os futuros portadores deste saber e da sua linguagem ocupando, sejam as universidades e escolas primárias e secundárias, sejam os órgãos públicos criados ainda no contexto Vargas (1930-1945) onde a Geografia estava presente. Para além desse movimento institucional de oficialização e legitimação da Geografia e dos geógrafos havia outros intelectuais que já gozavam do prestígio de falar sobre a Geografia do Brasil, como também aqueles que produziam o material didático para o seu estudo. Assim, neste momento estão imbricados aqueles que podem falar sobre a Geografia. Podem, no sentido do poder conferido à sua legitimidade intelectual, dotados da permissão de dizer o que dizem. Quem detinha o saber sobre a Geografia do Brasil eram aqueles legitimados como “porta-vozes” do saber geográfico, ou aqueles que formalmente iriam adquirir o domínio sobre a própria Geografia, nos cursos das Faculdades de Filosofia. Um saber que a partir de 1930 se tornou cada vez mais autorizado, reconhecido pelos órgãos públicos e pelas Faculdades e Universidades - os centros detentores do saber e da ciência,

com o mais alto grau na hierarquia dos saberes oficiais e institucionalizados. E de quais posições os professores ou intelectuais poderiam falar? A gama de posições assumidas varia de acordo com a articulação e a rede com a qual um determinado professor estivesse envolvido: se era professor escolar e universitário, se era professor e trabalhava em algum órgão público, assim por diante.

Estes breves questionamentos nos fazem pensar acerca do professor de Geografia: aquele que diz sobre a Geografia do Brasil. Ou seja, nos fazem pensar acerca do sujeito em Foucault. Como o sujeito está elaborado em Foucault? Isto quer dizer, aquele que enuncia o discurso? Para Foucault, pensar o discurso como pensar o sujeito está relacionado ao par saber/poder. Ele não vê os sujeitos como assujeitados, passivos e que aceitam os imperativos sociais, sem resistências - esse será inclusive um grande debate entre ele e Pêcheux (Gregolin, 2006). Mas, na *Arqueologia* o sujeito é compreendido muito mais relacionado à História e ao discurso. Em relação ao discurso, o sujeito é descentrado, não é formado e nem identificado pelo objeto, uma vez que as

diversas modalidades de enunciação não estão relacionadas à unidade de um sujeito, isto é, não remetem à função unificante de sujeito; diferentemente, manifestam sua dispersão nos diversos *status* nos diversos lugares, nas diversas posições que pode ocupar exercer um discurso, na descontinuidade dos planos de onde fala, portanto. Com base nesse pressuposto é que o autor postula que não é pelo recurso de uma subjetividade psicológica ou a um sujeito transcendental que um regime das enunciações é definido, mas pelo sistema de relações pelo qual todas as modalidades de enunciação encontram-se ligadas. Deve-se, pois, definir a unidade de um discurso, considerando o campo de regularidades que rege essas dispersas (e diversas) modalidades de subjetividade (Mussalin, 2012, p. 134).

A questão maior que perpassa o sujeito está imbricada com a sua *posição de sujeito*. É esta posição que nos permite pensar na relação sujeito e discurso. Assim, quando o enunciado é “já afirmamos que...” “o sujeito é localizado em uma série enunciativa, é fixado no interior de um domínio constituído por um conjunto finito de enunciados ditos antes e que são retomados” (Gregolin, 2006). Assim, para Foucault, o sujeito não pode ser reduzido aos elementos gramaticais, uma vez que ele é historicamente determinado e isso tem pelo menos duas consequências. A primeira é que ele não pode ser o mesmo de um enunciado para o outro e a segunda é que a função enunciativa pode ser exercida por distintos sujeitos. Nesse sentido, se estamos falando de uma posição de sujeito “descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele disse [...]; mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser sujeito (Foucault, 1997, p. 109).

Essa concepção de sujeito como posição amarra a relação entre o enunciado e a historicidade. Todo enunciado, em Foucault, se relaciona a uma rede de enunciados. Ele não está solto ou disperso no ar, está imerso numa trama de formulações e se inscreve no interior delas. Desse modo, todo enunciado em suas margens está sempre povoado por outros enunciados, inclusive para produzir sentidos (Gregolin, 2006). Ou seja, “para produzir sentido o enunciado se correlaciona com uma série de formulações que com ele coexistem em um espaço historicamente determinado” (p. 93). O enunciado desde sua origem é concebido dentro de um campo enunciativo, onde ocupa um lugar e um *status* tecendo possíveis relações com o passado e com o futuro, ou seja, inserido na trama da História:

qualquer enunciado se encontra assim especificado: não há enunciado em geral, enunciado neutro, livre e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio de outros, neles se apoiando e neles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação por ligeira ínfima que seja (Foucault, 1997, p. 14).

Assim, a concepção de um sujeito uno e indivisível, só poderá existir numa concepção de História também una, ininterrupta e contínua, pois ela seria para esse sujeito o correlato de sua identidade adquirindo a função fundadora de sujeito, ela “seria para a soberania da consciência, um abrigo privilegiado” (ibidem., p.14). Essa História contínua garante ao indivíduo um lugar para “retornar” e sempre buscar a sua essência, reconhecendo aquilo que ele é. Mas, à medida em que os enunciados estejam dispersos e sejam compreendidos na sua irrupção de acontecimento discursivo, o sujeito também estará disperso assumindo uma posição de sujeito a medida que assume uma função enunciativa: ao enunciar o saber médico assume a posição de sujeito enquanto médico e estará submetido aos enunciados finitos e possíveis de uma formação discursiva.

Na AD do final dos anos de 1960 e início dos anos 1970 na França, entre Foucault e Pêcheux, Bakhtin despontou como “uma outra voz”. Desse modo, o autor russo participa das teorias do discurso como um “outro”, uma leitura, uma interpretação (Gregolin, 2006). Segundo Brait (2016), o aparecimento de Bakhtin juntamente com *Marxismo e Filosofia da Linguagem* despontaram como uma “terceira margem nos estudos da linguística” face ao estruturalismo e a linguística clássica. Pêcheux é um dos intelectuais que lê Bakhtin e faz, inicialmente, duras críticas a ele, sobretudo atreladas a sua concepção a respeito do marxismo e da sua leitura de Saussure (Gregolin, 2006).

Mas, a obra do autor russo não passa despercebida por outros analistas do discurso, quando ao lê-lo terminam incorporando-o na produção da AD promovendo, assim, uma ampliação das

questões do discurso e da linguística com base nas formulações bakhtinianas. É o caso de Ducrot, que lê Bakhtin e dá continuidade ao seu trabalho pensando o conceito de dialogia, especificamente na linguística (Indursky, 2000). Authier-Revuz, por sua vez, cuidou da sua divulgação na AD e a partir da leitura deste autor promove uma reflexão acerca da heterogeneidade no discurso, ou seja, concebe uma extensão do pensamento teórico bakhtiniano no tocante a evidência do outro no discurso (Paula, 2013). Tudo isso ocorreu no momento de abertura e redefinição das fronteiras da AD, nos anos de 1970-1980, quando Bakhtin apresenta novas abordagens para as questões da AD à medida em que se distanciou da linguística da imanência e incluiu o sujeito e a história em sua filosofia da linguagem (Brait, 2017).

Bakhtin não chega ao ocidente inicialmente fazendo grande feito a Análise do Discurso. Sua incursão ocorre primeiro, na teoria literária - campo este onde muito trabalhou e escreveu a respeito - e só posteriormente comparece na Linguística. Parte disso pode ser atribuída a recepção de suas obras, uma vez que elas não foram conhecidas em sua cronologia, possibilitando pouco acesso a trajetória cronológica de desenvolvimento de seu pensamento e reflexão ao longo do tempo (Brait, 2017). As primeiras obras conhecidas no campo da literatura, *A Problemática da Poética em Dostoiévski (1929)* e *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento – o contexto de François Rabelais*, chegaram ao ocidente somente no final da década de 1960. Elas chegam numa condição pouco favorável ao estudo do pensamento bakhtiniano: os livros publicados isolados e erráticamente não continham relação com o conjunto de sua obra e com o seu pensamento. Tal descompasso comprometeu o entendimento de sua teoria. De início não se percebeu que a sua teoria literária é originária de uma teoria da linguagem, da qual o discurso literário era uma de suas expressões históricas (Tezza, 2003).

Outro aspecto diz respeito ao reconhecimento do que se considerou como de maior contribuição para os estudos linguísticos, por parte de seu trabalho. Caso este vivido por *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, que a princípio chamou menos atenção dos estudos literários e mais a atenção dos linguistas ao trazer novas concepções sobre o *signo*, a *palavra*, e a *linguagem* recuperando a dimensão histórica, cultural e social do discurso, assim como questões da *sintaxe enunciativa das formas de citação, das formas de incorporação do outro, do conceito de gênero*, dentre outras contribuições. Apenas posteriormente obras consideradas de análise literária foram lidas e incorporadas por analistas do discurso, em função da sua riqueza conceitual (Brait, 2017).

Além das questões relativas à recepção e interpretação das obras de Bakhtin, há também aquelas que envolvem os problemas de autoria. As polêmicas abarcam a autoria de algumas delas como, por exemplo, de *Marxismo e filosofia da Linguagem*, com as produções do Círculo de Bakhtin. Este último foi um movimento organizado por intelectuais, na efervescência da Rússia revolucionária, nos idos de 1920-1930 e se voltava a discutir sobre cultura, religião e filosofia. Entre esses intelectuais estavam os amigos Bakhtin, Volochinov e Medvedev (Tezza, 2003).

Segundo Paula (2013), o pensamento teórico-filosófico do Círculo era, muitas vezes, escrito a mais de duas mãos e outros eram compartilhados com pseudônimos como uma estratégia para fugir das atitudes totalitárias do stalinismo. Talvez este seja um ponto para se pensar o problema de autoria do *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Tezza (2003), por sua vez, aponta que os problemas de autoria que envolvem o Círculo não são tão simples assim de se resolver. Bakhtin nunca declarou formalmente e numa “fonte inquestionável” que tenha escrito *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Apesar disso, em uma carta dirigida à Kozhinov, nos anos de 1960, declara que no momento de criação dos livros *O método formal no estudos literários* e *Marxismo e filosofia da linguagem* ele, Medvedev e Voloshinov trabalharam com um contato criativo muito próximo. Os fundamentos destes livros tem a mesma concepção de linguagem e produção de enunciados que o seu trabalho sobre Dostoiévski. Posteriormente, antes de seu falecimento, Bakhtin afirma em uma entrevista que escreveu “quase que completamente” estas obras (Tezza, 2003).

Não vamos nos adentrar longamente na discussão da autoria, apenas intentamos pontuar certas questões que ainda envolvem as produções do Círculo e o próprio Bakhtin. Como dissemos, a obra deste autor russo foi longa e complexa devido à variedade de temas e teor teórico de seu pensamento. Aqui, para os fins deste estudo, nos concentramos mais largamente, nas obras *Marxismo e Filosofia da Linguagem* e *A poética em Dostoiévski*, ambas publicadas em 1929.

Como já foi dito em páginas anteriores, não podemos afirmar que Bakhtin estivesse envolvido com uma análise do discurso, como aquela que surgiu na França, nos anos 70 do século passado. Ao passo que propunha uma filosofia da linguagem, ele se aproximava de muitas discussões acerca da língua, da linguística e do discurso em sua época. Dialogou com Ferdinand Saussure e com três grandes linguistas alemães que muito influenciaram na linguística russa: Karl Vossler, Wilhelm von Humboldt e Ernst Cassirer (Grillo, 2017).

Sem dúvida, estes três linguistas alemães tiveram um grande papel e são importantes para entender o contexto intelectual no qual *Marxismo e Filosofia da linguagem e A poética em Dostoiévski* foram escritos e com quem o Círculo Bakhtin dialogou. Vamos nos deter especialmente em Saussure e sua postura perante o linguista genebrino. Também, iremos de forma mais contundente abordar seu pensamento, em torno do conceito de dialogia. Assim, como aponta Indursky (2000), podemos traçar melhor sua proximidade com as propostas da Análise do Discurso apresentada.

Bakhtin, assim como Pêcheux, termina discordando de Saussure no tocante à separação entre língua e fala. Ele também não chega a admitir como necessária, uma exclusão da linguística da língua, do conhecimento da estrutura gramatical formal. Muito pelo contrário. Ele afirma que não pode nem excluí-la e nem negligenciar seus resultados. Se lembrarmos o que foi dito em páginas anteriores, a proposta de Bakhtin girava em torno de uma *Metalinguística*. Para ele, tanto ela quanto a linguística estudam o mesmo fenômeno complexo e multifacetário, porém sob ângulos diferentes. Em trecho a respeito da Metalinguística e da Linguística, Bakhtin resume e esclarece esta discussão:

intitulamos este capítulo “O discurso em Dostoiévski” porque temos em vista o *discurso*, ou seja, a língua em sua integridade concreta e viva e não a língua como objeto específico da Linguística, obtido por meio de uma abstração absolutamente legítima e necessária de alguns aspectos, abstraídos pela Linguística, os que têm importância primordial para os nossos fins. Por estes motivos as nossas análises subsequentes não são linguísticas no sentido rigoroso do termo. Podem ser situadas na Metalinguística, subentendendo-a como um estudo - ainda não construído em disciplinas particulares definidas - daqueles aspectos da vida do discurso que ultrapassam - de modo absolutamente legítimo - os limites da Linguística e devem aplicar os seus resultados. (Bakhtin, 2002, p. 181).

O discurso para Bakhtin, como foi expresso em *A poética em Dostoiévski*, é a língua em sua integridade concreta e viva. O discurso é a linguagem em uso, é a linguagem em sua dinâmica e por isso ela ultrapassa os limites da linguística formal que suprime todo esse dinamismo. Assim, a *Metalinguística* e sua proposta para o estudo do discurso, não corresponde a dicotomia saussuriana, apesar de não abolir a Linguística, ou melhor, apesar de não excluir as relações lógicas e concreto-semânticas como ele mesmo pontua (Bakhtin, 2002). Segundo Brait (2016), em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* Bakhtin não visa destruir Saussure e sua obra, apenas indica uma leitura mais atenciosa e cuidadosa do linguista genebrino considerando também o que ele significou no século XX.

Assim, o passo que a dicotomia língua/fala de Saussure exclui, silencia e desqualifica a fala, a *Metalinguística* a incorpora. Essa postura saussuriana produziu a língua como um objeto

estéril da presença do sujeito e de suas marcas espaço-temporais. Dessa forma, ficam excluídos os indícios do sujeito no trabalho discursivo, ou seja, ele está ausente nos processos de significação e nos deslizamentos de sentido. Estas exclusões terminam por incorrer no apagamento do sujeito e a sua atividade relacionada à linguagem é compreendida com um ato individual, uma “liberdade” que não corresponde às sistematizações da língua (Indursky, 2003).

Segundo Indursky (2003), a linguística proposta por Saussure e a sua dicotomia língua/fala rejeita diversos fatores que atuam no processo do discurso que correspondem ao funcionamento semântico da língua. Eles seriam: a relação do sujeito com outros sujeitos, entre o sujeito e o mundo, a transmissão da informação, a comunicação, a troca de experiência, e outros recursos e estratégias de linguagem como a imposição, a adesão, coação, etc. A Linguística nestes termos não deveria levá-los em conta, uma vez que deveria estudar somente aquilo que concerne a sua estrutura. Tal oposição tão cara e basilar para a Linguística “exclui a atividade languageira que é eminentemente dialógica e produtora de sentidos. Vale dizer que com o corte saussuriano elimina-se o funcionamento semântico da língua e privilegia-se seu funcionamento semiótico e sistêmico” (ibidem., p.03).

Como dito no parágrafo anterior, a atividade languageira é eminentemente dialógica e produtora de sentidos. A dialogia, nesse caso, é a chave para compreender o pensamento bakhtiniano a respeito da linguagem, do discurso, da produção dos sentidos e do sujeito. Segundo Indursky (2000) é legítimo dizer que o princípio dialógico estrutura a sua produção teórica. Esta noção está intimamente relacionada a inúmeras outras em seus trabalhos: fala de outrem, vozes diferentes, vozes dos outros, discurso do outro, inter-relação dialógica, polifonia, interação verbal, por exemplo.

Diante da noção de dialogia é possível conceber algo que será distintivo no pensamento do Círculo de Bakhtin, na maneira de pensar a linguagem e encarar a complexidade do discurso: a abordagem do discurso não pode ocorrer considerando somente o ponto de vista interno ou externo. A concepção bakhtiniana da linguagem leva em consideração as especificidades discursivas que incorporam o extralinguístico, ou seja, amplia os seus contextos (Brait, 2016). Assim,

A linguagem só vive na comunicação dialógica daqueles que a usam. É precisamente essa comunicação dialógica que constitui o verdadeiro campo da vida da linguagem. Toda a vida da linguagem, seja qual for o seu campo de emprego (a linguagem cotidiana, a prática, a científica, a artística, etc.), está impregnada de relações dialógicas. Mas a Linguística estuda a “linguagem” propriamente dita com sua lógica específica na sua generalidade, como algo que torna possível a

comunicação dialógica, pois ela abstrai conseqüentemente as relações dialógicas. Essas relações se situam no campo do discurso, pois este é por natureza dialógico e, por isto, tais relações devem ser estudadas pela Metalinguística, que ultrapassa os limites da linguística e possui objeto autônomo e metas próprias (Bakhtin, 2002, p. 183).

O posicionamento de Bakhtin a respeito da Linguística e do corte saussuriano está claro no livro *A Poética em Dostoiévski*. É pela dialogia ou pelas relações dialógicas, que se estabelece uma concepção de discurso, e se reconhece e incorpora o sujeito e os sentidos na produção do discurso. O diálogo, então, se torna imprescindível para a compreensão do que é o discurso e dele enquanto *relações dialógicas*. Não se trata apenas do diálogo formal entre interlocutores ainda que incorpore este. É um diálogo em sentido mais amplo que o extralinguístico pode adquirir:

Obviamente, o diálogo, no sentido estrito da palavra, é somente uma das formas da interação discursiva, apesar de ser a mais importante. No entanto, o diálogo pode ser compreendido de modo mais amplo não apenas como a comunicação direta em voz alta entre pessoas face a face, mas como qualquer comunicação discursiva, independentemente do tipo (Bakhtin/Volochinov, 2017, p. 219).

A ampliação do conceito de diálogo remete, em Bakhtin, a um fluxo da interação verbal. O discurso não é possível sem que se conceba esta interação verbal da qual ele faz parte. Posto que ele dialoga com outros discursos, responde, confronta, polemiza, imagina uma atitude responsiva etc., além de considerar que todo discurso seja orientado em função dos seus interlocutores (Bakhtin/Volochinov, 2017):

Qualquer enunciado monológico, inclusive um monumento escrito, é um elemento indissolúvel da comunicação discursiva. Todo enunciado, mesmo que seja escrito e finalizado, responde a algo e orienta-se para uma resposta. *Ele é apenas um elo na cadeia ininterrupta de discursos verbais* (grifos nossos, Bakhtin/Volochinov, 2017, p.184).

Todo enunciado, por mais significativo que seja e acabado que seja, é apenas um momento da comunicação discursiva ininterrupta (cotidiana, literária, científica e política). No entanto, essa comunicação discursiva ininterrupta é, por sua vez, apenas um momento da *constituição* ininterrupta e multilateral de uma dada coletividade social. Disso surge um problema importante: o estudo de elo entre a interação concreta e a situação extraverbal mais próxima e, por meio desta, a situação mais ampla. As formas desse elo são diversas e cada uma delas condiciona a diferentes significações que as situações adquirem em momentos variados [...] (Bakhtin/Volochinov, 2017, p. 219).

O enunciado é a chave para a compreensão deste processo dialógico uma vez que ele é o produto do ato discursivo. E, antes dele ser um produto da consciência individual, ele é de natureza social. O enunciado, para Bakhtin/Volochinov será sempre definido de acordo com a situação social, na qual ele se encontra. Tanto em relação à situação social mais ampla da qual a linguagem faz parte, quanto e, mais precisamente, face à situação social mais próxima. A

formação do enunciado ocorre, primeiro, pela relação estabelecida entre os interlocutores. Se este interlocutor não for real, ele é ocupado pela imagem média daquele grupo social, ao qual o falante pertence. A palavra dita é sempre orientada para seu interlocutor, isto significa, questionar *quem* é este interlocutor uma vez que não existe interlocutor abstrato. Assim, é o social que determina a estrutura do enunciado, a “situação forma o enunciado, obrigando-o a soar de um modo e não de outro” (Bakhtin/Volochínov, 2017).

Se pegarmos como exemplo de enunciado um texto escrito por um dos professores do curso de Geografia na revista *Kriterion* poderemos vislumbrar a perspectiva dialógica da abordagem bakhtiniana em alguns termos. Inicialmente, podemos nos questionar a respeito da situação social mais próxima na qual aquele texto se encontra: essa revista é endereçada a quem? Qual é o seu público? Ela pertence a um público específico ou mais geral? Se trata de uma revista de divulgação científica ou não? Ou seja, quais serão os interlocutores desta revista? Do ponto de vista da estrutura interna do texto, quais autores ele utiliza para compor o seu discurso? Com quem ele estabelece diálogos? Seu conteúdo responde a alguém ou a algo em específico? Quais são as outras vozes que compõem o seu discurso? Ou seja, qual a presença do outro em seu discurso. A partir daí, podemos pensar a situação social mais ampla da linguagem. O tema escolhido dialoga com outras revistas, textos, livros que tratam do mesmo assunto? A quem ele faz referência? É um tema debatido na atualidade e por outras pessoas na Geografia? Em suma, estas perguntas poderiam nos ajudar inicialmente a buscar as relações dialógicas instituídas neste discurso e compreender sob quais condições enunciativas ele foi formulado. A partir delas, a significação e os sentidos das palavras são estabelecidos.

Mas, para Bakhtin (2002), não iremos parar por aí. A noção de gênero discursivo é importante para compreender a formação e a forma do enunciado - entendendo enquanto enunciado o texto como um todo. Para ele, todas as atividades humanas estão relacionadas com a utilização da linguagem, seja oral ou escrita. Assim, o modo e o caráter dessa utilização serão tão variados quanto às atividades das quais eles corresponderem uma vez que essas esferas irão exigir algo diferente da linguagem. Ou seja, o enunciado não possui a mesma forma mesmo que se debata o mesmo tema. Um diálogo cotidiano e um texto acadêmico, mesmo que discutam o mesmo tema, as migrações no Brasil, por exemplo, não terão a mesma estrutura e nem aplicam a linguagem da mesma forma. Segundo o próprio Bakhtin (2002),

a utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais ou escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja,

pela seleção operada nos recursos da língua - recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais -, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. Estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissolivelmente no *todo* do enunciado, e todos eles são marcados por uma especificidade de uma esfera de comunicação (Bakhtin, 2002, p. 279).

Retomando nosso exemplo sobre o artigo da revista, a que gênero ele corresponderia? Podemos pensá-lo correspondente ao gênero científico, de divulgação científica, ou mais especificamente ao gênero do artigo científico. Isso implicaria numa tomada da linguagem e de seus recursos de forma condizente com o que esse gênero exige. Linguagem impessoal, sem marcas de informalidade, impessoalidade e padronização (formatação), etc. Esses atributos levam a compreender a estrutura do enunciado e como o outro está inserido nesse discurso: a questão da citação, das referências, da alusão a outros discursos, os diálogos estabelecidos com outros autores, etc. Bakhtin (2002) ainda divide os gêneros em primários e secundários. Os primários dizem respeito aos discursos do cotidiano e os secundários são fruto de uma condição cultural mais complexa de utilização da língua como o discurso artístico, científico, sociopolítico, sem que um exclua o outro, pelo contrário, podem inclusive, se incorporarem. A perspectiva em Bakhtin é sempre dialógica.

Então, nessa perspectiva, conforme Bakhtin/Volochínov (2017), o discurso tem este caráter dialógico. Um diálogo entre o verbal e o não verbal que envolve o social, o histórico e a cultura. A língua para ele possui um caráter histórico que engloba ainda seu processo de formação. Ela é na verdade, um fenômeno puramente histórico: “a língua vive e se forma historicamente justo aqui, na comunicação discursiva concreta, e não no sistema abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes” (p. 220).

Nesse sentido, o sujeito na concepção do Círculo também é compreendido e formado no diálogo e pelo diálogo. É justamente na interação verbal, na relação que o locutor estabelece com o outro que o sujeito se constitui. Ele não é um sujeito passivo, muito pelo contrário, é um sujeito ativo e consciente do seu dizer, presumido nos fazeres sócio-culturais e históricos (Brait, 2004). O dialogismo ocorre por meio das relações de sentido que se estabelecem entre os enunciados. É por esta interação verbal e na relação com o outro, que o sujeito se constitui socialmente. O sujeito existe a partir de uma realidade onde há constantemente inúmeras e emaranhadas vozes sociais em múltiplas relações dialógicas (Vargas, 2013).

Na teoria do Círculo de Bakhtin, a consciência do indivíduo é formada pelo social. Ela existe e adquire forma por meio dos signos criados por um grupo social no processo de sua interação. É por meio dos signos que a consciência individual é estimulada e promovida. Isso

não significa para o Círculo, que não haja espaço para a singularidade. Bakhtin afirma que cada ser humano possui um lugar único e insubstituível e expõe a sua maneira particular de responder às condições objetivas das quais vive (Vargas, 2013):

Os membros do Círculo de Bakhtin buscaram uma compreensão da pessoa humana na perspectiva de suas relações sociais e como um ente interiormente múltiplo e heterogêneo; preocuparam-se também em manter um espaço teórico significativo para a singularidade, anulando qualquer determinismo absoluto. Para o Círculo, o sujeito é social de ponta a ponta, sendo que a origem do alimento e da lógica da consciência é externa à consciência; e singular de ponta a ponta porque os modos como cada consciência responde às suas condições objetivas são sempre singulares, já que cada um é um evento único do Ser (p. *ibidem.*, p. 288).

Os signos são parte constitutiva da comunicação, da consciência do ser, da sociedade e da cultura. Os signos detém uma relação semiótica, mas também estão presentes na comunicação verbal. Eles possuem caráter semiótico à medida que - para usar o exemplo dos autores - uma ferramenta de trabalho pode se tornar um signo: a foice e o martelo separadas são somente foice e martelo, mas, juntas tornam-se um signo uma vez que significam algo exterior à elas, o símbolo do comunismo. Ou seja, o signo reflete e refrata uma realidade que a ele é exterior. E ele só pode fazer isso porque é dotado de ideologia. A ideologia é que dá sentido ao signo, é ela que permite com que ele signifique, “tudo o que é ideológico possui significação” (Bakhtin/Volochinov, 2017, p. 91).

E como ficaria a comunicação verbal nesse processo? A realidade de um signo, seja ele qual for, é sempre social e determinada pela comunicação. Porém, não há no universo sógnico nenhum outro que expresse com tanta clareza, o caráter sógnico e a comunicação seja tão determinante como a linguagem. Assim, para o Círculo “a palavra é o fenômeno ideológico *par excellence*” (Bakhtin/Volochinov, 2017, p. 98). Ela não foge ao seu caráter sógnico como outros signos poderiam fugir. A foice e o martelo não são signos separadamente fora de um contexto e fora da ideologia. Já “na palavra não há nada que permaneça indiferente a essa função e que não seja gerado por ela. A palavra é o *medium* mais apurado e sensível da comunicação social” (*ibidem.*, p. 98-99).

Devemos lembrar que as primeiras obras de Bakhtin e do Círculo tem marcadamente a presença e preocupação com o marxismo. É o caso de *A poética em Dostoiévski e Marxismo e Filosofia da Linguagem* onde a ideologia enquanto conceito marxista está mais amplamente trabalhada (Miotello, 2017). Este último livro começa situando a falta de estudos a respeito no marxismo, dos problemas da linguagem. E se propõe a ser isso um trabalho marxista acerca das questões da filosofia da linguagem, ainda que de forma modesta. É na primeira parte, “A

importância dos problemas da filosofia da linguagem para o marxismo” que esta preocupação encontra-se mais evidente e bem trabalhada (Bakhtin/Volochinov, 2017).

É na problemática da ideologia e na concepção social da linguagem que o marxismo se faz mais presente. A queixa maior recorria a concepção de ideologia e dos estudos marxistas que não a haviam estudado da maneira certa, uma vez que: ou compreendiam-na de forma mecanicista, possuindo ligação direta com as estruturas sócio-econômicas repercutindo nas superestruturas ideológicas; ou na perspectiva que vinha compreendendo a ideologia com um atributo da consciência oriundo da natureza ou de um mundo transcendental (Miotello, 2017).

O Círculo de Bakhtin, portanto, não trabalhou a questão da ideologia como algo já dado, pronto e acabado, ou como algo que vive na consciência do indivíduo, mas sim como “a organização e a regulação das relações histórico-materiais dos homens” (ibidem., p. 171). De forma concomitante, esse posicionamento também se revela distante daquele da ideologia dominante: a superestrutura só existe numa relação dialética intensa e constante com a infraestrutura. Essa relação é feita por meio dos signos e pela sua capacidade de estar presente em todas as relações sociais. Em todas elas, os signos adquirem sentidos próprios produzidos por um grupo social (ibidem).

A questão do enunciado e algumas outras considerações

Diante da exposição feita em linhas anteriores fica uma certeza: o discurso é sempre aquilo que escapa a linguística formal. Na prática, o discurso ou as teorias do discurso aqui apresentadas, possuem uma estranha relação com a linguística: ao mesmo tempo que partem dela também a negam em alguns aspectos. De modo concomitante admitem-na, porém, não subordinam o discurso à ela, não aceitam sua redução. Pêcheux, não desconsidera Saussure, pelo contrário, o estima como o Pai da Linguística, mas não pode deixar de considerar como limitante para o discurso a dicotomia língua/fala, uma vez que é justamente na semântica que reside a produção dos sentidos - algo que a linguística formal não conceberia e nem aceitaria. Essa dicotomia também será fundamental para Bakhtin que, ancorado no diálogo e na comunicação verbal, declara que não há produção de discurso que seja possível considerando apenas a linguística da imanência posto que ela exclui a fala. Foucault, sem citar exatamente Saussure, se posiciona em relação aos limites de uma linguística da língua formulada em consonância com o que foi dito pelo professor genebrino. Suas regras e a maneira como opera

e descreve os enunciados não correspondem a uma análise e descrição do enunciado como acontecimento, não capturam sua irrupção na trama da história e nem podem explicá-la. Temos aqui, então, o primeiro ponto de encontro entre esses autores: a língua funciona como o suporte material para o discurso, sem que este esteja resumido àquela. Assim, como observou Courtine (2014),

o discurso, como objeto, conserva uma relação determinada com a língua, e a possibilidade mesmo de uma Análise do Discurso estabelece-se em tal relação. Qualquer que seja o procedimento de Análise do Discurso encontra na Linguística seu campo de validação... e o risco correlato de reduzir o discurso à língua (ibidem., p.29).

O risco de não reduzir o discurso à língua diz respeito a como é tratada a “*especificidade do discurso em sua relação com o linguístico*” (Courtine, 2014, p.29). A nosso ver, dentre as especificidades do discurso, ou seja, a maneira pela qual cada autor o elabora, há duas delas que merecem destaque: a relação do discurso com o enunciado e com o “seu exterior”, com a externalidade.

Não há elaboração teórica sobre o discurso que não considere o enunciado. Não estamos falando a respeito do enunciado como uma *teoria da enunciação* daquela que começou a surgir, por exemplo, na França no século passado. E sim, no tecido teórico mesmo dos autores por nós trabalhados. Como salienta Sargentini (2006), a centralidade dada ao discurso nestes autores, não ocorre separada da noção de enunciado. Muitas vezes, estes dois conceitos aparecem imbricados nas formulações, um abarcando o outro. O enunciado recebe tratamento diferente entre as propostas discutidas acerca do discurso, mas nunca é apartado delas. Na realidade, o conceito de enunciado é crucial para compreender o que é o discurso.

Foucault deu um tratamento extensivo ao conceito de enunciado em *Arqueologia do Saber*. Extensão esta que não pretendemos exaurir aqui, mas que fez com que Mussalin (2012), por exemplo, declarasse que o alvo na *Arqueologia* não fosse o discurso em si, porém, o conjunto de enunciados. Já fizemos anteriormente essa discussão, portanto, vamos retomar alguns de seus aspectos e expandir outros. Em Foucault (1997), o enunciado é compreendido como o que foi explicitamente dito. Não importa buscar a origem do dizer, mas considerar porque foi possível dizer o que se disse. Origem considerando que Foucault não procura por um sentido oculto em relação ao que está sendo dito no enunciado ou busca a verdadeira intenção do autor por meio de suas palavras. O que ele intenta é descrever a realização do enunciado em sua emergência sem se preocupar com o que ocorreu antes em termos de intenção ou o que

ocorreu depois no sentido de sua “eficácia”. Ele procura o que foi produzido pelo próprio fato de poder ter sido enunciado e as circunstâncias determinadas para sua realização. Sua preocupação está voltada em compreender o que possibilitou a existência de um determinado enunciado e não outro, ou seja: à quais condições de existência ele corresponde? Assim,

o enunciado não é, pois, uma estrutura (isto é, um conjunto de relações entre elementos variáveis, autorizando assim talvez um número finito de modelos concretos); é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição se eles “fazem sentido” ou não, e que espécie de ato que se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita). Não há razão para espanto por não se ter podido encontrar para o enunciado critérios estruturais de unidade; é que ele não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, conteúdos concretos no tempo e no espaço (Foucault, 1997, p. 98 e 99).

Há alguns pontos que precisamos discorrer acerca dessa elaboração do enunciado para Foucault, expresso pela citação acima. O primeiro deles é o seu afastamento de uma noção de enunciado que remete a sua estrutura nos termos de uma linguística formal. Claramente, reconhece o suporte que envolve o linguístico, mas não subordina o enunciado à ele. Na verdade, o enunciado em Foucault está associado ao de *função enunciativa* e por isso não pode ser estrutura: “o fato de ele ser produzido por um sujeito, em um lugar institucional, determinado por regras sócio-históricas que definem e possibilitam que ele seja enunciado” (Gregolin, 2004, p. 26). O que torna uma frase, um ato de linguagem ou uma proposição em um enunciado é justamente nessa função enunciativa: “Entende-se, então, que o enunciado é *um conjunto de signos em função enunciativa*” (ibidem).

Outra singularidade do enunciado é que “entre o enunciado e o que ele enuncia não há apenas relação gramatical, lógica ou semântica; há uma relação que envolve os sujeitos, que passa pela história, que envolve a própria materialidade do enunciado” (Gregolin, 2004, p. 26 e 27). É por isso que Foucault diz que a função enunciativa faz com que apareçam “conteúdos concretos no tempo e no espaço”. O sujeito corresponde, como dito no capítulo anterior, à posição assumida pelo indivíduo, para ser sujeito. Essa posição não pode ser confundida com o autor e pode variar de um enunciado a outro. O enunciado passa, então, pela história porque não é coisa dita de forma definitiva. Ele pode ser produzido, manipulado, transformado, entrar em circulação ou em redes, em virtude da sua materialidade (Foucault, 1997). Essa materialidade é constitutiva do enunciado, isto quer dizer, ele necessita ter um suporte, uma substância, um lugar, uma data. Ela é passível de ser manipulada pelos historiadores, ou seja,

retêm um *regime de materialidade repetível* que é da ordem da instituição como a literatura, a ciência, o jurídico, e define as possibilidades de reinscrição e os limites (Gregolin, 2004).

O discurso, portanto, é compreendido como “um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiam na mesma formação discursiva” (Foucault, 1977, p. 135). Considerando o discurso enquanto um conjunto de enunciados e estes em sua função enunciativa, o conceito de discurso elaborado por Foucault está pressuposto a ideia de *práticas discursivas* (Gregolin, 2006). Ou seja: “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística as condições de exercício da função enunciativa (Foucault, 1997, p.136). Na prática discursiva propõe-se “uma análise que persiga a movimentação dos enunciados, sua movência nos atos praticados pelos sujeitos historicamente determinados” (Gregolin, 2006, p.95).

Pêcheux, por sua vez, nas suas duas primeiras fases (AD-I e AD-II), nos traz uma concepção de discurso como “efeito de sentido entre interlocutores”. Porém, já em seu terceiro momento e diante de todas as reconfigurações de seu pensamento, ele amplia o conceito de discurso concebendo-o como afeito a ordem da estrutura e do acontecimento (Sargentini, 2006). Portanto, no livro *Discurso: estrutura ou acontecimento?* (1988) ele diz:

Não se trata de pretender aqui que todo discurso seria como um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas de sublinhar que, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho [...] de deslocamento em seu espaço (...) (Pêcheux, 2006, p.56).

É neste livro que Pêcheux (2006) amplia sua noção de enunciado e o concebe dentro desta percepção acerca do discurso, enquanto estrutura e acontecimento. Ele começa o livro analisando o enunciado “*on a gagné*” (ganhamos) e propõe fazê-lo a partir de um procedimento de análise que o considera enquanto acontecimento e estrutura, mas também o faz segundo a tensão entre interpretação e descrição, como ele mesmo anuncia, um entrecruzamento entre esses três caminhos. Assim, Pêcheux não aponta nem para um lado ou para outro, mas articula um procedimento de análise que valorize estes aspectos. Aqui fica sugerido um diálogo com Foucault pela consideração do acontecimento e da descrição no que é o discurso. Ao pautar o enunciado como estrutura, Pêcheux admite que para o enunciado existir é necessária a materialidade da língua. Ela é a materialidade pela qual qualquer enunciado ganha o estatuto de existência. Enquanto acontecimento, ele preza pela descrição,

uma vez que toda descrição, seja ela qual for sobre o enunciado que for, está intimamente sujeita ao equívoco da língua. Ou seja, o enunciado está suscetível a se tornar outro, distinto de si mesmo, ele pode “se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (Pêcheux, 2006, p.53). É por isso que como afirmado por ele na citação acima, “todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reconstrução dessas redes e trajetos” ao passo em que ele é o efeito dessas reconstruções e um trabalho de deslocamento no espaço. Portanto, todo discurso contém a possibilidade de não permanecer o mesmo diante dos efeitos de sentido produzidos na relação entre locutores.

Vale aqui lembrar que o sentido para Pêcheux nunca corresponde a um sentido fixo, mas a língua em sua movência, em sua capacidade de significar para além de sua literalidade. Logo, “todo enunciado é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação” (Pêcheux, 2006, p. 53). O processo descritivo, desse modo, não omite o procedimento interpretativo na Análise do Discurso. Assim,

o enunciado para Pêcheux é aquilo que foi dito porém descritível dentro de uma materialidade linguística cujo sentido será estabelecido a partir das relações entre enunciados. Para o autor, o que importa é o ‘significado’ que o enunciado terá, dada uma formação discursiva (Araújo, 2014, p. 21).

Como o próprio autor explica, “é nesse espaço [entre a estrutura e o acontecimento] que pretende trabalhar a Análise do Discurso” (Pêcheux, 2006, p. 53). O discurso, então, nesse espaço produzido pela estrutura e acontecimento é definido como “o efeito de sentidos entre locutores, um objeto sócio-histórico em que o linguístico está pressuposto” (Orlandi, 2005, p. 11).

Bakhtin (1992) por seu turno apresenta uma análise significativa do enunciado em *Estética da Criação Verbal*, especificamente no capítulo “problemática e definição” onde aborda a questão dos gêneros do discurso. Uma das primeiras considerações acerca do enunciado é reconhecer a sua unicidade: cada um deles é concreto e único. Porém, isso não significa tomá-los como isolados. Na verdade, para Bakhtin (1992, p.291) “cada enunciado é um elo da cadeia muito complexa de outros enunciados”. Ou seja, o enunciado é compreendido na relação com outros enunciados uma vez que o enunciado é a *unicidade real* da comunicação verbal. Pensando a fala como a expressão mais significativa da comunicação verbal, Bakhtin (1992, p.293) vai dizer que ela “só existe, na realidade, na forma concreta dos enunciados de um indivíduo”.

O enunciado é, portanto, a unidade na análise discursiva de Bakhtin que cogita, sobretudo, o caráter dialógico do discurso: “o enunciado é um fenômeno complexo, polimorfo, desde que o analisemos não mais isoladamente, mas em sua relação com o autor (o locutor) e enquanto elo na cadeia da comunicação verbal, em sua relação com os outros enunciados” (...) (ibidem, p. 318 e 319). No enunciado está o outro, por meio dos ecos da voz do locutor. Vozes das quais ele dialoga e que ele responde de alguma forma. O enunciado não diz nada, não pode ser discurso sem que esteja se referindo a outros enunciados:

o enunciado está repleto dos ecos e lembranças de outros enunciados, aos quais está vinculado no interior de uma esfera comum da comunicação verbal. O enunciado deve ser considerado acima de tudo como uma resposta a enunciados anteriores dentro de uma dada esfera [...]: refuta-os, confirma-os, completa-os, baseia-se neles, supõe conhecidos e, de um modo ou de outro, conta com eles (Bakhtin, 1992, p. 316).

Acrescenta-se que “desse modo, o discurso do outro possui uma expressão dupla: a sua própria, ou seja, a do outro e a do enunciado que acolhe” (ibidem., p.318). Bakhtin (1992), ainda coloca que o enunciado nada corresponde a linguística formal, uma vez que essa inter-relação que se estabelece entre o discurso do locutor e o discurso do outro “não tem analogia com as relações sintáticas existentes dentro dos limites de um conjunto sintático simples ou complexo” (ibidem., p.318). Elas têm muito mais haver com “as relações existentes entre as réplicas do diálogo” dado que “as fronteiras que essa alternância edifica são nesse caso tênues e específicas: a expressão do locutor se infiltra através dessas fronteiras e se difunde no discurso do outro (...)” (ibidem., p.318). Assim, para Bakhtin não há um enunciado que seja concebido fora das relações dialógicas sem que se tenha em conta a presença do outro no enunciado. Presença sentida de várias formas é essencial para o processo de significação.

Dada a breve exposição, podemos dizer que o enunciado é para estes autores o meio pelo qual o discurso é analisado, ou melhor, o enunciado é tomado como a unidade de análise do discurso. Nem Pêcheux, nem Foucault, nem Bakhtin excluíram a linguística do horizonte teórico do discurso. Eles o compreenderam como objeto linguístico, sem pertencer inteiramente à linguística. No discurso há o suporte linguístico, mas o enunciado não é puramente seu produto. Dessa forma, a língua com toda sua normatividade é a condição de existência do enunciado e, por consequência, do discurso. A língua é a materialidade em que o discurso adquire estatuto de existência.

Especialmente porque nenhum enunciado está isolado de outros, ele sempre se relaciona com outros enunciados. Esse aspecto fica mais evidente em Bakhtin (1992) que aborda a questão do discurso pela dialogia. Em toda a sua teoria tanto o discurso quanto o enunciado, assim como o sujeito e a produção de sentido no discurso é compreendida e passa pelas relações dialógicas da comunicação verbal. Só se pode compreender um enunciado levando em conta seu caráter dialógico: a quais enunciados ele se relaciona, faz referência, responde, etc. de maneira ampla dentro do contexto discursivo geral da sociedade. À sua maneira, Foucault não foge a esta constatação. Mesmo sem falar especificamente em relações dialógicas ele afirma que todo enunciado “tem sempre margens povoadas por outros enunciados” (Foucault, 1997, p.112). Estas margens estão longe de ser o que comumente se concebe por contexto. Diz respeito muito mais a “uma relação mais geral entre as formulações sobre toda uma rede verbal que o efeito de contexto pode ser determinado” (ibidem). Isto é, o enunciado tem relações com outras formulações das quais com ele coexiste, o contexto fica determinado por uma rede verbal que pode acontecer de maneira diversa para cada enunciado (Gregolin, 2004). Assim, cada enunciado se refere a um conjunto de formulações repetindo-as, refutando-as, modificando-as, etc., ou seja, com elas dialogando. É por isso que “não há enunciado que, de uma forma ou de outra, não atualize outros enunciados” (Foucault, 1997, p. 113). Para este autor, as margens de um enunciado é como um “nó em uma rede”, “só se constrói a partir de um campo complexo de discursos” (ibidem, p. 26). Mesmo uma obra, um livro, não é algo acabado “não se indica a si mesma, só se constrói a partir de um campo complexo de discursos” (ibidem). Esta questão do enunciado, talvez, não esteja tão evidente em Pêcheux, todavia poderia ser um equívoco afirmar que ele concebe o enunciado isolado de qualquer outro enunciado, de qualquer outro discurso. É que para este autor, o discurso aponta para uma relação mais forte com a ideologia e o sujeito interpelado pela ideologia. Assim, ao enunciar ele se relaciona com um já-dito, com um já-lá que de maneira inconsciente ele, o sujeito, reproduz. Estas questões foram especialmente trabalhadas por Pêcheux, no momento da AD-II. Assim, o discurso se constitui a partir de outros discursos já ditos, “que ‘isso fala’ sempre antes, em outro lugar e independentemente” (Maldidier, 2011, p.51). Este já-dito é, pois, o *interdiscurso* que trabalha no espaço ideológico-discursivo. Ele é que atravessa o que está sendo dito, ou seja, o enunciado, e o que compõem. Desse modo, o *interdiscurso* constitui o *intradiscurso* - o fio condutor do discurso, sua sequência textual. O *interdiscurso* encontra-se, de maneira dissimulada, reinscrito nos elementos do *intradiscurso*, sem definir uma fronteira identificável. É a presença do não-dito no dito (Maldidier, 2011).

Ou seja, é por meio das formulações acerca do enunciado, compreendido seja como um elo da cadeia verbal, como um nó em redes, ou atravessado pela ideologia e pelo já-dito, que fica mais claro porque o discurso não é apreendido por meio da linguística formal, por meio de estruturas lógico-sintáticas. Fica a explicação do porque ele é o que escapa a ela. O discurso, por meio da sua unidade discursiva, o enunciado, nunca está isolado, está sempre envolto por outros enunciados, dos quais institui inúmeras e variadas relações. Ninguém diz sozinho e isto constata o caráter social do discurso. Dessa forma, somos levados a pensar na externalidade e na produção dos sentidos que implicam em outra especificidade do discursivo em relação ao linguístico.

Pensando no caráter dessa externalidade podemos nos perguntar: em que consiste essa externalidade? Ela existe em função de que? Na realidade, só podemos trabalhar com uma ideia de exterioridade no discurso se considerarmos, a linguística da imanência, de Saussure. E portanto teremos de trabalhar com o pensamento dicotômico com base na sua teoria do valor que pressupõe uma “internalidade/exterioridade”. Só existe o “fora”, a partir de um sistema concebido para ser fechado e sincrônico onde há relações que acontecem “dentro” dele. O externo é exatamente aquilo que está excluído desse sistema e se torna nessa linha de raciocínio justamente o histórico, o social, a ideologia, a cultura e o sujeito. Porém, e se essa exterioridade for tomada como sendo o contexto ao qual o discurso “pertence”?

Se tomarmos o conceito de *condição de produção* de Pêcheux elaborado primeiramente em *Análise Automática do Discurso*, veremos que de certa forma a afirmação é positiva, mas não diz respeito somente a um contexto “adicional” ao discurso, refere-se a um contexto constitutivo do discurso. Pêcheux dialogou imensamente com Saussure, assim levando em consideração a estrutura da língua, ele considerou que o discurso era determinado pelo seu exterior evocando, portanto, tudo o que estava apartado da linguística da língua. As condições de produção designam tudo o que está fora da língua e faz o discurso ser o que é: o tecido social-histórico que o constitui (Maldidier, 2003).

Mesmo não falando precisamente em uma externalidade que atravessa e constitui o discurso, nem Bakhtin e nem Foucault afirmam e concordam com um discurso realizado nos moldes da linguística da imanência. O discurso em Foucault (1997) tem a ver com aquilo que possui *condições de existência* para se tornar materialidade. Em Bakhtin (1992), ele equivale a um contexto amplo da comunicação verbal. Por isso, não há discurso, ou a sua realização, que não leve em consideração o sujeito e o seu caráter histórico e social.

Desse modo, é que podemos melhor abordar a questão da produção dos sentidos. A produção de sentidos no discurso fica a cargo de tudo o que rompe com a linguística da imanência. Se o discurso é para Pêcheux, o efeito de sentido entre locutores, a produção do sentido está justamente nesta relação. Já para Foucault, de acordo com Gregolin (2006), a produção do sentido de um enunciado ocorre justamente porque ele se co-relaciona a uma série de formulações que coexistem no mesmo espaço histórico e social. Só há produção de sentido à medida que um enunciado mantém relações com outros enunciados em um contexto determinado. Bakhtin por sua vez trabalha a produção do sentido nas relações dialógicas que envolvem o enunciado, especialmente, naquela estabelecida entre os locutores.

Se existia uma preocupação em não reduzir os discursos às questões da língua por sua relação com ela, a especificidade do discurso como um objeto histórico e social impede que esta redução seja realmente efetivada. Foi preciso um grande esforço por parte destes autores, para lembrar ou fazer reconhecer que o discurso não é um objeto elaborado somente pela linguística e, portanto, não pode ser compreendido dentro das estruturas formais da língua - por ser também um objeto que compreende no sentido de apreender o histórico, o social, e o cultural (ainda que estes aspectos sejam considerados, ou não, com maior ou menor peso em cada autor). Logo, o dizer em sua apreensão discursiva também inclui em si estes domínios. É por isso que estes aspectos não estão no discurso, como algo exterior à língua, em razão de serem *constitutivos do discurso*.

*

Em razão das aproximações e distanciamentos

Tentamos por meio das considerações a respeito do sujeito, da história e da língua traçar, de modo geral, o que foi o pensamento e as concepções destes autores, acerca do discurso. De modo distinto, todos eles se aproximaram destes aspectos para construírem as suas teorias, mesmo que cada um deles tenha adquirido um peso diferente nos trabalhos dos autores aqui referenciados e mesmo que algumas destas concepções tenham sofrido modificações ou aprimoramentos de acordo com o percurso realizado por eles ao longo de suas atividades de pesquisa.

A língua é a base para o início de toda essa discussão e para formular uma teoria do discurso. A dicotomia saussuriana entre língua/fala foi provocadora para estes autores considerarem o

discurso enquanto objeto de análise. Para eles, não se pode apreender o discurso por meio da estrutura e normatividade, do sistema de Saussure. A fala que compreende o dizer, compreende o enunciado, o discurso, enfim, tudo o que ela abarca foi justamente aquilo que foi afastado da teoria da linguística formal. Neste abandono foram também excluídos o sujeito, a história, o social, a ideologia, etc. Elementos estes que, de uma forma ou de outra, foram inscritos nas considerações acerca do discurso por parte dos autores abordados. A língua é a materialidade pela qual o discurso é apreendido, mas não é o discurso em si, ele é justamente o que o histórico e o social fazem dele.

E quem enuncia o discurso? O sujeito não é negligenciado por estes autores como foi para Saussure. Este último que buscava se afastar, sobretudo, das concepções psicologizantes, concebeu uma teoria que apartava o sujeito do seu sistema de significações. Para Foucault, Pêcheux e Bakhtin, o sujeito existe em suas análises discursivas, mas também não corresponde a uma ideia de sujeito psicologizante. As suas teorias buscaram especialmente uma análise não-subjetiva do discurso resultando em três concepções distintas a respeito do sujeito. Foucault (1997), concentrando no que concerne a sua análise arqueológica, não vê, senão no sujeito, uma posição. O sujeito nada mais é do que uma posição-sujeito assumida no ato de enunciar e que se relaciona com uma formação discursiva específica. O sujeito sendo uma posição no texto, ou até mesmo várias, é um espaço que pode ser ocupado por qualquer um. Em Bakhtin/Volochínov (2017) o sujeito é o resultado da interação verbal e é formado socialmente. Ele possui certa autonomia mesmo que todo o seu pensamento e o próprio discurso que ele enuncia sejam orientados socialmente no fluxo da comunicação verbal. Em Pêcheux, o sujeito será atravessado pela ideologia e pelo inconsciente. Ele enuncia sempre por meio de um já-dito que irrompe no seu discurso, sem que tenha consciência disso. Isso faz com que o sujeito acredite ser dono e fonte do seu dizer, quando na verdade, não é, uma vez que ele é assujeitado pelo processo ideológico.

A ideologia é outro aspecto que é comum, mas que gera divergência. Em Pêcheux, a ideologia ancorada nos pressupostos althusserianos é compreendida dentro das questões relativas à luta de classes e como constitutiva da manutenção das relações de produção. Em Bakhtin, a ideologia converge para ser um sistema de representação da sociedade e do mundo, a partir das relações e referências construídas por determinados grupos sociais, em suas constantes trocas simbólicas (Miotello, 2017). Foucault (1997), não fala em ideologia, ele procura evitá-la assim como uma série de outros termos como ciência, teoria, etc. Para isso, cunha a

noção de formação discursiva e vai mais ao encontro de uma análise pautada na relação saber-poder.

Em suma, Pêcheux partiu de uma conjuntura política e teórica muito forte que via na Análise do Discurso, uma maneira nova de ler e interpretar os textos políticos, compartilhando também de uma preocupação com a situação das ciências humanas. Organizou o que seria em termos científicos - o estruturalismo em Freud, Marx e Saussure - aquilo que viria a dar a base para uma máquina discursiva onde teoria e política se misturavam. Ao longo de sua trajetória, entre os anos de 1960 e 1980, vê parte desse seu maquinário se desestruturar face a outras concepções sobre o discurso e acontecimentos históricos que marcaram sua posição política e intelectual. Foucault, que compartilhando com Pêcheux interesse nas áreas da história da ciência, do conhecimento e na epistemologia, buscou entender o aparecimento do homem enquanto objeto de pesquisa e como consequência almejou compreender a emergência das ciências humanas. Ele viu no discurso, a maneira pela qual se poderia “rastrear” no jogo das relações sociais, aquilo que um dia se tornou institucionalidade em termos de objeto e, por isso, ganhou existência. Bakhtin, orientado em termos de uma filosofia da linguagem e de uma conjuntura intelectual e política marxista buscou junto ao Círculo, dialogar com o que havia de mais influente em termos da linguagem no seu tempo, o formalismo russo e a teoria de Saussure. Ele se apoiou nas relações dialógicas e na comunicação verbal para consolidar suas análises acerca das manifestações discursivas do homem em sociedade.

Ainda é preciso dizer que estes aspectos não resumem e nem apresentam a totalidade do pensamento destes autores acerca do discurso. Suas obras, como a própria Análise do Discurso, são sempre obras de fronteira entre diversos saberes e diversos domínios do conhecimento, abarcando intenções múltiplas assim como foram diversos seus objetos de pesquisa. Desse modo, há muito mais camadas teóricas a serem extraídas destes autores, há muito mais para ser estudado em suas teorias para ser colocado em confronto e compreender as suas proximidades e distanciamentos. Evidentemente, hoje na Análise do Discurso as concepções apresentadas acima não se exibem assim tão estanques e diferenciadas. Muito já foi feito a partir destes autores e de suas convergências/divergências. Nem o próprio Pêcheux deixou sua teoria sem modificações e incorporou alguns aspectos das discussões realizadas no campo da Análise do discurso. Apenas apontamos o que de início, se concebe como sendo o que há de mais particular ou genuíno em suas propostas.

Aqui, a exposição feita sobre o sujeito, a história e a língua foram uma escolha teórica nossa, pois, é onde estes autores se encontram em seu horizonte de interesse, mas se afastam quanto à compreensão a eles dada. No próximo capítulo, vamos nos aproximar mais do debate entre estes autores, em razão de suas aproximações e distanciamentos e do que entendemos quanto discurso e como ele se desenvolve nesta pesquisa.

03. ENTRE O ACONTECIMENTO, A ESTRUTURA, E A DIALOGIA: O QUE ENTENDEMOS POR DISCURSO?

Procuramos por meio desta exposição compreender melhor de onde falamos. Esse onde pode ser entendido como diversos lugares, tanto teóricos quanto sociais. Apesar dos rumos que a Análise do Discurso tomou no Brasil e de como seus conceitos, os autores, e as teorias foram por nós absorvidas e metabolizadas, há também uma história, um percurso próprio dessa disciplina na França. A trajetória que a AD possui seja aqui ou lá é sempre contada remontando aos nomes que se destacam. Entre eles, comumente, estão Pêcheux, Foucault e Bakhtin tendo seus percursos e trabalhos levados em consideração. Apesar disso, não queremos com este estudo afirmar que há uma síntese entre estes autores que culminou em uma elaboração definitiva acerca do que é o discurso e hoje se concentra como o “novo paradigma” originário do encontro teórico entre eles no Brasil ou na França.

De todo modo, o que se assistiu naquele país europeu, a partir dos anos de 1980 e de maneira mais forte na década de 1990, foi muito mais um afastamento dos moldes nos quais vinha sendo gestada a Análise do Discurso, sobretudo, no que diz respeito a Pêcheux e ao que envolvia uma proposta baseada no marxismo, na ideologia e em “pretensões teóricas totalizantes”. Com a entrada da pragmática no dorso teórico francês, há uma exclusão gradativa de uma análise do discurso preocupada com o encontro entre a história e a língua. Na contramão desse processo, no Brasil do mesmo período, o que se assistia era um alcance maior de uma Análise do Discurso que se encontrava no cruzamento entre a história, a língua e o sujeito a partir dos caminhos traçados por Pêcheux e Foucault (Gregolin, 2006).

Então, como fica o discurso quando tratamos de estrutura, acontecimento e dialogia? Vimos que há inúmeros momentos em que estas propostas se encontram, todavia em muitos outros, elas se distanciam. Seria possível pensar um discurso em que as três propostas se convergem? Seria pretensão responder nesse estudo a tal indagação e tal feito foge de nossos objetivos. Podemos apenas salientar o que consideramos existir de essencial nelas e que pode no encontro de suas fronteiras tornar mais frutífera uma análise de nosso objeto de estudo

expandindo, assim, as nossas condições de descrição e interpretação. Começamos, então, por Pêcheux (2006) a partir de suas reflexões em *Discurso: estrutura ou acontecimento?*

Este autor, no momento de seu revisionismo teórico (AD-III), lança mão de um discurso que seja, ao mesmo tempo, estrutura e acontecimento. Ele nos diz:

não se trata de pretender aqui que todo discurso seria como um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas de sublinhar que, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação - reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço: não há identificação plenamente bem sucedida, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada, de uma maneira ou de outra, por uma “infelicidade” no sentido performativo do termo - isto é, no caso, por um “erro de pessoa”, isto é sobre *o outro*, objeto da identificação (Pêcheux, 2006, p. 56-57).

Pêcheux nessa citação teoriza, tece o encontro e problematiza as questões relativas à estrutura e o acontecimento. Vejamos como. Ao comparar o discurso, com um “aerólito miraculoso” chama a atenção para que não o compreendamos somente como algo que passa em frente aos nossos olhos e distante de nós, numa realidade que não podemos alcançar, mas que de algum modo está visível e julgamos apreender. O discurso enquanto acontecimento não é um evento extraordinário solitário e solto no espaço e no tempo. É por isso, que logo em seguida, ele diz para não entendê-lo “independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe”. Ou seja, ele lembra que o discurso, mesmo tomado enquanto acontecimento, é histórico e social, assim como também salientou Foucault (1997). Porém, esses aspectos não são do nível de uma estrutura, que confina o discurso e o deixa imóvel, pois “só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos”. O discurso, mesmo sendo histórico e social, mesmo articulado entre redes históricas e trajetos sociais, não é algo fadado a permanecer sempre o mesmo. No discurso há um movimento constante dos processos de significação e de suas práticas. O discurso tem a possibilidade de não permanecer o mesmo, por conta do equívoco da língua, que permite a movência dos sentidos, abrindo espaço para a interpretação. A interpretação também está condicionada a presença do *outro* no discurso: “Esse outro próprio ao languageiro discursivo” é que permite “haver ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar” e em função dessa ligação é “que as filiações históricas podem-se organizar em memórias, e as relações sociais em redes de significantes” (Pêcheux, 2006, p. 54).

Nesse sentido, Pêcheux (2006, p.56) coloca que “todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho [...] de deslocamento no seu espaço”. Ou seja, ao mesmo tempo em que as filiações sócio-históricas irrompem no discurso significando-o e dando abertura para a identificação, isto quer dizer, dando margem para a interpretação, ele se constitui também como produto destas práticas discursivas históricas e sociais. O deslocamento em seu espaço está relacionado à abertura do outro no discurso, pois não há ligação sócio-histórica que não seja afetada pela presença do outro.

Quando Pêcheux (2006) nos diz “o objeto da linguística (o próprio da língua) aparece assim atravessado por uma divisão discursiva entre dois espaços: o da manipulação de significações estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento” (p. 51), ele quer dizer que o primeiro desses espaços é aquele realizado pela linguística formal - e o segundo compete às “transformações do sentido, escapando a qualquer norma estabelecida a priori, de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomados no relançar indefinido das interpretações” (idem) -, ou seja, o segundo espaço é o do equívoco da língua, da movência dos sentidos.

Outro aspecto que vale salientar diz respeito à questão de que o discurso é um “trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes)” (Pêcheux, 2006, p. 56). Quando Pêcheux faz essa referência ao discurso como um trabalho, primeiro ele evoca um sentido de elaboração, de construção do discurso, que não é nem mais e nem menos consciente. Ou seja, o sujeito pode até enunciar o discurso de forma consciente, construí-lo e ser fruto de um trabalho de seu pensamento, mas nunca esse dizer, será totalmente consciente, ele será “de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes”. Aqui, ele está reelaborando a ideia de um sujeito inteiramente assujeitado à ideologia e totalmente inconsciente do que diz. O sujeito, agora, passa a ter alguma consciência a respeito do que diz, mas não absolutamente.

Vamos neste momento lembrar o que Foucault (1997) disse acerca do discurso como acontecimento e entender como funcionou o diálogo traçado por Pêcheux em sua teoria. Foucault (1997) postula o discurso como acontecimento enquanto singularidade. Isso significa apreender o discurso em sua irrupção histórica, considerando que as relações sociais e o movimento da história seja apreendido como um acontecimento, opondo-se à ideia de uma história com estruturas fixas. A noção de acontecimento serve para que a análise não seja reduzida às estruturas da língua e aos elementos significantes (por uma procura incessante do

sentido). O acontecimento entendido enquanto singularidade vem nos alertar para o caráter da não evidência do discurso.

Como em Foucault (1997), a ideia de discurso está muito relacionada à questão de uma *prática discursiva*, - isto quer dizer, em saber quais são os conjuntos de práticas discursivas e como elas estabelecem os seus objetos, formulam os conceitos e elegem aqueles que são capazes de enunciar - a não evidência de um discurso atesta para o questionamento dessas práticas como não naturais, ou seja, busca romper com o caráter de evidência de muitos discursos. É por isso que ele recusa fazer uso de palavras como tradição, origem, etc., por reforçarem o sentido da evidência. É por isso que sua análise é tão próxima da história, uma vez que questiona as narrativas tradicionais e os efeitos que elas causam acerca da construção dos objetos dos quais apreendem e elaboram. Por exemplo, em *História da Loucura* (1962) Foucault nos quer dizer, dentre outras coisas, que não era tão evidente assim, que o louco fosse entendido enquanto tal e que a loucura fosse compreendida enquanto uma doença mental. Ou seja, há uma construção histórica no jogo das relações entre saber e poder, que configuram espaços para enunciação destes discursos, elaboram o seu objeto, e qualificam aqueles que podem dizê-lo, aqueles que estão aptos a falar sobre determinado objeto e elaborá-lo constantemente.

Desse modo, podemos nos perguntar: se Foucault se propõe a pensar o discurso como acontecimento para a não redução do discurso à normatização da língua e das questões a respeito do signo e da semântica, como Pêcheux enxerga a possibilidade do discurso ser as duas coisas? Ora, uma análise discursiva que envolva o acontecimento e a estrutura não são mutuamente excludentes. Pêcheux nos diz isso quando fala a respeito do enunciado:

a consequência do que precede é que toda descrição [...] está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua (...). Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (...) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. É nesse espaço que se pretende trabalhar a análise do discurso (Pêcheux, 2006, p. 53).

A descrição dos enunciados é algo apresentado por Foucault (1997), como o trabalho a ser realizado na análise arqueológica. Assim, Pêcheux (2006) está chamando atenção para o fato de que mesmo todo o trabalho de descrição do enunciado ou dos enunciados organizados em séries, não é uma operação em que a interpretação possa ser colocada de lado ou possa ser considerada como ausente. É possível descrever e interpretar o discurso mesmo que as fronteiras não sejam claras, pois, quando um procedimento começa e o outro termina durante

o exercício da análise (Orlandi, 2007). Assim, ele compreende que a posição de trabalho evocada

supõe somente que, através das descrições regulares de montagens discursivas, se possa detectar os momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não negados (Pêcheux, 2006, p. 57).

O ato de interpretar e também o de descrever é uma tomada de posição por parte do analista frente ao discurso. Essa tomada de posição é que não deve ser omitida e nem negada, mas reconhecida por parte do analista. Nesse momento, Pêcheux (2006) chama a atenção para não se fazer uma interpretação em que o intérprete se considere como um ponto absoluto, pois trata-se, para ele, de uma questão de ética e política, uma questão de responsabilidade.

Assim, por um lado, Foucault (1997), levando em consideração as reflexões dos historiadores da Nova História, assume uma posição frente ao trabalho discursivo que é de não buscar no passado, pontos de origem invariáveis criando narrativas sólidas e sem rupturas. E sim, de procurar os momentos de irrupção em que aquilo que é considerado como norma, que é considerado legítimo: o que começou a ser articulado no jogo de relações e das práticas discursivas e sociais. Ou seja, questionar como uma determinada prática se legitimou e se consolidou “escavando” nos arquivos, nas fontes empíricas, como isso se tornou possível. Foucault (1997), portanto, assume uma análise destas fontes que não é a de um pesquisador “passivo” diante de uma história inerte buscando uma verdade contida no documento - ideia relacionada a uma prática da história tradicional -, mas a de um pesquisador ativo, que aspira trabalhar o documento em seu interior e elaborá-lo procurando definir “no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações” (ibidem., p.07). Se para Foucault esta é a postura do pesquisador diante dos documentos e do passado, Pêcheux chama a atenção para uma postura perante todo arquivo documental na qual se inscreve a leitura do discurso: a do reconhecimento da interpretação como uma tomada de posição consciente por parte do analista. Reconhecer que ele não é o ponto absoluto da análise capaz de extrair todo sentido, todo conteúdo e toda a verdade sobre o discurso. E se já houve uma pretensão na busca pela leitura e apreensão de uma verdade, é preciso reconhecer que “a história é uma disciplina de interpretação e não uma física de tipo novo” (Pêcheux, 2006, p.42).

Eni Orlandi (2007) tratando da interpretação e descrição como dispositivos de análise do discurso, assume que a interpretação aparece em dois momentos da análise. O primeiro deles é sobre considerar a interpretação como constitutiva do objeto da análise, isto quer dizer, ter em conta que o sujeito que enuncia, enuncia já interpretando. O segundo momento diz

respeito ao analista. Como não há descrição, sem interpretação, o próprio analista está envolvido na interpretação. Eis aqui, a razão maior de haver um dispositivo teórico, que possa intervir na relação do analista com o seu objeto “produzindo um deslocamento em sua relação de sujeito com a interpretação: esse deslocamento vai permitir que ele trabalhe no entremeio da descrição com a interpretação” (Orlandi, 2007, p. 61).

Então, se tomarmos nosso objeto de estudo em consideração como fica essa questão do discurso enquanto estrutura e acontecimento? Ora, levando em conta a “Geografia do Brasil” como um enunciado, ou o primeiro enunciado a ser analisado, a posição inicial é retirar seu estatuto de evidência. Nem sempre houve uma disciplina com esse nome em que o efeito de sentido é afirmar que primeiro existe um Brasil e, segundo, há uma geografia para ele. O Brasil, aqui, adquire uma materialidade pela linguagem e pelas representações feitas a partir dos signos geográficos elegidos para compor o saber geográfico concernente a este país (termo aqui tomando em sua acepção genérica). Não queremos dizer que seja a disciplina Geografia do Brasil, que criou ou cunhou uma geografia, ou melhor, um discurso geográfico para o Brasil. Se pegarmos o campo da História do Pensamento Geográfico em suas inúmeras pesquisas veremos que as representações, os signos, os dizeres sobre/para/do Brasil, são vários e muitos anteriores a institucionalização desta disciplina. Mas, o que ela foi e significou no meio dos discursos acerca do Brasil? Porque ela irrompe na trama da história dos saberes a respeito do Brasil? Porque ela é institucionalizada? Ela nem sempre foi evidente, ainda que pareça ser ao falar do Brasil mencionando sua geografia ou falar de uma geografia do território brasileiro. Assim, quando ela surge, quem são aqueles que falam a partir dela? De quais lugares sociais/institucionais ela foi enunciada?

E no que concerne à estrutura privilegiada? Este outro lado compreende a face do discurso? Ela vai corresponder justamente àquilo que foi deixado de lado pela linguística da língua. Ainda que Pêcheux considere a estrutura da língua de Saussure, sua proposta para pensar o discurso nunca foi comprometida com a ideia de uma estrutura linguística fechada. Quer dizer, “o que antes não cabia ao sistema dado o seu caráter de totalidade, consistência e completude, passa agora a ser constitutivo da estrutura” (Ferreira, 2010, p.08). Ou seja, tudo o que foi deixado de lado no sistema linguístico saussuriano compõe o discurso: o sujeito, a ideologia, a história e o social. Estes aspectos formam juntamente com a língua, a estrutura do discurso. De acordo com Ferreira (2010) Pêcheux, por meio de sua leitura de Lacan, compreende que a estrutura não deve ser tomada estritamente em seu sentido lingüístico uma vez que o próprio Lacan não compreende a estrutura em sua teoria desta mesma forma. A

estrutura no caso psicanalítico tem como especificidade o não-fechamento de suas fronteiras e o caráter não homogêneo do seu território. Para Lacan, *o inconsciente está estruturado em linguagem* e isso significa reconhecer “que a linguagem com sua estrutura preexiste à entrada nela de cada sujeito num dado momento do seu desenvolvimento mental” (ibidem, p.08). Desse modo, o sujeito não pode ser a fonte do sentido e não está no centro de si mesmo. O lugar do sujeito e do discurso é essa estrutura descentrada e não fechada em si mesma. Assim, o sujeito, a linguagem e o discurso são concebidos como estruturas que podemos acessar pelas suas falhas constitutivas, pois, para Lacan estrutura é sinônimo de simbólico e de linguagem. O que essa concepção tem haver com a estrutura discursiva de Pêcheux? Ela introduz o sujeito nas questões da linguagem e o considera como constituída por uma falha fundante, uma falha que lhe é própria e que opera como o motor da estrutura (Ferreira, 2010).

É por isso que o discurso é dado à interpretação. Estas falhas que compreendem a própria estrutura do discurso permitem que o inconsciente fale - aquele mesmo inconsciente atravessado pela ideologia - e faz com que o discurso seja atravessado pelas palavras do *outro*, e faça com que haja a presença do outro no discurso. Esse *outro* constitutivo do discurso são tanto as ideologias em sua pluralidade, quanto os outros discursos dispersos na sociedade, aos quais um enunciado tem a possibilidade de estar relacionado. Diante disto, a releitura do trecho já citado de Pêcheux acerca da interpretação é válida de ser retomada e se torna ainda mais clara:

e é neste ponto que se encontra a questão das disciplinas de interpretação: é porque há o *outro* nas sociedades e na história, correspondente a esse outro próprio ao languageiro discursivo, que aí pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar. E é porque há essa ligação que as filiações históricas podem se organizar em memórias, e as relações sociais em redes de significantes (Pêcheux, 2006, p. 54).

Esse *outro* perceptível por meio da falha do inconsciente e da linguagem é o que torna possível a interpretação, dadas as relações de identificação, que o sujeito estabelece ao interpretar. O ato de interpretar é tanto do sujeito falante, quanto do sujeito que interpreta o discurso. Somente por meio da presença do outro é que pode haver ligação, identificação ou transferência entre eles. Ou seja, há, por um lado, um gesto de interpretação do sujeito que enuncia e um gesto de interpretação do sujeito que analisa o discurso. E é por isso que Pêcheux afirma que o discurso é um efeito de sentido entre locutores. Esse sentido é produzido pelos locutores do discurso entre seus gestos de interpretação. Mas, é um efeito de sentido constituído pela história, pela ideologia e pelo social e, assim, é que por meio da

ligação estabelecida entre eles é possível que as filiações históricas se organizem em memórias e as relações sociais em redes de significantes.

Desse modo, nos questionamos se a produção do sentido existente nesse processo de “efeito de sentido entre locutores” não estaria próxima da produção de sentidos compreendida por Bakhtin como possível somente pelas relações dialógicas? Pois, em ambos os casos, a produção de sentidos é um produto desta relação, da interação entre locutores por meio do processo de identificação.

Eni Orlandi (2007) em sua perspectiva, não concebe o discurso como comunicação, uma vez que o discurso serve para comunicar e não comunicar. Mas, o que seria essa não comunicação discursiva? Em nossa compreensão, vemos sentido nessa afirmação quando consideramos, por exemplo, discursos que são herméticos ou aqueles que possuem uma linguagem técnica ou muito elaborada que falam, mas não se tornam facilmente compreensíveis, para a maioria das pessoas. Consideramos também aqueles discursos que são estrategicamente, em muitos casos por questões de poder, pensados para não serem compreensíveis por qualquer um. Segundo Fiorin (2013)

Diz-se que a função principal da linguagem é comunicar. No entanto, há duas questões que devem ser pensadas. De um lado, comunicar não é só transmitir informações, pois as pessoas se comunicam até para não dizer nada. De outro lado, comunicar não é um ato unilateral, mas é um jogo em que um parceiro da comunicação age sobre o outro. A comunicação é, antes de qualquer coisa, relacionamento, interação. Por isso, a linguagem é um meio de ação recíproca, é um meio de interagir com os outros, é um lugar de confrontações, de acordos, de negociações (ibidem, p.19).

Essa concepção apresentada por Fiorin a respeito da comunicação caminha numa direção mais próxima da comunicação na acepção bakhtiniana. Para o filósofo russo, ela não diz respeito apenas ao caráter da troca de informação ou do “se fazer entendido/compreendido”, que a noção de comunicação pode adquirir. Então, chamemos Bakhtin para nossa discussão.

Em Bakhtin, ainda que procuremos, não vamos encontrar uma discussão acerca do discurso enquanto estrutura ou acontecimento - mesmo que Sargentini (2006), por exemplo, mencione a questão do discurso cotidiano como um acontecimento. No caso da proposta de Bakhtin e seu Círculo, o encontro com Foucault e Pêcheux é profícuo principalmente quando levamos em consideração, a questão do caráter dialógico da linguagem, ou seja, as relações estabelecidas entre os discursos e aquilo que inscrito na materialidade discursiva permite com que reconheçamos a presença do outro no discurso. Bakhtin e o seu Círculo procuraram de diversas formas demonstrar *o caráter social do discurso*. Todas as instâncias que envolvem o

processo discursivo vem desta questão: a língua só vive por meio das relações dialógicas. Essas relações é que conferem o sentido do discurso e que determinam o lugar teórico do eu e do outro, do sujeito do discurso e de todos os locutores com os quais ele dialoga e de todos os outros discursos com os quais é possível estabelecer relação.

A partir das discussões acerca do enunciado no capítulo anterior, vimos que o discurso nunca diz sozinho. Não há compreensão do dizer, não há discurso se não levamos em consideração estes *outros* que atravessam o próprio discurso para compor o seu sentido. Essa aproximação entre os autores trabalhados é possível uma vez que visto do plano teórico, eles assumem uma concepção de discurso muito próxima: a presença do histórico e do social como constitutivos do discurso, não como externalidades, mas como aspectos formadores do próprio discurso.

Assim, o enunciado - essa unidade discursiva - só é inteligível, possível de ser interpretado e descrito quando levamos em consideração as relações dialógicas das quais ele estabelece conexão. Sejam essas relações entre discursos compreendidas como “um nó em rede” de acordo com Foucault, ou como o interdiscurso apontado por Pêcheux. A importância em compreender essa característica do enunciado, que não está contido em si mesmo, que não fala sem que haja relação com outros dizeres - é nos interrogar acerca da produção e circulação dos discursos.

Para compreender essa produção do discurso no jogo das relações dialógicas - ou numa postura mais bakhtiniana, no fluxo da comunicação verbal -, do ponto de vista operacional Bakhtin fala de uma série de atitudes tomadas pelo sujeito quando enuncia: procura responder, confrontar, polemizar, ou seja, assume uma série de atitudes responsivas das quais orientam o dizer e o sentido do discurso. É por isso que ele fala de uma situação extraverbal mais próxima e outra mais ampla que compõem o contexto de enunciação e nos ajudam a compreender os lugares sociais os quais o enunciado faz parte e saber em “níveis escalares” quais as relações dialógicas por ele estabelecidas. Assim, quando pensamos o discurso numa perspectiva dialógica consideramos as relações do sujeito que enuncia com o sujeito que interpreta, do sujeito com todos os seus locutores imaginários dos quais ele acredita dialogar, do sujeito com o mundo, etc. Ou seja, levamos em consideração o discurso no fluxo da interação verbal, pois é a partir do diálogo com outros discursos que alguns procedimentos discursivos são pensados e compõem o enunciado. Bakhtin nos diz:

o enunciado não está ligado somente aos elos que o precedem, mas também aos que lhe sucedem na cadeia da comunicação verbal [...]. Mas, o enunciado, desde o início, elabora-se em função da eventual reação resposta, a qual é o objetivo preciso de sua

elaboração. O papel dos *outros*, para os quais o enunciado se elabora, como já vimos, é muito importante. [...] O índice substancial (constitutivo) do enunciado é o fato de *dirigir-se* a alguém, de estar voltado para o destinatário (Bakhtin, 1992, p. 320).

Quando Bakhtin fala que um enunciado não está isolado, mas relacionado aos elos que o precedem e aos que sucedem na cadeia da comunicação verbal, ele afirma que o discurso se sustenta nessa cadeia e se relaciona tanto com discursos passados, quanto com discursos futuros. Além disso, ele aponta para um procedimento que adianta, ou seja, que imagina as possíveis respostas do seu locutor. Indursky (2000) avalia a aproximação destes aspectos do enunciado, com a noção de *antecipação*, elaborada por Pêcheux:

segundo o mecanismo de antecipação, todo sujeito tem a capacidade de experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar em que seu interlocutor “ouve” suas palavras. Ele antecipa-se assim ao seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem. Esse mecanismo regula a argumentação, de tal forma que o sujeito dirá de um modo ou de outro, segundo o efeito que se possa produzir em seus ouvintes (Orlandi, 2007, p. 39).

Assim, estes autores cada um dando um tratamento singular ao discurso conseguem convergir no plano teórico quanto ao tratamento do discurso enquanto um objeto dotado de característica linguística, de historicidade e de relações sociais. Contudo, quando estamos falando de acontecimento, estrutura e dialogia, não tocamos apenas na teoria, mas de procedimentos de análise. Assim, se após toda essa discussão conseguimos mostrar uma aproximação entre estes três, há então uma possível realização de um procedimento que os engloba - ao menos em suas fronteiras, como dissemos.

Dessa maneira:

- 1) um discurso que se considera como acontecimento procura romper com a ideia de que as práticas de uma sociedade e aquilo por elas considerado como legítimo e tomado como objeto são e sempre foram como são, ou seja, contém uma verdade, sempre existente e evidente;
- 2) o discurso enquanto estrutura tem a língua como suporte de sua materialidade, mas não está encerrado nela. Em sua estrutura há o histórico e o social que promovem a possibilidade do discurso ser interpretado e gerar efeitos de sentido entre os locutores;
- 3) o discurso enquanto dialogia amplia o horizonte das possíveis redes de enunciados, as quais um discurso pode estar relacionado, seja com enunciados “passados” ou com enunciados “futuros”. A dialogia compreende o discurso como

parte de uma rede, ou um elo, onde não há um começo e nem um fim definidos e indiscutíveis no discurso.

Dessa forma, atentamos para a compreensão do discurso da Geografia do Brasil levando em consideração o seu caráter de acontecimento, estrutura e dialogia. Acontecimento por retirar seu estatuto de evidência e por compreendê-lo como uma prática discursiva que elabora em seu interior o seu próprio objeto. Como estrutura por colocar o histórico e o social no mesmo patamar que a língua, sem que houvesse uma relação de “externalidade” quanto a eles, uma vez que são, na verdade, parte da própria estrutura do discurso dando margem à interpretação. E como dialogia porque não há discurso que produz efeitos ou que diz sozinho, não há discurso que não faça parte das relações dialógicas.

Apesar de toda essa exposição, ainda há um último aspecto que precisamos esclarecer para que o discurso da Geografia do Brasil seja melhor compreendido: as relações do discurso com a ideologia, com o plano do simbólico e do signo.

3.1. Ideologia e discurso: a palavra como signo

Há algo que em Bakhtin e Pêcheux é importante e está ausente em Foucault: a ideologia. Em Foucault, a noção de formação discursiva foi cunhada justamente para que em sua teoria fossem evitadas “palavras demasiado carregadas de condições e consequências inadequadas, aliás, para designar tamanha dispersão, tais como ‘ciência’, ou ‘ideologia’, ou ‘teoria’, ou ‘domínio de objetividade’ (Foucault, 1997, p. 43). Ele, portanto, elimina de seu debate, a questão da ideologia como constitutiva do discurso.

Esta posição é radicalmente diferente da tomada por Pêcheux e por Bakhtin. Para ambos filósofos compreender a dimensão discursiva é ir além do caráter puramente linguístico do dizer envolvendo, assim, questões relativas à ideologia. De modo mais preciso, a palavra possui aquele significado que nos habituamos a ler nos dicionários. Mas, ela não significa somente uma denotação instituída pela forma organizada e sistemática da língua.

Ao falarmos da palavra no discurso, não falamos de uma palavra que possui somente literalidade e, por isso, possui transparência no sentido. A questão semântica e ideológica no discurso suscita em Bakhtin e Pêcheux percursos diferentes para um mesmo fim: o de que a palavra em sua acepção discursiva nunca é neutra, e por conseguinte, nenhum discurso é

neutro. Bakhtin/Volochínov (2017) irão dizer o que ela significa porque é signo e enquanto signo a palavra é sempre ideológica.

Na verdade, Bakhtin/Volochínov (2017) chegaram a dizer que a palavra enquanto signo é sim neutra, mas somente porque pode assumir qualquer função ideológica. Ou seja, a palavra adquire função ideológica em qualquer tipo de discurso, seja ele científico, estético, ético, moral, religioso, artístico, cotidiano, etc. Ela é neutra porque pode ser usada por todos se diferenciando, assim, de alguns signos que possuem vida apenas em alguns contextos sociais e ideológicos muito específicos. Portanto, ela é neutra quanto a sua utilização em diversas esferas da comunicação social, o que não atesta seu valor de transparência nem atesta a sua neutralidade ao significar. Exercendo essa função ideológica, a palavra está sempre significando e funcionando permanentemente como um signo ideológico e, por isso, não pode ser considerada neutra.

É nesse sentido, que os autores russos irão afirmar que “*a palavra é o fenômeno ideológico par excellence*” (Bakhtin/Volochínov, 2017, p. 98). Para eles isto é possível porque a realidade da palavra é absorvida integralmente pela sua função de signo. Não há nela o que não seja modificado por essa função e que não seja por ela gerado. Nesse sentido, a palavra se torna o *medium* mais apurado e sensível da comunicação social. Isto ocorre porque não está expresso em nenhum outro lugar, com tanta clareza e plenitude, o caráter sógnico e o fato da comunicação ser tão determinante quanto na linguagem. E o que significa ser um signo ou possuir esse caráter sógnico? Um signo é sempre aquilo que, fazendo parte da realidade natural e social de uma sociedade, “reflete e refrata outra realidade que se encontra fora dos seus limites” (ibidem., p. 91). O efeito, assim digamos, de um signo é que ele passa a representar e substituir algo que lhe é exterior, que ele não comporta em sua natureza. Ou melhor, objetos materiais presentes numa dada realidade social de um determinado grupo passam a significar para além de sua função inicial de objeto material. Este “algo exterior” ou este “significar para além” é justamente a dimensão ideológica que o signo carrega ao significar uma dada realidade. É a ideologia a responsável pela significação do signo e, por isso, “onde não há signo também não há ideologia” (ibidem., p.91) uma vez que “tudo o que é ideológico possui significação sógnica” (ibidem., p. 93). Assim, ao tomarmos a palavra como signo admitimos que ela seja possuidora da capacidade de significar por meio da ideologia. Ou seja, que enquanto uma maneira de dotar o mundo de significado, de falar sobre algo e de comunicar, os sentidos conferidos à realidade serão sempre ideológicos porque há uma fronteira semântica entre o signo e a materialidade, pela qual ele se expressa. Essa

materialidade pela qual o signo ganha existência real pode ser a palavra, um objeto de consumo, um objeto da natureza ou da tecnologia, pois “o signo é um fenômeno do mundo externo” (ibidem., p.94). O aspecto simbólico da palavra está justamente aí, na sua capacidade de se tornar signo, de comunicar e significar por meio da ideologia.

Bakhtin/Volochínov (2017) observam que a palavra está presente em todo ato de compreensão e interpretação. Neste raciocínio, não há possibilidade de dizer algo sem assumir uma posição ideológica (mesmo que inconsciente) com os sentidos dados às palavras nas expressões de linguagem. Como estes autores assinalam, sendo a palavra um signo ideológico por excelência, não podemos arrogar para nós uma posição neutra no dizer e muito menos que a palavra possa ser considerada ela mesma neutra e transparente. Seguindo os pressupostos da análise pecheutiana Eni Orlandi (2007), por exemplo, vai sempre nos dizer que a palavra é antes de tudo opacidade, em contraposição a esse efeito de evidência que a palavra parece ter e que o sujeito ao enunciar não têm em conta. Então, resta perguntar: como ocorre o funcionamento da ideologia nesse processo de significação do signo? Como a ideologia significa e confere sentido ao signo, em nosso caso, à palavra?

Como já discutimos no capítulo anterior, em Bakhtin a ideologia é um sistema de valores. Esse sistema de valores é sempre atual em relação a como uma sociedade ou um determinado grupo representa o mundo. Essa representação é construída a partir das referências elaboradas por esse grupo no âmbito das suas trocas simbólicas, com outros grupos ou dentro de um mesmo grupo social. A partir daí é que podemos falar a respeito de um modo de ser e pensar de um determinado grupo ou de um determinado indivíduo, pois ele apresenta um ponto central relativamente sólido e durável que o orienta socialmente como resultado de suas interações sociais em que o tempo todo os significados do mundo e os sujeitos são reconstruídos (Miotello, 2017).

Assim, para Bakhtin e os intelectuais do Círculo há um mundo particular chamado “o mundo dos signos” formado a partir de um certo grupo social. E todos os signos que compõem esse universo sógnico possuem uma dupla materialidade: tanto a de ser uma expressão físico-material, quanto a de ser uma expressão sócio-histórica. Somado a essa dupla materialidade, o signo é capaz de perceber a realidade (ou não seria melhor dizer, expressá-la no lugar de percebê-la?) a partir de um ponto de vista, uma vez que representa a realidade a partir de um *lugar valorativo*, compreendendo-a como falsa ou verdadeira, boa ou má,

positiva ou negativa, o que permite com que o signo seja condizente com o campo ideológico (Miotello, 2017). Nas próprias palavras de Bakhtin/Volochínov (2017):

o signo não é somente uma parte da realidade, mas também reflete e refrata uma outra realidade, sendo por isso mesma capaz de distorcê-la, ser-lhe fiel, percebê-la de um ponto de vista específico e assim por diante. As categorias de avaliação ideológica (falso, verdadeiro, correto, justo, bom, etc.) podem ser aplicadas a qualquer signo. O campo ideológico coincide com o campo dos signos. Eles podem ser iguados (ibidem., p.93).

Aqui vemos que para os autores, o signo faz parte da realidade, mas ao mesmo tempo reflete e refrata uma outra realidade, assumindo diversos posicionamentos em relação a esta realidade. Vejamos um exemplo dado por Bakhtin/Volochínov: um pão é parte material da realidade, mas ao tomar uma forma específica e fazer parte de um evento religioso dentro da tradição judaico-cristã passa a ter uma significação ideológica ainda que esta seja “primitiva”. O pão em si mesmo, enquanto objeto de consumo, não é um signo, mas passa a ser, assim que recebe uma significação ideológica modificando a realidade deste objeto, ou seja, reflete e refrata uma outra realidade. Nesse sentido, respondemos às perguntas anteriores a respeito de como a ideologia confere sentido ao signo. Enquanto um sistema de valores, ela é quem organiza socialmente a realidade e a maneira pela qual os sujeitos irão aprendê-la, significá-la, julgá-la, etc. Os signos, portanto, são a materialidade pela qual a ideologia se expressa ao dotar o mundo de significado.

Na Análise do Discurso a questão da ideologia já foi muito discutida e há uma preocupação quanto a sua presença nos trabalhos deste campo. Courtine (2014) por exemplo, ao lembrar que no discurso há uma relação estabelecida entre o linguístico e o ideológico, adverte que a adoção de *um ponto de vista especificamente discursivo* “deve evitar reduzir o discurso à análise da língua ou dissolvê-lo no trabalho histórico das ideologias” (p. 31). Eni Orlandi (2007), por sua vez, afirma que a ideologia na AD não é compreendida da mesma forma que é nas ciências sociais, ou seja, como falsa consciência ou conhecimento errôneo. Segundo a autora, na AD este conceito não opera dessa maneira pois, na verdade, o que a AD assume é uma postura crítica em relação a essa concepção. Tal postura resulta na análise discursiva uma concepção de ideologia que a admite como uma direção de sentido. A partir daí, questionamos: se na AD a ideologia não assume o caráter de uma falsa consciência ou de conhecimento errôneo como ela funciona exatamente enquanto direção de sentido? Como ela pode ser direção de sentido e não assumir uma conceituação própria? A partir disso, como é possível que opere no discurso como direção de sentido?

Contrariando o que fala Eni Orlandi a respeito da ideologia na AD - de que ela não é aquilo que está posto nas ciências sociais uma vez que nada está posto no terreno destas ciências tendo em vista o debate nada consensual a respeito da ideologia -, ela só pode operar no discurso e funcionar como direção de sentido se ela possuir uma conceituação e um modo de funcionamento tanto no âmbito social, quanto no âmbito da linguagem. É por isso que compartilhamos as ideias de Bakhtin e do Círculo, a respeito do caráter signico da palavra: uma vez dotada de ideologia, a palavra enquanto signo corresponde a um sistema de valores que organiza e representa o mundo de acordo com o pensamento ideológico.

Porém, há algo a mais acerca da ideologia que intentamos compartilhar e abordar e refere, sobretudo, a como o processo ideológico constitui os sujeitos humanos, não só nos termos que correspondem a sua subjetividade, mas naquilo que constitui suas práticas e seus modos de vida. Para isso, desejamos dialogar com Bakhtin/Volochínov (2017) a partir do conceito de ideologia abordado por Goran Therborn, em seu livro *A Ideologia do Poder e o Poder da Ideologia* (1987). Neste livro, o autor sueco compreende que a ideologia

não assumirá de antemão um conteúdo particular (falsidade, conhecimento errôneo, caráter imaginário por contraposição ao real) nem assumirá um grau de elaboração e coerência. Mas, sim, fará referência a esse aspecto da condição humana segundo a qual os seres humanos vivem suas vidas como atores conscientes em um mundo que cada um deles o compreende em graus diversos. *A ideologia é o médio através do qual operam esta consciência e esta significação.* A consciência de cada novo ser humano se forma através de processos psicodinâmicos em sua maior parte inconscientes e *funcionam mediante uma ordem simbólica de códigos de linguagem.* A ideologia, em vez disso, não é redutível a uma ou outra coisa (Therborn, 1987, p. 1-2).¹²

Se intencionou Eni Orlandi (2007) a se distanciar da concepção de ideologia como uma falsidade ou conhecimento errôneo, Therborn também intencionou fazê-lo. Mas, em contrapartida, ele propôs uma maneira de conceber a ideologia enquanto *a condição humana pela qual os seres humanos vivem suas vidas como atores conscientes.* Ou seja, em sua proposta, os atores não estão vivendo suas vidas de maneira inconsciente ou irrefletida percebendo a realidade de maneira distorcida. Pelo contrário, para o autor, a ideologia é um aspecto da condição humana na qual os seres humanos compreendem o mundo de diferentes formas e em graus diversos.

¹² Tradução nossa. No original: no supondrá de antemano un contenido particular (falsedad, conocimiento errôneo, carácter imaginario por contraposición al real) ni asumirá un grado de elaboración y coherencia. Más, bien, hará referencia a ese aspecto de la condición humana bajo el cual los seres humanos viven sus vidas como actores conscientes en un mundo que cada uno de ellos comprende en diverso grado. *La ideología es el medio a través del cual operan esta conciencia y esta significatividad.* La conciencia de cada nuevo ser humano se forma a través de procesos psicodinámicos en su mayor parte inconscientes y *funciona mediante un orden simbólico de códigos de lenguaje.* La ideología, en cambio, no es reducible a una u otra cosa (THERBORN, 1987, p. 1-2).

Observemos com atenção esta frase de Therborn (1987): “a ideologia é o médio através do qual operam esta consciência e esta significação”. Esta frase é essencial visto que ela nos diz acerca da presença e do procedimento assumido pela ideologia não só na linguagem, mas também na maneira em que os seres humanos vivem suas vidas. Ela é um aspecto da *condição humana*, pois, se a ideologia é consciência, ela também é prática. Aqui, existe uma ampliação do conceito de ideologia, por nós adotado neste estudo. A ideologia compreendida enquanto um sistema de valores que orienta os sujeitos socialmente, que representa o mundo e o categoriza, que é um modo de ser e pensar, é também com Therborn, uma prática, um modo de agir. E como propõe o próprio Therborn (1987) uma prática é estruturada do ponto de vista de sua produção de significados. Quer dizer, a ideologia enquanto prática é uma orientação sobre ser e estar no mundo, certa maneira de agir e de se relacionar nele e com ele. A ideologia faz parte da consciência dos homens e, enquanto um atributo também da consciência, ela faz parte da significação dada ao mundo, funcionando “mediante uma ordem simbólica de códigos de linguagem”. Ou seja, assume materialidade e expressividade por meio da linguagem. Torna-se, nesse sentido, uma prática uma vez que assume uma matriz material que é linguística e, por isso, *sígnica*.

Então, se a ideologia é o meio pelo qual a significatividade e a consciência operam e a linguagem funciona como um signo ideológico, toda expressão de linguagem está orientada, de uma maneira ou de outra, pela ideologia. Por essa razão é que na linguagem a ideologia irrompe na busca pelo sentido dado à palavra no discurso. Ela está presente orientando os sentidos expressos no dizer, ainda que não esteja reduzida apenas ao caráter semiótico da linguagem. Pois, como o próprio Therborn pontua, ela funciona mediante códigos de linguagem, mas isso não quer dizer que ela funcione exclusivamente por eles, uma vez que as ideologias também se relacionam com as dimensões não discursivas da realidade mundana.

Mas, o que acontece com ideologias que repercutem em significações e modos de agir, em um certo tipo de ser-no-mundo, em uma sociedade tão diversa e contraditória como a nossa? No jogo das relações sociais, nas disputas de poder que ocorrem em diferentes e diversos âmbitos e escalas, não há nada que ocorra, que busque por legitimidade e tente garanti-la, de maneira pacífica. É como afirmam Bakhtin/Volochínov (2017): um signo é formado socialmente nas trocas simbólicas efetuadas em uma sociedade. Este signo que é uma expressão ideológica, também carrega consigo embates, lutas, contradições, em resumo, toda uma dimensão política expressa nas e pelas relações sociais e de poder na busca pela instituição dos sentidos e

representação do mundo. Desse modo, tais relações podem ser estudadas e aprendidas por meio das práticas discursivas.

É por isso que Bakhtin vai defender, que mesmo as menores e mais ínfimas mudanças sociais repercutem de imediato na língua. Os sujeitos por meio de diversos atos linguísticos inscrevem nas palavras as mudanças sociais que são frutos das mais diversas relações estabelecidas por sujeitos pertencentes à múltiplos grupos sociais:

as palavras, nesse sentido, funcionam como agente e memória social, pois uma mesma palavra figura em contextos diversamente orientados, por sua ubiquidade, se banham em todos os ambientes sociais, as palavras são tecidas por uma multidão de fios ideológicos, contraditórios entre si, pois frequentam e se constituíram em todos os campos das relações e dos conflitos sociais. Dentro das palavras, em uma sociedade de classes, se dá discursivamente a luta de classes. O signo verbal não pode ter um único sentido, mas possui acentos ideológicos que seguem tendências diferentes, pois nunca consegue eliminar outras correntes ideológicas dentro de si (Miotello, 2017, p. 172).

A respeito da passagem acima, tentamos focar em dois aspectos importantes: o primeiro refere-se ao signo verbal não ter um único sentido e o segundo trata do campo das relações e dos conflitos sociais. Um signo verbal não pode ter apenas um sentido, uma vez que há diferentes “vozes que ecoam neles e por isso eles não estão isentos de contradições ideológicos-sociais entre o passado e o presente, entre as várias épocas do passado, entre os vários grupos do presente, entre os futuros possíveis e contraditórios” (Miotello, 2017, p.172). Trocando em miúdos, um signo verbal, isto quer dizer, *a palavra* carrega acentos ideológicos distintos em função dos diversos sentidos a ela atribuídos, ao longo do tempo ao longo dos diferentes contextos de enunciação. A título de exemplificação, pensemos em palavras constitutivas do vocabulário geográfico. Quantos sentidos podemos atribuir às palavras lugar, região e país? Como elas serão conceitualizadas de acordo com uma teoria geográfica específica? Quais acentos ideológicos elas receberão a partir dessa teoria? Além do mais, qual sentido a palavra país pode assumir em determinado discurso, considerando toda a dialogia, na qual este discurso está inserido? É dessa maneira, nessa profusão de sentidos dados às palavras no desenvolvimento histórico-social da língua nas/pelas relações dialógicas que Bakhtin afirma que “qualquer palavra é tecida por essa multidão de fios” (Miotello, 2017, p. 172) ideológicos.

Em contrapartida há mais um aspecto correspondente a esta multidão de fios que fazem parte da palavra: os conflitos sociais. Observemos que Miotello (2017) ao discorrer sobre o pensamento de Bakhtin menciona os conflitos sociais dizendo que “dentro das palavras, em uma sociedade de classes, se dá discursivamente a luta de classes”. Esta frase é relevante

porque ao nos situarmos no debate marxista clássico podemos dizer que este lugar social do qual enunciamos seja o lugar da classe social e aqui, de modo evidente, inserimos toda a dimensão da luta de classes, das relações de produção e da estrutura sociopolítica. Por um lado, isso não deixa de ser uma questão, mas por outro é preciso pensar, no que Therborn nos diz: nem toda ideologia é de classe. A partir daí colocamos a questão: nem todos os lugares de enunciação são pertencentes à classe social.

O que isso implica no discurso? Que existem aquelas ideologias que irão constituir os sujeitos, significar e estruturar o mundo, sem passar *necessariamente* por uma questão de classe. Isso quer dizer que há discursos que fujam das relações de classe? Talvez a questão seja compreender quais ideologias compõem determinado discurso e como elas se relacionam, se articulam, se contrapõem, etc. Pensar os lugares de enunciação de um discurso específico, perguntar de onde fala tal sujeito auxilia na compreensão de quais ideologias estão presentes em seu discurso e como elas se articulam, como o sujeito compõe seu discurso e com quem ele dialoga. Um exemplo: o racismo se apresenta enquanto uma ideologia que não tem cunho classista. Podem ser racistas um homem pobre, habitante de uma periferia de uma grande cidade, da mesma forma que um homem rico habitante de um bairro da zona nobre desta mesma cidade. Ambos podem ser racistas em suas falas, ainda que a cor de suas peles sejam distintas, mas como o racismo será expresso e como se relaciona com a situação de classe de cada um, somente a análise discursiva vai poder dizer.

Nesse sentido, Therborn vai afirmar que a ideologia, ou melhor, *as ideologias são processos sociais* que se superpõem, competem, chocam e se fundem ou reforçam umas às outras. A melhor forma de ilustrar estes processos é pensar na cacofonia de signos e sons em uma rua ou avenida de uma grande metrópole: tudo se sobrepõe e acontece ao mesmo tempo, nesta paisagem. Mas, naquela paisagem há um incrível movimento de trocas diversas entre os sujeitos e as ideologias inseridas nos mais diversos e complexos processos sociais. Nada é tranquilo e esta não é uma paisagem dominada, parada ou inerte. O movimento das práticas ideológicas na sociedade, não é brando e calmo, assim como não é unilateral, o movimento do discurso e da produção de sentido na sociedade.

3.2. Discurso e sujeito: posição-sujeito e função de autoria

Até aqui compreendemos a relação entre discurso e ideologia. Esta última é constitutiva do discurso uma vez que opera na significação dada ao mundo por meio das palavras. Já as

palavras são da ordem estrutural da língua, mas ultrapassam esta ordem à medida que ganham vida nas diversas práticas discursivas realizadas pelo homem. Elas ganham sentido e assumem significações que mudam de acordo com a situação da enunciação, com o acento ideológico recebido, com o diálogo estabelecido com outros discursos e entre os locutores, além de envolver outros processos. Ou seja, há todo um movimento no dizer que não confere somente à estrutura gramatical, a possibilidade de se tomar em termos analíticos, um discurso. Pensando fora da normatização da língua há ainda uma outra dimensão que também é preciso levar em consideração: o sujeito discursivo.

Como visto no capítulo I, o sujeito é uma categoria central na Análise do Discurso e, talvez, seja ali onde a fronteira entre esses autores possua maior aspereza. Apesar das diferenças entre eles, há algo que nas propostas da Análise do Discurso é um ponto em comum. Nenhum deles construiu ou abordaram uma teoria subjetivista do sujeito. Em termos discursivos isto quer dizer que o sujeito não é um fim em si mesmo, não é dono do seu dizer, a fonte irrefutável de todo o sentido e de toda a significação como se o discurso começasse e terminasse nele mesmo. Se a linguagem não é mais compreendida em termos de homogeneidade, o discurso também não pode ser. Ele é composto pelo outro que o afeta tanto como um destinatário orientando como seu discurso será dito e composto como também, por meio das diversas vozes que se constituem como discursos históricos já constituídos. Assim, se o discurso não é homogêneo, o sujeito discursivo também não será caracterizado pela homogeneidade. É por isso que em várias perspectivas teóricas, o sujeito é definido pelo seu *descentramento*, ou seja, ele não é o centro, a fonte e nem a origem do sentido de sua enunciação (Brandão, 2014).

Este descentramento, claro, não será o mesmo para cada autor. Mas, se tratando de perspectivas não subjetivistas do sujeito é possível traçar como este descentramento funciona para cada um. Todos eles eliminam o sujeito como a fonte de significações e sentido compreendendo a subjetividade de outro modo. Foucault (1997), por exemplo, não vê o sujeito senão com uma posição-sujeito. Ou seja, o sujeito é um função vazia, que ao nível da dispersão discursiva e da elaboração dos enunciados pode ser ocupado por qualquer indivíduo. Como o que existe é uma dispersão de enunciados, ao se posicionar nesta dispersão, o sujeito assume um lugar diante de todos os lugares possíveis dos quais ele poderia enunciar. Para o autor, as diversas modalidades de enunciação demonstram sua dispersão e não uma função unificadora do sujeito. No interior do próprio discurso, em um mesmo texto, por exemplo, o sujeito pode ocupar diferentes posições/papeis enquanto

enunciador: “A concepção de discurso como um campo de regularidades, em que diversas posições de subjetividade podem manifestar-se, redimensiona o papel do sujeito no processo de organização da linguagem” (Brandão, 2014, p.35) suprimindo, assim, o sujeito como a fonte geradora de toda significação, como causa e origem do sentidos manifestados no discurso.

Em Pêcheux, a prerrogativa para o descentramento do sujeito está ancorada na ideia de um sujeito atravessado pelo inconsciente e pela ideologia. Ao conceber o sujeito como um *efeito* do inconsciente e da ideologia, este autor retira do sujeito, a ilusão de ser a fonte do seu dizer. Pêcheux, a sua maneira, aproximou o Outro lacaniano (inconsciente) com o Sujeito althusseriano (ideológico). Ambos aspectos são, na verdade, estruturas e ao mesmo tempo modos de funcionamento que constituem o sujeito. Eles operam no sujeito ocultando sua própria existência. Assim, dois esquecimentos são produzidos: o primeiro corresponde ao sujeito se colocar como a fonte exclusiva do sentido de seu discurso e no segundo o sujeito é afetado por uma ilusão da realidade de seu pensamento, ilusão da transparência de sentido. O primeiro esquecimento concerne a uma área inacessível ao sujeito, já o segundo, está dentro do domínio do sujeito. O produto destes esquecimentos é que o sujeito acha que precede o discurso e que é a origem do sentido. Na realidade, ele é produzido pela sequência discursiva (Teixeira, 1997).

Já em Bakhtin, esse descentramento está na própria dialogia constitutiva do discurso. Para Bakhtin/Volochínov (2017), o sujeito é social, possuidor de um discurso interior, mas que tem a sua consciência formada socialmente, pois o meio social envolve por completo o indivíduo. O descentramento, portanto, ocorre na relação que o sujeito possui com o outro discursivo. Esse outro é constitutivo do próprio discurso pela dupla natureza dialógica do mesmo. Várias vozes falam através da voz de um único sujeito e ao enunciar ele tem em mente quem seja seu locutor e com isso toma atitudes responsivas em relação a formulação de seu discurso. Assim, o descentramento do sujeito ocorre por ele não poder dizer sem que seja estabelecida uma relação com o outro, sem que o sentido do discurso seja estabelecido por uma relação dialógica. “É justamente a partir dessa interação verbal na relação com o outro que o sujeito é constituído socialmente. No pensamento bakhtiniano, o sujeito se constitui no interior da heteroglossia¹³ e de sua dialogização” (Vargas, 2017, p.287).

¹³ É o nome dado por Bakhtin para significar a diversidade de línguas, dentro de uma comunidade.

A descentralização da noção de sujeito repercute numa concepção na qual ocorre uma injunção do sujeito as dimensões histórica e espacial. Ora, se no discurso o social, o histórico e o cultural são constitutivos, então como fica o sujeito perante estas dimensões? O sujeito, portanto, também estará à elas determinado. Isso significa assumir que o sujeito discursivo seja histórico e que o seu discurso seja produzido a partir das condições objetivas de um dado lugar, em um dado período de tempo. Essa determinação produz um reflexo direto nas possibilidades do dizer enunciadas pelo sujeito: elas estão condicionadas pela realidade social e cultural de uma dada sociedade, ou melhor, existe aquilo que é possível ser dito (ou não) em uma sociedade e essas mesmas possibilidades podem ser inimagináveis de se realizarem em outro lugar, ainda que a escala temporal seja a mesma. Isso tudo, é claro, também tem a ver com a ideologia.

Para Possenti (2003), a noção de sujeito é uma questão aberta na AD. O único consenso que podemos levar em consideração quando nos situamos numa perspectiva histórica de fundação da AD é o fim do sujeito cartesiano. O ponto crucial é não poder aceitar um sujeito isento de circunstâncias ou dominado completamente pela conjuntura. Fora desta constatação de que o sujeito não seja uno, o que há para ser discutido, está em aberto. Assim como a posição-autor, as funções-sujeito também são várias e distintas não só em consequência das diferentes épocas vividas pelos sujeitos, mas em razão dos diversos gêneros discursivos.

Brandão (2014) compreendendo o movimento do sujeito na AD e, especialmente, no que concerne às concepções relativas a esses três autores apresenta uma perspectiva em que estas abordagens estão de alguma forma articuladas. Ela ainda afirma que a ideia de um sujeito marcado pela unidade e centro é uma “ilusão necessária”, a constituição do próprio sujeito. Mas, a AD não incorpora esta ilusão em sua análise. Antes, a AD estabelece uma relação crítica uma vez que, baseada em Foucault (1997), retoma esse sujeito como uma dispersão ao admitir os vários papéis segundo as posições que um sujeito pode ocupar, dentro de um mesmo texto.

Na perspectiva pècheutiana, o texto é a unidade de análise primordial do discurso. Eni Orlandi (2007), por sua vez, discorre que os textos não são unidades que carregam os “conteúdos” da história, pois na própria materialidade discursiva está inscrita a relação com a exterioridade. Assim, “o texto referido à essa discursividade, é o vestígio mais importante dessa materialidade, funcionando como unidade de análise. Unidade que estabelece pela historicidade, como unidade de sentido em relação à situação” (ibidem., p.68-69). Por

consequente, um texto não é concebido a partir de sua extensão, pela quantidade de frases ou sentenças que registra. Uma única letra pode ser considerada um texto, desde que ela faça sentido e se torne uma unidade de sentido, em relação a uma situação. A definição de texto também não é alterada de acordo com a materialidade: se ela é oral ou escrita, por exemplo. A materialidade têm sua relevância uma vez que, o oral e o escrito, significam de acordo com sua particularidade, mas ambos são compreendidos como textos.

Ainda de acordo com a autora, o texto é uma unidade complexa, um todo que resulta de uma articulação linguística e histórica. Seu caráter é também heterogêneo face aos diferentes materiais simbólicos (sons, imagens, grafias, etc), em relação à natureza da linguagem (literária, científica, oral, escrita, narrativa, etc), *e é heterogêneo em relação às posições do sujeito*. Esse é o momento de encontro com Foucault (1997). A partir daí, Orlandi (2007, p.70) vai dizer que “segundo o que pensamos, o discurso é uma dispersão de texto e o texto uma dispersão de sujeitos. O sujeito se subjetiva de maneiras diferentes ao longo de um texto. Há pontos de subjetivação ao longo de toda a textualidade”.

Para Foucault (1997), o discurso é também tomado como uma dispersão de texto. Dependendo do seu modo de inscrição histórica, é possível defini-lo como um espaço de regularidades enunciativas. Dessa maneira, tomando essa dispersão do sujeito, na dispersão do discurso no texto, Orlandi (2007) aproxima esta concepção foucaultiana das formações ideológicas de Pêcheux, pois, sem compreender a ideologia fora da constituição do sentido e do sujeito afirma que em um texto, não encontramos apenas uma formação discursiva, mas várias. Portanto,

na dispersão de textos que constituem um discurso, a relação com as formações discursivas é fundamental, por isso, no procedimento de análise devemos procurar remeter os textos ao discurso e esclarecer as relações destes com as formações discursivas pensando, por sua vez, as relações destas com as ideologias (ibidem., p.71).

Assim, o movimento que temos é referente a um sujeito que era visto como a fonte e origem de todo o processo de significação e constituição de sentido no dizer. A partir das perspectivas discursivas, este sujeito passou a ser compreendido, bem como o discurso, em sua relação com o tempo e espaço, a eles relacionados. A anulação de um sujeito único e central foi percebida pela própria dispersão deste sujeito, no texto. Ao enunciar, o sujeito se subjetiva de diferentes formas no discurso e por isso não ocupa o mesmo lugar e nem o mesmo papel. Em outras palavras “por texto enquanto dispersão do sujeito, entende-se a perda da centralidade de um sujeito uno que passa a ocupar várias posições enunciativas; por discurso enquanto

dispersão entende-se a possibilidade de um discurso estar atravessado por várias formações discursivas (Brandão, 2014, p. 83). Desse modo,

há uma heterogeneidade que é constitutiva do próprio discurso e que é produzida pela dispersão do sujeito. Essa heterogeneidade, entretanto, é trabalhada pelo locutor de tal forma que, impulsionado por uma “vocalização totalizante”, faz com que o texto adquira, na forma de um concerto polifônico, uma unidade, uma coerência, quer harmonizando as diferentes vozes, que “apagando” as vozes discordantes (ibidem).

Ou seja, o sujeito discursivo é essa função que a partir de uma voz marcada, por diferentes heterogeneidades adquire uma aparente homogeneidade, no dizer e faz com que o texto adquira uma unidade. Para Foucault (2014), essa unidade é causada pelo princípio de autoria compreendida como uma das ordens do discurso. Para ele, o autor não é para ser entendido “como o indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência” (ibidem., p.25). Essa ordem dada pela ideia de autoria é que vai num discurso disperso e heterogêneo, dar a ilusão de que há uma origem de toda significação e garante a unidade discursiva e sua coerência. Um autor é alguém que fala a partir de um dado lugar e que carrega com seu nome, uma ideia de eu e uma ideia de identidade. Por isso, o discurso do autor limita o acaso da autoria “pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma *individualidade* e do *eu*” (Foucault, 2014, p.28).

Desse modo, “neutralizando uma concepção de subjetividade marcada pela dispersão, pelos diferentes estatutos que um sujeito pode assumir no seu discurso, o princípio do autor é o elemento que centraliza, que ordena que dá unidade ao discurso” (Brandão, 2014, p.84). Para Foucault (2014) fica claro, não se pode negar a existência de um indivíduo que cria e inventa, mas desde um determinado momento na história, toda vez que um indivíduo se presta a escrever, ele retoma a função de autor:

aquilo que escreve e que não escreve, aquilo que desenha, mesmo a título de rascunho provisório, como esboço da obra, e o que deixa, vai cair como conversas cotidianas. Todo esse jogo de diferenças é prescrito pela função de autor tal como a recebe de sua época ou tal como ele por sua vez a modifica (Foucault, 2004, p. 27).

Portanto, há um trabalho de elaboração do autor em seu discurso: ele cria, concebe, faz escolhas, mesmo que algumas sejam mais conscientes que outras. Ele possui um trabalho que não é passivo, mas que é de construção do discurso. Na produção discursiva é o autor quem estabelece o que irá compor o discurso, o que ficará de fora, o que está incluso e não pode faltar. Esse trabalho de elaboração é ao mesmo tempo estabelecido ou guiado pela função de

autoria de uma dada época, por isso, nem sempre ele irá desempenhar o mesmo papel. Há inclusive a possibilidade de mudança de uma antiga posição de autor para outra.

Ainda para este autor, o princípio de autoria não é algo inerente a qualquer discurso. Há aqueles que não são afetados pelo autor, como discursos cotidianos, por exemplo. Lembrando que Foucault (1997, 2004) tem seu olhar voltado muito mais para os discursos institucionais e concebe a função de autoria implementada especialmente naqueles domínios em que ela é regra: ciência, literatura, filosofia, etc.

Em sua leitura de Foucault, Eni Orlandi (2007) aponta para um alcance maior deste princípio, pois considera que a própria unidade do texto seja um efeito discursivo que resulta do princípio de autoria. Assim o princípio de autoria é tido como necessário a qualquer discurso uma vez que ele se torna a origem de toda a textualidade: “Em outras palavras: um texto pode até não ter um autor específico mas, pela função-autor, sempre se imputa uma autoria a ele” (ibidem., p.75).

Ainda de acordo com Orlandi (2007), a autoria é entendida como uma função discursiva porque o autor é uma função que o *eu* assume enquanto produtor de linguagem, produtor de texto. De todas as dimensões que o *eu* pode assumir discursivamente, a de autor é a que está mais marcada pelo contexto histórico e sócio-político e é a mais afetada pelas exigências de um estilo, pelas exigências de coerência, não contradição, responsabilidade, entre outras. As outras dimensões do *eu* são o locutor e o enunciador. O primeiro corresponde aquele que se apresenta como o eu no discurso, o segundo é a perspectiva, o ponto de vista construído pelo eu.

Para Brandão (2014), essa noção de sujeito que é descentralizado e por isso assume vários papéis no discurso, nos alude ao conceito de polifonia bakhtiniano. O discurso polifônico é aquele, que constituído pelo discurso dos outros, se opõe a um discurso qualificado como monológico, ou seja, aquele discurso que nega a existência de outras vozes, que é surdo ao outro. Porém, como aponta a autora, não há como considerar a existência de discursos monológicos, apenas discursos que pretendem ser monológicos. Ao admitirmos que toda palavra seja dialógica, reconhecemos que há dentro de todo discurso, um outro discurso, que tudo o que é dito, é um “já-dito”. E se há uma pretensão em ser monológico é só por haver “uma monofonização da polifonia enunciativa, como processo de apagamento de vozes que naturalmente intervêm no discurso pelo seu caráter social e histórico” (ibidem., p.85).

Uma reflexão “final” acerca do processo do sujeito, na AD nos leva a uma reflexão da subjetividade que explica e caracteriza o sujeito:

nem totalmente livre, nem totalmente assujeitado, movendo-se entre o espaço discursivo *do Um e do Outro*; entre a “incompletude” e o “desejo de ser completo”; entre a “dispersão do sujeito” e a vocação totalizante” do locutor em busca da unidade e da coerência textuais; entre o caráter polifônico da linguagem e a estratégia monofonizante de um locutor marcado pela ilusão do sujeito como fonte, origem do sentido (ibidem.).

Dessa forma, a AD ao incorporar a relação dialógica existente entre o locutor-ouvinte, como um dos elementos basilares no processo de significação, entra para o campo dos estudos linguísticos, uma preocupação maior com o social, com as condições de produção do discurso. Essa consideração do Outro no discurso estabelece, impreterivelmente, o conceito de história e de ideologia, deslocando o sujeito de seu centro, de sua ilusão enunciativa. Assim, ele perde a dimensão da centralidade se caracterizando pela dispersão em um discurso heterogêneo construído por diferentes vozes sociais (Brandão, 2014).

04. GEOGRAFIA DO BRASIL: UMA QUESTÃO DE DISCURSO

Não podemos chegar até aqui sem fazer alguns apontamentos importantes que direcionaram a nossa análise e dessa forma orientam também a compreensão dos leitores. Dissemos trabalhar num ponto de encontro que conceba o discurso entre o acontecimento, a estrutura e a dialogia. A partir de agora, veremos um pouco melhor como essa articulação entre estas compreensões do discurso nos ajudaram a entender e analisar a Geografia do Brasil como uma construção discursiva.

A ideia de construção discursiva foi tomada justamente para que pudéssemos compreender este discurso como algo que nem sempre esteve ali, e mesmo que agora estejamos acostumados a falar a seu respeito, sua existência nem sempre foi óbvia e dada como certa. Foi nesse sentido que chamamos Foucault (1997) para colaborar no processo de investigação a respeito da Geografia do Brasil. Preocupado com o discurso institucional - aqueles que entre os outros discursos da sociedade estão primordialmente desejosos em apresentar uma “vontade de verdade” - este autor contribuiu por meio da ideia de acontecimento, para retirar o caráter de evidência da disciplina em questão e do discurso que ela engendrou. Nesse sentido, a primeira parte deste capítulo foi inspirada no discurso como acontecimento, sem com isso incorreremos numa análise de pretensões arqueológicas. Sabemos que só esse intuito daria uma outra pesquisa, mas tendo esta discussão como norte, investigamos a respeito do aparecimento da Geografia do Brasil em seu momento singular, na sua irrupção histórica. Nesse sentido, também partimos da compreensão foucaultiana a respeito do discurso disciplinar para elucidar melhor o ordenamento discursivo de nosso objeto.

A questão que envolve o discurso como uma estrutura está mais para a sua dimensão interpretativa - aquela que exercemos enquanto pesquisadores e analistas acerca do discurso da Geografia do Brasil. Como Pêcheux (2006) fez questão de nos lembrar, não há possibilidade de interpretar sem que na estrutura linguística, o histórico e o social estejam constituindo os sentidos do dizer e, com isso, torne o discurso possível na medida em que ele é o efeito de sentido entre os locutores. Na esteira de uma Análise do Discurso que preza pela interpretação, algumas considerações, como as percorridas por Angermüller (2016), vem nos lembrar que o ato interpretativo não é sobre exaurir o texto para compreender completamente o seu sentido, ou “o” sentido que todo leitor, mais cedo ou mais tarde, chegará a perceber. Pois, não há um sentido original, único que após a análise se revele a qualquer leitor como uma evidência. Em razão disso, há interpretações *e* interpretações.

A Análise do Discurso é uma leitura orientada teórica e metodologicamente que tem na própria concepção do que seja a língua e seu funcionamento como discurso o modo de inserção do pesquisador na análise - trata-se da sua tomada de posição frente ao acontecimento discursivo. Compreender um texto qualquer - ato que todos nós enquanto leitores fazemos diariamente - é diferente de analisá-lo em sua perspectiva discursiva. Até porque foram as próprias teorias discursivas que buscaram apreender como os sentidos são produzidos discursivamente.

O texto, como disse Orlandi (2007), é todo e qualquer enunciado que, ganhando materialidade pelas formas linguísticas, produz sentido em um determinado contexto. Ele é a unidade de sentido em uma dada conjuntura. Estando o discurso compreendido como uma dispersão, será o sujeito que ao assumir a posição de autor confere ao discurso certo ordenamento, composição e unidade. Desse modo, de acordo com Angermüller (2016), o texto se torna, por parte do analista, uma contínua procura por seus contextos de enunciação. Mas, não se trata somente de uma relação que coloca o texto em contato com o momento histórico no qual foi produzido. Há a relação texto/contexto que geralmente fazemos no ato interpretativo, mas na AD ela é um pouco mais que isso, vai um pouco mais além. Consiste em perceber, na própria tessitura discursiva como o texto designa seus contextos por meio das enunciações questionando, assim, quais são os contextos pertinentes do discurso em análise (Angermüller, 2016).

É desse modo que a Análise do Discurso orienta a leitura e interpretação da materialidade discursiva. O discurso é sempre uma construção de sentidos entre autor e leitor. É por isso que o discurso não pode ser tomado como algo acabado e fechado em si mesmo. O seu dizer é formado por inúmeros dizeres, anteriores, contemporâneos, e que dirá futuros¹⁴. Portanto, o que há é “um coro de vozes que se misturam e se sobrepõem” (Angermüller, 2016, p.80). Tal pluralidade de vozes num único discurso declara o seu caráter heterogêneo, cheio de fissuras, de concordâncias e rupturas, ditos e não ditos (no sentido de silenciamentos) dos quais podemos nos dar ao trabalho de analisar.

Esse é o momento, na especificidade dialógica da linguagem, que Bakhtin/Volochínov (2017) é chamado a dar suas contribuições. A dialogia não se refere somente ao diálogo no sentido de saber quais são aqueles a quem o discurso está imediatamente referido assumindo os mais diversos posicionamentos responsivos. Também se trata de reconhecer a presença dessas

¹⁴ Aquelas vozes que o sujeito tem como uma espécie de “locutor imaginário” que ao elaborar um texto, por exemplo, imagina quem serão seus possíveis leitores e, dessa forma, organiza seu discurso.

outras vozes que constituem o discurso, retirando do sujeito a ilusão de se achar dono do que diz, de ser a fonte de todo sentido.

A estrutura, o acontecimento e a dialogia são, portanto, ao mesmo tempo, tanto os atos e tomadas de posição do analista frente ao objeto-discurso quanto o funcionamento próprio do discurso. Como estamos fadados a interpretar é preciso que tomemos certos cuidados para não nos incorremos, como alertou Angermüller (2016), em acreditar no “olhar onisciente” do analista que a tudo vê, a tudo identifica, a tudo percebe e, por isso, a tudo analisa. Um discurso é algo que nunca acaba e nem se encerra em uma única análise. Em vista disso, não podemos cair na ilusão do analista em achar que damos conta de compreender todo o movimento do sentido do discurso. Não há para nós, aqui, no espaço que segue as próximas linhas, uma pretensão totalizante a esse respeito.

Foucault (1997) quando escreveu a *Arqueologia do Saber* desejava mostrar que não há discurso que se acabe na interpretação. Ou seja, intencionou alertar para uma análise que não fosse reduzida à estrutura da língua e do sentido, pois o discurso não estava somente limitado a elas. E de fato, não está. Podemos dialogar com ele dizendo também que não há discurso que se encerre em sua descrição. Nesse sentido, podemos dizer que na AD - e nesta pesquisa - não devemos assumir nem a pretensão totalizante do sentido e nem a pretensão totalizante da descrição.

Fugindo das ideias de análises globalizantes, precisamos justificar a escolha do *corpus* e como iremos trabalhá-lo para responder as perguntas que deram início a essa pesquisa. A Geografia do Brasil foi uma disciplina catedrática e isto quer dizer que no período analisado (1939-1954) na FFMG/UFMG ela teve apenas um professor à sua frente, Tabajara Pedrosa. Decidimos, então, trabalhar com os textos produzidos por ele e com os seus diários de classe e relatórios anuais como produtos advindos da disciplina (materiais estes encontrados no Setor de Registro e na Biblioteca da Fafich/UFMG).

Dessa forma, recordemos que “o discurso não tem fronteiras estáveis nas quais pode-se definir um *corpus* natural. Isso torna impossível de representar uma totalidade discursiva no plano prático, bem como no plano teórico” (Angermüller, 2016, p.76). Portanto, o desafio identificado foi o de “como em meio ao material empírico coletado construir propriamente o *corpus* de pesquisa a ser analisado?”.

De modo geral, a Geografia do Brasil era uma disciplina organizada para compreender o território nacional de forma que abrangesse tanto os aspectos da geografia física quanto os aspectos concernentes à geografia humana. Em relação aos primeiros, os temas/conteúdos eram variados, correspondendo ao relevo, ao clima, à vegetação, à hidrografia de uma região ou de um lugar específico do país. Em relação ao segundo, os temas que apareciam com maior força expunham as potencialidades da natureza e as questões econômicas e étnicas de uma dada região ou lugar.

Como as disciplinas eram ministradas anualmente e não por semestres, tanto os diários de classe quanto os Relatórios Anuais são voltados aos anos em que essa disciplina foi lecionada. Os diários de classe competem aos anos de 1943 até 1954 e os Relatórios Anuais aos anos de 1947, 1950, 1951, 1953 (porém, em alguns deles, não conseguimos ter acesso ao conteúdo anual completo). A organização geral da disciplina não era muito precisa e não seguia necessariamente uma ordem lógica temática bem delimitada. Normalmente, ela possuía uma abordagem regional acerca do Brasil elencando temas específicos para cada região (e mesmo nesse sentido foi necessário um trabalho para compreender qual conteúdo estava relacionado a qual região), o que sugere a elaboração e reforço de estereótipos/vocações a partir das quais as regiões seriam identificadas, por exemplo, a região nordeste como a região “problema” devido a ocorrência da seca e da região norte com vazão demográfico.

Somado a estes relatórios e aos diários de classe também iremos analisar quatro textos publicados pelo Prof. Tabajara Pedroso na revista *Kriterion: A Geografia, o Mestre e o discípulo* (1950), *Na encruzilhada do deserto* (1952), *A mudança na capital federal* (1953), *Ensaio sobre o possibilismo geográfico* (1954). Tendo sido este o material coletado ficou a dúvida: como trabalhar um empírico tão diverso em uma perspectiva discursiva? Ao contrapor os artigos e os conteúdos temáticos existentes nos relatórios anuais e diários de classe coletados decidimos recorrer às inquietações que moveram este estudo. Se desejamos conhecer a construção discursiva da disciplina a partir dos contextos enunciativos pelos quais o Prof. Tabajara Pedroso por meio da Geografia do Brasil interpretou o Brasil tomando-o como objeto, parece ser coerente buscar por estes contextos e deixar que a partir deles a enunciação do país pela geografia seja apresentada. Portanto, ficou claro para a pesquisa que o importante não era ver exatamente como ao longo das décadas os temas foram mudando, quais conteúdos passaram a ser incorporados ou não. Não se pretendeu elaborar uma análise exaustiva dos conteúdos e das temáticas com o passar dos anos, e sim, nos concentrar, por consequência, nos contextos enunciativos e nos diálogos com outros discursos travados pela

disciplina. A ideia de buscar os contextos enunciativos foi retirada de Angermüller (2016) e terminamos reescrevendo-a na perspectiva de nosso estudo. O contexto enunciativo, como fala o autor, é percebido no próprio texto, pois há marcas textuais e linguísticas que apontam para a sua existência. A dimensão que o contexto enunciativo toma quando falamos de um discurso concebido no entrecruzamento entre o acontecimento, a dialogia e a estrutura está em procurar a respeito das quais vozes compõem esse discurso e como o autor interpreta o Brasil dentro dos moldes da ciência geográfica de sua época.

Esses esclarecimentos nos permitem delinear melhor o *corpus* de pesquisa investigado. Ele não apresentará a disciplina de forma homogênea e nem abarcará toda a sua dinâmica discursiva - até porque o material deixado pelo tempo e que chegou às nossas mãos não nos possibilita inferir como realmente foi sua dinâmica em sala de aula. Ele apenas nos deixa saber do que ficou instituído pelo professor, ou seja, o discurso instituído/registrado. Por essa razão, extraímos algumas passagens dos textos e alguns fragmentos dos outros materiais que auxiliaram no tecer da análise com base no critério já aludido.

Assim, estamos muito mais interessados em compreender a construção discursiva da disciplina Geografia do Brasil cuja dimensão assume responder às perguntas: como o Brasil foi interpretado pela Geografia do Brasil no período 1939 a 1959? A partir de quais contextos enunciativos ela formulou o Brasil como seu objeto e o (re)elaborou?

Desse modo, façamos a análise.

4.1. Questão de discurso: quando uma disciplina é nomeada

Quando a disciplina Geografia do Brasil se tornou possível? Este questionamento incide na busca por compreender as condições históricas de seu aparecimento (associação com eventos, processos em curso, diretrizes que a demandaram). Talvez, essa também seja a pergunta que mais orienta a procura por entender como, quando e porque a Geografia passou a enunciar o Brasil assumindo-o e (re)elaborando-o como objeto. Desse modo, em um primeiro momento, tomaremos o nome dessa disciplina como o enunciado a ser pesquisado por não considerarmos como natural a sua existência ou a simples recusa em assumir um posicionamento que não pensa em questioná-la. Pode ser que para alguns isto incorra em uma obviedade. Obviedade da pergunta e da resposta em virtude tanto do percurso histórico desta disciplina no Brasil quanto da constatação de que estudá-lo é uma atividade da Geografia institucional (seja ela escolar ou acadêmica) realizada há muitos anos. Estes aspectos

poderiam, somente pela força do tempo, ser um imperativo para legitimar sua pesquisa. Porém, este é justamente o apontamento.

Portanto, este subcapítulo é uma busca para saber da constituição dessa disciplina, da sua razão de ser e o que tornou seu enunciado possível. Segundo Foucault (1997) é necessário perguntar: por que este enunciado e não outro em seu lugar? Nesse sentido, assumindo um incentivo foucaultiano inquerimos: por que a disciplina Geografia do Brasil situa-se nos currículos das Faculdades de Filosofia e não outra em seu lugar? Sem nos preocuparmos em incorrer propriamente em uma abordagem arqueológica tomaremos Foucault como inspiração para a investigação histórico-discursiva dessa disciplina.

Arrogar a empreitada de pesquisar a Geografia do Brasil como enunciado significa, portanto, duas coisas. A primeira é conceber que existe um momento na história em que ela irrompe e o que hoje nos parece ser um lugar cativo de pesquisa e discussão da geografia possui também sua singularidade histórica. Em segundo é compreender que enquanto enunciado o nome Geografia do Brasil produz sentido. Todavia, nenhum texto produz sentido sem levar em consideração seu contexto de formulação. Então, a Geografia do Brasil ao aparecer como título de um livro ou de um texto como o nome de uma disciplina escolar ou acadêmica produziria o sentido de que há um Brasil composto por uma geografia, por uma materialidade e, por isso, não se nomearia Geografia do Brasil por pura leviandade.

Falar especificamente da história da Geografia do Brasil significa incorrer na própria história desta disciplina no país. De certo modo, as duas andam de mãos dadas e nosso olhar tentará esmiuçar na trama histórica os momentos quando a Geografia do Brasil apareceu de forma mais explícita e o que isso pode significar para esta pesquisa. Mas, não paramos por aqui. Há também outra observação: aquela a respeito dos discursos geográficos.

Ao alegar “os momentos em que a Geografia do Brasil apareceu de forma mais explícita” pode-se entender que em outros momentos ela não aparece ou está latente, implícita. De fato, há períodos que não despontam a disciplina em si, mas sim, o que ocorre é a elaboração de discursos geográficos a respeito deste país sem que estes carreguem a denominação Geografia do Brasil. Assim, preferimos agora dizer que no tecido histórico que constituem os discursos geográficos acerca deste país tentaremos compreender e investigar a constituição histórico-discursiva da disciplina Geografia do Brasil no curso superior de Geografia, na década de 1930, na FFMG.

É válido destacar que os discursos de cunho ou caráter geográfico afeitos ao Brasil por possuírem justamente como base os seus aspectos geográficos foram enunciados a partir de fontes diversas. Ou melhor, os discursos de cunho geográfico que consideram o Brasil como seu objeto são múltiplos e formulados por tipos ou gêneros de discurso distintos ao longo da nossa história nacional. Eles fazem parte de vasto repertório discursivo: os roteiros e as narrativas dos viajantes que no passado se aventuraram pelo país; a literatura em geral, seja o romance ou a poesia; os jornais; as investidas geopolíticas do Estado português e posteriormente do Estado brasileiro no território nacional, dos políticos, dos intelectuais que de maneira autônoma ou vinculados a alguma instituição se prestaram a estudar o Brasil, o discurso artístico dentre outros. Estes são os motivos pelos quais Moraes (1988), por exemplo, afirma que os discursos geográficos são anteriores à institucionalização acadêmica da Geografia no Brasil, na década de 1930. O que intenta este autor ao salientar este aspecto é chamar a atenção para discurso geográfico como não sendo de atribuição exclusiva da Geografia de contornos acadêmicos e dita oficial. Há aqueles e aquelas que fora dos domínios institucionais deste saber autorizado também pensam/pensaram o espaço, seus atributos, processos e relações e em nosso caso particular, o Brasil.

Mas, o que isso significa nesta pesquisa para além de uma perspectiva que delimita e distingue os discursos geográficos reconhecendo-os como pertencentes a processos discursivos distintos devido à presença ou a falta de um caráter institucional? Nesse sentido, remetemo-nos novamente a Foucault (1997).

Este filósofo francês pontua que um discurso não existe somente em função de uma modalidade enunciativa, e sim, de várias. Logo, os discursos que promovem um pensamento baseado na espacialidade e materialidade do Brasil inexistem unicamente pela Geografia acadêmica - apesar do discurso promovido por esta possuir suas especificidades -, posto haver várias outras modalidades enunciativas desse discurso: o discurso proveniente do Estado, das mídias, dos jornais, da literatura, das artes em geral, etc., que pensam e tomam o Brasil com objeto. Esta aceção só é possível porque estamos entendendo o geográfico (que qualifica e atribui o caráter do discurso) de modo amplo. São aqueles discursos que intencionam e refletem a respeito do espaço de maneira geral, seja ele apreendido como território, lugar, região, ou qualquer outro conceito/categoria. Para Foucault há condições que possibilitam a existência de um discurso que permite que ele diga o que diz e enuncie o que enuncia. Portanto, todos esses outros discursos geográficos também fazem parte das condições de possibilidades de existência do discurso da disciplina Geografia do Brasil enquanto uma

disciplina acadêmica e de cunho científico. Então a Geografia acadêmica ao enunciar o Brasil o fez e faz a partir de uma relação histórica, social, e porque não dialógica, com estas outras modalidades discursivas.

Nossa investigação histórico-discursiva começa a partir da pergunta: em qual momento o Brasil passou a ser enunciado no âmbito de sua geografia? Esse é um questionamento um pouco arduo, ao pensarmos sob o ponto de vista da relação que os homens estabeleceram enquanto vínculos com o território brasileiro (ou o que foi sendo gestado ao longo do tempo para esse território ser hoje o que conhecemos dele). Uma resposta mais imediata consistiria em dizer que o Brasil começou a ser enunciado no contexto de sua geografia, a partir do momento em que portugueses aqui atracaram.

Por que temos como referência a chegada das naus portuguesas? Talvez esse evento seja um ranço histórico de olhar para o Brasil tendo como o seu início aquele momento. A palavra descobrimento compreendida como o ato de descobrir o Brasil, achar o que estava perdido ou encontrar o que não se tinha noção da existência, assume de antemão que este país começou aí, nesse feito de tomar posse da terra encontrada. E o que havia aqui antes, os povos indígenas, estavam encobertos e, por isso, não existiam? O “Descobrimento do Brasil” acusa um início, um marco da existência ou da construção desse país, unicamente e exclusivamente pelo olhar do homem europeu? Olhar que foi reforçado pelas inúmeras vezes que este enunciado foi dito/registrado. Nos últimos tempos a historiografia se questiona a respeito da utilização da palavra descobrimento levando certos historiadores a optar por falar mais de um *achamento* do Brasil por parte dos portugueses¹⁵. Outros irão pronunciar uma *invasão* pelos lusitanos (Schwarcz e Starling, 2015).

No tocante à literatura em Geografia, Rui Ribeiro de Campos (2011), aborda esta questão salientando a existência dos povos habitantes do chão das futuras Américas. Ele coloca em relevo a existência de espaços conformados pelas diversas sociedades indígenas, a partir das relações estabelecidas por eles com a terra habitada, de acordo com seus distintos modos de vida. Assim, é que para o Brasil em particular, o autor vai falar de um *espaço brasilíndio* ou

¹⁵ Um exemplo é o artigo de Gomes e Rocha (2016) acerca da questão da interpretação historiográfica sobre a visão dos índios e do contato com os portugueses: descobrimento/achamento, encontro/contato, invasão/conquista? Ao propor estes pares de palavras questionando a visão mais tradicional acerca deste momento histórico, os autores interpelam para além de uma questão semântica, mas para uma tomada de posição, inclusive ideológica/política, acerca da histórica e de como por meio das palavras ela produz os sentidos acerca do passado, conformado como no presente dialogamos e concebemos estes processos que nos constituem historicamente e socialmente.

de um *espaço tupi* ao salientar que as sociedades indígenas produziam seus espaços específicos.

Esse esforço tanto teórico quanto linguístico diz do reconhecimento acerca da presença indígena no instante em que os europeus, em suas terras, colocaram os pés. É um empenho que redimensiona este momento histórico enfatizando que o Brasil não começa com os portugueses ou é descoberto por eles, mas que o território que conforma este país hoje é resultante de um longo processo histórico que tem como um de seus marcos a relação inicial estabelecida entre indígenas e portugueses:

Durante a última glaciação, uma ponte de gelo foi criada entre o Alasca e a Sibéria; a chamada Beríngia permitiu que homens e mulheres asiáticos, já *Homo sapiens sapiens*, para cá se deslocassem a pé e ocupassem a criação de Tupã. A América fora descoberta! (Campos, 2011, p.19).

Na passagem acima, Campos ao reconstruir a narrativa de ocupação dos continentes terrestres realizada há milhares de anos constrói ao mesmo tempo uma outra narrativa para a descoberta das Américas. Elas seriam muito anteriores à versão dos europeus encontrada pelos índios. No enunciado “A América fora descoberta!”, a escolha do verbo descobrir, manifesta a intenção de retirar dos europeus, o usufruto exclusivo do ato do descobrimento, arrogando para os antigos povos indígenas esse feito. Aos europeus restaria um outro movimento, uma outra ação, que não foi unicamente a de descobrir. E com o privilégio da trajetória da história poderemos considerar a ação de espoliação, usurpação, pilhagem por parte dos europeus.

Mas, o que isso diz dos enunciados a respeito do Brasil pelos seus aspectos geográficos? Sem dúvida, os povos indígenas tinham uma relação com a terra em que habitavam e a concebiam de algum modo e compreendiam o mundo de acordo com suas culturas. A respeito dessas concepções e elaborações muito pouco pensamos nelas e as consideramos como possíveis pensamentos geográficos acerca do país. Dessa forma, afirma Campos (2011), como a “*pátria*” do brasilíndio era a tribo e a terra circundante, tanto para ele quanto para os outros ameríndios, a América enquanto continente e o território brasileiro não poderiam existir. Ao passo que os séculos foram avançando, conjuntamente avançou a dominação europeia e os índios ao enfrentarem seu genocídio e etnocídio foram impedidos de participarem na (re)construção de uma América ou de um Brasil também indígena.

Em resumo, este é um discurso de ausências onde a presença de uma única voz, a do homem branco europeu é proferida e ouvida marcando e reiterando a sua dominação em relação ao

índio e ao negro escravizados/marginalizados por meio também de práticas simbólicas. Nos discursos acerca do Brasil uma particularidade tornou-se uma herança histórica forte. Desde que temos notícia, os primeiros enunciados acerca do Brasil guardados na memória social coletiva ou em nosso imaginário, até os dias de hoje, foram os registros feitos pelas mãos e vozes dos portugueses. A voz proferida e que se escuta é a voz de Portugal, a voz do colonizador (embora hoje tenhamos muitos estudiosos que se debruçam a propor novas abordagens e interpretações).

Um dos exemplos é a *Carta a el-rei D. Manuel* escrita por Pero Vaz de Caminha. O que nela está contido acerca da terra encontrada pelos lusitanos compreende o que foi admitido como um dos “enunciados inaugurais” do Brasil. É Eni Orlandi (1990) quem aponta esta carta como um dos enunciados fundantes. Ela foi, para a autora, o atestado pelas letras de nossa origem. Apesar do sentido produzido pela denominação “enunciado inaugural” ser problemático ao reforçar a ideia de começo e início do Brasil por seu descobrimento pelos portugueses, é certo que são deles os registros por nós herdados e, portanto, também os discursos sobre aquele momento com as narrativas de que temos conhecimento. A respeito da autora considerar a carta como o atestado pelas letras de nossa origem, preferimos dizer que ela foi o atestado pelas letras de nossa dominação, da sujeição, dos povos indígenas e negros, do primeiro reconhecimento/dilapidação da terra avistada e de sua incorporação ao território português. Um mundo novo se abria somente na perspectiva do homem português e como sabemos foi a sua salvação.

Para Rui Campos (2011), também o primeiro *documento geográfico* a partir da presença dos portugueses foi a carta de Pero Vaz de Caminha, que relata a chegada na então nomeada, Terra de Santa Cruz. Caminha elogia a natureza vista e expressa seu descontentamento por não ter encontrado as riquezas que pleiteava encontrar:

nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro, nem lho vimos. [...] E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem. Porém, o melhor fruto, que dela se pode tirar, me parece que será salvar esta gente [...] (Inácio; Luca, 1993, p.38 apud Campos, 2011, p. 29).

“A terra era ‘mui chã e formosa’, uma *terra de futuro*; o que a *estragava* era o gentio. Tal visão vai perdurar por quatro séculos, com a substituição da palavra gentio por povo” (Campos, 2011, p.29). Essa “visão” que perdura é a do próprio discurso fundador (Chauí, 2000) operando no imaginário nacional. É fundador não porque funda o momento histórico em si, mas por se tratar de um discurso constantemente retomado por outros discursos ao

longo dos anos e por isso continua a produzir sentido como referência histórica (Orlandi, 2003). Assim, é que a ideia de que o Brasil sempre será o país do futuro e que o problema de seu avanço é o próprio povo, reiterada em diversos outros discursos se configurando como um discurso fundador.

“Terra à vista!”. Este avistamento é, segundo Eni Orlandi (1990), o primeiro enunciado bradado pelos portugueses sobre o futuro Brasil, não só uma vez, mas todas as vezes que as caravelas portuguesas chegavam ao litoral brasileiro. É com ele que a terra tomada enquanto colônia ganha/ganhou estatuto de existência para o português. É com ele que a terra passa a existir para a sociedade europeia, passa a compor seus mapas, a dar concretude ao que seria “a nova face do mundo”. Assim,

ver tem um sentido específico neste contexto [...]. Ver, torna visível, é forma de apropriação. O que o olhar abarca é o que se torna ao alcance das mãos. O visível (o descoberto) é o preâmbulo do legível: conhecido, relatado, codificado. Primeiro passo para que se assente a sua posse. A submissão às letras começa e termina no olhar. O discurso das descobertas dá notícias do que vê” (Orlandi, 1990, p. 13-14).

E o que se vê, é claro, é a terra. A relação com a terra estabelecida a partir deste momento será uma relação, evidentemente, pautada nos interesses e nos sentidos dados por este processo e à aventura marítima que jogou Portugal ao mar. Entre estes sentidos estão a sua apropriação, sua posse, seu controle, sua exploração tanto na direção de extrair desta terra o que se veio buscar dela como ainda explorá-la para conhecê-la e conhecê-la para sacar/apossar. Conhecer essa terra repleta de uma fauna e flora diferentes, pessoas em organizações sociais e hábitos distintos, tão díspares, quanto irreconhecíveis aos olhos do homem europeu: adentrar esta terra para conhecê-la, para identificar, nomear e qualificar o que era “novo”, para tornar conhecido o que se iria dominar/extorquir.

O domínio português foi um domínio também exercido pelas letras, resultante de uma cultura letrada, de uma sociedade que já tinha na escrita um hábito de documentação e comunicação. Estes aspectos exprimem o poder dos portugueses. Um poder exercido em diferentes âmbitos das relações sociais estabelecidas com o processo de colonização, e também implementado

pelo domínio da linguagem e por uma sociedade organizada em torno dela: a prática do registro e a documentação de seu olhar europeu¹⁶.

A submissão da terra, da natureza, do corpo e do ser dos índios e negros escravizados, foi/é uma dominação estendida às letras ou ainda exercida pelas letras. Àqueles poucos homens possuidores deste tipo de conhecimento puderam escrever os discursos sobre o Brasil a partir das relações instituídas entre a sociedade colonial e metropolitana com a terra ocupada. A grande questão é que nos registros dos enunciados sobre o Brasil, a permanência foi a da percepção do europeu e, em anos posteriores, a perspectiva se tornou a de uma pequena elite brasileira letrada. Isto significa questionar a respeito de quem tinha o poder e o direito de enunciar o Brasil, de elaborá-lo, de construí-lo do ponto de vista simbólico, do discurso.

Portanto, os discursos acerca da terra que mais tarde se configurou no Estado-Nacional brasileiro, identificada por seu território, desde o início marcou-se pelo conteúdo geográfico dada a relação imposta pelos portugueses com a terra de sua colônia, pois:

nos países de origem colonial, a geografia adquire centralidade ímpar, pois se trata de formações criadas nas conquistas de espaços de formação que tinham na apropriação das novas terras a sua razão de ser. Nesses países, o espaço a conquistar aparece como eixo estruturador da vida social, que molda as instituições e as relações vigentes (Moraes, 2005, p.73).

A conquista e a dominação do espaço conduziram a geografia a uma prerrogativa basilar na formação territorial e posteriormente na constituição do Estado-nação brasileiro. A construção do território foi feita na apropriação de terras (nem sempre oficial ou legal) e expansão das fronteiras, reorganizando-o a cada investida. Ademais a geografia compreendida enquanto localização e identificadora de seus acidentes geográficos [(os rios muitas vezes adotados para delimitar fronteiras), as matas, o relevo, etc, ou seja, uma geografia reconhecida como e pela

¹⁶ Para exemplificar, Pereira e Cintra (2016, p. 260) relatam quanto “a evolução toponímica por renomeação ocorreu de forma descontínua no tempo, variando bastante por segmento da costa considerado – o caso mais complicado constatado, com o maior número de renomeações, está no trecho da costa norte do Brasil, entre o Amapá e o Maranhão, historicamente disputada por Portugal, Espanha, França, Países Baixos e Inglaterra. Essa grande variação toponímica também ocorreu no trecho que vai do sul do Paraná ao Rio da Prata, disputado por Portugal e Espanha”. Ou ainda, para ilustrar ainda mais nos remetemos a Zamariano (2012, p. 91-92) que apresenta vários estudos afeitos as toponímias no Brasil e destacamos em seu detalhamento : “Em Minas Gerais, a Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob a coordenação da Profª. Dra. Maria Cândida Trindade Costa de Seabra, desenvolve, desde 2005, o Projeto Atlas Toponímico do Estado de Minas – ATEMIG. Este Projeto caracteriza-se como um estudo dos nomes de lugares que abrange todo o território mineiro, tendo como objetivos básicos: i) reconhecer remanescentes lexicais na rede toponímica mineira cuja origem remonta a nomes portugueses, africanos, indígenas, dentre outros; ii) estudar o padrão motivador dos nomes, resultante das diversas tendências étnicas registradas (línguas indígenas, africanas e de imigração) e iii) buscar a influência das línguas em contato no território”.

natureza] se tornou um signo ideológico de excelência, de enunciação do Brasil e da identidade nacional. A princípio, a construção discursiva do Brasil também esteve ancorada a uma relação da sociedade com o seu território em conformidade com sua condição e especificidade de país colonizado.

Se, como vimos, os lugares de enunciação do Brasil a partir de seu mote geográfico são diversos, como a disciplina Geografia do Brasil se tornou possível? Como e porque foi esta a disciplina institucionalizada pelos currículos das Faculdades de Filosofia, na década de 1930 e não outra, em seu lugar? A enunciação de uma Geografia do Brasil propriamente dita foi possível no cenário discursivo brasileiro a partir de um processo que envolve a elaboração de algumas práticas discursivas onde se pretendia construir um conhecimento do território nacional: a elaboração de corografias¹⁷ e cosmografias¹⁸, a organização de uma bibliografia especializada para o ensino, a criação de sociedades geográficas¹⁹ e de um currículo escolar

¹⁷ A Corografia Brazilica ou Relação historico-geografica do Reino do Brazil, do padre Manuel Aires de Casal, foi o primeiro livro editado no Brasil, no ano de 1817. O arquivo da obra pode ser encontrado em : <http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/Aires%20de%20Casal-1.pdf>, acesso 21/07/2019.

¹⁸ Quanto à “Cosmografia”, ela parece ter ressurgido em Portugal, anteriormente à “Cosmologia”, entre 1416 e 1419 no nome da “Escola de Sagres de Navegação e Cosmografia”, supostamente situada na Vila do Infante, cujo nome foi uma homenagem ao fundador da escola, o Infante D. Henrique (1394-1460). (...) Como disciplina curricular independente (extinta no Brasil em 1931, pela “Reforma Campos”), ela se assemelhava ao conteúdo geométrico da Matemática (Geometria Esférica). Como parte da Geografia, a Cosmografia era um cabedal de conhecimentos descritivos e mnemônicos, que perdeu toda a potencialidade na escola para que os alunos efetuassem relações interdisciplinares. (...) Nas primeiras décadas do século XX, a Cosmografia era parte do Ensino da Geografia brasileira, apesar da constância das disciplinas de Cosmografia (Matemática) em alguns colégios, dentre eles o Pedro II, porém com temáticas desinteressadas da Geografia e mais vinculadas à Matemática, principalmente quanto aos assuntos de Geometria e Trigonometria Esféricas, conforme retratam as páginas dos livros didáticos de Geografia e de Cosmografia daquele momento, simultaneamente. Na Segunda República, durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas, instituiu-se o Ministério da Educação e Saúde Pública, cuja cadeira foi ocupada por Francisco Luiz da Silva Campos, entre 1930 e 1932. Em 1931, o Ministro Campos organizou, por meio de decretos, uma reforma pedagógica do ensino secundário e a legislação das futuras universidades brasileiras, denominada por “Reforma Campos”. O Decreto no 19.890 de 18 de abril (SÃO PAULO, 1931) no Artigo 75o estabeleceu: “As atuais cadeiras de Cosmografia e de Filosofia, ficam transformadas, respectivamente, em cadeiras de Geografia e de Psicologia e Lógica”. O Ministro Campos optou por incorporar a cadeira de Cosmografia na cadeira de Geografia, que continuou por mais de uma década sendo lecionada como “Cosmografia descritiva”. Os professores, em sua maioria, eram da área do Direito, que obviamente não possuíam formação adequada em Geografia e muito menos em temas de Cosmografia/Astronomia” (Sobreira, 2012, p. 60, 63, 68-69).

¹⁹ “No Brasil, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) criado em 1838 foi a instituição promotora do conhecimento histórico aliado ao geográfico, que nesse caso específico, foi criada para pensar o processo de definição da Nação brasileira “enquanto representante da ideia de civilização no novo mundo”. (Guimarães, 1988: p.7). A ampliação do número de sociedades de geografia nos vinte anos após a criação da primeira ocorreu de forma lenta. No entanto, a partir de 1870, já haviam cerca de 40 institutos, chegando a ultrapassar o número de 80 instituições no final do século, sendo que cerca de 70% delas localizavam-se na Europa. O restante espalhava-se por países como Estados Unidos, Japão e América Latina (Mary, 2010: p.27) (Silva, 2015, p. 93-94).

oficial²⁰. Estes foram espaços de enunciação que existiam com algum nível de relação entre eles, uns se remeteram aos outros tendo em vista a institucionalidade da qual fizeram parte e dos objetivos e interesses dados às suas elaborações.

Contudo, é possível falar desta institucionalização somente a partir do século XIX, quando a chegada da Corte Imperial no Brasil (1808) resultou em mudanças relevantes no quadro cultural e científico do país. A partir deste período podemos falar na formação de uma rede de instituições locais propriamente dita. Esse feito decorria da necessidade da corte portuguesa em estabelecer na colônia, instituições que reproduzissem da maneira mais fiel possível, a vida levada na metrópole, além de corresponder a um esforço de centralização do poder (Schwarcz, 1997).

Assim, é dessa época a construção dos primeiros estabelecimentos de caráter cultural como a Imprensa Régia (1808), a Biblioteca Nacional (1910), o Real Horto Botânico (1808) e o Museu Real (1818). Datam também deste período, a criação das primeiras instituições de ensino superior com a instalação no Rio de Janeiro: da Academia de Guardas Marinhas (1808), da Academia Real Militar (1810), da Escola de Medicina, da Academia de Belas Artes (1820) no Rio de Janeiro (1813), e da Escola de Medicina em Salvador (1815). Em paralelo a este movimento institucional dava-se início a formação de uma “classe ilustrada nacional” extremamente dependente destes estabelecimentos e do controle português. Mesmo após a Independência do Brasil em 1822, esta política cultural e institucional, por assim dizer, teve prosseguimento com D. Pedro I. Ele incentivou em 1827, a instalação de novos cursos superiores voltados à formação de bachareis em direito nas cidades do Recife e de São Paulo. No campo das intenções estava a meta de nos desvincularmos da tutela de Portugal e desenvolver uma elite intelectual mais autônoma (Schwarcz, 1997).

Anteriormente a isso, tivemos no período colonial uma vida cultural e institucional muito diferente da que foi empreendida a partir do século XIX. Como se pode perceber a montagem e consolidação de uma rede de instituições de saber é algo recente na história brasileira (Schwarz, 2007). Do ponto de vista do ensino a sua organização na colônia ficou a cargo dos jesuítas. O objetivo deles era primordialmente catequizar para civilizar os índios e os negros africanos escravizados ficando o acesso à instrução restrito aos filhos dos colonizadores. E somente aos filhos porque as mulheres eram privadas de receber qualquer tipo de estudo. A

²⁰ A geografia na “institucionalização no currículo prescrito oficialmente em 1837 para o "Imperial Collegio de Pedro II", até os anos quarenta do século XX, quando da exacerbação do papel de difusão da ideologia do nacionalismo patriótico, atribuído pelos detentores do poder de estado à essa disciplina (Rocha, 1998, p. 1).

educação nos moldes do ensino jesuítico era aquela que interessava ao poder colonial e nela estava introduzido o modelo europeu de civilização. Devido à forte repressão de Portugal, o conhecimento repassado correspondia somente aquilo que interessava à metrópole (Campos, 2011).

Desse modo, a instrução jesuítica era tida como desinteressada por não conter nenhum objetivo prático. Isto ocorria em parte porque ela estava preocupada com a educação do ser humano dentro dos preceitos cristãos sendo destinada a cultura universal e isto significava formar para viver plenamente o mundo (Romanelli, 1978). Assim, aqueles que tinham acesso a instrução eram uma minoria²¹ pertencente à elite portuguesa que vivia na colônia. Em função do seu caráter elitista numa sociedade escravocrata ela não tinha no trabalho a constituição de seu modo de vida. Por conseguinte, como poderia esta elite requerer ou pensar numa formação muito diferente da empreendida pelos jesuítas? O sentido da educação era muito mais para adquirir uma formação cultural. Outra questão somada a estas diz respeito ao não incentivo de instituições de caráter cultural-científico por parte da metrópole na colônia brasileira. Era de interesse de Portugal concentrar tais atividades tão somente em seu país²². De acordo com Silva (2017), na perspectiva do ensino, Portugal se ausentou de encargos e responsabilidades com a colônia.

Desse modo, é possível falar de uma Geografia enquanto disciplina neste contexto? Em pesquisa recente, Silva (2012), defende que ela não existiu com este caráter específico, mas figurou de maneira indireta na educação jesuítica durante o período colonial. O que ocorreu em termos de instrução neste momento não tinha obrigatoriamente um objeto ou um objetivo de ensino relacionado à preocupação em aproximar os alunos à sua realidade geográfica. Assim, não podemos falar em uma Geografia nos moldes de uma institucionalização e muito menos averiguar um discurso sobre o Brasil a partir dela.

Por outro lado, isso não significa que não houve uma produção de um discurso geográfico em que o Brasil foi enunciado. Considerado por alguns como o primeiro livro sobre a geografia

²¹ Essa minoria letrada fazia que parte da “boa sociedade” é aqui entendida como o grupo social que mantém com a corte uma relação de interdependência. “Trata-se de uma sociedade na qual a posse de um título de nobreza é mais valiosa, para quem cresce ali, do que a posse de uma riqueza acumulada” (ELIAS, 2001, p. 94). A historiadora Lilia Moritz Schwarcz (1998, p. 110) demonstra a existência desse grupo social na vida fluminense desse período: “A cidade fluminense, sede da corte, passará a funcionar como um pólo centralizador e difusor de hábitos, costumes e até linguagens para todo o país, além de se transformar no cenário principal em que se desenrolava a dramatização da vida social da boa sociedade”.” (Pereira Neto, 2018, p. 248, nota 6)

²² Estudiosos que abordam tal questão de maneira mais concentrada ao desenvolvimento das universidades no período colonial é Cunha (1980) e Fávero (2006) e quanto as sociedades geográficas Zusman (1996).

brasileira, o cronista português, Pero de Magalhães Gândavo, escreveu ainda no século XVI o *Tratado da Terra do Brasil*²³. Nele, o autor argumentava a favor da imigração como a saída ou solução para a vida dos portugueses pobres (Campos, 2011). Já era notório naquele momento, a visão de que a natureza brasileira garantiria o futuro grandioso dos portugueses e de Portugal:

[...] a nossa terra ‘sem contradição a melhor pera a vida do homem que cada huma das outras da América, por ser, commumente de bons ares e fertilíssima, e em gram maneira deleitosa e aprazível à vista humana’, por ‘ser ella tam salutígera e livre de enfermidades’ graças aos ventos, além de ‘muy deliciosa e fresca em gram maneira’, [...] isto por ‘não aver là frios, nem ruinas de inferno que offendam as suas plantas, como cá offendem às nossas’ (Azevedo, 1972, p.05 *apud* Campos, 2011, p.30).

Na passagem acima, Gândavo advoga a favor da terra brasileira em detrimento das terras portuguesas e de terras em outras Américas. Toda a sua natureza, especialmente seu clima, são atrativos para levar uma boa vida na colônia e para lá migrar. A migração, claro, tinha como um de seus objetivos assegurar o povoamento, o território e a sua exploração. Nesse discurso propagandístico da terra brasileira na intenção de atrair portugueses para cá, a natureza é o real motivo de valorização deste território. Valorização enunciada desde Caminha, em seu documento de descobrimento, a carta de nascimento do Brasil, ao rei lusitano. Num lugar de natureza tão maravilhosa, “o problema das terras cá situadas era realmente as gentes que cá estavam” (Campos, 2011, p.30). Sendo assim, tragam para a colônia os portugueses.

A criação de um aparato institucional, no século XIX encorajou os enunciados sobre o Brasil que começam a ganhar um caráter mais sistemático em função da necessidade de se conhecer esse território também de forma mais meticulosa. A institucionalização da geografia, por sua vez, vai acontecer só no século XIX quando começam a existir no país, as condições históricas para a organização de um conhecimento geográfico mais sistematizado em torno do Brasil²⁴. Esta condição deriva da necessidade de manutenção, expansão e exploração do território, mas também, por ele ter passado a ser requisito da criação e constituição da nacionalidade.

²³ Outros cronistas também escreveram acerca do Brasil e de sua terra: Gabriel Soares de Souza autor do *Tratado Descritivo do Brasil* e o brasileiro Vicente do Salvador autor de *História do Brasil* (Campos, 2011). Isto só para citar os de origem portuguesa e brasileira, pois, ainda existiram as crônicas elaboradas por autores estrangeiros (Schwarcz e Starling, 2015).

²⁴ Para Campos (2011) a ação dos bandeirantes que desbravaram o país desde o século XVI eram uma forma de reconhecimento do território, porém, devido ao grande índice de analfabetismo relatos concretos a esse respeito não foram deixados.

A partir de 1822, com a Independência do Brasil, se fazia mister a criação de um Estado-nação que fomentava uma identidade nacional para uma população tão distinta étnica e socialmente. Diante deste objetivo e da ambição das elites políticas em manter o território nacional como uno e indivisível, a ideia de identidade e coesão nacional foi assentada em e sobre o território, o futuro Estado-nação brasileiro. Como manter a unidade político-territorial e em paralelo criar um sentimento de nacionalidade que unisse brancos, negros e índios tendo em vista a disparidade de suas situações econômicas, jurídicas, sociais e políticas? A saída foi dar ao território brasileiro a condição de orgulho nacional. Assim, a materialidade do território, sua vastidão e suas riquezas naturais foram transformadas na ideia de coesão e essência nacionais. Essa natureza tão vasta, rica e bela era o motivo do orgulho brasileiro (Vlach, 2014). Nesse processo ou, em função dele, a construção da nacionalidade brasileira foi permeada por uma visão de mundo que destacava a formação dos sujeitos, do povo brasileiro com o território e, por isso, relacionada à noção de territorialidade (Anselmo, 2000).

A partir deste campo de intencionalidade o território nacional e, porque não dizer, discursos geográficos diversos sobre o Brasil, começam a figurar na produção intelectual brasileira:

as descrições geográficas e literárias do Brasil encontradas em obras de várias áreas do conhecimento, a exemplo dos livros didáticos de língua portuguesa, foram fundamentais para as elites dirigentes, intelectuais e econômicas transformarem o seu território *na ideia de território*. Por intermédio dessa metamorfose, construíram o Estado-nação brasileiro e definiram a identidade nacional. [...] Paralelamente às descrições literárias e geográficas em obras de história, sociologia, política e literatura propriamente dita, etc., vários autores contribuíram para reforçar a importância da ideia de território no processo de formação do Estado-nação brasileiro (Vlach, 2014, p.110, *grifos nossos*).

Ou seja, é a partir do período imperial brasileiro com formação de um aparato institucional e de uma elite intelectual nacional que uma bibliografia nacional propriamente dita acerca do Brasil começa a ser produzida. Nela, como aponta Vlach, a descrição do Brasil compreendido nas dimensões de seu território se tornou objeto de interesse nos discursos de diversas áreas do saber e da literatura (a demanda pelo ordenamento social exigia civilidade, fomentada por uma educação aos moldes aristocráticos). Sumariamente, do período colonial ao início do imperial, a geografia materializada pela natureza brasileira foi a grande justificativa de valorização, enaltecimento e ufanismo do território. Uma das diferenças é que se no período da colonização o enaltecimento era, em parte, para vender a ideia de uma terra boa e próspera para os portugueses, no período imperial, o território foi transformado numa ideia a ser consumida tanto interna quanto externamente. Quer dizer, a veiculação de uma identidade e da construção do Estado-nação pautadas no território construía internamente o Brasil e os

brasileiros e externamente era uma maneira de representá-lo na busca por sua legitimidade entre as outras nações do mundo.

É nessa conjuntura, que as condições objetivas para a construção tanto de uma geografia institucionalizada quanto de uma Geografia do Brasil começam a emergir. Em outras palavras, quando os objetivos da educação pretendida se coadunam com os objetivos políticos e nacionalistas do governo e da elite imperial, uma Geografia do Brasil pode se configurar. Assim, não só uma geografia voltada ao ensino foi organizada, mas diferentes espaços de enunciação começam a ser articulados para a construção e elaboração de um discurso geográfico tendo o Brasil como seu foco de estudo e objeto propriamente. Estamos falando de modo mais específico do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), da produção das instituições militares e do Colégio Dom Pedro II.

De acordo com Silva (2012), a primeira expressão da geografia como uma disciplina propriamente ocorreu quando conteúdos geográficos passaram a ser desenvolvidos pela Real Academia Militar (criada em 1810). O objetivo dessa formação era o reconhecimento do território brasileiro de forma mais metódica e técnica voltado para a produção de seus mapas e cartas. A geografia estava presente também por meio do estudo da organização urbana, dos pontos estratégicos, da história constitutiva dos lugares e da inserção do território brasileiro no contexto mundial. Assim, nessa conjuntura o território brasileiro e a geografia enquanto um saber foi desenvolvido em sentido fortemente estratégico sob a visão pragmática do território brasileiro, de seu conhecimento/reconhecimento. Para nós, nos resta saber, em que medida os mapas e cartas produzidos sobre o Brasil podem configurar como outros espaços enunciativos dos discursos geográficos? Por exemplo, nos estudos das toponímias que indicam a geopolítica e disputas internacionais pelo domínio dos espaços brasileiro, mas também pelo discurso enunciado acerca dos diversos mapas que organizam o território nacional.

Contudo, não tomemos de imediato e como certo a criação de uma disciplina de Geografia do Brasil pelas políticas estatais imperiais somente pela análise da conjuntura histórica. Ela foi criada um pouco mais tarde a partir de um movimento de consolidação da Geografia enquanto disciplina escolar e elaboração do enunciado “Geografia do Brasil” também em outros espaços discursivos.

Quando o Império brasileiro decide organizar o ensino, em 1927 é promulgada uma Lei que consta em seu artigo 6º a definição dos conteúdos que deveriam ser ministrados nas escolas

para alfabetizar a população²⁵. A Geografia não constava entre esses conteúdos. Mesmo com todo o empenho para a construção de uma identidade nacional assentada no território e dada a necessidade de formar o povo brasileiro, a Geografia não apareceu prontamente como saber requerido oficialmente (Vlach, 2014). Contudo,

através do ensino da língua nacional, obrigatório nas escolas de primeiras letras (desde a Lei de 15 de outubro de 1827), foi possível veicular via descrições geográficas literárias do território brasileiro, além da história do Brasil, a ideologia do nacionalismo patriótico, não obstante o ensino de Geografia não se fazer presente neste grau de ensino (ibidem., p.95).

Isto quer dizer que já havia um pensamento geográfico em formulação e ele circulava na sociedade brasileira letrada - as descrições geográficas literárias atestam este fato – sem ter contudo, uma disciplina devidamente intitulada Geografia formalizando seus conteúdos, organizando seus conceitos, seu objeto e conferindo sentido ao seu estudo. Todo esse arranjo será realidade apenas algumas décadas posteriores.

Na ausência desta disciplina, a organização do espaço geográfico brasileiro ficou a cargo de saberes antigos, conhecidos como corografias e cosmografias. Segundo Silva (2006), os conhecimentos corográficos diziam respeito às descrições feitas a partir de recortes, de uma ou mais partes do conjunto terrestre que vieram posteriormente a serem chamadas de regiões. Já as cosmografias foram uma resposta de Ptolomeu, ainda na Antiguidade clássica, as corografias por negar a validade delas. Assim, as cosmografias eram estudos que compreendiam a terra em sua totalidade, a partir de uma cosmovisão. Essa ideia de totalidade abrangia o estudo dos astros e do planeta imerso no universo, diferenciando-se, portanto, do que era entendido por geografia enquanto uma descrição da terra.

O mais famoso trabalho corográfico foi de autoria do padre português Manuel Aires de Casal (1754-1821) intitulado *Corografia Brazílica (Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brazil)*. Datado de 1817, este trabalho tinha patrocínio oficial sendo publicado pela Imprensa Régia e teve grande repercussão no Brasil ao longo do século XIX chegando até mesmo a ser uma obra de referência a respeito da geografia brasileira em outros países. Por esse feito, o naturalista francês Auguste de Saint Hilaire (1779-1853), o denominou de pai da geografia brasileira (Campos, 2011).

²⁵ Na Primeira República, as elites intelectuais do país compreenderam que a educação era um dos problemas vitais que impediam o Brasil alcançar os rumos do progresso. Nesse sentido, ficou compreendido que a educação popular era necessária para alcançar tal objetivo (Nagle, 1974).

De acordo com Silva (2006), ela foi a obra de referência entre a rarefeita bibliografia de geografia da época com fins pedagógicos, pois os usos destas corografias eram especialmente dois: dadas as proporções do mercado editorial da época tinham uma circulação nos ambientes escolares e, mais fortemente, serviam a necessidade do Estado de informações sistematizadas sobre a população, as fronteiras, recursos naturais, etc.

A propósito das necessidades do Estado imperial, ainda no ano de 1838 foi criado o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB). Esta foi uma instituição que correspondeu a lógica da conjuntura que se seguiu após a emancipação política do país. Com sede no Rio de Janeiro, o IHGB era um estabelecimento muito ligado à oligarquia local tendo vínculo financeiro e intelectual com o monarca “ilustrado” e centralizador. Para este instituto a responsabilidade conferida foi a de criar para a nação uma história. Construir uma história da nação, reconstituir um passado, solidificar os mitos de fundação, ordenar uma narrativa que conferisse homogeneidade aos processos e aos personagens históricos até, aquele momento, dispersos e sem coesão com os objetivos pretendidos. Inventariar, assim, a memória de um país recente que carecia de sentido à sua criação e se colocava desejoso em separar seu destino da antiga metrópole portuguesa (Schwarz, 2007).

Desse modo, perguntamos: e no que concerne à Geografia, qual era o seu papel no/para IHGB? Entre os objetivos principais de sua criação estava a sustentação da unidade territorial e a construção da pátria brasileira. Era uma proposta de uma elite política preocupada em encaminhar politicamente o novo país, com o possível desmembramento e com as ameaças à sua estabilidade social (Campos, 2011). Diante de tantos objetivos políticos, os trabalhos geográficos desenvolvidos eram muito mais descritivos e corográficos do que explicativos a propósito dos processos que acometiam o país. O conhecimento levantado acerca do território nacional tinha como objetivo maior, o fornecimento de dados ao Estado e às pesquisas históricas. Nesse sentido, as publicações em História foram muito maiores em quantitativo do que as publicações no campo da Geografia (Vlach, 2014; Campos, 2011).

Segundo o levantamento temático feito por Zusman (1996) é possível conhecer melhor a participação da Geografia neste Instituto. O que predominou nos trabalhos do período era a preocupação em definir uma sociedade, uma história e um *território* para o Brasil. Havia uma atenção especial quanto à questão étnica da nação buscando instituir o papel do branco, do índio e do negro, na composição social do país. O Instituto também trabalhou com diversos relatos de viajantes no intuito de reconhecer o território de dominação, principalmente nas

áreas onde as fronteiras ainda não estavam bem delimitadas e em conflito com países vizinhos. Nessa tarefa de “inventar o território” foi dado ao engenheiro J. C. Niemeyer um prêmio pela sua carta do Brasil:

A partir da abordagem destas temáticas, o IHGB almejava contribuir na constituição da identidade do Brasil imperial. Esta identidade se construía na base de mostrar que as diferenças étnicas seriam superadas com a nação civilizadora do branco, que malgrado estas diferenças era possível relatar uma história do Brasil que demonstrasse a antiguidade deste país e onde a soberania régia, num determinado território, não só colocava este país em condições de formar parte da civilização, como o assinalava o seu primeiro presidente Visconde de São Leopoldo, mas também assegurava a unidade nacional ainda nação consolidada no âmbito social (Zusman, 1996, p.99).

Não obstante, a partir do ano de 1838 e no seio desse movimento institucional promovido pelo Estado imperial²⁶, a Geografia começa a adquirir maior notoriedade como saber escolar, ao ser incorporada nos estudos do Colégio Dom Pedro II. Assim,

no Imperial Colégio Pedro II - e nos que o seguiam como modelo - era ministrada desde 1838, mas formando uma só disciplina com a História do Brasil. O denominado Decreto Monte Alegre, de 1849, separou-a da História do Brasil e ela passou a existir em todas as séries do secundário, tendo como conteúdo os diversos continentes; *o último ano era dedicado ao Brasil e a América*. Em, 1862, houve a diminuição, com a Geografia existentes nos dois primeiros anos e nos quarto, como Cosmografia. Mas, não passava de enumeração de lugares, de descrições superficiais e de estímulo ao patriotismo através da exaltação de sua natureza (Campos, 2011, p. 65, *grifos nossos*).

Pelo que nos relata Campos, o movimento da institucionalização da Geografia não foi tão homogêneo variando a maneira pela qual ela encontrava-se na grade curricular do referido Colégio. Por que este Colégio se torna referência no ensino de Geografia? O Colégio Pedro II, sediado na então vigente capital federal, o Rio de Janeiro, foi criado para ser modelo de ensino oficial a ser seguido e atender a instrução das elites. Tinha uma proposta pedagógica um pouco diferente até aquele momento por, de algum modo, escapar do ensino excessivamente livresco, anticientífico e pouco abrangente do período (Campos, 2011).

Ao averiguar as grades curriculares do Colégio Pedro II apresentadas por Silva (2012) de 1850 a 1881, foi possível verificar que a Geografia em nenhum momento esteve associada explicitamente ao Brasil, figurando como uma disciplina específica. O saber “responsável” por esse feito foi a corografia. Talvez devido à notoriedade que o conhecimento corográfico ganhou ao longo dos anos, por sua presença mais contundente na intelectualidade brasileira e

²⁶ “D. Pedro II imiscuía-se em um grande projeto, que implicava não só o fortalecimento da Monarquia e do Estado, como a própria unificação nacional, que seria obrigatoriamente uma unificação cultural” (SCHWARCZ, 2003, p. 358). Como é possível notar, essa unificação cultural demanda o uso de “relatos que permitem ao colonizador confirmar a sua identidade e sua história” (BIANCO, 1998, p. 887) (Pereira Neto, 2018, p. 242).

no esforço dele para instituir e reconhecer o território nacional. Afinal, o saber corográfico teve forte papel em descrever e enunciar este território. O livro do padre Aires de Casal, como aponta Silva (2006), serviu durante muito tempo de bibliografia de referência tanto para o IHGB, quanto para o Colégio Dom Pedro II.

A trajetória da Geografia nas grades curriculares atesta para a sua inserção como disciplina no Colégio. Ela esteve presente desde da instalação do Colégio, mesmo contando com variação da sua carga horária e de sua presença nas séries cursadas. Ela não foi nesse período reconhecida como uma disciplina escolar autônoma e por isso, para Silva (2012), seu saber respondeu mais expressivamente por Cosmografia e Corografia qualificada e dividida entre Antiga, Geral, Matemática, Elementar, Descritiva. Também permaneceu em todo este período associada aos conhecimentos da História.

Com um comparecimento mais significativo da Geografia nas escolas, uma bibliografia didática começou a ser formulada pelos intelectuais do período. Desde 1810, este tipo de bibliografia já começou a ser produzido, porém, dada a formação dos cursos secundários houve um aumento na produção deste material especialmente para este grau de ensino. De modo geral, muitos deles tratavam de compêndios de Geografia Geral, ainda que o Brasil recebesse destaque como conteúdo temático em alguns deles (Silva, 2012). Se não havia uma disciplina propriamente dita de Geografia do Brasil, ao menos algumas dessas bibliografias já traziam a nomenclatura Geografia e a correlação entre Geografia e o Brasil. Foi o caso do livro *Compêndio Elementar de Geografia Geral e Especial do Brasil* escrito pelo senador Pompeu Brasil e publicado em 1856 (Campos, 2011).

Se no Império brasileiro as necessidades em formar a nação e criar uma identidade nacional foram pautadas no território, com a instalação da Primeira República no Brasil (1898-1930) a ideia de que a Geografia era a de um saber necessário à formação da nação e à vinculação do sentimento patriótico reforçados se tornou bastante evidente. Desse modo, no momento de transição entre os regimes políticos a questão da construção da identidade por meio do território nacional continuou a receber ênfase na construção simbólica do Brasil²⁷. A mudança

²⁷ Para ilustrar: “A problemática do nacionalismo, constitutiva do imaginário da literatura oitocentista brasileira, funcionou como prerrogativa simbólica para a reivindicação da autonomia do Brasil enquanto Estado-nação. Sem uma literatura e uma cultura própria o país não alcançaria, para os românticos, uma sociabilidade marcada pela ideia europeia de civilização, pois, sendo “um quadro animado de suas virtudes e de suas paixões”, a literatura precisaria escapar “aos rigores do tempo para anunciar às gerações futuras qual fora o caráter e a importância do povo, do qual é ela o único representante na posteridade” (MAGALHÃES, 1980, p. 24). Para Gonçalves de Magalhães, o Brasil se tornaria livre quando encontrasse o “gérmen da civilização, lançado em teu seio pela Europa”, visto que “marchar para uma Nação é engrandecer-se moralmente, é desenvolver todos os elementos da civilização” (MAGALHÃES, 1980, p. 30). E sendo a literatura “filha e representante moral da

de governo da monarquia para o regime republicano repercutiu no reordenamento do território, no tema da unidade nacional e na própria reorganização do Estado (Moraes, 2011).

E não foi pra menos. Na passagem do século XIX para o XX o Brasil começou a viver um momento de transição de uma sociedade agrário-exportadora para uma sociedade urbano-industrial. Outras coisas também mudaram em relação ao antigo regime, como o fortalecimento da hegemonia do sudeste do país, o nascimento de uma burguesia industrial e a necessidade de organizar para o trabalho assalariado. Não obstante, algumas coisas permaneceram as mesmas, como o caráter neocolonial da economia, a dependência externa, o poder das elites agrárias e as precárias condições de vida da maioria da população (Campos, 2011).

No plano político-educacional, houve diversas reformas ao nível estatal que buscavam aproximar o ensino das propostas políticas daqueles que estavam à frente do governo. É claro, que da perspectiva política nenhuma mudança ou processo ocorre de maneira homogênea e sem contradições e embates. As propostas pedagógicas de ensino também refletem o enfrentamento político para a definição de suas diretrizes. Assim, foram ao todo quatro reformas que representaram uma tentativa de modernização do ensino em geral e da própria geografia. No que diz respeito a esta última, a intencionalidade era superar o caráter excessivamente descritivo de sua instrução. E é a partir deste período que a disciplina Geografia do Brasil é nomeada.

A primeira delas foi a Reforma Benjamin Constant (1890). Com forte caráter positivista, ela reorganizou o ensino de 1º e 2º grau, tendo a geografia participação em ambos. Logo depois, a Reforma Eptácio Pessoa (1901) remodela o ensino do 2º Grau em seis anos tendo a geografia participação em quatro deles. Mas, é somente em 1911 com a Reforma Rivadavia Correia que a Geografia do Brasil aparece na grade curricular. Na verdade, o Brasil passa a ser evidenciado em dois, dos três anos que correspondem aos estudos de geografia: Geografia do Brasil, Geografia Política do Brasil e Corografia e Geografia do Brasil. Porém, quatro anos depois, a Reforma Carlos Maximiliano, reduziu a carga horária de geografia, deixando apenas um ano, para o estudo de geografia geral (física e política dos continentes) e outro ano, para o estudo de corografia e cosmografia do Brasil. A última reforma da Primeira República foi

civilização” (MAGALHÃES, 1980, p. 26), é possível notar que ela vai desenhar “uma cultura imperial pautada em dois elementos constituidores da nacionalidade: a realeza como centro de civilização; a natureza territorial com suas gentes e frutas como base natural desse mesmo Estado” (SCHWARCZ, 2003, p. 354).” (Pereira Neto, 2018, p.241)

feita em 1925, por Rocha Vaz, e o quadro da reforma anterior não foi muito alterado. As disciplinas ficaram dispostas em geografia geral, geografia (corografia do Brasil) e uma disciplina de cosmografia (Silva, 2012)²⁸.

Assim, a escola naquele momento foi entendida em seu papel edificante no estabelecimento e desenvolvimento da nação, sobretudo, nos moldes do novo regime político. Nas reformulações das instituições estatais era necessário para aqueles que desejavam consolidar o Estado republicano, o apagamento das marcas do Império - a própria mudança de novo do Colégio Pedro II para Ginásio Nacional atesta este anseio. E como núcleo de divulgação das novas mudanças, a escola seria um dos meios de sua propagação (Silva, 2012).

A modernização do ensino foi uma dessas mudanças que a República buscou instaurar. Pelo menos no plano da intenção o que se pretendia era o desenvolvimento de uma educação fundamentada em moldes científicos à época. Mas, esse não foi um movimento que teve origem com a instalação do novo regime político. Nos últimos decênios do século XIX, o desejo por desenvolver no país homens de ciência já era algo muito forte entre a elite intelectual. Falamos em desenvolver os homens e não a ciência em si, porque a maior preocupação, segundo Schwarcz (2011), não era em realizar pesquisas originais e contribuir para o avanço científico e, sim, em participar de uma certa ética científica, uma espécie de “cientificidade difusa” e indiscriminada. A ciência entra no país, primeiro como moda e só algum tempo depois se desenvolve como prática e produção.

O impacto de uma produção científica e pedagógica moderna foi sentido também na geografia. De um lado, ela teve no plano político específico a figura de Ruy Barbosa, no final do século XIX, como um dos defensores da modernização da geografia e de outro, já no século XX, de um grupo de intelectuais também imbuídos desta intenção (Rocha, 2009). Para Silva (2012), a bibliografia didática do período passou a ser mais concentrada em abordar a geografia nacional e o caráter descritivo de muitos materiais didáticos perderam força face à modernização metodológica de muitos deles. Entre aqueles que se prestaram à tarefa de reformulação do ensino de geografia destacamos dois deles: Said Ali e Carlos Miguel Delgado de Carvalho. O primeiro publicou em 1905 o *Compêndio de Geografia Elementar* onde apresenta uma proposta para o estudo do Brasil a partir de uma perspectiva regional. Perspectiva essa que foi reconhecida e incorporada pelo próprio Delgado de Carvalho, além de ter sido a referência para o desenvolvimento da proposta regional brasileira, formulada

²⁸ Todas essas reformas compreendem especialmente a análise do 2º grau e as grades curriculares do Colégio Pedro II. As grades curriculares assim como seus conteúdos temáticos foram extraídos de Silva (2012).

anos posteriores, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Delgado de Carvalho por sua vez escreveu em 1913 *Geografia do Brasil. Tomo I. Geografia Geral*, publicado em 1927 a continuação deste primeiro livro *Geografia do Brasil. Tomo II*. Tendo estudado na França, Carvalho traz para o Brasil uma abordagem apoiada nas teorias de Vidal de La Blache e Jean Brunhes. Ele instaura para o ensino de geografia, uma posição que romperá com o estudo de acordo com a divisão administrativa muito divulgada pela corografia. Assim, não se estudaria mais os estados separadamente, e sim em divisões geográficas conhecidas como regiões naturais, seguidas da atenção a uma abordagem das peculiaridades econômicas.

A década de 1920 foi importante para o Brasil por vários motivos, especialmente por procurar desenvolver os laços da identidade nacional e a reconstrução da nação brasileira, bem como criar instituições que representassem a modernidade e o desenvolvimento da civilização tão almejada pelas elites. Desde os movimentos artísticos como o Modernismo até importantes movimentos educacionais e científicos como a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE) e a Academia Brasileira de Ciência (ABC), as discussões versavam não só em torno da modernização do ensino em moldes científicos, mas também de um ensino para “as massas” que educasse para o trabalho. Assim, aviva-se o desenvolvimento de um ensino secundário formador da elite nacional e a necessidade de criação das Universidades como espaços de formação profissional e de desenvolvimento científico.

A modernização do ensino de geografia e seu progressivo estabelecimento no sistema escolar, portanto, correspondia a diversas demandas do período: deveria ser científica e moderna assegurando que os saberes disseminados, ensinados e aprendidos condizentes com a própria modernização pretendida para o Brasil, os colocassem no patamar dos saberes do desenvolvimento científico europeu. E ainda harmonizava-se às necessidades de formação da nação, seja pelo ensino técnico-profissional organizado para o trabalho assalariado e industrial, seja para a formação da elite dirigente em instrução nos cursos secundários e nos cursos superiores. Somados a estes aspectos, com a presença mais contundente da geografia nas escolas havia um reconhecimento explícito da participação desse saber na construção simbólica da nação, e na divulgação da ideologia nacional e do nacionalismo patriótico. Nesse sentido, Antônio Proença, outro autor da renovação metodológica da geografia, no início do século passado afirma:

todas as nações cuidam seriamente do ensino de geographia nacional, o fim immediato é sempre o mesmo - *a cultura do sentimento do patriotismo*. Cada uma,

porém, visa um objectivo remoto, segundo o qual se faz a orientação do ensino. Esta é porque tem as suas fronteiras ameaçadas, aquella é porque pensa numa reivindicação, aquellóutra é porque sente necessidade de expansão do seu território [...]. Nós também temos o nosso ponto de vista. Paiz enorme como é o Brazil e sem facilidade de communicações, as suas populações desconhecem. O Norte não sabe o que é o Sul e o Sul ignora o que é o centro. Além disso, é grande, e por toda parte, o número de brasileiros novos, que não podem deixar de soffrer a influência dos pais para a continuação da própria nacionalidade. *A nossa obra, portanto, é de unificação do sentimento nacional e pelo conhecimento de todo o território e de todo o povo brasileiro pelos brasileiros* (Proença, 1928, p.22 *apud* Silva, 2012, p.273, *grifos nossos*).

Se houve um motivo para o ensino de geografia existir e sua instituição ser tida como algo importante para o Brasil foi justamente a sua contribuição para o desenvolvimento e expansão da cultura do sentimento do patriotismo, como consta nas palavras do autor. Não havia motivos para assim não ocorrer. Seriam os professores de geografia, os autores dos livros didáticos e ainda todos aqueles envolvidos com o saber geográfico em outros espaços de atuação, colaboradores diretos e partícipes do nobre processo de formação da nação brasileira e disseminar o sentimento nacional. Para o Brasil, segundo Proença, a tarefa deveria ser de dar a conhecer aos próprios brasileiros, o seu país. Longe dos motivos territorialistas correspondentes à expansão ou ao fortalecimento de fronteiras, como foi o caso de outras nações, era preciso para o brasileiro conhecer a si mesmo enquanto um sujeito pertencente a um grande país, diverso em suas regiões, porém, único em seu sentimento. O efeito de sentido formado entre a comparação dos motivos das outras nações para o estudo da geografia e o motivo apresentado pelo autor para o seu estudo no Brasil é de uma certa estabilidade deste país, em relação ao seu próprio território e sua constituição. Sua preocupação e, por isso, sua instabilidade é em relação à formação do próprio povo brasileiro e do sentimento de nacionalidade. Este sentimento deveria ser nutrido pela materialidade geográfica do país e portanto se tornar incontestável. O Brasil à época da publicação do texto citado já havia fechado suas fronteiras e se constituído territorialmente, assim, não era preciso que se lutasse mais para tal feito. A regionalização explicitada enuncia uma organização espacial do país, nos dá a indicação da metodologia adotada e, por isso, serve de recurso analítico para compreender a própria dinâmica das comunicações ou averiguar a falta delas entre as regiões. Se a obra é de unificação, é porque o terreno em que sua fundação deveria acontecer está desagregado, cindido, apartado. Busca-se unificar, então, aquilo que estaria desmembrado, talvez, pelo próprio regionalismo? Obra esta que seria genuína para o Brasil edificar e quiçá adotando qual perspectiva? Manter as elaborações europeias ou florescer uma “genuína brasileira”? Afinal, se outras nações do mundo também se valeram do ensino de geografia pelo seu valor patriótico, o Brasil, enquanto nação, também não ficaria atrás para

corresponder a este feito. Ao equiparar neste momento do país com o momento de outros países pelo mundo, enuncia-se o Brasil enquanto nação, nem que seja pela própria contradição expressa na necessidade de difundir o sentimento patriótico.

Nesse sentido, o professor realça, ainda que de maneira indireta, o movimento da institucionalização da geografia tanto no Brasil quanto em outros países ao redor do mundo. Estamos aludindo a algumas nações europeias, como a Alemanha e a França. Países em que a geografia primeiro se consolidou no ensino básico para depois ocupar espaço nas Universidades e se constituir como um saber científico/acadêmico, justamente pela sua contribuição à formação do sentimento e da identidade nacional (Rocha, 2009). Nesta construção discursiva a respeito da importância da geografia como saber escolar, Proença conferiu tanto a esta disciplina quanto a escola, o poder e o dever de fazerem o que as comunicações não realizavam e de chegar até onde elas não chegavam.

Delgado de Carvalho, um dos autores que buscaram fazer a renovação metodológica da geografia, justifica que:

o ensino de geografia pátria é, entretanto, um dever de inteligência e de patriotismo. Aos nossos patrícios não devemos apresentar a geografia do Brasil como uma disciplina ingrata e austera ao estudo. Por meio de bons mapas, de gráficos, de perfis e diagramas, de fotografias se for possível, é preciso torná-la fácil e cativante. É pelo conhecimento do país, pelo conhecimento de suas forças vivas que podemos chegar a apreciá-lo em seu justo valor. O histórico dos conhecimentos econômicos e sociais nos permite compreender sua formação e explicitá-la. Em semelhantes estudos, esclarecido e inteligente, sem frases retumbantes, não um patriotismo incondicional e cego, mas, sim, justificado e nobre. Afastando assim, um pouco as ideias dos Estados teoricamente iguais e equivalentes, tais como estão na constituição, passaremos a salientar os fatores de diferenciação, de diversificação que fazem complementar entre si as zonas nacionais. Mais eloquente e necessária aparecerá a idéia sacrossanta da união que fez a honra de nossa história e que faz nosso prestígio e nossa força (Delgado de Carvalho, 1913 apud Silva, 2006, p. 104, grifos nossos).

Delgado de Carvalho se posicionou como autor desse campo ao propor uma nova abordagem para a geografia, quando discorreu acerca de possíveis instrumentos e metodologias para o tratamento e ensino dos conteúdos geográficos. Ao mencionar mapas, fotos, diagramas, gráficos, entre outros, diz logo em seguida que é preciso tornar o ensino e a aprendizagem desta disciplina fácil e cativante, e assim lança como possível, a realização da aprendizagem da geografia, como algo interessante e envolvente para o aluno. Logo, constrói em torno da perspectiva proposta, os valores do ensino geográfico em detrimento de um outro modo de realizá-lo: aquele da geografia descritiva ou mnemônica, enfadonha e desestimulante. Seu diálogo é, sobretudo, com os interessados na educação geográfica e com uma outra prática a

qual se intenta ultrapassar. Há ainda um outro diálogo, mais amplo e feito com a sociedade brasileira, expresso no desejo de contribuição desta disciplina com a nação. Na verdade, é o dever dela exercer tal papel, tão forte é essa responsabilidade e compromisso, que a pátria termina qualificando o próprio sentido da geografia. Carvalho nos fala de uma geografia pátria. Não é uma geografia qualquer! Ela é qualificada e, para nos lembrarmos de Therborn (1987), porque não submetida ao imperativo de constituição da nação, dos brasileiros, e da própria razão de ser deste saber.

Não é também um dever qualquer, pois, se trata de um dever de inteligência e patriotismo. Aqueles que realizam esta tarefa são, portanto, parte do grupo de pessoas inteligentes e patriotas. O efeito é o convite ao pertencimento a um grupo distinto, pois, os que se colocam na contramão não são nem inteligentes e nem patriotas, já que não cumprem com seu compromisso/dever. Desse modo, todo esse esforço discursivo encaminha para um único sentido: não se pode transformar o estudo da Geografia do Brasil, em uma disciplina enfadonha, maçante. É ela quem será a encarregada de contribuir com o patriotismo. Por seus métodos modernos e a partir deles que se combaterá um patriotismo cego se dedicando a promover um patriotismo justificado e nobre, sem frases retumbantes, mas pleno de forças vivas da nação e cujo estudo lhes atribui seu justo valor/orgulho. Sem eles, o estudo da geografia do Brasil poderia recair justamente no contrário ao que estava sendo apregoado. Portanto, nesse sentido, Carvalho está criando as bases e os valores para uma geografia mais moderna, racional e científica a se desenvolver. E é ela, a melhor entre todas, para compreender este país porque mostrará as marcas de sua distinção, de sua originalidade que ainda assim fazem do Brasil um todo e uma nação única.

Estas passagens de Proença e Carvalho são elucidativas a respeito das modificações que o saber geográfico estava vivenciado no início do século passado. Elas mostram um discurso construído no seio de um debate a respeito de ensino de geografia e em consequência dos métodos e teorias geográficas que implicaram diretamente na maneira de olhar para o espaço geográfico brasileiro, organizá-lo, conferir sentido à suas dinâmicas, e prover-lhe uma representação ao enunciá-lo. Por isso, ambas as passagens, uma do início da década de 1910 e outra do final da década de 1920, se apresentam como um diálogo imerso no debate de deixar para trás outras práticas geográficas e colocando a nova, moderna e científica, *pari passu* com a modernidade desejada para a nação. Este é um diálogo também com a sociedade brasileira à medida que os autores constroem o valor e as razões para o ensino de geografia e apresentam suas abordagens teóricas como as mais efetivas para a realização de tão grandioso

empreendimento: a educação como uma das vias para o progresso²⁹ e construir os cidadãos nacionais.

É nessa conjuntura que uma Geografia do Brasil enquanto disciplina começa a aparecer com mais clareza e efeito. Ela só passa a existir enquanto enunciado, quando a própria geografia também adquire mais força como saber reconhecido e institucionalizado. O movimento para que isso ocorresse foi, evidentemente, lento e nenhum pouco homogêneo. Mas, é no século XX que vamos ter um saber organizado em torno da Geografia do Brasil propriamente e não mais ao redor da corografia do Brasil fazendo a vez de enunciar a materialidade deste país (mesmo que a corografia e a cosmografia ainda tenham acompanhado o ensino de geografia por algum tempo).

A própria produção em termos de uma Geografia do Brasil também começou a ser feita em outros espaços constituídos do saber geográfico onde se procurava uma inserção da geografia nos padrões científicos vigentes. Foi o caso, de acordo com Pereira (2002), da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (1883). À época do Centenário da Independência do Brasil em 1922, a Sociedade determinou organizar uma *Geografia do Brasil*, justificando a ausência de uma obra semelhante escrita pelos próprios brasileiros: “Para esta ocasião especial, na qual se revia a história nacional e se buscava edificar projetos para o futuro da nação, planejou-se escrever um tratado que abrangesse a totalidade da geografia brasileira” (Pereira, 2002). O desejo por aprender essa totalidade foi o planejamento desta obra em 10 volumes. Foram publicados somente os números 1, 2, 9 (1ª parte) e 10, o que para Pereira (2002) mostrou essa ser uma tarefa de fôlego maior do que a Sociedade inicialmente havia imaginado:

Geografia do Brasil foi uma iniciativa extremamente arrojada da Sociedade e visava preencher uma lacuna nos estudos geográficos sobre o Brasil, uma vez que este “*não possuía ainda um tratado tão completo sobre a sua geografia* (SRGJ, 1912-1922a: 169). Trabalhos do gênero então existentes resumiam-se à monografias esparsas, o que justificava a iniciativa. Nos termos colocados pela instituição: “*os estudos brasileiros não tiveram ainda o momento de surgir em conjunto, num vasto trabalho de ciência e pesquisa, como este*” (id., *ibid.*: 170) (Pereira, 2002, p. 161, *grifos nossos*).

Até então, tarefa como esta só seria realizada por mãos estrangeiras - o que não era de todo modo algo negativo, pois reconhecia-se a importância destes estudos. Porém era o momento de concretizar um feito como este pelas mãos de brasileiros (Pereira, 2002).

²⁹ Para Celso Furtado, a ideologia do progresso se constituindo como um mito “preparava os grupos que se sentiam ameaçados em seus privilégios para assimilar iniciativas antecipadoras e acenava para os desprivilegiados com a miragem da ascensão social” (Furtado, 1978: 78).

Apesar da intenção em elaborar uma bibliografia a respeito da Geografia do Brasil, quando a sociedade, em 1926, decide criar e ofertar o Curso Livre Superior de Geografia, nenhuma disciplina similar foi criada. Segundo Pereira (2002), o curso tinha duração de dois semestres, sendo o primeiro dedicado à geografia física e o segundo à geografia humana. Ele era ofertado de forma gratuita e aqueles que o cursaram saíam “Laureados em Geografia e Ciência correlatas”. O Curso Livre foi uma das primeiras tentativas de um projeto que buscava legitimar a geografia como campo disciplinar, com um corpo teórico definido e apresentando construções conceituais próprias. Este empreendimento foi encabeçado por autores que objetivavam colocar em outros moldes o ensino e o *status* desta disciplina no país: Delgado de Carvalho e Everardo Backheuser. Nesse sentido, os esforços empreendidos pela Sociedade tiveram como objetivo renovar o conhecimento geográfico no país e ensaiar sua institucionalização no ensino superior.

Com a chegada de Vargas ao poder (1930), o país conheceu mudanças significativas. A primeira delas foi a transferência do foco do poder de domínio regional para o nacional, onde o governo central atuou com relativa autonomia, diante dos interesses em disputa. Isto acarretou uma transformação na estrutura e forma de atuação do Estado, o que implicou numa alteração do próprio processo de reprodução das classes inscritas na própria estrutura do Estado (Mendonça, 2000). A marca deste período foi a passagem de uma sociedade agrário-exportadora, para uma urbana-industrial onde foi dada a abertura para o estabelecimento do capitalismo industrial no Brasil. Outra grande questão do momento está no modelo político-institucional do governo varguista, paulatinamente instalado entre os anos de 1930 e 1945. Com a instauração do Estado Novo houve a consolidação de um Estado com forte caráter autoritário, centralizador, intervencionista e de cunho nacionalista (Diniz, 1999). Sumariamente, o Brasil assistiu num movimento progressivo, o Estado crescer como uma máquina burocrática e centralizadora que governava todos os setores da vida nacional, desde as relações de trabalho e capital à educação. Além disso, o poder central procurou meios de desenvolver uma base industrial nacional com a implantação de uma indústria siderúrgica (Campos, 2011).

A forte reorganização institucional promovida no período reverberou na construção da unidade nacional e em sua consolidação na qual estava inserida também a unidade e consolidação da sociedade brasileira. Desse modo, a modernização do aparato institucional do governo foi uma maneira do Estado ampliar suas atividades (Machado, 2000). Nesse contexto, inúmeros órgãos, institutos, departamentos, etc, foram criados para dar conta dessa

ampla atuação institucional. A regulação da educação, por exemplo, veio com o Ministério da Educação e Saúde, em 1930. À frente dele estava Francisco Campos que, de acordo com Silva (2012), apesar do caráter impositivo de sua reforma, reorganizou e oficializou o ensino procurando fortalecer o currículo escolar, estabeleceu o ensino seriado, entre outras medidas. Ao longo do período varguista, outras reformas vieram a ser estabelecidas mudando em vários aspectos, a primeira representando ainda as disputas acerca da educação, assim como o próprio posicionamento do Estado perante este setor. Essencialmente neste momento, o que nos interessa diz respeito ao ensino de geografia. Como Francisco Campos procurou homogeneizar o currículo, houve uma maior padronização e presença da Geografia no aparato escolar, sobretudo, no ensino secundário. Ela passou a integrar todas as séries sendo dividida entre Geografia Geral onde se estudava os aspectos físicos e humanos dos continentes e a Geografia do Brasil compreendendo os conteúdos de geografia humana, física e regional, para o ensino secundário ginasial e conteúdos relativos à posição geográfica do Brasil, fronteiras, fisiografia do Brasil, desenvolvimento econômico, circulação e comércio para o ensino secundário científico ou clássico (Silva, 2012).

Nesse momento, a geografia tinha consolidado seu espaço como disciplina escolar. Posteriormente, iria conhecer uma ampliação de sua atuação ainda neste período dada à reestruturação institucional do governo varguista. Foi assim que em 1937 foi criado o Conselho Nacional de Geografia e em 1939 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Anteriormente a estas instituições, é criada a Associação dos Geógrafos Brasileiros em São Paulo (1934) e Rio de Janeiro (1935) organizam os primeiros cursos superiores de geografia nos país (Moraes, 1991). A partir desse momento, a geografia alçou uma dimensão de atuação nunca vista em sua trajetória.

Portanto, se a geografia neste país conhece um novo capítulo de sua história em meados do século XX, também conhece a Geografia do Brasil sua criação e consolidação como disciplina cativa dos currículos escolares ou acadêmicos. Na verdade, ela só irá figurar no ensino superior quando pela força da autoridade da Lei 1.190, em 1939, a Faculdade Nacional de Filosofia é instituída e por ela é outorgado o currículo do curso de Geografia e História. Neste momento, a Geografia do Brasil passou a existir também nos cursos superiores.

Todavia, antes da promulgação da referida lei já existia no país cursos superiores de Geografia. Desse modo, podemos nos perguntar como estava a situação da Geografia do Brasil neles? Inexistente, nós diríamos. Foram os materiais de dois cursos que investigamos a

esse respeito: o da Universidade de São Paulo (USP) (1934) e o da Universidade do Distrito Federal (UDF) (1935). Em nenhuma destas instituições onde os cursos de Geografia e História foram os primeiros a serem instituídos houve em suas grades, uma disciplina intitulada Geografia do Brasil. Na USP, dois foram os currículos criados anteriormente a lei de 1939, um em 1934 e outro em 1938, sem que em nenhum deles constasse Geografia do Brasil. O que não significou que não se estudasse o Brasil nesta instituição. De acordo com Roiz (2007), nos três anos do curso cada um deles contava com uma disciplina intitulada “Geografia” e eram ministrados de forma heterogênea, assuntos de geografia humana e física sobre o Brasil, a América e a Europa. Já o curso de geografia da UDF, segundo Machado (2000), instalado na Escola de Economia e Direito tinha como objetivos a investigação do Brasil e a construção da identidade nacional - construção essa assentada na formação de professores para o ensino primário e secundário e na modernização das áreas de conhecimento. Contudo, de acordo com as disciplinas apresentadas pela autora, mesmo tendo estes objetivos comprometidos com a nação, ainda foi ausente a Geografia do Brasil.

Ou seja, a disciplina em questão somente se tornou evidente no cenário do ensino superior por meio do autoritarismo da lei e das medidas tomadas acerca da educação na ditadura varguista. Sua irrupção histórica não foi uma evidência no ensino superior, ainda que conteúdos sobre o Brasil fizessem parte dos estudos dos cursos de geografia. A padronização exigida pelo Ministério da educação (1930) para os cursos das faculdades de filosofia incrementou a instituição da Geografia do Brasil.

Portanto, a Geografia do Brasil é um enunciado escolar pertencente ao movimento de renovação das matrizes da geografia no país. Pois, quando no início do século passado, a funcionalidade do saber geográfico foi criticada, colocaram-se em questão também suas bases teóricas. Foi ali, naquele período correspondente às primeiras décadas do século XX, dada a inquietação que assolou alguns geógrafos, a respeito do caráter científico da geografia, que a disciplina Geografia do Brasil pode surgir. Foi também nesse momento que em outras entidades/lugares aparecem enunciados evocando a denominação “Geografia do Brasil”.

Tratou-se de um movimento concomitante: a Geografia do Brasil surge pelo mesmo movimento teórico que renova o conhecimento geográfico. Ou seja, ela é possível quando convergem no plano do ensino de geografia as pretensões de sua renovação teórica e sua participação em colaborar para formar os cidadãos patrióticos. Vemos uma Geografia do Brasil sendo escrita pela Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro em 1922 e é em função

disso que ela é institucionalizada no currículo escolar e que intelectuais como Ali Said promovem uma organização do espaço brasileiro pelo ponto de vista regional. Essa conjunção entre cientificidade e patriotismo permite a Delgado de Carvalho, escrever um livro em que a Geografia do Brasil é sua preocupação principal.

Portanto, não é apenas em razão de uma confluência de interesses entre enunciar a nação pelo território e a geografia ser chamada a dar sua contribuição que a Geografia do Brasil enquanto disciplina pode ser dada como certa. Os discursos geográficos sobre o país tendo em vista sua materialidade foram muitos, mas organizá-los em torno de um saber que formulava seus conceitos e seu corpo teórico-metodológico próprio, só foi possível depois que a necessidade por corresponder aos padrões científicos europeus foi sentida pelos intelectuais brasileiros. Isso culminou num movimento de modernização da geografia por parte de alguns geógrafos que traziam no bojo de seus anseios em direção a esta perspectiva.

4.2. A Geografia do Brasil na Faculdade de Filosofia de Minas Gerais

Entre todos os acontecimentos que marcaram a década de 1930, no campo do saber, um deles entraria para a história por apontar os rumos e a organização do ensino superior em todo país. Estamos falando do Decreto-Lei nº 1.190 de 1939 que fundou a Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), projetando-a como o padrão a ser seguido por todas as outras Faculdades de Filosofia existentes ou futuras. Essa medida terminou por afetar a estrutura de algumas universidades que já possuíam estabelecimentos similares, como a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade do Distrito Federal (UDF).

Esta lei teve um alcance ainda maior a partir de sua promulgação em alguns lugares do Brasil. Ela foi entendida como um incentivo à criação de estabelecimentos congêneres, sendo esse o caso da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais (FFMG).

Segundo Mônica Machado (2000), o decreto que instituiu a FNFfi fez parte de um projeto encabeçado pelo então ministro da educação, Gustavo Capanema, com o intuito de investir no ensino superior para atender a demanda específica de uma universidade vinculada ao governo federal, da qual todas as outras deveriam estar subjugadas. A tentativa era de controle por parte do governo federal das instâncias superiores de educação. Essa postura não foi bem recebida por alguns intelectuais brasileiros terminando por repercutir também na mídia. O projeto ao qual a FNFfi foi integrada em 1939 destituiu a UDF e criou a Universidade do Brasil em 1937. A extinção da UDF foi permeada por uma forte conjuntura política, não só

por parte das medidas autoritárias do governo, mas também pela disputa entre católicos e liberais pelo comando da educação.

Porém, a FNFi foi criada no mesmo molde da UDF e seguia os mesmos objetivos. Estes deveriam ser iguais para todas as Faculdades de Filosofia do país, a saber: a preparação os trabalhadores intelectuais para exercerem as altas atividades culturais seja de ordem técnica ou desinteressada; formar professores para atuar no curso secundário e normal; e por último, realizar pesquisas nos campos da cultura, que constituíssem objeto de seu ensino.

Estas atribuições que vão desde a formação profissional até o incentivo da pesquisa são resultados de longos anos de debates entre grupos interessados em desenvolver a educação no país, sobretudo no grau superior de ensino, e na promoção da ciência. Como já dito, as década de 1910 e, especialmente, a década de 1920 a ideia de que seria a educação um dos instrumentos para o progresso da nação foi amplamente difundida e defendida por aqueles com ela preocupados. Igualmente foi um momento de intensa inquietação em relação ao ensino superior e seu desenvolvimento.

No Brasil, a realidade das Universidades não era muito satisfatória para a elite intelectual do país que desejava ocupar e controlar o espaço do ensino superior. Ela via, com certa vergonha, a situação brasileira frente a outros países latino-americanos acerca do desenvolvimento das universidades. De certo modo, essa situação foi uma herança da política portuguesa que proibia e desincentivava o estabelecimento dos cursos superiores no país sendo esta realidade justamente o contrário do que aconteceu com a América espanhola, por exemplo. Aqueles filhos da elite agrária brasileira interessados em dar continuidade a seus estudos foram incentivados a irem para Portugal estudar, especialmente, na Universidade de Coimbra. Quando a monarquia foi aqui instalada no século XIX surgiram os primeiros cursos de ensino superior, mas eles tinham caráter isolado funcionando autonomamente e, por isso, não formaram uma universidade.

Nas primeiras décadas do século passado, o Brasil conheceu algumas de suas primeiras instituições universitárias. Estamos falando da Universidade do Rio de Janeiro (1920) e da Universidade de Minas Gerais (1927). Contudo, não foram poucas as discussões acerca do que deveria ser uma universidade e, à medida que uma certa concepção sobre elas começou a ganhar mais força, estas instituições passaram a receber duras críticas acerca do seu modo de funcionamento. Para ser uma verdadeira universidade elas deveriam conter o “espírito universitário” e este seria promovido pelas Faculdades de Filosofia. Assim, por um lado, elas

sofreram com a ideia de que não passavam de um conglomerado de escolas isoladas sem a articulação promovida por tais Faculdades (Cunha, 1980; Nagle, 1974).

Entre essas disputas acerca do que era ou não uma verdadeira universidade, pouco a pouco foi sendo criada a necessidade das Faculdades de Filosofia no seio intelectual. Se já havia instituições no país carregando o título de “universidades”, faltava-lhes algo de essencial que congregava uma verdadeira vida é uma articulação entre suas escolas: o seu espírito universitário imbuído pelas Faculdades de Filosofia. Ao longo das primeiras décadas do século passado, o discurso gestado convergiu para a ideia de que o ensino superior teria a sua razão de ser nestas instituições.

Todavia, esse não foi o único motivo que fez das Faculdades de Filosofia, uma necessidade. Nesse sentido, existiam projetos educacionais e políticos distintos em torno de sua criação. Para alguns, elas deveriam ser o lugar de desenvolvimento da ciência de forma desinteressada e sem vínculos programáticos. Para outros, elas deveriam ter uma função mais objetiva/utilitária e, por isso, possuir um caráter profissional. E ainda existiam aqueles que a concebiam como um lugar para preparar de modo mais qualificado a elite dirigente do país contribuindo ainda para o desenvolvimento da cultura nacional.

De outro modo, quando Gustavo Capanema que estava a frente do Ministério da Educação e Saúde promulga em 1939 a referida Lei, todos esses distintos interesses sobre a educação superior no país foram contemplados. Sendo assim, no plano da Lei estava salvaguardada a promoção da cultura e atividades desinteressadas assim como o incentivo às atividades técnicas e profissionais.

Quando Gustavo Capanema divulgou ao presidente da República as razões para a criação da Faculdade Nacional de Filosofia, ele a apresentou “como uma instituição necessária para a renovação e o aperfeiçoamento do ensino secundário, para a melhoria do ensino primário e para o aprofundamento da cultura nacional” (Haddad, 2015, p.38). Desse modo, na exposição de motivos, o ministro vinculava fortemente o papel e a razão para o estabelecimento desta instituição com o ensino de primeiro e segundo grau, pois sobretudo, ela deveria formar professores. Mas, isto não restringia a atuação da Faculdade. Ela também iria contribuir para a “ampliação e o aprofundamento da cultura nacional, em termos filosóficos, científicos e literários” (Haddad, 2015, p.39). Nesse sentido, esta instituição deveria combater o isolacionismo e o autodidatismo que tanto assolava e preocupava os pesquisadores e escritores de todo o país. Somente com uma instituição que promovesse uma vida

universitária por meio do incentivo à troca intelectual entre professores e cursos é que tal situação de isolamento poderia ser combatida.

Essa conjuntura foi sentida em Belo Horizonte, na segunda metade do século passado. A Universidade de Minas Gerais (UMG) reunia desde 1927 as escolas de Engenharia, Odontologia, Farmácia, Medicina e Direito em torno de seu nome. Porém, a grande autonomia existente entre elas terminou se tornando um dos grandes motivos de crítica e o reforço à ideia de que ela carecia de um espírito universitário. A UMG foi alvo de comentários por não promover a troca de experiências e convivência entre os cursos, professores e alunos não correspondendo, dessa forma, ao que se entendia por uma vida universitária. Logo, ela seria universidade apenas no nome (Haddad, 2015; Dias, 1997). A perda do ardor inicial que movia o espírito da UMG acabou se tornando um dos motivos dos quais os estudantes se sentiram ansiosos e desejosos em expandir sua formação para além das atividades profissionais (Dias, 1997).

Foi nessa conjuntura que um grupo de professores do ensino secundário teve a iniciativa de criação de uma Faculdade de Filosofia, em Belo Horizonte. Uma das justificativas foi a necessidade de reviver o espírito universitário em Minas Gerais até, então, perdido:

primeiro é que a Faculdade de Filosofia teria o papel de transformar a Universidade Brasileira, que a gente, de brincadeira, a respeito da nossa, chamava de Escolas Reunidas Mendes Pimentel; aqui era folclore chamar a Universidade de Escolas Reunidas Mendes Pimentel, porque ele tinha sido o primeiro reitor e porque as escolas eram totalmente independentes; o reitor quase que só tinha um papel de representação social da Universidade. A Faculdade daria origem a duas coisas: primeiro ela criaria o espírito universitário e não o espírito profissional; em segundo lugar, ela seria a semente de unificação da Universidade em uma instituição orgânica que fosse universidade mesmo e não escolas reunidas (Prof. Parafita de Bessa em entrevista concedida a Haddad no dia 15 de abril de 1988, apud Haddad, 2015, p.96).

A brincadeira a qual se refere Parafita de Bessa à UMG carregava a ideia da frase freudiana de que “brincando pode-se dizer tudo, até mesmo a verdade”, pois, o apelido só reforçava pelo tom jocoso, o desprestígio que sofria a UMG apresentado por ele mesmo, o maior problema desta instituição: ser escolas reunidas e não universidade.

Valendo-se dessa prerrogativa, professores do Colégio Marconi se reuniram para concretizar o projeto de uma instituição que congregasse na capital mineira os atributos ausentes à UMG. Fizeram da nova lei o incentivo à tal empreendimento:

a ideia da fundação da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais surgiu em março de 1939, entre os professores do Colégio Marconi, ao se iniciarem os trabalhos escolares do ano letivo. Cientes de que se cogitava na Capital da República, sob os

auspícios do ministro Capanema, da fundação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, para a formação de docentes especializados, jubilosamente se alvorocaram os professores do Marconi, entrando, sem demora nas primeiras atividades destinadas a criar, em Belo Horizonte, um estabelecimento congênere (Anuário da FFMG, 1939-1954).

Na aula inaugural do ano letivo de 1953, escrita por Abgar Renault, o professor apresenta uma análise pormenorizada da situação do ensino do país e posiciona o papel social das Faculdades de Filosofia:

pela sua natureza, pela complexidade de suas funções, pela variedade e eficácia dos processos com que podem influir no meio social, as Faculdades de Filosofia afrontam, responsabilidades talvez mais penosas do que suas co-irmãs. Entre elas não é das menos relevantes a que se relaciona com a formação das elites nacionais, seja na preparação de cientistas pesquisadores, seja na de humanistas, seja na de professores de grau secundário.

É lugar comum que ao ensino secundário corre o dever capital de contribuir para a formação de grupos dotados de atributos capazes de elevá-los à missão, dificultosa entre todas, de orientar e dirigir as nações. Ele é, por excelência, a matriz das elites intelectuais e morais (Anuário, 1939-1954, p.248).

Nesta aula, Renault, ressalta e valoriza a importância social das Faculdades de Filosofia para a construção da nação brasileira. Essa relevância está diretamente relacionada aos rumos da nação por ser ela a responsável pela formação das elites dirigentes do país. Esta não se apresenta como uma tarefa fácil de se fazer ou possível para qualquer um, inclusive para suas co-irmãs acabando por engrandecer o papel dessas instituições. Desse modo, a FFMG passa a garantir não só a necessidade de sua existência, mas também sua identidade institucional e cultural no seio da sociedade belorizontina. Mesmo sem nascer nas estruturas de uma universidade buscou arrogar a sua legitimidade na própria ideia de espírito universitário tão requisitado naquele momento e na importância da formação que oferecia: educar aqueles que iriam instruir a elite do país.

O discurso das elites intelectuais brasileiras acerca do que era o espírito universitário no início do século XX possui, de algum modo, relação com a ideia de “universidade moderna” inspirada pelo idealismo alemão (Santos, 2013). As universidades ou qualquer outra organização institucional, só poderiam ser vivas e prosseguir com sua funcionalidade se as ideias que lhes fossem próprias estivessem incorporadas e funcionando de maneira intensa. Sem as ideias que lhes conferissem ânimo elas terminariam por ser um organismo sem alma e, portanto, matéria morta. Assim, sem o espírito que imbui de sentido as ações corporativas, a universidade também deveria se desintegrar (Habermas, 1993). Não teria sido a UMG acusada de perder seu espírito universitário se tornando um corpo sem alma? Não teria sido

justamente esse o movimento que as universidades no Brasil estavam vivendo? Um corpo organizacional sem ideal ou sem meios e condições para realizar o seu ideal?

Ainda nas concepções acerca das universidades alemãs é possível encontrar outros traços dos quais inspiraram a ideia de universidade no Brasil. O modelo humboldtiano elege a filosofia como o coração das universidades. Seria ela a responsável pela força unificadora não só internamente entre as estruturas da instituição, mas também afeita a seu exterior ao “mundo da vida”. Ela era encarregada de guardar e propagar a tradição cultural, a socialização e a integração social. Ou seja, ela assegurava a unidade entre as disciplinas científicas, contribuía para a reflexão sobre a cultura como um todo e certificava a unidade entre as pesquisas e a formação humana (Habermas, 1993). Desse modo, a FFMG tratou de assegurar sua funcionalidade e sua identidade enquanto instituição, tanto na espera da congregação e efetivação da intelectualidade daquele momento quanto de forma mais ampla da sociedade belorizontina (Santos, 2013).

Belo Horizonte era uma capital nova que havia sido construída para ser o centro administrativo do estado de Minas Gerais, um lugar onde tudo estava por se fazer. Ela também foi concebida para ser uma cidade que deveria carregar o estilo de uma vida moderno e os valores republicanos. Contudo, essa não foi a realidade vivida nas primeiras décadas desta cidade. Ela não tinha, nem de longe, o ardor e a agitação que deveria ter uma capital - ou pelo menos era assim que alguns de seus habitantes esperavam que ela fosse. Não foi sem razão e exatamente neste sentido que Carlos Drummond de Andrade terminou apelidando-a de “cidade do tédio”³⁰.

A situação de Belo Horizonte só começou a mudar nas décadas de 1930 e 1940, quando a urbanização e a diversificação das atividades econômicas passaram a agitar os acontecimentos da capital. A cidade começou a sentir os efeitos da expansão urbana com a ocupação dos subúrbios, ou seja, quando as áreas que extrapolavam o projeto inicial concebido por Aarão Reis para a área urbana da capital começaram a ser ocupadas. No centro da cidade, a modernização era feita por meio da construção de novos prédios que buscavam implantar uma arquitetura diferente em relação àquela que havia inaugurado a cidade (Bahia, 2005).

Na década de 1930, com o advento da siderurgia no estado, Belo Horizonte foi inserida no contexto das diretrizes econômicas nacionais para o progresso da nação. Desse modo,

³⁰ Calvo, J. Belo Horizonte das primeiras décadas do século XX: entre a cidade da imaginação à cidade das múltiplas realidades. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v.14, n°21, 2°sem.2013.

algumas políticas de modernização deste setor foram empregadas como, por exemplo, a criação da Cidade Industrial, nas imediações da capital, no ano de 1941 (Bahia, 2005). Com a expansão da economia, Belo Horizonte passa a exercer melhor sua função de cidade administrativa, ampliando sua influência regional (Haddad, 2015).

Neste quadro pintado com as cores da modernização, do progresso, e da urbanização foi que Belo Horizonte conheceu o início da diversificação do seu comércio, a ampliação das atividades do setor terciário, a renovação de suas funções administrativas por meio de novos investimentos, e o início de uma vida cultural. Para Haddad (2015), esta conjuntura formada por um ambiente urbano-industrial efervescente tornou possível o surgimento de atividades culturais não ligadas diretamente à produção e reprodução do excedente econômico. A diferenciação da mão de obra repercutiu também na formação qualificada para as funções que exigiam o mercado daquele momento. Desse modo, a necessidade de se formar para atuar na vida intelectual da cidade, especialmente nas escolas, foi uma das razões que impulsionou a criação da FFMG:

Belo Horizonte, nas décadas de 1930 e 40, tinha sua vida intelectual cunhada os jornais e colégios que existiam... e na frequência com que os escritores se reuniam na livraria Francisco Alves que comprava livros estrangeiros com frequência. (...) A fermentação intelectual era muito grande, embora os intelectuais publicassem no Rio, porque Belo Horizonte não tinha editora, o que era uma vergonha... A cidade tinha um bom número de intelectuais metidos na política, metidos no ensino, metidos nas redações dos jornais e outros que viviam uma vida modesta de funcionários públicos bem comportados (Guilhermino César, entrevista concedida à Haddad em 06 de junho de 1988, apud Haddad, 2015, p.50).

Guilhermino César revisitando suas memórias conta um pouco do que era o ambiente intelectual do período e o que era a atuação dos intelectuais na vida pública de Belo Horizonte. Ele, assim como Abgar Renault, fizeram parte do grupo de intelectuais que se destacaram e agitaram as ruas da capital quando ela ainda respirava ares provincianos. Eles fizeram parte, na década de 1920, de um grupo que passou a ser referência intelectual quase que obrigatória para aqueles que lidavam com as questões culturais de Belo Horizonte. Neste grupo estavam Pedro Nava, Carlos Drummond de Andrade, Cyro dos Anjos, Ascânio Lopes, entre outros (Bomeny, 1997).

O fato é que esses intelectuais estavam metidos em tantas atividades que, ao final da década de 1930, eles aderiram a mais um acontecimento da vida intelectual mineira: a criação da FFMG. A partir daí, aqueles que encabeçaram o projeto foram autoproclamados “professores-fundadores” desta instituição (Haddad, 2015). Para Santos (2013) é necessário ponderar o interesse destes intelectuais/professores ao buscar consolidar na capital mineira,

um estabelecimento ainda não existente e, por isso, inovador. O cuidado deve existir para não se criar uma mítica em torno da atitude daqueles professores, pois eles eram

indivíduos dotados de um capital específico com o objetivo de compreender as formas de poder que operam sobre o conjunto das relações constitutivas daquele espaço, visto que a soma destes atributos é que define o peso social de uma instituição (Bourdieu, 2011 apud Santos, 2013, p.108).

Participar de um projeto como o da criação da FFMG dotava estes professores de um respaldo no seio da intelectualidade belorizontina muito maior do que eles já detinham. As atividades por eles exercidas no meio cultural da cidade concebe-os como qualificados para a atuação neste empreendimento. A legitimidade desta nova instituição estaria ancorada justamente na notoriedade intelectual e cultural destes professores perante a sociedade (Santos, 2013).

Desse modo, conforme o Anuário da FFMG (1939-1954, p.15), eles deixaram seus registros na história como “os mais conspícuos representantes do magistério, das ciências e das letras de Belo Horizonte” em um esforço que se “ não fora a extraordinária abnegação e o sacrifício de seus professores, que por quase um decênio a serviram sem outro interesse que não o da alta cultura, não existiria ela hoje” (ibidem, p.15-16).

O reconhecimento da autoridade intelectual e cultural destes professores também ocorreu por sua participação em outros espaços de cultura da capital e logo tiveram seus nomes em jornais de Belo Horizonte enquanto autores de colunas ou artigos. Uma análise dos currículos destes professores existente no Anuário (1939-1954) permite aferir um pouco melhor a dimensão desta atuação. Outro importante evento que atesta o reconhecimento social do corpo docente da FFMG foi a criação, em 1947, da Revista *Kriterion*. Nela eram publicados os mais diversos temas concernentes às disciplinas desenvolvidas nesta instituição, servindo para fomentar a criação de uma comunidade científica em torno da FFMG (Santos, 2013).

Além disso, a história desta instituição carrega uma particularidade que vai além da narrativa que integra o interesse dos professores-fundadores em criá-la. Esta singularidade decorre da aproximação da Faculdade com o fascismo italiano em seus anos iniciais.

O Colégio Marconi, estabelecimento de ensino onde os professores que organizaram a FFMG estavam vinculados, era uma das instituições fundadas para melhor integrar os italianos e seus descendentes à capital. Já a Casa d'Itália, além de ser a responsável por agrupar em Belo Horizonte todas as instituições italianas existentes na cidade, objetivava aproximar as relações

entre elas, fortalecer o espírito de italianidade entre seus associados, ou seja, tecer aproximações entre os italianos residentes fora de sua pátria (Filgueiras, 2011).

O governo de Mussolini era preocupado com aqueles italianos que residiam em outros países. Mas, toda essa preocupação tinha um objetivo claro: educar segundo os princípios fascistas, os emigrados que estavam longe da influência político-ideológica daquele regime.

A Belo Horizonte, a Casa d'Itália era a responsável por criar esse sentimento e esse movimento entre os italianos aqui instalados. Ela atuava desde 1935 oferecendo um intenso programa sociocultural com atividades que iam desde conferências a projeção de filmes, cursos de latim, literatura, italiano, além da comemoração de datas oficiais brasileiras e italianas. Oferecia, assim, a oportunidade de lazer e cultura na capital (Haddad, 2015) entre e com os patrícios.

No tocante a estrutura educacional, a formação da juventude italiana começava na escola primária no Grupo Escolar Benedito Mussolini e em 1936 foi inaugurado o Instituto Ítalo-Mineiro Guglielmo Marconi, para que os jovens pudessem dar continuidade à formação educacional sob a tutela da ideologia fascista italiana. O Colégio voltado ao ensino secundário, funcionou inicialmente na sede da Casa d'Itália somente ganhando prédio próprio em 1941, quando o governo italiano mandou os recursos necessários à construção do edifício (Haddad, 2015).

Tabajara Pedroso, docente na FFMG como professor de Geografia, era naquela época também componente do corpo docente do Colégio, atuando ademais como seu diretor. Ele relata as especificidades de implementação do Instituto Guglielmo Marconi:

funcionara até então na Casa d'Itália, prédio que também serviu de sede à Câmara Municipal de Belo Horizonte. O Colégio pertencia à Sociedade Dante D'Alighieri, da colônia italiana e tinha por conselheiros patrimoniais, Artur Savassi, Braz Pellegrino, Anielo Anastasia, Américo Reneé Giannetti e José Gasparini. Deveria instalar-se naquele ano no Alto Barroca, num prédio construído com dinheiro enviado pelo governo italiano. Excelente casa, salas amplas, gabinetes e mobiliários inteiramente novos (Pedroso, 2002, p.95).

Segundo Haddad (2015), no estatuto do Colégio já exprimia-se o desejo, desde sua criação, que esta instituição desenvolvesse estabelecimentos para o ensino superior. A Sociedade organizada em torno do Instituto Guglielmo Marconi foi concebida para “manter, explorar, organizar ou subvencionar escolas, colégios, ginásios, institutos e faculdades de instrução elementar, secundária e superior” (Haddad, 2015, p.53-54). A aprovação dos estatutos da Sociedade ocorreu em março de 1940, por figuras proeminentes que tinham destaque na

sociedade local, de origem italiana ou não (Haddad, 2015). Nesse sentido, a intenção de expandir a atuação da comunidade italiana na cultura e intelectualidade belorizontina era clara e coincidente com o período da instalação da FFMG.

Foi com o incentivo dado pelas instituições italianas e, mais precisamente, pelo apoio do Colégio Marconi que seus professores puderam dar início ao funcionamento da Faculdade de Filosofia. Todavia, o primeiro entrave para seu funcionamento foi o local para instalação da nova instituição, pois ela deveria deter recursos financeiros e materiais próprios para ser autorizada. A fim de resolver tal contenda, o Colégio estendeu suas instalações para uso da Faculdade por um período de 30 anos (concessão interessante para garantir uma formação completa e una). Com esta primeira demanda resolvida, o próximo passo foi esperar a burocracia do governo brasileiro autorizar que fossem ministradas as aulas (ibidem).

Entretanto, aquilo que pareceu ser a solução para o funcionamento da FFMG seria depois um dos seus grandes entraves. Com o desenrolar da Segunda Guerra Mundial, a aproximação da Faculdade com o governo fascista italiano começou a não ser muito bem vista, especialmente depois que o Brasil declarou apoio aos Aliados. Certos críticos e articulistas da imprensa local já não viam a FFMG como positiva, uma vez que ela significava a realização dos propósitos educacionais das instituições italianas em Belo Horizonte afeitos a essa ideologia. Emergiu, portanto, um certo sentimento de desconfiança/insegurança entre a FFMG por sua aproximação com a sociedade italiana da capital. Desse modo, a relação com Instituto Guglielmo Marconi acabou dificultando o processo de autorização da Faculdade fazendo com que fosse exigida a sua mudança de local (Santos, 2013).

Esta situação levou a FFMG a funcionar sob uma grande instabilidade institucional por quase uma década. Haddad (2015) atribui essa instabilidade à dificuldade de projeção da Faculdade tanto no seio da intelectualidade mineira quanto no contexto nacional. Ao contrário da USP, por exemplo, que teve apoio e estímulo do governo do estado, a FFMG encarou inúmeros problemas exercendo suas atividades de maneira autônoma. Estes problemas foram desde o obstáculo para sua instalação até a inconstância de seu corpo docente, face à dificuldade de encontrar tanto o recurso humano necessário quanto a garantia de um bom salário aos professores. Este último aspecto fez com que muitos deles atuassem também em outras escolas da capital que ofertavam maiores salários que a própria FFMG.

A situação da Faculdade conheceu melhorias somente na virada da década de 1940 para a década de 1950, quando o governo estadual concedeu em 1946, ao patrimônio desta

instituição trinta mil cruzeiros em apólices nominativas. A partir deste momento, o interesse dos membros da FFMG em incorporá-la à Universidade de Minas Gerais deu início a negociação entre ambas instituições (Haddad, 2015).

Santos (2013) registra que esta incorporação seria benéfica tanto para a FFMG quanto para a UMG: à FFMG o seu corpo docente sairia da condição de professores-fundadores para pertencerem ao quadro dos professores catedráticos da UMG e, desse modo, poderiam gozar do status de pertencer a uma universidade pública. Conseqüentemente, logo que a Faculdade recebeu a liberação da verba para a constituição de seu patrimônio, seus membros manifestaram o desejo de fazerem parte da UMG. Esta última possuindo uma faculdade de filosofia em seu aparato institucional poderia finalmente arrogar para si mesma, o título de uma universidade moderna, portadora do espírito universitário e estar à altura do que se passava em outros países.

Entretanto, esta realização não ocorreu de imediato. Ela se concretizou apenas em 1948 tendo no ano seguinte, o momento de federalização da UMG. Este ano foi um marco da história da Faculdade de Filosofia, pois, finalmente após dez anos, ela alcançou as condições mínimas de infraestrutura e os professores passaram a ser melhor remunerados (Haddad, 2013).

Foi neste contexto que a Geografia do Brasil, que iremos analisar mais de perto agora, se desenvolveu. Ela foi uma disciplina ofertada pelo professor Tabajara Pedroso, um dos membros-fundadores da FFMG que teve ampla atuação no ensino de Belo Horizonte. Ele chegou a ser diretor tanto do Instituto Guglielmo como já citado e da própria Faculdade de Filosofia. Ficou a cargo da disciplina Geografia do Brasil como professor catedrático até o momento da sua aposentadoria, no início da década de 1960 (Pedroso, 2002).

4.3. Geografia: um campo em afirmação, um saber necessário

Existem alguns aspectos relativos ao discurso da Geografia do Brasil que não são necessariamente aqueles que dizem algo a respeito do país em questão, mas que conformam este discurso, a medida em que para esse possa conceber o Brasil como seu objeto, formulá-lo e ter autoridade para enunciá-lo entre as demais práticas discursivas, se fazem indispensáveis.

Eles são como já nos indicou Foucault (2014), da ordem do discurso. Uma ordem que tem mais relação com um tipo de regulação ou procedimento interno ao discurso que orienta a existência de determinadas preposições, frases ou enunciados a pertencerem a uma disciplina

específica. Reformulado no interior de uma disciplina, para que o conhecimento seja produzido é preciso que ela corresponda a certas condições. Isso porque, como já visto no início deste capítulo, uma disciplina se organiza em torno de “um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e definições, de técnicas e instrumentos” (id., p.28). Ou seja, para que uma disciplina exista e se desenvolva como uma prática discursiva, ela tem uma série de procedimentos internos que regulam o seu discurso, levando tanto a sua produção quanto em certa medida a produção do conhecimento acontecer, dentro destes limites.

No artigo *A Geografia, o Mestre e o Discípulo*, publicado em 1950, na Revista *Kriterion* por Tabajara Pedroso, há muitas passagens nas quais é possível investigar como foi, em Minas Gerais, na segunda metade do século passado, o processo de disciplinarização da geografia enquanto conhecimento científico. Neste processo, aquele que a ministrava procurou fazê-la reconhecida perante outros campos do saber, ao mesmo tempo que organizou a própria ordem do discurso a qual deveria obedecer.

Dessa forma, dois são os principais contextos que colocam este artigo numa perspectiva mais ampla. O primeiro deles é definir a geografia em seu aspecto científico, ou seja, atestar a cientificidade desta disciplina de modo a corroborar com o *modus operandi* da instituição à qual pertencia e situá-la no debate sobre o caráter científico desta disciplina iniciado em anos posteriores. O segundo, diz respeito às questões pedagógicas em relação ao ensino de geografia, sobretudo no nível secundário. Este ratifica a finalidade desta disciplina no ensino superior quanto a sua colaboração numa ordem prática e de formação profissional: sairiam formados os professores aptos à atuação no ensino secundário. Ambos, claro, não são momentos distintos e sem conexão, se enquadram num plano maior: o de conferir sentido ao ensino de geografia pelo seu ordenamento científico e moderno. Estes contextos estão enunciados tanto por algumas passagens do texto quanto na própria organização do artigo. Primeiro, se conceituou e discutiu a respeito da Geografia e de seu objeto para somente depois falar da geografia no ensino e de outros papéis sociais por ela desempenhados. Para que o ensino desta disciplina fosse válido e tivesse sentido e coerência era necessário conferir também o sentido e a coerência à própria geografia e esta se daria pelos moldes científicos:

Até bem pouco tempo, a auto-didaxia era a única responsável, no Brasil, pela formação dos professores de Geografia. Esta por sua vez, não passava de uma coleção de catálogos e de exercícios cartográficos. O magistério secundário, sem nenhuma preparação racional, era constituído, algumas vezes, de “fracassados” em outras profissões, quando não fosse uma profissão de achêgo pecuniário. O registro

de professor no Ministério da Educação apenas legalizou a profissão. Os concursos selecionavam somente pela cultura da disciplina.

Hoje estamos melhores. Os programas adaptaram-se à verdadeira Geografia e, com a instituição das faculdades de filosofia, ciências e letras, já se prepara técnica e racionalmente o professor (Pedroso, 1950, p.153).

Essa passagem mostra de qual contexto Tabajara Pedroso partiu, para construir o sentido da geografia, no ensino superior e no ensino secundário. Ele responde diretamente ao contexto anterior às Faculdades de Filosofia, quando enuncia que até bem pouco tempo, a formação autodidata era a responsável pelo conhecimento proferido pelo professor de geografia. Nesse momento, ele traça uma linha demarcatória entre passado e presente relegando ao lado do passado os problemas relativos ao ensino de geografia e da formação do professor, e ao lado do presente, realça uma formação qualificada conferindo ao ensino da disciplina o contato com a verdadeira geografia. Ele faz isso pautando a questão da racionalidade e da técnica como os principais elementos de valorização da formação nas Faculdades de Filosofia. Na ausência de tal formação, os professores selecionados seriam fracassados, o que não colabora, em sua consideração, para uma projeção positiva da educação geográfica. Pedroso não diz explicitamente, mas evoca valores de uma formação racional e técnica cujo discurso da ciência moderna prioriza o saber baseado na razão como sendo o verdadeiro conhecimento, por isso, ele diz da verdadeira geografia. Nesse sentido, seu discurso só tende a engrandecer e prestigiar a instituição na qual trabalha e o próprio exercício profissional adquirido em detrimento de tudo aquilo que não correspondia aos padrões de instrução das Faculdades de Filosofia.

Podemos pensar, e o que autorizava Pedroso anunciar os professores sem a formação técnica como “fracassados”? O que legitimava sua autoridade sendo ele mesmo não possuidor de tal formação? Como vimos anteriormente, os professores da FFMG dispunham de um currículo e de uma autoridade intelectual pautada nas atividades exercidas por ele como docentes na capital. Além de que foram os professores pioneiros neste processo contando com um meio intelectual já restrito e de baixa concorrência”. Em suas memórias, comentando acerca da criação da FFMG no Colégio Guglielmo Marconi ele nos dá uma pista acerca da situação do quadro de professores em Belo Horizonte: “participei de ambas como fundador, cabendo-me sempre a Cadeira de Geografia do Brasil, na Seção de Geografia e História. Na verdade, como já disse, eu era em Belo Horizonte, no momento, o único professor concursado dessa disciplina” (Pedroso, 2002, p.96). Tabajara Pedroso, por outro lado, teve ampla atuação no ensino secundário da capital ministrando aulas em vários colégios e teve uma atuação

abrangente também como diretor. Por exemplo, assumiu a diretoria do Ginásio Mineiro, da Escola Normal Modelo³¹ e do Colégio Guglielmo Marconi, somente em Belo Horizonte. Portanto, em seu currículo constava a experiência administrativa e da sala de aula (Pedroso, 2002).

Há algo importante em relação ao contexto de publicação do artigo analisado. Ele foi publicado quando tanto a FFMG quanto o curso de geografia e história completavam dez anos de vigência. Assim, da mesma forma que esta instituição lutava para se manter e se fazer necessária no seio da intelectualidade belorizontina, a geografia também buscava legitimar seu papel como ciência na sociedade, discorrendo e reiterando a sua razão de ser. Era necessário anunciar para aqueles que ainda podiam ter dúvidas a importância da geografia, tanto no meio acadêmico, quanto no meio externo a ele. Se nos primeiros dez anos que seguiram a criação da FFMG, ela necessitou de consolidação e buscou maneiras de realizá-la, também Pedroso almejou consolidar a geografia enquanto um saber, sobretudo, científico ao enunciá-la em seu artigo.

Nele, para falar do papel social da geografia, primeiro o autor evidencia as especificidades desta disciplina - seu objeto, o método mais adequado - e somente um pouco adiante discute questões relacionadas ao ensino. Seu discurso é estruturado para que, a partir da sua leitura, a geografia fosse concebida como uma ciência racional por excelência, e muito bem articulada. É por isso que Pedroso começa expondo o objeto da geografia, pois, nenhuma ciência é possível sem que se elabore, defina e diferencie seu objeto de investigação. Assim, a este respeito Tabajara Pedroso afirma:

o objeto restrito e fundamental da Geografia é a superfície da Terra. A observação, porém, com as novas descobertas científicas e territoriais, pôde ampliar-se no sentido externo dos outros astros e no sentido do interior da própria Terra. Por isso diz Brunhes: “a Geografia é a ciência da Terra”. Dizendo ciência e omitindo a palavra superfície, abrange naturalmente os fenômenos ligados à vida do nosso planeta. Martonne especifica êsses fenômenos (físicos, biológicos e sociais) relacionando-os ainda às suas causas e aos fatos locais. Na verdade, os fatores geográficos são relacionados não só entre si, mas também com os fenômenos celestes. Se restringíssemos o objeto da Geografia à superfície da Terra teríamos um estudo imperfeito e incompleto. Acresce, mais, que a Terra, sendo um corpo em movimento, atuando ininterruptamente por forças externas e internas, está sob constantes transformações.

Assim, o objeto da Geografia deve ser considerado com maior amplitude e segundo as condições da complexidade e das mutações que o caracterizam (Pedroso, 1950. p.124).

³¹ A Escola Normal Modelo corresponde atualmente ao Instituto de Educação de Minas Gerais e o Ginásio Mineiro a Escola Estadual Governador Milton Campos.

De início, levamos em conta quem eram os leitores com os quais Tabajara Pedroso possivelmente dialogava a partir desse texto, a quem ele deveria interessar ou a quem o próprio autor imaginava que interessaria e, por isso, deveria atingir/evocar/interpelar. Em primeiro lugar, ele dialoga com seus pares, os intelectuais que estudavam geografia e atuavam nesse campo, ou seja, professores tanto da própria instituição, quanto os seus alunos e professores do ensino secundário, ou seja, dialogava com quem os aspectos metodológicos do artigo muito poderiam interessar. Tinha como possíveis leitores toda a comunidade acadêmica interessada no desenvolvimento científico do país. Se a disciplina precisa se fazer reconhecida, ela carece de ser legitimada e tornar-se compreensível, indispensavelmente, por seus semelhantes.

A abertura do artigo, assim digamos, o seu primeiro parágrafo é categórico, sem muitas indagações acerca do que é o objeto da geografia. Sua definição é dada prontamente, pois, se trata de um momento de estabelecimento desta disciplina por meio de seu objeto e que automaticamente a torna distinta, das demais ciências, sem muitos pormenores. Não há na fala, nenhuma outra definição elaborada por distintos autores que contradigam esta concepção ou que apresentem discordâncias. Portanto, há um movimento no dizer que é o de afirmação e consolidação do que é esse objeto, sem apresentar outras perspectivas para ele. Ou seja, há um certo tom conclusivo e decisivo para que não haja dúvidas sobre qual é o objeto da Geografia. Assim ele se arroga o papel de autoridade, de especialista no tema (Chauí, 2003).

A voz que enuncia o objeto da geografia não é unicamente a de Pedroso, ele é o porta-voz dos geógrafos franceses, Jeans Brunhes e Emmanuel de Martonne (atrelado e validado ainda por uma matriz francesa, europeia, portanto). Ao dialogar, estas três vozes conjuntamente afirmam que o objeto da geografia é a terra e que é de seu domínio no campo científico estudá-la. Com eles, Pedroso se coloca como autor do texto dando organicidade às discussões acerca deste objeto e enuncia sua própria perspectiva teórica. Mostra com essa manifestação de onde parte, de qual lugar entre as perspectivas a respeito da geografia se situa e ao dizer os nomes dos geógrafos franceses, garante a autoridade científica de seu pensamento e de suas afirmações.

Ainda nesta passagem acerca do objeto, o autor discorre quanto à observação como o método de expansão do conhecimento geográfico. Este método está intrinsecamente relacionado com o conhecimento que se tem acerca do objeto desta disciplina, pois, à medida em que se

observa a terra se pode conhecê-la mais e abarcar toda a sua extensão. O conhecimento geográfico está diretamente relacionado à quantidade de conhecimento que se tem sobre, não só a superfície terrestre, mas também a toda vida astronômica que a envolve. Nesse sentido, ele aproxima em páginas posteriores a geografia da astronomia e cosmografia atraindo para o advento da Geografia Moderna saberes já presentes no ensino de geografia brasileiro. Nada pode ficar de fora do conhecimento geográfico e, nesse sentido, Pedroso aponta diversas tecnologias da época que permitiam ao homem conhecer cada vez mais toda a extensão da superfície terrestre. Assim, ele organiza as qualidades ou características do objeto de interesse geográfico, a terra, em: extensão, complexidade e mutabilidade.

Pedroso (1950) declara que a geografia é a mais complexa de todas as ciências por apresentar fatores de ordem física, matemática e social em conjunto e não isoladamente. Para exemplificar, ele fala da Geofísica que abrange a terra, o ar, as águas e o solo e emprega os conhecimentos de química, mineralogia, física, geologia e outras ciências para seu estudo. Mas, isso não é motivo de preocupação, pois ela “não invade os terrenos dessas ciências. Estas nela se integram. A Geografia é o campo principal, o cenário das ciências físicas e naturais” (ibidem., p.128).

Após definir o objeto da geografia e o seu campo de atuação - a extensão da superfície terrestre - Pedroso outorga à geografia sua importância perante as demais ciências e o seu caráter distinto. Ela é em si mesma, uma ciência complexa porque possui todas as prerrogativas das demais ciências, em seus variados domínios - físico, social e matemático-, e ao mesmo tempo, consegue individualizar-se, mantendo também a individualidade dos outros campos científicos. Ou melhor, a singularidade e distinção da geografia está exatamente na sua capacidade de ser o campo principal de convergência dos domínios do saber. Ou poderíamos dizer, distinta por ser uma ciência de síntese - como terminou ficando conhecida. Se a modernidade tratou de circunscrever e delimitar cada vez mais campos de atuação das diversas ciências por seus objetos, a Geografia, segundo o autor, consegue a todos eles percorrer e por tal circularidade, torna-se muito complexa.

Desse modo, é que ele chama a atenção para a unidade da geografia:

de um modo geral, o objeto da Geografia apresenta essas três faces: a física, a matemática e a social. Isoladamente, nenhuma delas constitui um objeto especial. Qualquer que uma tem que ser considerada em relação às outras, como querem Ratzel e Vidal de La Blache, que, baseados em Humboldt e Ritter, adotaram os princípios de extensão e de causalidade. Assim, o objeto da Geografia é sempre complexo, não se podendo apreender uma unidade geográfica sem o seu triplice aspecto” (Pedroso, 1950, p.129).

Se o que aparentemente poderia ser problemático para a geografia, na verdade, a ela confere sua unidade, pois nenhuma outra ciência trabalha com a relação destas três faces. Ratzel, La Blache, Humboldt e Ritter são chamados a dar seus testemunhos como autoridades científicas sem que nenhuma diferença entre suas posições teóricas sejam ressaltadas. Pedroso apenas dialoga com eles, na medida em que pelos princípios de extensão e causalidade, estes autores dialogam entre si e promovem um sentido de homogeneidade ao conhecimento geográfico. Desse modo, não há senão concordâncias acerca da geografia e de sua unidade.

A respeito do artigo publicado por Pedroso, Amaro Xisto de Queiroz (1950)³², ex-aluno do curso de Geografia e História da FFMG e naquele período professor no mesmo curso na cadeira de Geografia Humana, escreveu um texto que está mais para uma resenha crítica evidenciando as suas concordâncias e discordâncias com o autor. Entre elas, não havia dúvidas a respeito do objeto da geografia e de seu método. Queiroz apenas chamava a atenção muito mais para um rigor científico quanto às citações e a fidelidade de pensamento e adequação às referências teóricas utilizadas por Pedroso. Do seu ponto de vista, o autor não poderia usar De Martonne para se referir aos fenômenos da geografia como físicos, biológicos e humanos e, ao mesmo tempo, discorrer acerca da complexidade da disciplina abordando-os do ponto de vista físico, matemático e social. Para ele, o social e o humano não eram termos semelhantes na geografia. O professor, dessa analogia, não podia se valer, a não ser que ele invocasse a autoridade de Camille Vallaux.

Com o comentário do professor Amaro Xisto de Queiroz, não desejamos entrar no debate teórico em si formulado a partir deles. Em nosso entender, a questão diz muito mais respeito a como o discurso científico estava sendo estruturado e quais regras eram eleitas direcionando os caminhos que se deveria seguir para ele ser feito. E mais ainda, o que podia ser dito e por quem podia ser dito. O discurso de Pedroso não poderia ser cientificamente bem aceito se não estivesse apoiado com maior acuidade no pensamento daqueles autores considerados as grandes autoridades da geografia. Os professores deveriam demonstrar certa erudição e domínio teórico da disciplina, afinal, eram os geógrafos citados que tinham o poder de enunciar, o que era de fato, a geografia. É nesse sentido, que Queiroz evoca a necessidade de uma “bibliografia especializada fundamental” que pudesse ajudar todos aqueles interessados em se aprofundar no assunto, sobretudo, os professores.

³² Amaro Xisto de Queiroz foi aluno da FFMG graduando-se nas primeiras turmas formadas por esta instituição tornando-se, logo depois, seu professor. Atuou em colégios secundários da capital e na FFMG ministrou História do Brasil e Geografia Humana (Anuário, 1939-1954). Após a separação do curso de Geografia e História este professor seguiu dando aulas no curso de História.

Amaro Xisto de Queiroz ainda adverte sobre a relação entre a História e Geografia estabelecida pela Geopolítica. A este respeito, Pedroso (1950, p.129) diz “a Geopolítica, que não é senão a História de hoje, ao mesmo tempo que a História é a Geopolítica de ontem, tem o aspecto das ciências sociais. A Geografia é o espaço e a História é o tempo”. Queiroz, alega que seu antigo professor incorre numa generalização precipitada, por seguir os exemplos de Hegel, Mackinder e Réclus. Se para Pedroso a geografia e a história são separadas apenas pelo passado e presente dos fatos geopolíticos, Queiroz alega que para aceitar tal assertiva, teria que se admitir primeiro, como verdadeira essa proposição reduzindo a história ao seu aspecto puramente político ou bélico. E tal concepção estava cada vez mais, superada pelos novos trabalhos que iam surgindo, tanto de autores brasileiros, como estrangeiros.

Se de acordo com Queiroz, Pedroso dialogava com autores do século XVIII e XIX, sua proposição sobre a história e a geografia para compreender o domínio da Geopolítica já não era mais válida e nem dialogava com a história daquele momento, dada a renovação dos estudos históricos, os aspectos puramente bélicos e políticos estavam sendo superados. No espaço destas discordâncias é possível ver como cada ciência estava construindo suas margens/adjacências de atuação e aquilo que era tido como válido e verdadeiro dentro de seus próprios campos. Já não eram mais tão próximos os objetivos da história e da geografia para conformar o saber geopolítico, como desejou Pedroso. Esse, sem muito se alongar a este respeito, apenas evocou a história para corroborar com um discurso que afirmasse ainda mais a geografia como uma ciência integrada a diversos domínios do saber. As margens/adjacências que contornavam a história como ciência, em meados do século XX, já não eram mais as mesmas de momentos anteriores, quando o discurso geopolítico foi estabelecido. Tendo ocorrido alteração nas condições do discurso histórico, a fala de Pedroso já não podia ser mais reconhecida como verdadeira pela história. Dessa forma, ambas as disciplinas estão enunciando os seus contornos e alegando aquilo que para elas é “verdadeiro” ou “falso” em conformidade com seus pontos de vista “científicos”. Portanto, pela construção discursiva do que era cada ciência, estava sendo delimitada a inclusão e exclusão do que deveria ser aceito: para a história uma narrativa além do político, para a geografia, um objeto que abrangesse todas as áreas possíveis.

Essa diferença ainda marca um outro ponto importante: a divergência no curso de História com as diretrizes nacionais e a aproximação da Geografia com tais diretrizes. De acordo com Santos (2013), a seriação das disciplinas de História no curso de Geografia e História revela a orientação por parte do governo Vargas para valorizar a história política nacional exaltando os

grandes personagens da memória nacional. Se esta era uma realidade para as políticas educacionais num âmbito mais amplo, o mesmo não ocorreu necessariamente nas aulas de história da FFMG de acordo com a análise dos conteúdos ministrados pelos professores. Segundo a autora, as matérias eram bastante diversificadas e não se resumiam a construção de uma narrativa histórica pautada nos grandes nomes e eventos da história nacional. Santos (2013) cita exatamente dois entre os autores que Amaro Xisto havia indicado como parte da renovação metodológica da história: Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre. O curso de história era orientado “por um conteúdo considerado ‘inovador’ de história social e por aquilo que havia de mais moderno na historiografia do período” (ibidem., p.117). Pela análise do discurso de Pedroso (1950), a geografia busca se legitimar compartilhando das preocupações com a formação da nação brasileira de maneira positiva e edificadora em sua nacionalidade. Afinal, de acordo com o currículo oficial vigente, o grande papel da geografia no curso de Geografia e História era abordar o Brasil sob seus aspectos geográficos e conformar, portanto, uma ideia de nação assentada em seus atributos territoriais.

Muitas inverdades se têm dito sôbre o Brasil. As mais grosseiras ou as mais otimistas, desde os mesquinhos detratores do país até a linguagem exaltada dos cantores das maravilhas nacionais.

A Geografia esclarece os fatos. Ao lado do patrimônio histórico há o patrimônio geográfico. O valor do Brasil deveria ser exaltado pela magnificência dos seus elementos geográficos do mesmo modo que êle se enobrece pelo devotamento dos seus herói. Um estudo comparativo do Amazonas, a beleza da Guanabara, as cataratas de Paulo Afonso, Iguaçú e Sete Quedas, a onda verde do café, a riqueza mineral de Minas, a exuberância da hília muito podem servir para se incentivar o amor à Pátria entre os jovens estudantes.

Pode, assim, o ensino da Geografia, do mesmo modo que o da História, ter *objetivos patrióticos* (Pedroso, 1950, p.138).

Esta passagem possui contextos enunciativos importantes para compreender o movimento pelo qual a geografia estava sendo institucionalizada. Quando o autor diz que muitas inverdades se tem dito a respeito do Brasil e que a geografia esclarece os fatos, ele evoca a autoridade do discurso científico da geografia, apresentando-a como quem tem o verdadeiro conhecimento sobre o Brasil. Isto quer dizer, o que ela diz sobre este país, não importa exatamente o que, é o que de fato é seguro, verídico e fiel a respeito da sua realidade. O efeito de sentido é colocar a geografia como a autoridade legítima a respeito do que existe no Brasil, conformando-o geograficamente porque seu discurso é aquele que fala sobre o país de modo fidedigno. Ela fala com relação a como ele deve ser percebido e apreendido e isto é o que autoriza o autor a desacreditar “as mais grosseiras ou mais otimistas” falas sobre o Brasil. A geografia exercendo seu papel científico desmistifica tais dizeres. A construção da autoridade

da geografia dialoga com outros discursos que tem o Brasil como objeto, mas não reconhece-os como legítimos para enunciar este país. Nesse sentido, ele argumenta a favor da geografia ao mesmo tempo que argumenta a favor da história. Ambas as disciplinas possuem a responsabilidade de enunciar a nação - o que inclusive justifica a formação conjunta. O autor, nesse sentido, constrói a responsabilidade e o papel social da geografia e da história amparado nas orientações do governo para o curso, assim como dialoga com todo um movimento de décadas anteriores que enxergava como um dos objetivos do ensino de geografia o ensino patriótico. Contudo, como vimos pelo texto de Queiroz esta preocupação já não era questão primordial para o ensino de história na FFMG. O que era usado como argumento para sustentar o discurso da geografia acadêmica/científica já não era mais tão bem aceito por parte dos historiadores.

Tendo isto em vista, voltemos para o raciocínio do autor em relação ao objeto da geografia. A fim de finalizá-lo, Pedroso se debruça acerca do caráter mutável da terra. Basicamente ele seria o objeto de maior mutabilidade/plasticidade em todas as ciências, por acompanhar/acomodar as mudanças tanto físicas da terra, quanto as ações que o homem nela empreende, modificando as paisagens naturais.

Ao apresentar a geografia, mais especificamente o seu objeto, Pedroso assumiu o compromisso de circunscrevê-la em relação aos procedimentos que a delimitavam e, por isso, reconheciam-na como uma disciplina científica. O que estava sendo requerido para a construção de novos enunciados na geografia inscritos, portanto, no espectro do verdadeiro desta ciência? Que ele abordasse a terra extrapolando a superfície, mas considerando também os astros, que os fenômenos estudados fossem apreendidos pelo método da observação e que fossem levados em conta quanto a sua complexidade e mutabilidade. Sem corresponder a tais procedimentos de controle, organização e classificação do discurso geográfico do período qualquer outro discurso que requeresse o status de discurso geográfico não seria considerado apropriado.

Para ser uma disciplina, um discurso precisa atender a determinadas regras que ditam sua validade, ou seja, elas existem de acordo com um regime de verdade. Por isso, nenhuma disciplina se faz possível, sem que corresponda a um horizonte teórico no qual abarque, oriente, inculque e exclua todo um campo de proposições discordantes com seu objetivo. Num plano maior, a Geografia naquele momento enunciada por Tabajara Pedroso estava inserida em uma prática discursiva e disciplinar muito anterior à criação dos cursos de

geografia no Brasil. Ele dialoga, sobretudo, com a Geografia Moderna da qual reconhece como importantes participantes os geógrafos alemães Humboldt, Ritter, Richthofen e Ratzel, mas que tinha alcançado solidez somente com os franceses, ou melhor, com La Blache. Assim, ele diz que

[...] e entre os franceses - Reclus, Brunhes, Vallaux e o grande Vidal de La Blache, que merece o lugar de eminente consolidador da Geografia moderna. Êste notável sábio consolidou, na realidade, a ciência nova, libertando-a das penosas memorizações e da ilógica separação entre os fatos humanos e naturais (Pedroso, 1950, p.140).

De uma só vez, Pedroso consegue elencar os autores que serão tidos como os cânones da geografia moderna e apresenta La Blache e seu método como garantia do status científico desta disciplina. Pedroso ligeiramente dialoga e minimiza discussões de décadas passadas que objetivavam fornecer ao ensino de geografia um caráter metodológico mais moderno para salvaguardar a cientificidade desta disciplina. Mas, esta não era uma cientificidade garantida por ela mesma. Ela seria possível porque se opunha justamente a toda uma prática disciplinar, que via na memorização e catalogação dos acidentes geográficos o saber-fazer da geografia já defasado e urgindo mudar. Ela se afirma ao passo que desconhece a validade de uma outra prática, chamada geografia mnemônica. A desqualificação desta última, atestando sua ausência de cientificidade, só enaltece a geografia moderna, sob as orientações de La Blache. O que seria, então, um enunciado tido como verdadeiramente geográfico era o que correspondesse às regras do método lablachiano. Nessa perspectiva,

é de se lamentar que, apesar das vantagens do método La Blache, ainda haja professores e programas que se orientam pelos velhos processos de decorar e separar os fatores homogêneo, processos que privam a Geografia do seu caráter científico, não favorecendo na aplicação dos princípios de causalidade e coordenação que a transformam numa ciência básica e indispensável a qualquer modalidade de cultura e trabalho (Pedroso, 1950, p. 141).

A geografia organizada e concebida por La Blache era o que existia em termos teóricos para tornar esta disciplina a mais científica possível, mas também era a melhor maneira de ensiná-la nas escolas. Para o autor, não havia outro método que cumprisse tão bem tal prerrogativa. E mais, sem esse cuidado metodológico não seria possível fazer da geografia uma “ciência básica e indispensável a qualquer modalidade de cultura e trabalho”. Ao assim proceder, o autor coloca nas mãos da teoria apresentada, a garantia do papel da geografia como ciência básica à formação cultural e técnica do aluno. Não há porque, então, insistir em outro método que não seja esse tendo em vista a amplitude e potencial de sua aplicação.

E por falar em aplicação, é claro para o autor, o quanto esta disciplina é de útil aproveitamento. Não faltam atividades nas quais ela não possa auxiliar e impulsionar. Assim,

não se trata da Geografia mnemônica, aquela velha catalogação dos acidentes geográficos, mas da ciência geográfica, base e campo das principais atividades humanas. O terreno, o relevo, o regime hidrográfico [...] são elementos cuja apreensão é indispensável não só aos que se dedicam a estudos superiores, mas precipuamente aos homens de govêrno e aos orientadores da agricultura e grandes indústrias (Pedroso, 1950, p.133).

Eis uma distinção importante entre a ciência geográfica e a geografia mnemônica: a utilidade, o serviço que a primeira pode prestar e que falta a segunda. Uma é, portanto, produtiva, vantajosa e proveitosa, enquanto a outra é somente obsoleta. Não se poderia legitimar o espaço da geografia acadêmica, sem menosprezar outras práticas das quais a geografia também atuava.

Elencando primeiramente os homens que gozavam de maior prestígio e poder na sociedade, o autor começa a dar “nomes” àqueles a quem a geografia se constitui como um saber útil. Não por acaso, ela aparece como necessária aos políticos, fazendeiros e industriais, pois, ela serviria precisamente aqueles a quem as grandes decisões e os rumos do país estavam nas mãos. Ela contribuiria indiretamente servindo a estes senhores para o progresso na/da nação, e em essência para o aumentar e acelerar a acumulação. Mas, o autor universaliza e diz logo depois que todos precisam de geografia até “mesmo os homens de trabalho comum” (ibidem). E quem seriam estes homens? Para Pedroso, os agricultores, homens simples e sem cultura, analfabetos que aprenderam pela observação a cuidar de suas lavouras. Contudo, mesmo possuindo certos conhecimentos geográficos adquiridos pela experiência diária, com o advento de uma escola rural eles poderiam a partir do ensino de geografia aprender a cuidar melhor de sua produção. Portanto, há um movimento muito tênue que distingue as diferentes formas de apreensão e aplicação do saber geográfico e mesmo de valorização de outros saberes que independem do ensino formal, escolar. Sendo útil aos dois pólos da hierarquia social, aos donos do poder e do capital, o conhecimento dessa disciplina era imprescindível e substancial (posto que tomam as decisões quanto ao futuro da nação e encaminham os passos do progresso). Já aos homens de trabalho comum, ela seria um conhecimento útil, pois surge como a solução aos problemas de melhoria da produtividade para o homem simples do campo.

Assim, Pedroso continua elencando diversos outros momentos em que o conhecimento da geografia se faz aproveitável e aplicável. Ele era indispensável para economia da nação, uma

vez que ajudaria no estudo acerca do território e na expansão das estradas, também seria necessária na construção de cidades, a exemplo de Belo Horizonte, útil para outros campos científicos, como o desenvolvimento de estratégias militares. Além disso, era um saber agradável, pois possuía um forte conteúdo estético nas descrições das paisagens. Apesar do ensino de geografia no curso secundário, os objetivos listados eram “histórico, político, social, patriótico, estético, militar, econômico e vocacional” (Pedroso, 1950, p.136). Com exceção do vocacional, na escola de nível secundário, o aluno já tinha contato por meio dos objetivos do ensino de geografia, com as diversas áreas de atuação pertencentes a esta disciplina.

Após a leitura e análise acerca do artigo do professor Tabajara Pedroso retomemos o contexto de produção deste discurso. Era a primeira vez em Belo Horizonte, que um artigo sobre geografia estava sendo publicado, em uma revista de cunho científico organizada, produzida e publicada por uma instituição de nível superior. Não é por acaso que *A Geografia, o Mestre e o Discípulo* foi a primeira publicação a respeito da geografia ou sobre qualquer outra temática correlata. Na verdade, este artigo foi o único entre as publicações dos professores de geografia do período, que se preocupou em fornecer ao leitor, as bases desta disciplina e almejou concretizar o campo de atuação da geografia. Esta última com um pé fincado no ensino secundário aspirava ainda um maior reconhecimento da comunidade acadêmica e civil, certificando seus espaços de atuação para além das salas de aula.

O artigo enuncia a grandeza da geografia, seja pela extensão do seu objeto, seja pela extensão de suas finalidades. E essa característica, entendida tanto no sentido de amplitude quanto de magnanimidade é dilatada para sua relação com as outras disciplinas. A geografia é a ciência que parece tudo abarcar: abranger a terra em sua totalidade, engloba muitas e distintas ciências, abraça os fatores físicos, matemáticos e sociais dos fenômenos científicos, envolve diversas atividades além do ensino. Enfim, grande era a missão dessa geografia que de muito útil, não lhe faltava muita coisa, apenas o reconhecimento de seu saber-fazer científico.

Tabajara Pedroso, enquanto autor, buscou organizar o que seria a geografia acadêmica, ou melhor, a verdadeira geografia pautando dentro dos limites do que representava um saber científico desta disciplina, afeito ao cabedal teórico-metodológico e conceitual de seu tempo e espaço. Anunciou seu objeto, discorreu sobre uma teoria e um método - o da “escola de Vidal de La Blache”- procurando com isso atribuir/alcançar para a geografia, os valores da

racionalidade moderna que engendraram toda a produção e organização do saber geográfico, sem os quais seria impossível sua autoridade junto à FFMG.

4.4. O ato de enunciar o Brasil, edificar a ciência e contribuir para o progresso

No ano de 1954, em um texto intitulado *Ensaio sobre o possibilismo Geográfico*, Tabajara Pedroso narra:

Ali pelos anos de 1925, Carlos de Campos, presidente de São Paulo, oferecendo um banquete a Francisco Matarazzo, disse que São Paulo devia a sua grandeza à colônia italiana. Em resposta, o grande industrial afirmou, no entanto, que a causa principal do progresso paulista se reportava à terra-roxa, que proporciona excelentes resultados a todos que laboram nela.

Na verdade, um e outro tinham razão, atribuindo respectivamente, à gente e ao solo os motivos de tal desenvolvimento, pois tanto é inegável a laboriosidade dos italianos, quanto a terra tem de útil e proveitosa. Todavia, não cabe exclusivamente a nenhum desses fatores, nem a ambos de uma vez, porque, além deles, outros há outros de maior relevo, e o homem e a terra sempre valem pela conexão e interdependência com que se harmonizam (Pedroso, 1954, p.143).

Essa passagem é representativa para a análise que desejamos conduzir. Foi com ela que o professor Tabajara Pedroso iniciou seu artigo e foi ela a escolhida para principiar nossa análise. Por quais motivos ela se tornou emblemática, ou melhor, significativa diante da quantidade de outros enunciados dos quais poderíamos nos valer para começar o texto? Em razão dos contextos enunciativos que ela possui. Ela marca: quem são aqueles com os quais o autor dialoga, quem são aqueles a quem ele dá voz e, por isso, possuem voz pelo seu discurso, qual o contexto político, histórico e social constitutivo do seu texto e a partir de “onde”, a partir de qual perspectiva ele lê o acontecimento o qual relata e como ele se posiciona em relação a este acontecimento. A partir desses contextos enunciativos podemos compreender o contexto mais amplo em que o discurso dessa disciplina se estrutura assim como ver ideologicamente onde o autor se situa.

Existem três vozes que compõem o discurso do autor. As duas primeiras estão marcadas explicitamente pela citação dos nomes, são eles: Carlos de Campos e Francisco Matarazzo³³. Mas, o “quem” que estes nomes representam está além dos nomes próprios. Quem tem voz por meio de Carlos de Campos é a classe política, e quem tem voz por Francisco Matarazzo são os italianos/imigrantes europeus e os industriais empresários (responsáveis por empreender o futuro sucesso ao/do Brasil). O peso destas vozes é reforçado pelo contexto da

³³ Francisco Matarazzo foi um imigrante italiano que no início do século XX, em São Paulo, criou um conglomerado de indústrias chamado “Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo” (IRFM). Sua iniciativa foi significativa em um contexto em que a indústria brasileira ainda era incipiente.

situação na qual eles se encontram. Campos oferece um banquete para Matarazzo onde está sendo ressaltado que é glorificado o labor dos italianos, em relação à grandeza de São Paulo. Isto quer dizer, quem ocupa o lugar de reconhecimento pela promoção do estado paulista são os italianos e ninguém mais. O que seria de São Paulo se não fossem os italianos e seu labor? Quem está silenciado por esta orquestra de vozes entre o autor, Campos e Matarazzo? Estão silenciados todos os outros imigrantes de nacionalidades e ocupações diferentes, assim como o próprio povo brasileiro, ausente de voz e identidade e assim de presença. O que há é o realce do progresso brasileiro em concordância com o homem europeu.

A outra voz é a da ciência ou a da geografia por meio do possibilismo geográfico que observa o fato e o analisa. Esse é o momento quando o autor se posiciona mais claramente no texto - ele já tinha feito isso anteriormente ao escolher o momento histórico inicial buscado para sustentar sua perspectiva teórica - colocando mais abertamente sua leitura sobre o fato e sobre o mundo, ou seja, sua ideologia. São com as lentes do possibilismo, que ele analisa a situação e num tom marcadamente conciliatório ele atribui razão a ambos, Campos e Matarazzo (apesar de dizer que existem outros fatores de peso para equacionar a questão). O tom conciliatório parece cair muito bem, ao próprio possibilismo e ao próprio jogo político incorporado no texto. Campos exalta os italianos, o italiano habilmente exalta a terra de São Paulo, ou seja, exaltam indiretamente o estado de São Paulo pelo seu progresso. Portanto, o movimento político é: Matarazzo, afaga o ego dos paulistanos ao passo que não assume, numa recusa que conota humildade, o afago ao seu ego, promovido por Campos. Ainda que neste contexto de reconhecimento do mérito dos italianos, frente ao progresso de São Paulo, Matarazzo atribui o motivo do sucesso à terra roxa por proporcionar excelentes resultados a todos que nela trabalham (ademais de ser um objeto e portanto, sem ação própria). Não fica claro a quem ele se refere quando dimensiona a questão do trabalho nesta terra. Por mais que este recuse o mérito atribuído por Campos, este não deixa de ser um discurso meritocrático, pois quem são aqueles que trabalhando numa terra tão prodigiosa podem de fato alcançar o sucesso?

Quando o autor começa o parágrafo com “na verdade” ele quer resolver esta situação apresentada pelo jogo político entre Campos e Matarazzo. “Na verdade”, significa “eu trago a verdade”, “na verdade” eu explico melhor, “na verdade” eu tenho a solução da situação. Esse eu, subsumido pela aparente ausência de autor e subjetividade do discurso científico, está falando por meio da voz do possibilismo. Esta sim, científica, merece aparecer e é quem vai explicar a questão do sucesso de São Paulo. Então, “na verdade”, não foi nem Campos e nem

Matarazzo que compreenderam verdadeiramente a situação. No entanto, nenhum dos dois estavam completamente errados. Nem a um e nem ao outro foi concedida a chance do equívoco, pois há a concordância por parte do autor com ambos. O jogo político do momento histórico foi estendido ao tom conciliatório do texto. Foi dado, neste sentido, a oportunidade por meio do possibilismo geográfico de explicarem a situação e esta ao ser esclarecida, tornou verdadeira/plausível a relação entre o homem e a terra.

A baliza da contenda entre Campos e Matarazzo é feita pelo possibilismo que não tende a nenhuma extremidade, mas reconhece ambos os lados e procura o equilíbrio. É dessa forma que o autor pontua: “o homem e a terra sempre se valem pela conexão e interdependência com que se harmonizam”. A harmonia é a última palavra nesta passagem e ela não é gratuita. É a ideia de harmonia entre a terra e o homem que resolve a questão anterior, ou seja, que explica por meios científicos, o progresso de São Paulo. Se há equilíbrio entre o homem e a terra, desaparecem os motivos para não haver sucesso em um estado ou uma nação. O que falta então é a simetria entre estes dois “fatores”, o equilíbrio, a conciliação, a harmonização entre ambos. E quem é esse homem que se relaciona de maneira harmônica com a terra e a partir disso promove o progresso? No contexto desse discurso é o homem branco de origem europeia.

Esse discurso possui um contexto maior, relativo ao progresso do país nos moldes almejados daquele momento. Quer dizer, sobre o discurso do progresso buscava-se convencer que o Brasil iria alcançar “um destino certo e glorioso”³⁴ com o desenvolvimento da industrialização alcançando futuramente a condição de um país desenvolvido. A questão evocada e resolvida pela geografia, em seu método científico, o possibilismo, proporciona o estudo da questão sobre as condições do progresso brasileiro. Ao nível regional, exemplificado por São Paulo, o autor fala em um contexto de intensa busca pelo desenvolvimento nacional. Não obstante a ela, o exemplo de sucesso além de ser um dado por um estrangeiro é também feito por um industrial empreendedor e próspero. A industrialização do país foi compreendida desde o final do século XIX, como o motor de alavancada do Brasil para se tornar uma nação prodigiosa, sendo o interesse econômico nacional de maior relevância a partir da década de 1930. Esta crença foi reiterada por Vargas tanto materialmente quanto simbolicamente e assumiu maiores proporções com Juscelino Kubitschek de Oliveira, presidente do Brasil de 1956-61, cujo

³⁴ Compreensão de progresso realizada por Gilberto Dupas que concebe o progresso como um “mito renovado por um aparato ideológico interessado em convencer que a história tem um destino certo e glorioso” (Dupas, 2007, p. 73).

intento era modernizar o Brasil por meio do Plano de metas, “50 anos em 5”. Dessa maneira, São Paulo é uma das poucas cidades do país a receber destaque na Geografia do Brasil, durante o momento estudado. No Anuário da FFMG (1939-1954) consta um dos programas da Geografia do Brasil e, na parte dos estudos regionais, um dos tópicos é “O progresso de São Paulo”. Nos Relatórios Anuais consultados (1947, 1950, 1951, 1953) este estado é tema estudado nos três anos correspondentes à década de 1950. Segundo o diário de classe, de 1952 foi estudada a “evolução étnica na população de São Paulo”. O “golfo de São Paulo” aparece como conteúdo, no ano de 1944. Em 1951, o tema foi “a influência histórica e política da Serra do Mar. O bandeirismo. A situação especial de São Paulo”, “Evolução e origem da cidade de São Paulo”.

São Paulo comparece na Geografia do Brasil pelo seu progresso. É relevante apreender como foi estudada “a evolução étnica” no estado, sendo que este foi um dos lugares do país que mais recebeu imigrantes de outras nacionalidades. Não possuímos textos ou outros materiais que possam embasar a leitura e compreensão do que era nesta disciplina “a evolução étnica no estado de São Paulo”. Contudo, podemos ressaltar que a questão populacional não é falada pelo prisma da “situação étnica” ou “cenário” étnico, mas sim pela ideia de “evolução”. Qual o efeito de sentido que a palavra evolução produz no contexto desse discurso? Evolução ou evoluir nos remete a uma ideia em que a evolução corresponde a um aperfeiçoamento, melhoria, ou a simples ação de sofrer transformações. Mas, evolução é sinônimo de progresso, desenvolvimento, avanço, etc. Assim, ao passo que São Paulo se desenvolve por meio da indústria, a cidade também evolui em seus aspectos étnicos. E indústria e mão de obra imigrante também parecem andar juntos neste contexto discursivo. Desse modo, indagamos: essa evolução estaria relacionada ao desejo de branqueamento da população brasileira requerida desde o século XIX pela elite nacional tendo o crescimento e desenvolvimento de São Paulo diretamente relação com ela?

Da mesma forma chama a atenção o tema que relaciona a Serra do Mar à situação histórica e política de São Paulo. Nesse momento, a natureza ganha protagonismo perante a formação do estado e como obstáculo à ocupação do interior do país é uma barreira vencida. Isto sugere a domesticação e remodelagem da natureza a bel prazer do homem, acepção presente no possibilismo de La Blache (a natureza põe e o homem dispõe). Logo depois, segue-se o bandeirismo - teríamos aqui, um dos primeiros exemplos do empreendedorismo paulista? - e é ressaltada “a situação especial de São Paulo”. A que situação especial exatamente o professor se refere, não sabemos dizer. Porém organizando o conjunto de temas estudados, o autor por

meio do discurso geográfico incorpora os pressupostos do regionalismo paulista, o que foi dito sob o prisma da geografia, um dizer já existente que incorporado ao discurso da geografia acadêmica dá o seu tom ideológico e o reatualiza sob a tutela de um discurso científico.

Científico porque as bases de uma geografia científica, para o autor, foram concedidas pelo possibilismo:

o litígio - *determinismo e livre arbítrio* - que tanto agitou os espíritos nos séculos passados, consoante diversas correntes filosóficas, também atingiu a Geografia, como acabamos de sentir, mas debaixo de um prisma puramente científico que, encarado sob o ponto restritamente geográfico, perde aquele caráter doutrinário sustentado por Leibniz e Spinoza, a favor do determinismo. Assim, procurando estudar a controvérsia no setor da Geografia, não levaremos em conta os princípios de *inércia* e da *razão suficiente*, mas tão somente os que se enquadram no método geográfico, pois pretendemos apenas saber até que ponto o progresso se constrói por circunstâncias mesológicas diretamente afetado pelo clima e pelo solo, e quando e onde o homem começa a dominar as terras e as águas (Pedroso, 1954, p.145-146, *grifos do autor*).

A primeira frase do autor é uma estratégia discursiva que tem como objetivo garantir a legitimidade da discussão sobre o determinismo e livre arbítrio. Isto quer dizer que o autor não está sozinho quando fala. Há uma heterogeneidade que não podemos identificá-la inicialmente de modo específico, mas há vozes que sustentam consideravelmente o argumento do autor. A supressão dessas vozes não é problemática em si mesma. Ela atesta para um discurso que foi uma evidência no passado e foi poderoso por agitar não só um, mas vários “espíritos” sendo estes um número tão grande que não cabe mesmo citar, mas estão ali, de alguma forma, compondo o coro de vozes que sustentam o argumento do autor. O que está se querendo dizer é: esse debate não é novo, é antigo, caloroso e ainda está vivo. Assim, o autor sustenta a validade e legitimidade da questão que será discutida. Dizendo de outro modo, a geografia não se ocupa agora de uma discussão qualquer e sem importância, ela ocupa uma posição significativa em um debate que já ocorreu e, ainda merece, muita atenção, está em voga. Porém, seu lugar é outro, uma vez que a singularidade do olhar geográfico - daí advém sua relevância - elimina posicionamentos extremistas como aqueles manifestados pelo determinismo de Leibniz e Spinoza. Desse jeito, é que o autor relaciona diretamente o “prisma puramente científico” ao “ponto estritamente geográfico”, de árbitro. A geografia, neste caso, estava ali para resolver um problema de séculos, sobre o qual, grandes nomes do saber filosófico já haviam se debruçado, porém, penderam para um extremo - a racionalidade científica do possibilismo era a balança.

A ciência, a geografia e a filosofia são pontos que marcam o posicionamento do autor no debate intelectual. A ciência é o que qualifica a geografia, ela tem certamente um método, segundo o autor, que pode estudar este problema por ela mesma, sem a necessidade de recorrer a outros saberes e autores que gozam de autoridade intelectual. Ela é, portanto, uma ciência autônoma. A filosofia é o saber que contrapõe o saber científico-geográfico e por meio desta distinção o que caracteriza cada uma delas está resguardado. Essa separação entre filosofia e ciência acentuada pelo autor corresponde a um contexto enunciativo muito anterior ao da Geografia do Brasil. Ela remete primeiramente à Kant que na *Crítica da Razão Pura* (1781) já havia advogado acerca dessa cisão e à Comte, no século XIX, que em seu modelo positivista de ciência confina a identidade da filosofia apenas ao estudo das demais ciências³⁵.

Não obstante, outro fator ressalta a importância de se estudar esse debate na geografia: o próprio objetivo que o autor apresenta. Ele deseja apenas saber até que ponto o progresso se constrói pela influência do meio e onde o homem começa a dominar a natureza. Duas palavras na fala do autor merecem destaque: apenas e dominação. A primeira circunscreve o objetivo do autor e exclui de todo o debate acerca de seu objetivo, tudo aquilo que não pertence às elaborações intelectuais do método geográfico. Dessa forma, ele coloca como de interesse geográfico resolver a contenda entre o homem e o meio a fim de entender como ocorre o progresso nesta relação. Entre todas as questões que podem advir das relações mesológicas, o autor, circunscreve como de interesse geográfico, o problema do progresso.

O professor enuncia, portanto, por meio da questão entre livre arbítrio e determinismo, a participação da geografia em um debate sério e amplo: o do desenvolvimento da nação brasileira. Esta era uma das contribuições desta disciplina, enquanto saber científico, para as questões relativas ao progresso/futuro do Brasil. Quando ele circunscreve este objetivo está dialogando não só com a sociedade brasileira, mas com toda lógica político-econômica do pós-guerra que reorganizou o cenário geopolítico do mundo. Nesse cenário, as elites políticas e intelectuais da América Latina enfrentaram o desafio da promoção do desenvolvimento nacional - não de modo independente das forças/mecanismos e empresas imperialistas estrangeiras. Tal mobilização culminou no estímulo à ideologia desenvolvimentista que ganhou na década de 1950, maiores proporções com a retomada de antigas questões acerca do desenvolvimento do país (Mendonça et al., 2006).

³⁵ A esse respeito, ver Onorato Jonas Fagherazzi, *A filosofia e a ciência, aproximações e distanciamentos*. X ANPED Sul, Florianópolis, outubro, 2014.

Não que as soluções para isto fossem homogêneas e houvesse concordância por parte das elites intelectuais e políticas, mas a geografia, ao expressar a contenda via determinismo versus livre arbítrio enuncia pelo seu modo de fazer científico sua contribuição à querela. Dessa maneira, voltemos à passagem escrita pelo autor para percebermos o movimento do sentido dado para o discurso. Ele evoca, primeiramente, a autoridade intelectual que o saber europeu tinha enquanto referência para a produção do conhecimento. Assim, mostra como outros discursos já tinham tornado possível o discurso da própria geografia. Não tendo a geografia inventado tais questões, ela chega por meio de seu respaldo científico, ancorada por um método, a organizar o debate acerca das relações do homem e da terra. Contudo, esta não era uma questão sem importância, posto que se inscreve num problema político muito maior, o do progresso da nação brasileira. O autor não cita diretamente esta preocupação, mas nem precisa. A palavra progresso, enquanto signo ideológico, evoca por ela mesma, o contexto de desenvolvimento do país. Ela, sozinha, já situa o lugar da geografia no debate sobre o desenvolvimento do Brasil, circunscreve seu campo de atuação e preocupação além de mostrar como o autor é enquanto sujeito constituído ideologicamente.

Nesta passagem também já está enunciada a concepção de natureza e a relação estabelecida do homem com ela. Nesse momento é que a palavra dominar assume com maior força o seu caráter de signo ideológico. Nisto está implícito que para o homem progredir é preciso que ele controle a natureza, ou seja, exerça superioridade sobre ela. Esse pensamento só se tornou possível quando diversas práticas discursivas e não discursivas gestaram ao longo dos séculos XVIII e XIX, as condições teóricas e efetivas para dessacralizar a natureza e percebê-la como um objeto de estudo científico e, por essa razão, de domínio humano. A ideia de progresso, portanto, está relacionada à concepção do homem capaz de domesticar a natureza:

o grau de civilização, não há dúvida, conduz o povo a extrair da terra novos recursos, fazendo ressurgir dos escombros das ruínas uma cidade próspera. Por outro lado, a descoberta de novas fontes de indústria pode reconduzir à prosperidade uma terra decadente. Afinal, existem determinantes naturais da marcha econômica das nações, tais como a situação geográfica, o relevo, a rede hidrográfica, o clima e a fertilidade do solo. Mas ao lado desses fatores físicos, há também a iniciativa humana, fator da paisagem cultural, sem o que a natureza continuaria inaproveitada. O que pretendemos afirmar é que existe realmente a influência do meio sobre o homem, influência essa que, embora permanente, pode ser equilibrada pelas forças do engenho humano (Pedroso, 1954, p.148).

Quando o autor enuncia que não há dúvida que o grau de civilização orienta o povo a buscar recursos naturais e assim pode alcançar a prosperidade, ele compartilha com o leitor, a responsabilidade de saber e concordar com tal premissa. “Não há dúvida” significa atribuir ao leitor a crença no que ele fala e que esse conhecimento que o leitor agora possui não é de todo

questionável. Assim, é que ele pode usar dois exemplos que apresenta como gerais e generalizáveis ao leitor fortalecendo sua opinião sem necessariamente buscar casos mais concretos. Esse posicionamento no discurso incita o leitor a buscar em sua memória exemplos similares, mesmo que eles tenham sido oferecidos anteriormente. Há apenas um reforço da ideia que se quer ratificar. A partir desta argumentação, o autor fala com mais propriedade das determinantes naturais citando exemplos, e apresenta o ponto crucial de sustentação de seu raciocínio, isto quer dizer, a iniciativa humana como resposta à determinação da natureza. Nesse momento, ele remete ao início de seu próprio texto, quando disserta acerca da civilização tomando-a como sinônimo de inteligência e superioridade intelectual - expressão do desejo de que a luz da civilização rapidamente cubra o espaço nacional e apare as desigualdades e instabilidades econômicas e sociais - já que esse lampejo poderá transplantar para terras tropicais, a civilização ocidental.

São as palavras “marcha”, “recursos”, “extrair”, “próspera”, “influência”, “homem” “determinação”, “iniciativa”, “terra”, “civilização” que colocam o leitor dentro do debate da geografia entre determinismo e livre arbítrio. Elas igualmente enlaçam o leitor a estabelecer um diálogo com a sociedade daquele momento. Não fala, portanto, o autor sozinho, falam vozes que pronunciam o progresso do país. Falam todos aqueles que tomaram a prosperidade da nação como uma questão a ser resolvida, um destino aí traçado e não desviado, passível de ser apreendido por diferentes instrumentos e práticas pedagógicas, que de forma latente guardava compromissos de obediência e lealdade cívicas/aos princípios europeus. Então aí está o paradoxo: como progredir e se libertar dessas amarras civilizatórias e construir um projeto político próprio ao Brasil?

Essa maneira de olhar para a terra como um recurso a ser trabalhado pelo engenho humano foi o olhar que ordenou o significado de natureza, na disciplina Geografia do Brasil. Este olhar e esta terra avistada - no sentido de perceber e conceber - foi uma atualização da carta de Caminha ao rei de Portugal. Contudo, a perspectiva que organizava essa visão era outra. Ela era a da geografia enquanto ciência, que via pelo equacionamento do possibilismo, a natureza como um recurso para ascensão do país. Em um contexto de ideologia desenvolvimentista, olhar para o Brasil e suas regiões³⁶ de acordo com o que cada uma delas possuía para oferecer, atualizou a carta de Caminha, porém, dessa vez, esse movimento foi feito endereçado aos

³⁶ Cada região com sua vocação delegada tenderia, pelo menos no discurso, a ter seu papel de colaboradora ao benefício da construção do progresso da nação mais do que a uma competição entre si, o que não procedeu. Essa falsa unidade e harmonia coadunava com a perspectiva de mostrar ao mundo, um Brasil que se dirigia a largos passos em direção à civilização.

próprios brasileiros. A diferença está no que se concebeu por homem. Na carta de Caminha, o problema foi atribuído justamente ao gentio. Já no discurso da década de 1950 a solução estava no engenho humano. Porém, a palavra homem nada especifica e promove, assim, um silenciamento perante a pluralidade de homens e mulheres na sociedade brasileira. Dessa forma, a palavra homem não deixa com que saibamos a quem o autor se referia quando atribuía ao engenho humano o papel transformador da sociedade. Seria aqui “homem” tomado em seu sentido universal? Isto quer dizer, o homem branco e de origem europeia? Se sim, estaria aqui sendo evocado pela palavra homem o exemplo do italiano Matarazzo. Isto posto, o sentimento de nacionalidade não era reforçado somente pela exaltação das belezas naturais, mas porque aquela natureza tão rica e próspera oferecia ao povo a esperança no próprio futuro do país se equilibrada com o engenho humano. Em outras palavras, se via na própria materialidade do território brasileiro, uma natureza garantidora do desenvolvimento da nação, e na capacidade da inteligência humana a chance de transformá-la em seu benefício.

Portanto, sob a construção/composição do discurso da geografia científica a crença no desenvolvimento do país estava assegurada. E isso não era possível somente porque a natureza do Brasil proporcionou os recursos para tal feito, mas porque o homem por meio da sua iniciativa seria capaz de aproveitá-la (sairia do seu estado de letargia e se valeria dos exemplos de São Paulo, nas explicações de Campos e Matarazzo). A ideia de aproveitamento está implícita quando o autor afirma que sem a iniciativa humana, a natureza continuaria inaproveitada. Aproveitar possui muitos sentidos, mas aqui ela está sob sua forma negativa relacionada a uma ideia de desperdício do seu potencial por aqueles povos que não possuem o grau de civilização necessário à sua exploração ou aproveitamento. A relação estabelecida com a terra, portanto, é de serventia e utilidade, e ainda de uso inadequado, dilapidador. Dessa maneira, a garantia da inteligência humana era o que permitiria, para o autor, que a influência da natureza sob o homem fosse superada. E por onde andaria esse homem inteligente? Quais segmentos sociais foram eleitos para ocuparem-se dessa empreitada? Os industriais e homens de governo são as pistas.

A palavra iniciativa também não deixa de ser outro signo ideológico no texto. Ancorado no possibilismo geográfico, o autor parte da premissa de que a natureza tenha que ser dominada pelo homem. Ao evocar uma iniciativa humana, o autor se inscreve e se posiciona dentro da ideologia liberal. Nesse caso, quando a palavra iniciativa está relacionada à palavra humana remetendo à uma ideia de *iniciativa do homem*, o homem na concepção genérica de ser humano e não aos povos, nações, ou a qualquer outra palavra que se refira somente ao

coletivo e, portanto, às atitudes coletivas, possui um sentido difuso e, por isso, muito mais efetivo por convocar a todos e interpelá-los para tomarem iniciativa. Assim, pode-se ler como “qualquer homem possui a iniciativa para dominar os recursos da terra e erguer uma nação”. Logo, o leitor é interpelado a se identificar com este homem de iniciativa, se ver nele, pois, a este homem é atribuído um poder grandioso capaz de levar um povo ao progresso. E quem são os leitores desta revista na qual o artigo foi publicado? A elite letrada. Aquela mesmo que deveria gerir o país. Portanto, o poder tem a ver, sobretudo, com a sua superioridade técnica-intelectual de empreender:

se o solo e o clima determinam a base econômica e política, inicial ou permanente, de uma região, como querem tantos cientistas, muito pode também fazer o homem empreendedor, majorando as forças da terra e alargando-lhe as possibilidades (Pedroso, 1954, p. 154).

A ideologia liberal está inserida novamente no texto pela palavra empreendedor. A rápida conclusão de que “muito pode também fazer o homem empreendedor” confere o sentido tanto à primeira proposição quanto à última. Em relação à primeira, ela emerge como uma conjunção que tem a função de ligar a primeira proposição à segunda. Ou seja, o autor só aceita a afirmação de “tantos cientistas” a respeito da determinação da natureza nas bases políticas e econômicas de uma região *se* o empreendedorismo do homem for levado a cabo. Na última é o ato de empreender aquele responsável por propiciar ao homem a chance de alargar as possibilidades existentes na/da natureza, ou seja, domesticá-la e remodelá-la. O homem empreendedor é, portanto, aquele homem que trabalha, executa, realiza, não é pacífico perante a determinação da natureza, dotado de supra energia, ele vence os obstáculos. É por isso que a ação perante a terra é de luta/disputas e de conquista face à imposição da própria força da natureza:

o homem divide a terra e descobre meios de aproveitá-la, numa luta constante e interminável, como esclarece Vidal de La Blache (Princípios de Geografia Humana): “A nossa geração lançou postos avançados nas grandes montanhas, nos desertos e nas regiões polares. Nessa expansão humana, a despeito do frio, da aridez e da refração do ar, há um desafio permanente à hegemonia do homem sobre a natureza”.

É que o homem, aprimorando a sua técnica de trabalho, por métodos cada vez mais eficientes e racionais, bem armados da máquina, muito pode conseguir da terra, cuja conquista é, no entanto, interminável. Assim, como vimos, das condições da terra e da atuação do homem resulta o possibilismo. O homem sofre inicialmente uma influência total do meio, dêle vivendo sem grande trabalho. Depois reage, criando novos recursos ou recuperando outros (Pedroso, 1954, p.163).

Pedroso coloca a responsabilidade de seu posicionamento na autoridade dos escritos de La Blache e com isso no parágrafo seguinte pode aliar homem-ciência-técnica, como o tripé necessário para o desenvolvimento da sociedade, em qualquer condição apresentada pela

natureza. Ancorado na legitimidade da ciência ou a visando efetivar dentro da geografia, o possibilismo será o método que explicará o desenvolvimento do país, ofertando ao “homem brasileiro”, uma visão de poder, autoridade, força, ação, inteligência, capacidade técnica e intelectual para atuar/decidir a seu favor e não ser um elemento/complemento pacífico da natureza – sem ser refém dela não sofre com o determinismo já cientificamente superado pelo possibilismo. Este último confere ao homem o equilíbrio necessário para agir em prol de si mesmo e da sociedade. Equilíbrio, harmonia, todas elas palavras chaves do possibilismo que num contexto de intensa transformação da sociedade brasileira parece colocar o homem no controle dos processos que lhe atingem e, mais, sem incorrer nas atitudes desmedidas que o leve ao erro.

Como disse Bakhtin/Volochínov (2017), um discurso tem sempre uma situação mais ampla e outra mais próxima com as quais ele dialoga. Numa situação extraverbal mais próxima, esse discurso é endereçado à comunidade intelectual com a qual a geografia está fazendo uso dos recursos de seu método para atestar sua unidade, sua competência analítica, sua participação no debate político-econômico do país, e portanto, se firmar como ciência. Então, este *modus operandi*, coloca a geografia em uma situação extraverbal mais ampla, pois tenderá a assegurar seu lugar e seu valor numa instituição que teve como um de seus princípios contribuir para o desenvolvimento da cultura nacional e das elites da nação, ou seja, indiretamente é um discurso comprometimento com o próprio Brasil. Um discurso que cientificamente busca realçar o potencial do país e seu caminho para o progresso, colocando-o de acordo com as diretrizes políticas e econômicas nacionais. Este discurso, em função do que pode ou não ser dito pela teoria e pelas ideologias que o conformam, não poderia problematizar, por exemplo, os distintos interesses promotores de desigualdades - contradições essas que perseguem as bases de uma geografia científica que tem muito a dizer a respeito de como esta nação pode alcançar o seu progresso.

O contexto da sociedade brasileira em meados do século XX era de forte agitação política, social e econômica. O país passava por uma redemocratização onde no plano do jogo político havia a disputa entre militares e o próprio Getúlio Vargas, pelo poder. Num processo de redemocratização único, onde os militares tentavam por meio de um golpe tornar o Brasil uma democracia e professar o credo liberal, existia Vargas que em meio a sua estratégia de continuidade no comando na nação, se viu amplamente amparado pela força popular que queria o fim do Estado Novo (1934-1945), e desejava-o ainda como presidente do país. Essa

última situação, o chamado Queremismo³⁷, foi de certo modo o resultado/desejo de um país que já havia sentido os primeiros passos da urbanização e industrialização e contava com uma quantidade significativa de trabalhadores alojados nas principais capitais do país. Esses últimos estavam temerosos de perderem os direitos adquiridos nos últimos anos com a saída de Getúlio da presidência. Somado a isto, a anistia concedida aos presos políticos do Estado Novo, trouxe as ameaças da popular figura de Luís Carlos Prestes para a cena política e a organização do Partido Socialista Brasileiro que investiu no programa da esquerda democrática (Schwarz e Starling, 2015).

A agitação política dos primeiros anos da redemocratização brasileira viveria também com o peso da conjuntura internacional. O mundo havia assistido aos horrores da Segunda Guerra (1939-1945) e agora começava a ser delineada uma nova geopolítica com a chamada Guerra Fria. Se o Brasil estava mais democrático, o mundo estava adquirindo uma identidade mais maniqueísta, intolerante e polarizada. O Brasil, assim como tantos outros países da América Latina começou a sentir os efeitos das políticas do pentágono que tinha interesse direto em manter sob seu controle qualquer mudança política dos/nos países latino americanos. Seja qual fosse o descuido, esse poderia significar a abertura para qualquer ação pró-comunista da União Soviética e dos comunistas brasileiros. Assim, ao assumir o poder Dutra³⁸ buscou garantir o sono tranquilo da Casa Branca adotando uma política subserviente aos Estados Unidos, além de romper relações com a União Soviética. A caça aos comunistas brasileiros estava de volta (Schwarz e Starling, 2015).

Este breve cenário nacional e internacional no qual o Brasil estava inserido entre meados da década de 1940 e início da década de 1950 nos ilustra um pouco sobre o contexto da situação extraverbal mais ampla, na qual a Geografia do Brasil estava sendo produzida e dialogava. Tanto no nível nacional quanto no local, Belo Horizonte, participava da industrialização que modificava sua paisagem urbana com a presença de uma crescente classe média baixa, com a formação da classe trabalhadora, com o êxodo rural que começava ganhar maiores proporções. Esses movimentos intensificaram os efeitos de valorização da renda da terra urbana, da luta de classes e da violência no campo. Enfim, o país assistia a uma transformação substancial dos seus espaços pautada nos interesses dos industriais, da elite agrária e do capital internacional que atuavam no país.

³⁷ A campanha popular ganhou este nome pela força do grito “Queremos Getúlio!”.

³⁸ Eurico Gaspar Dutra assumiu a presidência do Brasil em 1946 após ganhar as eleições ocorridas em 1945.

Na confluência entre um Brasil que se moderniza e um método que promove pela técnica e engenho humano o avanço da sociedade perante a natureza, a disciplina Geografia do Brasil vai eleger entre os seus temas aqueles que compreendem a natureza brasileira como a promotora/supridora dos recursos do país. Efetivamente é a própria natureza o recurso do progresso brasileiro. Além disso, temas acerca dos processos econômicos que havia existido no Brasil também são estudados como “o ciclo da cana de açúcar” em relação ao nordeste e “o ciclo da borracha” em relação ao norte do país. Ou como aparece no diário de classe de 1946 “Economia nacional. As mudanças dos produtos principais. O ciclo do pau Brasil. O ciclo do açúcar. O ciclo da mineração. O ciclo da borracha, algodão e café”.

Seguindo esta direção, o petróleo foi um dos temas da disciplina. É com ele que o estado da Bahia e mais precisamente a área do Recôncavo baiano são inscritos na disciplina. Historicamente, foi na área do Recôncavo baiano, ainda no século XIX, onde se começou a procurar petróleo no Brasil. Contudo, somente na década de 1930, no município de Lobato, foi confirmado um poço de petróleo comercializável. Como consequência, em 1939 Getúlio Vargas criou o Conselho Nacional do Petróleo para organizar as atividades que envolviam a futura exploração deste recurso (Barata, 2002). Anos mais tarde, na década de 1950, a questão do petróleo se tornou a esperança dos brasileiros para um futuro promissor e de independência do país por meio do desenvolvimento econômico. Em 1951, quando Vargas retorna ao poder, o petróleo se torna uma das principais pautas de seu governo e o tema amadurece entre os brasileiros, o sentimento de soberania nacional (Schwarz e Starling, 2015).

A Amazônia é um dos temas que possui maior destaque na disciplina. Ela era vista como a região do futuro do Brasil, “o celeiro do mundo” (Pedroso, 1953, p.184), que se bem administrada pela técnica humana demonstraria a sua vitória sobre qualquer meio inóspito:

ao contrário de outros observadores que negaram quaisquer possibilidades de grande cultura às regiões equatoriais, Humboldt, entusiasta da natureza amazônica, vaticinou, para esta região brasileira, um futuro promissor. Nessa afirmação, de cunho determinista, pressentimos a luta brava do homem com a terra mais pródiga do mundo, e no entanto, ainda hostil à fixação humana. Daí depreendemos que a vitória definitiva da homem sobre a Amazônia deverá ocorrer, quando ele souber adaptar-se às condições às condições mesológicas de cada lugar, usando de uma técnica de trabalho e um sistema de vida adequados ao clima e à terra (Pedroso, 1954, p.152)

No trecho acima a Amazônia valoriza Humboldt do mesmo modo que este valoriza a primeira. Humboldt é chamado a dar seu testemunho justamente porque se posicionou contra

os “outros observadores” que negaram à esta região do país a perspectiva da grande cultura. Definiram para ela, assim, o papel de região complementar fornecedora dos recursos ao desenvolvimento da região sudeste.

Num contexto de um discurso que prima por valorizar o território nacional era preciso desacreditar aqueles que se posicionavam contra à sua valorização. É isto que o autor faz ao colocar a voz de Humboldt como uma resposta que confronta os “outros observadores”. Quem são estes observadores, o autor não deixa claro e nem precisa, pois, a voz que necessita ser ouvida e absorvida é a voz de Humboldt - por isso a ele é atribuído um nome próprio que carrega toda a legitimidade de ser quem é, posto que sua apresentação já havia ocorrido em momento anterior. Estes outros observadores, só posteriormente têm suas identidades pautadas no determinismo. Os deterministas no discurso da disciplina Geografia do Brasil possuem um caráter dúbio: seus trabalhos não são desmerecidos, principalmente quando lhes é dado o lugar de colaboradores do processo de formação da Geografia Moderna. No que concerne ao processo de consolidação da geografia, Pedrosa cita principalmente Friedrich Ratzel e Karl Ritter. Contudo, quando é preciso validar o argumento que sustenta a visão sobre o Brasil, o lugar do determinismo ou dos autores que buscaram conformar a geografia enquanto uma disciplina científica é sempre o do confronto e da polêmica face à maneira possibilista de olhar/apreender a relação homem-natureza. Nesse sentido, quando a proposição “ao contrário de outros observadores que negaram quaisquer possibilidades de grande cultura às regiões equatoriais” é relacionada à “nessa afirmação de cunho determinista” está posto o confronto entre as teorias onde o possibilismo, com sua tese a respeito da ação do homem sobre a natureza, permite que a desvalorização da Amazônia como um grande centro de cultura fosse desacreditada. A autoridade de Humboldt vem para autenticar a opinião do autor.

Como a Amazônia é valorizada? Ela aparece como a terra mais pródiga do mundo. Esse é o momento quando o autor deixa mais claro seu posicionamento a respeito da Amazônia. A palavra pródiga abrange o efeito de sentido que o discurso quer causar. Pródiga está no sentido de ser uma terra fecunda, fértil, abundante, que não remete somente à abundância da sua natureza, mas ao prodigioso/potente futuro da nação brasileira. A Amazônia é uma das regiões do país que apontam para a ideia do Brasil como um país de/do futuro. Essa concepção está nas entrelinhas do discurso em dois momentos: o primeiro quando o autor discorda das afirmações deterministas acerca de haver ali, um dia, grandes possibilidades de

cultura; e o segundo é quando concorda que a vitória do homem ocorrerá quando ele souber nela se adaptar.

Aqui a atenção se volta novamente à palavra homem e à palavra cultura e ao que elas representam. Elas são, a negação, tanto do autor quanto dos observadores deterministas, quanto a presença/existência das comunidades indígenas da/na região amazônica. Não estando estas comunidades dentro da concepção europeia do que era cultura e civilização não há o seu reconhecimento, pelo menos neste discurso, do índio enquanto homem, no sentido de ser humano, adaptado à vida na Amazônia. A negação está especialmente no verbo “deverá” no futuro do presente, apontando para uma situação ainda não instituída, um porvir. Nesse sentido, naquele momento, a alta cultura e a civilização que lhe abriga ainda não havia acontecido. A negação também é dada pela proposição “ainda muito hostil à fixação humana”, negando o reconhecido dos que lá já habitavam e como se apropriavam da natureza para se manterem. A negação é um silenciamento discursivo (oportuno?) causado pela ideologia do próprio autor?

Contudo, o autor, volta a falar sobre a Amazônia em momento posterior, agora, reconhecendo outros aspectos da geografia da região e colocando em evidência algumas cidades. Estas aparecem para dar força a sua argumentação contra as ideias deterministas, mas não significa que representem sociedades de grande cultura:

para exemplificarmos, podemos voltar àquela controvérsia sobre a Amazônia. Partidários do determinismo absoluto afirmam que nessa região jamais medraria uma civilização de alto teor cultural e que suas cidades nunca chegariam a 100.000 habitantes. É que consideravam o clima equatorial, por sua unidade intensa e nebulosidade excessiva, como um clima de estufa. Na verdade, o clima é momento e pesado. Mas o vento Leste, provocando contínua evaporação, o ameniza bastante. Por outro lado, mesmo que esses observadores houvessem atinado com a realidade climática, teriam caído em erro, porque não tomaram em devida consideração a capacidade humana na luta contra os climas inóspitos. Hoje sentiram grande desapontamento, ao visitarem Belém e Manaus, cidades que contestam, peremptoriamente, aquela afirmação, e aceitariam a profecia de Humboldt. É que, quanto mais exuberante é a Terra, quanto maiores são as possibilidades humanas,, cujos meios de trabalho tendem sempre a maior eficácia (Pedroso, 1954, 162).

Nesta passagem Humboldt sai da posição de naturalista para alçar a de profeta. A credibilidade de sua profecia é agora consagrada pelas cidades de Belém e Manaus que não deixam dúvidas do potencial da região em fazer florescer a civilização. Os discursos deterministas, então, caem em erro e são contestados pela realidade vivida nas cidades citadas. Elas estão lá, tijolo por tijolo, para fazer acreditar qualquer um que duvide do

desenvolvimento da região. O argumento do passado é combatido pela concretude do presente. Essa argumentação do autor é uma resposta às teses deterministas do século XIX que viam nos países tropicais a incapacidade de desenvolver grandes civilizações por si mesmas por conta de alguns aspectos relativos à sua natureza e ao seu clima, por exemplo. A partir do processo de colonização iniciado no século XV, o mundo passou a ser qualificado e representado conforme os valores europeus.

A Europa que pelas vias da dominação do saber tratou de caracterizar e designar ao mundo vocações e estereótipos/estigmas de acordo com suas posturas ideológicas e culturais, acabou por tecer uma hierarquia entre ela e tudo aquilo que não cabia aos contornos de seus continentes. Dessa maneira, o que não correspondia à sua cultura/interesses e ideologias e aos seus padrões de civilidade era considerado como atrasado (Rocha, 2018). Assim, se no clima europeu considerado ameno e temperado desenvolveram-se grandes civilizações, em um clima de estufa como o da Amazônia, dificilmente uma sociedade de alta cultura poderia florescer. A contradição é que algum tempo depois, aqueles identificados como brasileiros iriam usar de teorias científicas elaboradas na própria Europa para combater a perspectiva negativa sobre o Brasil e suas possibilidades culturais. Era, então, o confronto do saber-poder a respeito da representação do Brasil ante a perspectiva científica que se colocava em disputa.

A Amazônia aparece como conteúdo em todos os relatórios anuais investigados (1947, 1950, 1951, 1953) e em todos os anos compreendidos pelos diários de classe (1943-1954). Estudavam-se amplamente as características da geografia física da região, dando ao rio Amazonas muito ênfase. Outros temas chamam a atenção a respeito da compreensão da dinâmica do território amazônico: “comunicações e recursos naturais”, “o homem na Amazônia” (que homem seria este?), “a borracha, economia amazônica”, “A borracha. Processo de extração e preparação. Evolução. Grandeza e decadência”. “Projeto de uma (...) esplendor e decadência da borracha no Brasil”, “influência do Amazonas no povoamento. Possibilidades da Amazônia”. Apesar da ideia de ciclo remeter a algo que teve seu início, conquistou seu apogeu e teve seu fim, a Amazônia não estava confinada a ser uma região de atraso, mesmo que a palavra decadência possa ser compreendida como o fim da extração da borracha. Nem tudo está perdido para esta região. Em parte, em função da positividade atribuída a ela - como vimos nos trechos dos textos - em outra, porque o tema “possibilidades da Amazônia”, apresenta algumas perspectivas para a região, corroborando com a imagem de que ela é uma região de realização futura, não sendo coerente agora exigir dela um progresso ainda em germe.

Contudo, o autor faz uma ressalva a respeito da relação homem-natureza. Ela parte de uma preocupação com a maneira pela qual o homem a utiliza e vem manejando os recursos nela encontrados:

a defesa das terras brasileiras contra os elementos que as consomem é uma necessidade que se impõe. “O solo é o maior patrimônio do país”, afirmou Franklin Roosevelt. E disse mais: - “A nação que destrói o seu solo, destrói a si mesma”. Um solo rico tem que ser preservado. Quando pobre, mais preservado ainda. O problema de sua defesa é um caso de “salvação nacional”. Exige a ação conjunta dos governos, dos industriais e dos lavradores (Pedroso, 1952, p. 176).

Este trecho foi retirado do artigo “Na encruzilhada do deserto” publicado também na revista *Kriterion*. Nele, o autor se posiciona em relação à “sangria” que as terras brasileiras, mais especificamente de Minas, vinham sofrendo desde a sua exploração começou com os portugueses. Segundo ele, a terra mineira havia aguentado sangrias violentas que muito pouco contribuíram para a riqueza efetiva da região. A primeira sangria foi aquela realizada pelos portugueses nas minas de ouro, onde praticamente tudo foi levado para Portugal, pouco se contribuiu para o desenvolvimento do Brasil e de Minas com os próprios recursos aqui encontrados/extraídos/usurpados. A outra sangria da qual o autor chama a atenção é aquela realizada pelo aço que “vem saindo pelas veias abertas das montanhas históricas” (Pedroso, 1952, p.163).

A passagem acima citada apresenta de forma concisa os contextos enunciativos dessa advertência quanto às atividades econômicas realizadas pela extração da terra. Um dos efeitos de sentido é alertar para os perigos que uma má atividade no solo do Brasil pode afetar em sua economia e em seu futuro, ou seja, as externalidades e os passivos irresponsavelmente abandonados.

Quando o autor enuncia que a terra brasileira precisa ser defendida, o ato de defendê-la coloca-a como desprotegida perante a ação humana, ou seja, daquela ação que promoveu sua sangria e que nada deixou de produtivo para o país. A terra ao sofrer com o flagelo da exploração sangra da mesma forma que o corpo humano. A analogia traz a antropomorfização da natureza reforçando o efeito de sentido do processo de extração de seus recursos como um ato de violência. Assim, ela é ainda mais reconhecida como vítima de uma ação desmedida e o leitor sentindo-a humanizada pode evocar melhor os sentidos de seu sofrimento e dor. Em vista disso, ela muda de papel no jogo da relação homem-natureza. Ela deixou de ser aquela natureza indômita que causa certo determinismo ao homem, ela já fora conquistada e de tão submissa que se tornou às ações humanas precisa agora de proteção. No

entanto, ela só necessita de amparo porque é parte constitutiva da própria nação, do próprio homem e aqui se faz um dos sentidos da preservação: preservar para a sociedade, o Estado e a Nação brasileira serem perpetuados, terem a possibilidade de dar continuidade à sua existência e a realização do seu progresso. Ou seja, é uma natureza que sofre, mas que merece proteção porque ainda serve. Ao fim e ao cabo, o sentido da natureza que serve aos objetivos do homem fornecendo seus recursos não muda, ele só é atualizado dentro de um contexto enunciativo que tem como um de seus objetivos alertar para a própria preservação do homem e da instituição social que é o Estado. A analogia ao sofrimento humano pelo sangramento possui efeitos de sentido que são de apelo e alerta.

Quando o autor concede espaço para a voz de Franklin Roosevelt ele reforça o sentido da preocupação de seu discurso com a atividade perante a natureza: o fortalecimento do Estado, nesse caso específico, do Estado brasileiro. Isso porque a autoridade discursiva que está sendo chamada a corroborar com o discurso do autor, não é a de um geógrafo ou a de outro intelectual, é a de um homem político, um homem de Estado. Roosevelt fora presidente dos Estados Unidos da América e a ele é atribuída a responsabilidade dos aspectos discutidos que concernem às preocupações do Estado-nação no texto. Logo, é a autoridade de um homem de Estado falando sobre a importância da preservação do solo para uma nação que almeja o progresso. O nome de Roosevelt evoca um contexto específico: ele fala de um país que fora bem-sucedido e estava ampliando sua hegemonia no/pelo mundo, inclusive, sobre o próprio Brasil. Roosevelt, foi presidente dos EUA no período de 1933 a 1945, por conseguinte, liderou aquele país ainda sob os efeitos da Grande Depressão, no contexto da Segunda Guerra Mundial e da política do *New Deal*. Portanto, é a este líder que o autor evoca quando chama seu nome para compartilhar a responsabilidade discursiva sobre a relação “preservação da natureza e progresso da nação” no texto. Ele foi presidente de um dos países que foi construído também sob o signo da expansão territorial (a busca e conquista do eldorado, o fazer da América) e vivenciou um processo de colonização como o Brasil ainda que cada um detenha suas particularidades. Desse modo, o nome de Roosevelt remete ao exemplo de nação a qual o Brasil deve perseguir, posicionando politicamente o autor tanto no contexto mundial quanto no nacional.

Somente depois de alertar contra os perigos da falta de defesa do solo nacional, o autor chama a atenção de quem deveria se responsabilizar por esta ação: os governos, os industriais e os lavradores. Não obstante, os três agentes sociais que aparecem no seu texto de 1950, *A geografia, o mestre e o discípulo*, como aqueles a quem a geografia como conhecimento

técnico sobre a terra pode muito contribuir. O autor, nesse sentido, dialoga com aqueles que considera como os responsáveis pelo futuro da nação, posto que são eles os donos da terra e dos meios de produção. Uma das soluções econômicas ao desmatamento e queimadas apresentadas pelo autor é o reflorestamento, seja por meio de espécies nativas ou por meio do eucalipto. Dessa forma, a questão do reflorestamento e do eucalipto são um dos temas estudados na disciplina (Diário de Classe, 1943-4954) como a alternativa viável.

Todavia, a preocupação com o desenvolvimento/progresso do país também aparece por outros termos na disciplina. O problema da integração do território nacional está inscrito por meio de conteúdos regulares como a “mudança da capital federal” e “a marcha para oeste”. A necessidade de se ocupar o espaço nacional para além da faixa litorânea, era uma questão concernente às preocupações do Estado brasileiro, desde o século XIX quando se fazia mister garantir a sua integridade, bem como o fechamento de suas fronteiras. Com Vargas (1930-1945), a Marcha para Oeste ganhará o estatuto de um programa oficial de governo que tinha como objetivo ocupar os territórios do Centro-Oeste brasileiro e da Amazônia. Nesse momento, a apropriação simbólica destas regiões foi bastante efetiva e ocorreu de duas formas. A primeira foi pela elaboração de discursos que tinham o propósito de criar representações oficiais para estes espaços e, a segunda, foi a própria visita de Getúlio Vargas em algumas localidades destas regiões (Andrade, 2010). A Marcha, segundo o ex-presidente, “incorporou o próprio sentido de brasilidade”, pois era uma das soluções para os problemas da nação (Garfield, 2000). Nessa perspectiva chamava a todos os habitantes de diferentes regiões a comporem a demografia do povo brasileiro.

No que concerne à região Centro-Oeste do Brasil, os temas que aparecem nos diários de classe são, em sua maioria, correspondentes ao processo de ocupação do território da região: “a chamada para o Oeste e sua simplificação. O planalto central e suas possibilidades”, “a marcha para Oeste. A penetração do planalto. O homem e os recursos”, “a marcha para oeste. A penetração no planalto. Comunicações”, “a capital brasileira no planalto. Recursos”, “características geomorfológicas do Brasil centro-oeste”, “Imigração. Razões europeias e americanas. (...) sobre os deslocamentos do homem na marcha para o Oeste”, “características gerais sobre seu povoamento. A marcha para oeste. Sistema de loteamentos”, “geomorfologia do Brasil Centro-Oeste”. No relatório anual de 1951, os conteúdos são: “possibilidades econômicas e demográficas em função do solo”, “a marcha para o Oeste e sua significação”, “o planalto central e suas possibilidades”. Todos eles anunciam os processos em curso e os

potenciais a serem colocados em marcha para na unidade elevarem e levarem o progresso aos rincões da nação.

O contexto que envolve o discurso acerca da região centro-oeste é claro. Ela aparece sob o signo da marcha para o oeste e todos os enunciados feitos a seu respeito tem haver com a necessidade de integração nacional: é preciso conhecer os recursos da região, saber de suas possibilidades, do seu povoamento, etc., assim, todos os enunciados que dizem das condições de desenvolvimento tanto econômico quanto social para o centro-oeste brasileiro. Não podemos saber pela evocação dos nomes em si quanto ao teor deste discurso. Por exemplo, o que o autor consideraria como potencialidades da região? Os temas estudados sugerem não mais que uma região a ser “descoberta” e ocupada. Somente podemos saber que o discurso da Geografia do Brasil era um discurso que tecia um diálogo intenso com as preocupações do Estado - certamente não unicamente o brasileiro dada a mobilização de capitais estrangeiros por aqui e acolá.

Não obstante, a mudança da capital federal é um dos conteúdos da disciplina que chegou a ser título de um dos artigos, publicados por Tabajara Pedroso na revista *Kriterion*, em 1953. E é também um dos temas recorrentes na disciplina entre os anos de 1943-1954, segundo os Relatórios Anuais e os Diários de Classe.

Os geógrafos franceses Brunhes e Vallaux (*Géographie de l'Histoire*) consideram o *território*, as *fronteiras*, e a *capital* como os problemas fundamentais do estado.

Spencer compara a capital e o território com o cérebro em relação ao corpo. O cérebro, por ser o centro da vida, goza de posição proeminente e se acha bem resguardado por uma caixa compacta caixa óssea. A capital de um estado deve também desfrutar colocação privilegiada e segura, para estar presente em todos os atos da vida nacional. A situação e a posição da capital constituem fatores importantíssimos na evolução do estado. A História e a Geografia registram provas inequívocas dessa importância, argumentando-a como inumeráveis exemplos (Grifos do autor. Pedroso, 1954, p.182).

Este é o parágrafo de abertura do artigo. A seriedade e a importância dadas à discussão são marcadas no texto pelas autoridades discursivas convocadas a compor, junto ao autor, sua posição no debate. Quem são essas autoridades? Spencer, Vallaux e Brunhes, a história e a geografia são exemplos. Desse modo, ele divide as responsabilidades a respeito do que está sendo dito com Vallaux e Brunhes e chama a autoridade da geografia no debate. São eles que dizem que a capital é um dos problemas fundamentais do Estado. Nesse sentido, ele já aponta para o leitor, a relevância do debate a ser feito nas próximas páginas e direciona para quem esse debate é de suma importância. Tendo isso feito, ele pode pela voz de Spencer, dizer da função da capital e porque ela é tão importante assim: ela é o que comanda a vida nacional

como um todo. A analogia possui um outro efeito de sentido em relação ao que foi mostrado no texto. O cérebro é o que rege o corpo racionalmente e do mesmo modo uma capital federal deve ser a ponta de lança e comandar todo o território nacional. O racional combate a ideia de desordem, de perturbações, conflitos, pois sendo o cérebro o órgão regulador de todo o corpo, tudo a capital pode controlar. Ou pelo menos, deveria:

A cidade do Rio de Janeiro, tão celebrada por suas maravilhas e por seu adiantamento, conta com os meios e instituições inerentes a uma verdadeira capital e dispõe da mais espaçosa e encantadora baía do mundo. Sua influência na civilização brasileira tem sido enorme. Mas sua gestão está finda. O organismo nacional já se ressentido disso. Mais tarde, poderão advir consequências muito graves.

[...]

g) as agitações políticas e sociais de um grande centro marítimo como o Rio perturbam o livre desempenho da administração pública (Pedroso, 1953, p.186-187).

No primeiro parágrafo, a ideia do território nacional funcionando como um corpo humano é retomada algumas páginas depois, quando para validar a necessidade de construção de uma nova capital é preciso mostrar que o funcionamento deste corpo nacional, já experimenta os sinais do esgotamento de seu ponto nevrálgico: a capital instalada no Rio de Janeiro. Em torno dessa analogia, o autor pode desacreditar a cidade do Rio de Janeiro abordando que o organismo nacional já sente a sua exaustão, o que autoriza a proposição seguinte ser um diagnóstico drástico do futuro do país. De qualquer modo, o que está sendo colocado aqui é que o território funcionando como um organismo, não consegue exercer plena e satisfatoriamente as suas atividades. Nesse sentido, o autor lista nove razões para a mudança da capital e entre elas está o motivo “G” no qual ele coloca mais diretamente a incapacidade do Rio de Janeiro de governar o país. Aqui, o sentido da harmonia falado no início do texto é retomado de uma outra forma. Num lugar em que as agitações impedem a administração pública de exercer plenamente as suas atividades, a harmonia está ameaçada. Por conseguinte, a ideia de harmonia está de acordo com um pensamento conservador mesclado com uma orientação ideológica liberal: governar e administrar um país tem que ser feito longe do povo e de suas manifestações políticas e sociais, sobretudo aquelas de caráter insatisfatório ou reivindicatório. O propósito é que se governe onde não haja luta, embate e contradições. Portanto, as agitações as quais o autor se refere são componentes de uma vida nacional em desequilíbrio e/ou democráticas:

O Rio de Janeiro exerceu o mandato político que lhe coube durante a civilização litorânea. É chegada a vez do “hinterland”, mas sem exagero. Admitimos que o centro geométrico do país resolveria o problema, a sede brasileira se instalaria na

ilha do Bananal, meio inóspito, inseguro e sem descortino geográfico. Jamais conseguiria o país movimentar-se harmonicamente com tão forçado deslocamento. É que o centro geométrico não coincide com o centro pròpriamente geográfico. Êste se acha em Minas, base real de um equilíbrio estável (Pedroso, 1953, p.185-186).

Minas Gerais representa o equilíbrio que faltava ao Rio de Janeiro para conduzir a nação brasileira da melhor forma ao progresso. Equilíbrio, harmonia, a expressão “sem exagero”, são todas “palavras-noções” com as quais se inscrevem este enunciado tanto na esteira do possibilismo quanto na ideologia da mineiridade. Segundo o autor, é a harmonia regendo a relação homem-natureza que torna factível o possibilismo. É a harmonia, a moderação e o equilíbrio que facultam plausível a concretização da capital do Brasil, em Minas. Não só porque este estado, diante da imensidão do território brasileiro, exprime por meio de sua posição geográfica, o equilíbrio do “hinterland”, mas porque a moderação é o próprio jeito de ser do mineiro e o seu modo de fazer política. A mineiridade, de acordo com Bomeny (1990), corresponde aos valores de unidade, moderação, equilíbrio, prudência e bom senso. Todos estes aspectos e qualidades são evocados na hora do mineiro fazer política como também são elementos construtores da própria identidade do povo mineiro. O sentido do discurso é formulado para colocar Minas como o estado capacitado a influenciar no destino do Brasil de forma harmônica. Ao contrário do Rio de Janeiro, cidade de muitas agitações políticas e sociais, o estado mineiro representava o equilíbrio que o país necessitava para garantir o bom funcionamento da capital nacional e por isso da nação brasileira. Então, qual o movimento da dialogia no discurso da disciplina que até agora foi possível perceber?

4.5. O Brasil por suas regiões: a divisão que une

Nos tópicos anteriores deste capítulo vimos por meio dos textos analisados alguns dos contextos enunciativos pelos quais a Geografia do Brasil enunciou o país e pode concebê-lo. São contextos diversos, mas que dizem de um movimento duplo e concomitante: a criação de uma tradição nova no país - a da geografia acadêmica - se fez no mesmo passo que se criava uma outra tradição - a do próprio Brasil como nação. Ainda que este último aspecto não tenha sido a novidade no século XX, ele foi ganhando novos sentidos e direcionamentos a medida em que os governos no Brasil também foram se transformando e exigindo certas reconfigurações acerca do que era esta nação, de acordo com suas intenções e os pressupostos ideológicos a serem seguidos. No período varguista, a geografia conheceu ampla institucionalização e adquiriu novos espaços de atuação para além do contexto escolar. Nesse sentido, foi que uma geografia acadêmica foi criada.

Assim, vimos que um dos contextos enunciativos dos quais esta disciplina se serviu foi o da busca pela sua consolidação enquanto saber científico, mostrando as bases de uma ciência portadora de uma unidade analítica e ancorada num método chamado possibilismo geográfico. Outro contexto foi o da ideologia política conservadora e liberal que enunciou o Brasil com o olhar no futuro e no progresso. Estes são os principais contextos nos quais os enunciados da Geografia do Brasil trabalharam os sentidos acerca deste país.

Ao buscar compreendê-los acabamos por identificar como algumas regiões do país eram enunciadas. Trouxemos algumas características a respeito da região norte, compreendida, sobretudo, pelo discurso acerca da Amazônia, da região centro-oeste, de Minas Gerais e São Paulo. Porém, ainda há outras coisas a se dizer. É preciso ver como a Geografia do Brasil organizou seu objeto.

Assentada no possibilismo geográfico, ou no que foi entendido a respeito do “método lablacheano”, o conceito de região natural foi amplamente utilizado especialmente nos primeiros anos da disciplina e uma das abordagens teóricas apresentadas era a de Elisée Reclus:

A “região” lablacheana seria uma entidade geográfica que corresponderia, por assim dizer, a harmoniosas relações entre o homem e seu meio natural. A base seriam as divisões “naturais”, mas o fato é que cada região, em especial aquela unidade menor, capaz de ter os seus limites abrangidos até mesmo com a vista desarmada (o “*pays*” que nessa acepção não se deixa traduzir perfeitamente para o português), seria dotada de densidade histórica e cultural além de ter sua identidade enraizada na própria percepção popular, não por acaso, o nome das regiões naturais seriam nomes empregados no quotidiano e reconhecíveis por qualquer camponês (La Blache, 1942: 247). À luz disso, um país como a França seria tomado em seu conjunto, uma espécie de “mosaico de regiões”, ele próprio sendo, em uma escala mais abrangente e politicamente estratégica, uma entidade geográfica dotada de uma “personalidade” inconfundível (Souza, 2015, p. 136).

Tendo Pedroso tomado Vidal de La Blache e seu método como expoente da geografia científica, não sabemos como Elisée Reclus foi incorporado à disciplina a despeito de suas diferenças teóricas e até mesmo políticas. A análise dos materiais coletados não nos permitiu responder com maior segurança a estas questões. Apenas sabemos que Reclus compreendia a relação sociedade natureza como um conjunto harmônico da mesma forma que La Blache compreendia a relação entre homem-natureza expressa pela divisão das regiões naturais.

De qualquer modo, a orientação para a organização geográfica do Brasil que se tornou preponderante ao longo da disciplina seguiu mais de perto a divisão regional, proposta pelo

IBGE em 1942. Nela, este Instituto divide o país entre as regiões Norte, Nordeste, Sul, Centro-Oeste, Sul e Leste:

Região Norte, com o território do Acre e os Estados do Amazonas e Pará;

Região Nordeste, compreendendo duas partes: Nordeste Ocidental com os Estados do Maranhão e Piauí; e o *Nordeste Oriental*, com os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas;

Região Leste, compreendendo duas partes: *Leste Setentrional*, com os Estados de Sergipe e Bahia; e o *Leste Meridional*, com os Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal;

Região Sul, com os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;

Região Centro-Oeste, com os Estados de Goiás e Mato Grosso (Revista Brasileira de Geografia, 1942, p.150).

Esta regionalização surgiu como uma demanda da administração interna do país. Segundo a Revista Brasileira de Geografia (1942), a necessidade de se criar uma regionalização feita pelo órgão oficial de Geografia foi sentida quando os diversos departamentos públicos estavam adotando divisões regionais distintas, porém, ainda de acordo com suas conveniências administrativas. A partir de então, estaria oficialmente criado para o Brasil, seu próprio “mosaico de regiões”. É com base nesta divisão regional e ancorado na regulação dos preceitos do possibilismo geográfico que a disciplina Geografia do Brasil organizou o território brasileiro e construiu certa imagem para ele.

Segundo os Diários de Classe (1943-1954) e os Relatórios Anuais (1947, 1950, 1951, 1953), sob o signo da ideologia do progresso e do desenvolvimento nacional, enunciou as regiões pelo seu potencial econômico e em vista disso, consta para cada uma delas, pelo menos em alguns dos anos analisados, um tópico que evoca suas “potencialidades”. Mas, até mesmo a potencialidade de cada região assume um sentido diferente de acordo com aquilo que está sendo dito sobre cada uma delas. É também pela disposição do conjunto que conseguimos ver como as diferenças regionais são ressaltadas e como a geografia por meio de seu discurso científico conseguiu corroborar para a criação de certas identidades regionais.

No tópico anterior abordamos mais precisamente a região norte, evocada essencialmente pelo discurso a respeito da Amazônia e a região centro-oeste inscrita principalmente pelo contexto de interiorização do território brasileiro pela Marcha para Oeste. Nesse sentido, retomemos alguns pontos. Mais que a região centro-oeste, vimos na região norte que a construção discursiva a seu respeito possui um diálogo muito maior com discursos passados. Discursos que relembram os mitos e a construção do imaginário europeu elaborados desde o século

XVI. Lembremos que Tabajara Pedroso, enquanto autor, detinha uma função específica: a de organizar/sintetizar o discurso da Geografia do Brasil, na dispersão dos discursos elaborados acerca deste país, ao longo de 500 anos. Como seu discurso possui um caráter disciplinar e por isso dotado de regras específicas que elegem seus enunciados, ele dialogou com o passado de acordo com a sua inscrição teórica e com os valores de sua ideologia. O que isto quer dizer é que a respeito da região norte, ele travou diálogos com aqueles discursos que tinha como objetivo principal positivar a imagem da região norte garantindo-lhe um lugar no progresso do país: este lugar é marcado pelo tempo, o do futuro. Assim, entre os diversos discursos e mitos sobre a Amazônia, os diálogos travados foram justamente com aqueles mitos e discursos que a enxergavam como o local da superabundância e da resistência da natureza. Ficou excluído do discurso da disciplina todo o imaginário desta região que competia aos povos indígenas. Para não falamos que há ausência total destes povos, no Relatório de 1951 comparece o tema “o elemento indígena e sua diluição”, mas ele não se relaciona aos temas concernentes à região norte e sim a região Leste (mais especificamente o estado de Minas Gerais). A palavra diluição pode nos ajudar a compreender esta ausência: teria o autor compreendido que os indígenas já não tinham uma presença tão marcante na composição étnica brasileira devido a sua dissolução/pulverização/extermínio? Seria sua diluição o que atestaria sua ausência? Seu apagamento discursivo? E essa diluição estava referida ao que? Ao seu genocídio ou a sua ausência nas cidades/afastamento da civilização e portanto do humano?

Para a região centro-oeste identifica-se o mesmo efeito de sentido. O que se vê como conteúdo escolhido para compor a geografia é apenas aquele que apresenta a região e coloca a natureza como condição de desenvolvimento. Sob a ideia da Marcha para o Oeste, a região como o futuro do Brasil, pois era preciso vender a ideia de um Brasil próspero para os brasileiros incitando o movimento de interiorização do/no país,. Também, da mesma maneira que na região norte, há a ausência dos povos habitantes da região, especialmente os indígenas. Este silenciamento constitutivo do discurso é uma elaboração própria da disciplina, pois, um dos maiores esforços da Marcha para o Oeste empreendida pelo governo varguista e seus intelectuais era o de criar uma outra imagem para o índio brasileiro. Nesse tempo, o índio, sua imagem, e seu papel na história nacional foram apropriados pelo discurso oficial de diferentes formas com a finalidade de mostrar ao Brasil quem eram esses que ocupam os espaços nos quais os demais brasileiros deveriam também ocupar - afinal, um dos objetivos do programa era incentivar a migração para estas regiões. Assim, os olhares para os índios são múltiplos: ora eles são colocados como os heróis nacionais - representação feita pelo discurso de Rondon

em 1940 -, ora são a própria imagem do homem pacífico e ordeiro brasileiro (Garfield, 2000). Essas novas concepções diferem daquele olhar inicial de rebeldes, antropofágicos e indomáveis do início da colonização.

Os textos analisados não fazem nenhuma referência à região nordeste. Porém, ainda sim, ela possui grande espaço na disciplina tendo em vista o volume de seus conteúdos apresentados nos Diários de Classe e nos Relatórios Anuais. Da mesma forma que na região Amazônica, ela era estudada em seus aspectos físicos, as questões econômicas também ganharam destaque. Nesse caso falava-se muito da cana de açúcar ou do ciclo da cana de açúcar. Entre os temas estavam: “O litoral NE e suas condições de habitabilidade e movimento”, “os três grandes problemas do NE: água, energia e homem. (...) dos problemas”, “a criação no Nordeste. Primeiros ensaios. Função da geração crioulo (?). O sertão de Jacobina. Características da criação. Tipos. Vaquejadas. Importância do vaqueiro na sociedade nordestina. Comparação entre o sertanejo de outros tipos nacionais”, “os problemas do NE: a seca, energia e homem”, “Estado atual e suas perspectivas (...)”, “as secas periódicas. Caracterização do fenômeno. Suas consequências”, “O homem nordestino. Tipo étnico. Linguagem e costumes”, “O jangadeiro e o sertanejo”, “economia nordestina. A cana de açúcar” (Diário de Classe, 1943-1954).

Pelos temas, podemos perceber duas grandes diferenças em relação à região norte e centro oeste. A primeira é que o nordeste já aparece como a região problema/enclave do Brasil. As questões que envolvem o seu nome não trazem os traços das positivities que a região amazônica carrega, por exemplo. A sua natureza é enunciada não pela sua exuberância ou por outro aspecto que lhe agregue algo de positivo para colocar esta região no patamar da construção da nação brasileira alinhada com o progresso e futuro do país. A natureza existe, mas é enunciada pela falta. E o que falta ao nordeste é a água. Assim, a região já aparece carregando três problemas que são percebidos quanto a sua magnitude, por serem “grandes”: a água, energia e o homem. No contexto da própria disciplina, o que isso pode dizer? Ao que parece a soma destes três elementos enuncia que o nordeste carece do que é essencial para fazê-lo funcionar e, portanto, caminhar *pari passu* com o restante do Brasil para o incremento do progresso nacional. Se, de acordo com a leitura do possibilismo apresentada, o homem pela sua inteligência e desenvolvimento técnico é o que pode vencer as determinações da natureza, como fica, então, uma região em que um dos seus grandes problemas é justamente o próprio homem? Como agiria o possibilismo nesse momento em que só o que se enxerga é a escassez de recursos tanto naturais como humanos? A questão do homem na disciplina se

torna ainda mais complexa se levarmos em consideração que há um homem nordestino tipificado e estereotipado. Este é o outro ponto de divergência em relação à região norte e centro-oeste. Existe um componente étnico muito maior e ele já carrega consigo uma generalização “o homem nordestino”. O homem nordestino é sertanejo, vaqueiro e jangadeiro. Todos esses “personagens” do nordeste que formam um tipo étnico com linguagem e costumes próprios. A questão da etnia brasileira ou dos tipos nacionais aparece na disciplina em alguns momentos, mas não necessariamente vinculada aos estudos de cada região do país. Porém, quando olhamos para as regiões e o que está sendo dito sobre elas, apenas a região nordeste possui de maneira clara a preocupação de enunciar estes tipos nacionais. Essa discussão é ausente nas demais regiões do país.

A questão dos tipos nacionais não é uma invenção da Geografia do Brasil. Ela é uma invenção de décadas passadas, quando a preocupação em fabricar o homem brasileiro era preponderante no processo de criação da identidade nacional do país. Ela parte de maneira muito forte na literatura com Cassiano Ricardo escrevendo, em 1928, *Martin Cererê*, com Paulo Prado publicando no mesmo ano, *Retratos do Brasil* e Mário de Andrade lançando *Macunaima* também no mesmo período. Com o Estado Novo (1934-1945) a preocupação em mudar tanto a imagem do país quanto a do homem brasileiro continuou a oferecer as condições históricas para a discussão acerca dos tipos nacionais. No pensamento social brasileiro, Oliveira Vianna foi quem ainda na década de 1920, destacou a questão do meio como elemento central para a análise dos tipos nacionais brasileiros (Oliveira, 2008). Isto não quer dizer que estes autores estivessem falando dos mesmos tipos nacionais e olhando do mesmo modo para o homem brasileiro. Essa situação nos diz que existiam discursos múltiplos que estavam preocupados com um mesmo fim: criar os tipos nacionais:

embora não haja um determinismo geofísico absoluto, como querem alguns geógrafos, não há dúvida que o meio físico, o clima, a alimentação, os recursos de trabalho influem na formação e caracterização dos grandes grupos sociais. Os habitantes das montanhas, os das planícies, dos desertos, das margens dos grandes rios e lagos do litoral constituem tipos especiais que se diferenciam entre si pela habitação, pela indumentária, pelo estado cultural e até mesmo pelo aspecto geral (Pedroso, 1950, p.197).

É nesta relação entre as condições geofísicas percorridas pelo autor que o nordestino é visto/confeccionado. O jangadeiro está para o litoral, assim como o vaqueiro e o sertanejo estão para o agreste, a zona da mata e o sertão. Ocorre, nesse sentido, a criação de estereótipos acerca do homem do nordeste relacionados aos aspectos específicos das paisagens/geografias do lugar. Porém, incorremos em mais uma questão: se entre os grandes problemas do

nordeste, o homem é apresentado como um deles, então, como fica a questão destes tipos nacionais? Não seriam estes homens suficientes para resolver a questão do nordeste? O que lhes falta? E mais, onde está o possibilismo geográfico no momento em que a terra não pode oferecer os recursos que se desejava encontrar? Onde está a harmonia proporcionada na relação homem-natureza?

O discurso sobre a seca, também não é uma invenção do olhar possibilista da disciplina. Ele é apenas mais um dos seus lugares de enunciação e reforço do nordeste, como o espaço da pobreza e da miséria. Segundo Albuquerque Júnior (2011), o termo “nordeste” é usado pela primeira vez para denominar a área de atuação da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, em 1919. Neste momento, o nordeste é apenas uma parcela do norte do país que detinha problemas com a estiagem de chuvas e merecia maior atenção do governo federal. A partir daí, o que se vai criar em torno da designação “nordeste” é um produto imagético-discursivo em torno de textos e imagens que juntamente com a prática discursiva oficial enunciam este recorte espacial do país como relativo ao fenômeno da seca. Serão as ocorrências das secas que irão inscrever o norte do país nos noticiários do sul do Brasil. É por meio dela que o norte começa a ganhar destaque na mídia do início do século passado e começa, assim, a se demarcar uma linha divisória entre o que era o norte e o sul. Nas primeiras décadas do século XX, o nordeste como região ainda não existia e nem mesmo havia uma separação clara entre o norte e o nordeste. Esse o nordeste enquanto recorte regional começa a ser enunciado por meio de diversas práticas discursivas que procuraram criar um movimento regionalista entre o final da década de 1920 e o início da década de 1930 (Albuquerque Júnior, 2011).

Mas, este regionalismo nascente não tinha haver com a evocação do nordeste da seca. Essa é uma construção discursiva que vai permear tanto os discursos da cultura popular e os discursos de caráter mais institucionais e aqueles afeitos à produção midiática. Assim, a escolha por temas que evidenciam o nordeste como a região problema é um diálogo com a sociedade que gestou a ideia de nordeste como a região da seca cristalizando sua imagem. O que a disciplina faz ao enunciar esta região nos mesmos aspectos é corroborar com esta ideia agora sob a luz de um “discurso científico”.

O sul do Brasil também não recebe grande destaque nos textos, é apenas mencionado quando o autor quer ilustrar o pensamento de teses arbitristas:

outro argumento favorável à tese arbitrista está no progresso repentino que adquirem certas regiões, quando um fluxo migratório lhes vem oportunamente proporcionar a exploração de novos produtos ou aumentar a produção existente. Tais são os casos da Austrália, da Argentina e do Brasil Sul. É quando a paisagem natural vai cedendo lugar à paisagem cultural (Pedroso, 1954, p.155).

Não por acaso a imigração é um dos temas que mais aparece para essa região, especialmente as imigrações alemã, espanhola, portuguesa, italiana e japonesa que foram muito estimuladas pelos governos brasileiros, no final do século XIX e início do século XX. A imigração, sobretudo, a europeia tem um contexto específico para seu incentivo no Brasil. Por um lado, especialmente depois da abolição da escravatura, as elites agrárias sentiram uma relativa “escassez” da mão de obra escrava para atuar nas lavouras de café. A mão de obra estrangeira foi entendida como a melhor saída para o trabalho no campo. Por outro lado, a partir da década de 1870, se os debates acerca da miscigenação do país eram polêmicos e polarizados, as elites nacionais entenderam que a imigração era uma maneira de enfraquecer o país. Em 1953, por exemplo, os temas relativos a esta questão foram abrangentes: A etnia do Brasil Sul; As imigrações no Brasil Sul. Razões para seu retardamento; Imigrações no Brasil Sul; Razões da imigração europeia; Matrizes sociais, políticas e econômicas da Alemanha, Itália, Espanha e Portugal. O possibilismo; A fixação do homem ao solo do Brasil; Sistema de colonização; Núcleos coloniais; Colônias livres e contratos particulares; Evolução étnica do Sul; Estudo comparativo (Relatório Anual, 1953).

Nesse aspecto, vemos uma importante diferenciação a respeito do componente étnico e humano para a região sul em relação às demais regiões. Na região norte, não temos indícios se essa discussão era feita e como ela era feita. O que não ficou claro dos registros, então, é um apagamento deste aspecto. Na região nordeste, a evocação dos tipos nacionais deixa a marca de que as condições naturais da região (que não são das melhores para uma visão de progresso e desenvolvimento nacional) gestaram tipos humanos muito específicos. A região centro-oeste compreendida sob a expansão territorial teve a imigração como o incentivo para preencher “os vazios territoriais”, porém sem ter referência às populações que já habitavam aquela região. Já para a população do Sul, a imigração, sobretudo europeia, aparece como marca indelével de sua composição étnica. Na região sul, a discussão sobre etnia surge somente porque os imigrantes europeus e japoneses aparecem como elementos de sua geografia. Não há aqui discussão sobre tipos nacionais. Há na verdade um efeito de sentido: a população sulista é feita de imigrantes europeus e japoneses, não é necessário se incentivar a imigração para lá e nem muito menos buscar compreender o tipo nacional brasileiro que estaria ali sendo formado. A mão de obra imigrante estrangeira basta.

De fato, no final do século XIX e início do século XX, a imigração para os estados que compreendiam o sul do país foi muito maior do que no restante do Brasil e muito mais incentivada pela elite cafeeira, que desejava essa mão de obra e retinha recursos econômicos para cooptá-la. Quando retomamos o contexto de valorização dessa mão de obra e o contexto da disciplina em que o “homem” como agente geográfico é peça importante para o possibilismo, o efeito se sentido causado por esta imigração específica é a valorização do sul em detrimento das demais regiões pelo elemento humano.

Essa valorização acontece também de outros modos, sobretudo, pela cidade de São Paulo que entre os estados do Sul desponta como a que possui maior relevância nacionalmente. O café, assim como os outros “ciclos econômicos” das demais regiões, aparece compreendido pela sua grandeza e decadência. Porém, há uma diferença em relação a ele. Alguns temas colocam o café ainda como algo importante para o Brasil, como por exemplo, “o café na economia do Brasil”, “Razões econômicas e políticas da relacionadas à crises cafeeiras”, “O café. Sua evolução, A origem. A influência do café na economia e na política nacional. A defesa do produto” (Relatórios Anuais, 1950 e 1951).

Nesse sentido, a inserção da região sul nas questões nacionais é diferente daquela feita para as demais regiões. O norte e o centro-oeste se inserem pela ocupação destes territórios e pela exaltação de suas potencialidades como o futuro do Brasil, o nordeste é introduzido como a região de calamidade e dificuldade, o sul é apresentado como aquele que está vinculado à demanda econômica nacional. Ou melhor, ela é enunciada pela sua importância e pelo seu desenvolvimento e pela sua influência econômica: “O Brasil Sul. Razões geográficas e humanas para o seu desenvolvimento”, “Harmonia entre o clima e o Homem - São Paulo, exceção geográfica e histórica”, “Caracterização e influência econômica”, “A etnia do Brasil Sul”, “Origens de São Paulo”, “Situação especial de São Paulo”, “Evolução político-econômica do Brasil meridional”, “Origem e evolução da cidade de São Paulo” (Relatório Anual, 1950 e 1951).

A região leste também é enunciada pela sua importância em relação ao nacional: “Importância histórico-política da região leste”, “Caracteres gerais”, “O petróleo”, “A questão do petróleo”, “Possibilidades petrolíferas do Brasil”, “Marcha para o Oeste”, “Mudança da Capital Federal”, “Imigrações”, “Rápidas considerações sobre a História de Belo Horizonte”, “O elemento indígena e sua diluição”, “O negro em Minas. O branco. Os baianos e emboabas”, “Brasil Leste: o recôncavo. Importância histórica e política da cidade de Salvador”, “O

homem da restinga”, “Recursos e cidades”, “Localização da capital federal. Razões históricas e geográficas do seu periferismo. O problema da capital observado de acordo com o território”, “Localizações”, “Razões gerais da interiorização da capital federal. Sul de Minas” (Relatórios Anuais, 1950,1951).

Estes temas elencados para compor a região leste estão em perfeito acordo com as diretrizes do desenvolvimento nacional empreendidas de forma mais contundente desde a Era Vargas. O petróleo e a discussão sobre a interiorização da capital federal exemplificam o quanto a região estava sendo pensada e organizada dentro das perspectivas políticas e econômicas nacionais. Desse modo, há um tema que tem como objetivo falar da importância histórico-política da região e um outro que faz o mesmo especificamente para a cidade de Salvador. Em relação ao passado, esta cidade possui sua relevância ancorada no fato de ter sido uma das capitais do Brasil e, no presente, por ser uma das cidades que possui a incidência de petróleo, colocando esta região na esteira do processo econômico que o Brasil desejava estar: a industrialização e autonomia energética.

Para Belo Horizonte a disciplina também procede de modo similar. Compreender sua história é relembrar uma cidade que foi construída sob o signo do progresso e da modernização. Ela é ainda inserida na cena do desenvolvimento nacional por ter em seus arredores um dos possantes centros industriais do país. Não por acaso é estudado “o comércio e a indústria em Belo Horizonte” e a “Zona Ferrífera de Belo Horizonte. Estado atual e tendências. Futuro da região” (Diário de Classe, 1952).

Este também é o único momento, de acordo com os Relatórios Anuais e Diários de Classe, que são estudados o negro, o branco e o elemento indígena. Sem vermos uma discussão sobre os tipos nacionais, somente aparecem as imigrações como referente a população e a questão étnica da região sul. Aparece o homem relacionado a vegetação de restinga e nos Diários de Classe (1943-1954) ele está relacionado à restinga fluminense.

*

Chegamos ao momento em que temos melhores condições de responder aos questionamentos mencionados no início deste estudo: Como o Brasil foi enunciado pela Geografia do Brasil no período de 1939 a 1954 na FFMG? Primeiro, pelo seu caráter disciplinar e institucional ela buscou garantir as bases daquilo que torna o estudo da geografia do Brasil, verdadeiro. Isto

quer dizer, aqueles enunciados que se tornaram inteligíveis e reconhecíveis como geográficos e científicos. Tabajara Pedroso fez isso demarcando o objeto da disciplina, circunscrevendo uma teoria e um método que orientava a maneira de olhar e perceber o espaço geográfico em questão: o Brasil. Nesse sentido, aquilo que estava dentro do espectro do possibilismo geográfico autorizava os enunciados da disciplina e todo o conhecimento produzido pelo Brasil. Foi o possibilismo que garantiu uma unidade da geografia, impondo leis à sua análise e asseverando sua “neutralidade” metodológica. Neste momento já podemos falar de uma dialogia constitutiva deste discurso.

O professor catedrático que estava à frente da disciplina, Tabajara Pedroso, não elaborou este discurso sem dialogar profundamente com as ideias vigentes acerca do que era a ciência, ou do que se compreendia acerca do que deveria ser o verdadeiro modo de fazer científico. Era preciso estar atento aos critérios de cientificidade que assegurariam o lugar da geografia no jogo institucional e corporativista do saber/poder sobre o Brasil, visto ser a geografia entre todas as ciências a que relacionava o homem e a natureza.

Esse diálogo também foi traçado com aqueles autores do início do século XX que buscaram na renovação metodológica da geografia a construção das bases científicas dessa ciência assentadas numa certa leitura do que era a “geografia francesa” e na discussão acerca do papel da geografia enquanto saber escolar. Desse modo, o possibilismo instituindo os princípios de cientificidade geográfica articulados com o positivismo regeram o modo de compreensão do Brasil. O possibilismo era o método que rompia com o passado da geografia mnemônica que significava uma prática geográfica realizada no período imperial e por isso se apresentava ultrapassada. Ou queriam colocá-la como ultrapassada pois dada a construção do Brasil no século XX, a edificação de um novo método para a geografia corroboraria com a ideia de construção de um Brasil moderno realizado tanto pela maneira de ler este território quanto pela própria modernização institucional que a Geografia do Brasil era fruto e fazia parte.

Dessa forma, o diálogo estabelecido com as teorias e com autores da filosofia e da própria geografia foram intensos. Este diálogo foi um debate travado entre Pedroso e estes autores para acordar os termos pelos quais o saber-fazer a geografia deveria ocorrer, para atestar seus critérios e sua legitimidade científica podendo, dessa forma, instituir os sentidos do território nacional. Exemplifiquemos estes movimentos. Recorrendo aos filósofos para mostrar que a questão homem-meio é muito anterior ao século XX e animou os debates teóricos em épocas passadas, o autor insere a geografia no próprio contexto da Faculdade de Filosofia que lhe

servia de casa. Feito isso, buscando legitimidade por meio do discurso científico, trata de colocar o possibilismo como o método mais racional para a análise entre o arbítrio humano e a determinação da natureza. A partir daí, ele pode desarticular discursos antigos que professavam contra um destino favorável à Amazônia, por exemplo.

Os sentidos atribuídos ao Brasil são construídos a partir desse movimento: sob as bases de um saber que via na relação homem-meio às possibilidades de engrandecimento da nação e superação daqueles discursos que atestam o contrário, como no caso Amazônico. Ou para a construção dos sentidos de que, nas condições ambientais favoráveis e com o recurso humano também favorável, o possibilismo mostrava o progresso como algo quase que inevitável, como foi o caso dos estados do leste, do sul sendo São Paulo o destaque. Ao nordeste ficou a carência de uma teoria possibilista que explicasse ou apresentasse maneiras de vencer seus “grandes problemas”. Teríamos, então, nesta disciplina o caso de um possibilismo por conveniência? A região centro-oeste não se fez por um discurso explícito do possibilismo da região, mas não se negou às possibilidades de seu progresso dada a necessidade de expansão territorial e formação do “hinterland” brasileiro.

Assim, a Geografia do Brasil travou um grande diálogo com a sociedade brasileira de seu tempo. Esta sociedade foi sua grande interlocutora para elaborar o Brasil em suas orientações e princípios geográficos. Ela dialogou mais precisamente com uma sociedade ou com a parcela da sociedade que primava por fazer do Brasil um país grande não só em sua extensão territorial, mas no sentido de sua “civilização”. Em vista disso, tratou de positivar por meio do discurso possibilista, o território nacional e assegurando potencialidade do Brasil como um Estado-Nação pela relação entre a sua natureza e o engenho humano. É por isso que além da presença de autoridades intelectuais em seu discurso, o autor dialoga com industriais e políticos, ou seja, aqueles que estavam à frente das tomadas de decisões políticas e econômicas do país. Este discurso também dialoga com os alunos dos quais eram os interlocutores mais imediatos e mais ativos do autor, naquele momento. Seus alunos eram filhos de uma elite³⁹ se formando para integrarem uma outra elite, a intelectual, autorizada agora, pelo saber científico-acadêmico. Isto quer dizer, uma concepção de Brasil que corrobora com os anseios daqueles que consumiam o conhecimento produzido enquanto um “bem cultural”.

³⁹ Uma elite agrária, industrial, política ou pertencentes a uma classe média alta urbana em ascensão no período.

A ideologia do progresso apoiada num credo liberal e conservador organizaram ideologicamente a disciplina e conferiram num arranjo discursivo junto ao possibilismo os sentidos e significados atribuídos ao Brasil e suas regiões. Essa ideologia não operou somente produzindo os sentidos do texto e nos ajudando a identificar o lugar social de onde fala o autor, mas também submetendo e qualificando aquele que elabora o discurso como aqueles que o apreendem. A ideologia enquanto prática não funciona na linguagem somente como constituidora do discurso e do sentido, mas como constitutiva de toda uma prática discursiva inscrita no social e nas relações sociais daquele momento compreendendo os sentidos de ações efetivas.

Como aponta Therborn (1987), a ideologia funciona submetendo e qualificando o sujeito dizendo e fazendo-os reconhecer o que existe, o que é bom e o que é possível e impossível. Cada um destes aspectos tem um peso diferente em relação às estratégias discursivas além de possuírem dimensões temporais e espaciais importantes que também as regem. No caso da ideologia do progresso, ela funcionou na Geografia do Brasil operando nestes três aspectos levantados por Therborn. Em relação ao que existe, ela atestou o estatuto de existência de certos aspectos físicos e humanos de cada região ao salientá-los como importantes para compor geograficamente o que elas seriam e o que seria o Brasil em seu conjunto. Dizendo o que existe, ela disse o que somos, o que é o Brasil, como é a sua natureza e sua sociedade, ou seja, inscreveu nossa identidade enquanto brasileiros no território. E o que seria bom de acordo com a ideologia do progresso? Aquela região que possuindo potencial econômico seria uma boa região, possuiria valor/utilidade. Em relação ao que é possível e impossível a Geografia do Brasil por meio de uma leitura acerca das potencialidades de cada região inscreve as chances de mutabilidade da situação do Brasil para a condição de um país mais avançado e melhor.

O que fica de mais imediato na ideologia do progresso é enxergar o Brasil, qualificá-lo, hierarquizá-lo e organizá-lo, assim como a sua natureza, somente com valores econômicos. Todavia, enxergar o Brasil dentro do seu potencial econômico é uma prática tão antiga quanto a presença dos europeus no território brasileiro. Dessa forma, esse “olhar econômico” é atualizado pela Geografia do Brasil em um diálogo profundo com discursos que ao longo da história do Brasil tentaram positivar esse território.

5. “AS ÚLTIMAS PALAVRAS”

A lição de pintura

Quadro nenhum está acabado,
 disse certo pintor;
 se pode sem fim continuá-lo,
 primeiro, ao além de outro quadro
 que, feito a partir de tal forma,
 tem na tela, oculta uma porta
 que dá a um corredor
 que leva a outra e a muitas outras.

João Cabral de Melo Neto

Assim como no poema de Melo Neto em que a pintura não se finda nela mesma, esta também é uma pesquisa que não se encerra nela mesma. Por isso, recusamos num gesto simbólico dizer “considerações finais” ou coisas parecidas. Não há final para esse discurso, como não há análise final para a Geografia do Brasil. Poderíamos continuar por muito mais tempo do que de fato possuímos para sua realização. O que queremos dizer com isso? Que com as últimas palavras que dão por “encerrada” esta pesquisa fica aberto aqui não só novas possibilidades de interpretação e leitura a cargo dos leitores, mas também, novas maneiras teóricas e metodológicas de lidar com os discursos geográficos. João Cabral Melo Neto também está falando do trabalho de pesquisa quando fala da pintura. Esse estudo que começamos com uma pergunta e criamos um caminho para percorrer em busca de sua resposta termina por indicar novas possibilidades de pesquisa e novas perguntas.

O esforço teórico que consistiu nesse estudo buscou compreender de modo mais contundente a aproximação da geografia com a linguagem. Sendo a linguagem uma atividade simbólica, as palavras, os conceitos, as imagens são todos recursos utilizados para ordenar o mundo. E no caso da geografia em particular, seu trabalho enquanto disciplina acadêmica e escolar é justamente ordenar o mundo, dotá-lo de significados por meio de suas escolhas regidas entre os pressupostos de sua disciplinarização e das ideologias constitutivas dos sujeitos. Se as palavras existem para designar as coisas, estabelecer relações entre elas e comentá-las (Fiorin,

2013), a geografia utiliza das palavras para estabelecer relações do ser humano com os lugares.

Vimos, por meio dessa investigação, como o Brasil se tornou um signo simbólico e ideológico da própria Geografia do Brasil na FFMG/UFMG. O país foi formulado perante os preceitos da geografia enquanto disciplina que primava por consolidar seu saber e seu discurso como uma verdade acerca do país, como o discurso que seria detentor do verdadeiro conhecimento a respeito do Brasil. A pesquisa pela construção do discurso desta disciplina nos mostrou que apesar de todo esforço da geografia acadêmica em legitimar seu lugar e seu papel intelectual e social, ela o fez em um diálogo profundo com tantos outros discursos que primavam por dotar de sentido e significação o Brasil. Pois, se nenhum enunciado está isolado de outros enunciados, a construção discursiva do Brasil não seria uma realização apartada de outros tantos enunciados que pensaram e também organizam o país. Dessa forma, por meio de seu cientificismo, o professor que esteve à sua frente, estruturou seu discurso respondendo a muitos dos dizeres passados acerca do país, especialmente aqueles que viam-no de modo negativo não afirmando a sua positividade rumo ao progresso e ao desenvolvimento.

Buscando pelos contextos enunciativos e procurando entender como o Brasil era enunciado vimos que não havia um país reconhecido pelas suas contradições, problemas e conflitos sociais. Estas questões não faziam parte do horizonte teórico do possibilismo aliado à ideologia do progresso. Os problemas do Brasil são apresentados e inseridos como temáticas da disciplina somente algum tempo depois, já em meados da década de 1950 quando aparece em 1954, por exemplo, o tema “grandes problemas administrativos e econômicos” (Anuário, 1939-1954). A preocupação real era com o desenvolvimento do Estado brasileiro e com os problemas relativos à sua gestão. O Brasil é, no sentido atribuído pela Geografia do Brasil da FFMG/UFMG, um objeto de domínio de uma elite cultural e econômica. O grande interlocutor do Brasil, neste caso, é o próprio Estado brasileiro, pois visando enunciar o país nos termos de sua potencialidade econômica a disciplina também se preocupou em buscar as bases geográficas para a consolidação de um Estado forte e provedor da vida nacional.

O discurso da Geografia do Brasil da FFMG/UFMG foi um discurso tão elitista quanto muitos outros que queriam fazer deste país uma grande pátria. Quer dizer, somente uma elite letrada pode efetivamente formular e colocar em circulação as concepções acerca do Brasil. O Brasil, enquanto um signo simbólico e ideológico, foi um objeto de apropriação daqueles que puderam exercer seu domínio também pelas letras, organizando-se em torno do par

saber/poder. Podemos hoje nos perguntar, como estão as apropriações sobre o Brasil por parte daqueles grupos que durante tanto tempo foram impossibilitados de elaborar o Brasil? Como dialogam com estes discursos? Ou para ficar no âmbito da disciplina, como a geografia tem elaborado o Brasil atualmente? O que mudou de lá pra cá?

Nos parece salutar continuar questionando e prestando atenção acerca de como o Brasil ainda é elaborado pela geografia. Não somente porque ainda enquanto saber acadêmico e escolar continuamos esta tarefa, mas porque uma pesquisa que busca por meio do discurso entender como a geografia enuncia/enunciou o Brasil nos faz pensar intensamente no diálogo em que este saber promove com a sociedade na qual faz parte. O que, dentre todos os discursos, ela escolhe dialogar e assim constituir o país pelo seu olhar.

REFERÊNCIAS

Anuário da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais (1939-1954).

ANGERMÜLLER, J. **Análise do Discurso Pós-Estruturalista - As vozes do sujeito na linguagem em Lacan, Althusser, Foucault, Derrida e Sollers**. Campinas, SP: Pontes Editores, 20016.

_____. **L'analyse du discours en Europe in Analysis du Discours en Sciences Humaines et Sociales**. Bonnafous et Temmar (Org.). Paris, Ophrys Editora, 2007.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **A invenção do nordeste e outras artes**. 5º Ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado**. 9º Ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

ANSELMO, R. C. M.S. **Geografia e Geopolítica na formação da nação brasileira, Everardo Adolpho Backheuser**. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2000.

ARAÚJO, A. S. **As noções de enunciado para Bakhtin, Foucault, Pêcheux**. LING. – Est. e Pesq., Catalão-GO, vol. 18, n. 1, p. 181-206, jan./jun. 2014

ANDRADE, R. P. **“Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta”: Getúlio Vargas e a revista “Cultura Política” redescobrem a Amazônia (1940-1941)**. Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 5, n. 2, p. 453-468, maio-ago. 2010.

BRAIT, B. **Linguagem e Identidade: um constante trabalho de estilo**. Revista Trabalho, Educação e Saúde, 2004, p.185-201.

_____. **Linguagem e identidade: um constante trabalho de estilo**. Trabalho, Educação e Saúde, 2(1): p. 185-201, 2004.

_____. **Alguns pilares da arquitetura bakhtiniana**. In: Brait, B. (Orgs). Bakhtin conceitos chaves. 5 ed. - São Paulo: Contexto, 2017.

_____. **Análise e teoria do discurso**. In: Brait, B. (Orgs). Bakhtin outros conceitos chaves. 2 ed. - São Paulo: Contexto, 2016.

BAKHTIN, M. M.; GALVÃO, M. E. **Estética da criação verbal**. São Paulo, 1992.

BARATA, G. **A história do petróleo no Brasil**, 2002. In: < <http://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/petroleo/pet06.shtml> > acesso em 25/07/19.

BAHIA, C. L. M. **Belo Horizonte: uma cidade para a modernidade mineira**. Caderno de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, vol.12, nº13. dez. 2005.

BARONAS, R. L. **Análise de Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. 2 edição revista e ampliada. 2 ed. São Carlos: Pedro e João Editores, 2011. v. 01, 292 p.

BOMENY, H. **Dois amigos e uma cidade: a propósito dos modernistas e do centenário de Belo Horizonte**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História do Brasil (CPDOC), 1997.

BURKE, P. **A Nova História, seu passado e seu futuro**. In: Peter Burke (Org.) *A escrita da História: novas perspectivas*. - São Paulo: Editora UNESP, 1992.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 3 ed. - Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2014.

CAMPOS, R. R. **Breve Histórico do Pensamento Geográfico Brasileiro nos séculos XIX e XX**- Jundiaí, Paco Editorial, 2011.

(Chauí, 2000)

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2003. 309 p.

COURTINE, J. **Análise do discurso político. O discurso comunista endereçado aos cristão**. São Paulo: EduFSCAR, 2014.

CUNHA, L. A. **A universidade temporã: o ensino superior da Colônia à Era Vargas**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.

DIAS, F. C. **Universidade Federal de Minas Gerais: Projeto Intelectual e Político**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1977.

DINIZ, E. **Engenharia institucional e Políticas Públicas: dos conselhos técnicos à câmaras setoriais**. In. Dulce Pandolfi (Org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso**. Revista *Novos Estudos*, n° 77, março, 2007.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 5 ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

FERNANDES, C. A. **Análise do Discurso: reflexões introdutórias**. Claraluz, 2007.

_____. **A ordem do discurso: aula inaugural no College de France**. São Paulo: Loyola, 2014.

FERREIRA, M. C. L. **AD no Brasil: notas à sua história**. In: FERNANDES, C. A.; SANTOS, J. B. C. (Orgs.) *Percursos da AD no Brasil*. São Carlos: Editora Claraluz, 2007.

_____. **O caráter singular da língua na análise do discurso**. *Organon*. Porto Alegre. Vol. 17, n°35, 2003, p.1989-200.

_____. **Análise do Discurso e suas interfaces: o lugar o sujeito na trama do discurso**. *Organon*. Porto Alegre. Vol. 04. n°48, 2010.

FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**, Cap. IV – Da ideologia do progresso à do desenvolvimento, Editora Paz e Terra, 1978, p. 77.

FILGUEIRAS, F. Z. **A presença italiana em nomes de ruas de Belo Horizonte: passado e presente**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2011.

FÁVERO, M. L.A. **A universidade no Brasil: das origens a reforma universitária de 1968**. Educar, Curitiba: Editora UFPR, n°28, 2006.

FIORIN, José Luiz (Org.) **Linguística? Que é isso?** São Paulo: Contexto, 2013, 206 p.

FIORIN, J. L.; FLORES, V. e BARBISAN, L. B. (Orgs). **Saussure: a invenção da Linguística**. São Paulo: Contexto, 2013.174 p.

GARFIELD, S. **As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-nação na Era Vargas**. Rev. bras. Hist. vol.20 n.39 São Paulo, 2000.

GOMES, A. M. e ROCHA, R. B. **Descobrimento/achamento, encontro/contato e invasão/conquista: a visão dos índios na descoberta da América Portuguesa**. Identidade! São Leopoldo, v. 21 n. 1, p. 91-109, jan.-jun. 2016.

GOMES, P. C. C. **Geografia e Modernidade**. 2 ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

GREGOLIN, M. R. **Bakhtin, Foucault, Pêcheux**. In: Bakhtin: outros conceitos chaves. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2016.

_____. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso - diálogos e duelos**. São Carlos: Editora Claraluz, 2 ed. 2006.

_____. **O enunciado e o arquivo: Foucault (entre)vistas**. In: SARGENTINI, V.; BARBOSA, P. N. (Orgs.) Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2004.

GRILLO, S. V. C.; VELOSO, S. R. A. Diálogos entre o Maingueneau e o Círculo de Bakhtin. Filol. lingüíst. port., n. 9, p. 229-250, 2007.

GRILLO, S. V. C. **Ensaio introdutório**. In: VOLOCHÍNOV, V. Marxismo e Filosofia da Linguagem. São Paulo: Editora 34, 2017.

HABERMAS, J. **A ideia de universidade: processos de aprendizagem**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v.74, p. 111-130, jan./abr., 1993.

HADDAD, M. L. A. **Faculdade de Filosofia de Minas Gerais: sementes do espírito universitário**. Belo Horizonte: Phorum Consultoria, 2015.

INDURSKY, F. **Reflexões sobre a linguagem: de Bakhtin à Análise do Discurso**. Instrumentos Línguas e Instrumentos Linguísticos. Campinas, Pontes n. 4/5, p.69-88, Dez. 1999 - Jun. 2000.

MUSSALIM, Fernanda. **Análise do discurso**. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. v. 2. 9 ed. São Paulo: Cortez editora, 2012. p.

MALDIDIER, D. **A inquietação do Discurso. (Re)ler Michel Pêcheux hoje**. Campinas, Pontes, 2003.

_____. **L'inquiétude du discours. Un trajet dans l'histoire de l'analyse du discours: le travail de Michel Pêcheux**. Semen: Revue de sémio-linguistique des textes et discours, n°8, 1993.

MACHADO, M. S. **A implantação da Geografia Universitária no Rio de Janeiro**. GEOgrafia. ANO II, n°3, 2000.

MACHADO, R. **Foucault, a ciência e o saber**. 3 ed. Editora Zahar, 2006.

MAINGUENEAU, D. **Análise do Discurso: uma entrevista com Dominique Maingueneau**. Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVEL. Vol. 4, n. 6, março de 2006.

MORAES, A.C.R. **Ideologias Geográficas. Espaço, Cultura e Política no Brasil**. São Paulo: Editora Heucitec, 1988.

_____. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Editora Annablume, 2005.

Miotello, 2003

MENDONÇA, A. W. P. C. et al. **Pragmatismo e desenvolvimentismo no pensamento educacional brasileiro dos anos de 1950 e 1960**. Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 31 jan./abr. 2006.

MIOTELLO, V. **IDEOLOGIA**. In: BRAIT, B. Bakhtin conceitos chaves. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2017.

NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: E. P. U., 1974.

OLIVEIRA, L. L. **Estado Novo e a conquista de espaços territoriais e simbólicos**. Política e Sociedade Revista de Sociologia Política. nº12, abril de 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 7.ed. Campinas: Pontes, 2007.

_____. **Michel Pêcheux e a Análise do Discurso**. Estudos da Lingua(gem). Vitória da Conquista. n.1. p. 9-13. Jun, 2005.

_____. **A Análise de discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil**. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DE DISCURSO, 1., 2003, Porto Alegre. Anais do... Porto Alegre (RS): UFRGS, 2003.

_____. **O que é linguística**. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **Terra à vista: o discurso do confronto: velho e novo mundo**. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.

PAULA, L. **Círculo de Bakhtin: uma Análise Dialógica do Discurso**. Rev. Estudos Linguísticos, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 239-258, jan./jun. 2013.

PÊCHEUX, M. **A Análise do Discurso: três épocas**. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.) Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1997.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento?**. 4 ed. - Campinas, SP: Pontes Editora, 2006.

PEDROSO, T. **Vida de professor. Autobiografia**. Belo Horizonte: FUMARC, 2002.

_____. **A Geografia, o Mestre e o Discípulo**. Revista Kriterion, FFMG. Belo Horizonte, 1950.

_____. **Na encruzilhada do deserto.** Revista Kriterion, FFMG. Belo Horizonte, 1952.

_____. **A mudança da capital federal.** Revista Kriterion, FFMG. Belo Horizonte, 1953

_____. **Ensaio sobre o possibilismo geográfico.** Revista Kriterion, FFMG. Belo Horizonte, 1954.

PEREIRA, L. ; CINTRA, J. P. . **Técnicas para o estudo da dinâmica toponímica.** In: 3º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, 2016, Belo Horizonte. Anais do 3º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. Belo Horizonte: CRCH/UFMG, 2016. v. 1. p. 259-268.

PEREIRA, S. L. N. **Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: origens, obsessões e conflitos (1883-1944).** Tese (Doutorado). Universidade federal de São Paulo, São Paulo, 2002.

PEREIRA NETO, Antônio Joaquim. **A retórica, a civilização europeia e as determinações morais no discurso narrativo de José de Alencar.** Scripta Uniandrade, v. 16, n. 2 (2018), p. 239-260.

POSSENTI, S. **Dez observações sobre a questão do sujeito.** Linguagem em (Dis)curso, Tubarão, v. 3, Número Especial, p. 27-35, 2003.

ROCHA, G. O. R. **A Geografia no Currículo escolar brasileiro (1837-1942).** REVISTA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E MEIO AMBIENTE- Dez.-Nº 12, Vol II, 1998. 1-12

ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil: (1930/1973).** Petrópolis: Vozes, 1978.

ROIZ, D. S. **A institucionalização do ensino universitário de Geografia e História na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo entre 1934 a 1956.** Agora, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 1, p. 65-104, jan./jun. 2007

SALES, L. S. **Estruturalismo. História, definições e problemas.** Revista de Ciências Humanas, Florianópolis: EDUFSC, nº33, p. 159-188, abr., 2003.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil: uma biografia.** - São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930.** - São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SANTOS, A. S. **Francisco Iglésias e o curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais (década de 1940).** História da Historiografia, Ouro Preto, nº11, abr. 2013.

SOBREIRA, Paulo Henrique Azevedo. **Releitura do conceito de Cosmografia: A interface entre os estudos Astronômicos e Geográficos.** Revista Latino-Americana de Educação em Astronomia, v. 14, p. 57-75, 2012.

SILVA, Priscila V. da. **O movimento geográfico luso e a criação da Sociedade de Geografia de Lisboa.** Transversos, Rio de Janeiro, v. 03, n. 03, out. – mar. 2014/2015.

SILVA, R. A. **A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública no Brasil**. Trilhas Pedagógicas, v. 7, n. 7, Ago. 2017, p. 291-304.

SILVA, J. M. A bibliografia didática de Geografia: história e pensamento do ensino geográfico no Brasil (1814-1930). Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

_____. **A constituição dos sentidos políticos em livros didáticos de Geografia na ótica da Análise do Discurso**. Dissertação (Mestrado). - Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2006.

SARGENTINI, V. M. O. **Os estudos dos discursos e nossas heranças: Bakhtin, Pêcheux e Foucault**. Estudos Lingüísticos XXXV, p. 181-190, 2006.

THERBORN, G. **La ideología del poder y el poder de la ideología**. Siglo Veintiuno de España Editores, 1987.

TEIXEIRA, M. **O “sujeito” é o “outro”? Uma reflexão sobre o apelo de Michel Pêcheux a psicanálise**. Letras de Hoje. Porto Alegre, v.32, n°1, p. 61-68, março, 1997.

TEZZA, C. **Entre a prosa e a poesia: Bakhtin e o formalismo russo**. Editora Rocco, 2003.

VARGAS, A. T. **Algumas reflexões sobre o sujeito na teoria bakhtiniana e na teoria pecheutiana**. Cadernos de Letras da UFF - Dossiê: Tradução no 48, p. 283-290, 2017.

VLACH, V. R. F. **Entre o ato de ensinar geografia e o enunciar a geopolítica**. In: DEL GAUDIO, R. S.; PEREIRA, D. B. (Orgs) Geografias e ideologias: submeter e qualificar. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2014.

VOLOCHÍNOV, V. (Mikhail Bakhtin). **Marxismo e filosofia da linguagem. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. São Paulo: Editora 34, 2017.

ZAMARIANO, M. **Cartografiação de dados toponímicos no Brasil: perspectiva historiográfica**. Revista do GELNE, v. 14, p. 69-90, 2013.

ZUSMAN, P. B.. **Sociedades Geográficas na promoção dos saberes a respeito do território**. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia (Geografia Humana)) - Universidade de São Paulo.